



Conflito no Oriente Médio — A12 a A15

Israel invade Líbano e Irã elege novo líder em meio a ataques

Prédio em que aiatolás costumam escolher líder foi destruído



ATTA KENARE / AFP

Bombardeio em Teerã, cidade atingida pelo quarto dia seguido; um dos alvos ontem na capital iraniana foi o prédio da presidência

No quarto dia sob bombardeio de Israel e dos EUA, a Assembleia de Especialistas, um conselho de 88 aiatolás, dedicou-se a escolher um novo líder supremo. Mojtaba Khamenei, de 56 anos, filho do aiatolá Ali Khamenei, morto no sábado, era considerado “favorito absoluto”. Em condições normais, os aiatolás se reuniriam



Mojtaba Khamenei

Clérigo de 56 anos tem fortes laços com a Guarda Revolucionária

em um prédio em Qom, ao sul de Teerã, mas o local foi destruído por Israel. Segundo os iranianos,

ninguém estava no local e a votação foi virtual. Na Casa Branca, Donald Trump reclamou da ausência de interlocutores no regime porque todas as autoridades com as quais ele aceitaria negociar foram mortas. Também ontem, Israel invadiu o sul do Líbano. O objetivo é criar “zona-tampão” para evitar ataques do Hezbollah, milícia aliada do Irã.

Análises

David M. Halbfinger e Ronen Bergman / NYT — A13

Israel aproveita para remodelar a região

Steven Erlanger / NYT — A14

Estratégia de Teerã é sobreviver a Trump

E&N Reflexo da guerra — B1

Petróleo supera os US\$ 80; dólar vai a R\$ 5,26 e Bolsa cai 3,28%

Recrudescimento da guerra provocou queda global das Bolsas. No Brasil, o Ibovespa teve pior sessão em 3 meses. Dólar fechou com maior cotação desde 26 de janeiro.

E&N Pé no freio — B4

PIB desacelera e fecha 2025 em 2,3%, menor desde 2020, na pandemia

Em cenário ainda de juro elevado, governo prevê alta de 2,3% também neste ano, mas mercado vê elevação só de 1,8%.

CPI do INSS — A8

Alcolumbre impõe derrota ao governo e mantém quebra de sigilos de Lulinha

Presidente do Senado negou pedido de anulação de quebra de sigilos do filho mais velho do presidente Lula.

E&N Sistema financeiro — B6

Câmara do DF aprova aporte no BRB para cobrir rombo do Master

Deputados distritais deram aval a plano do governo do DF de dar imóveis como garantia a empréstimo de até R\$ 6,6 bi.

4 A 15 DE MARÇO 2026

DIREITOS HUMANOS
TERRITORIALIDADES
PARA TODAS AS PESSOAS

QR CODE

sescsp.org.br/direitoshumanos

Sesc 80 ANOS

Jornal do Carro — D1



VINICIUS MONTOLIA / ESTADÃO

O Fusca que vai ao Oscar e carrega o Brasil

Crime em Copacabana — A17

Dois são presos por estupro coletivo e dois estão foragidos

Baixa no Brasil — A23

Titular de Ancelotti, Rodrygo está fora da Copa do Mundo

Edição de hoje

5 CADERNOS — 84 páginas

Notas e Informações — A3

Garantismo à la carte

A Corte que abusa do poder num inquérito sem fim acusa o Legislativo de abuso de poder.

Vera Rosa — A9

Haddad quer um ‘novo Alckmin’ para vice

Alexandre Chiavegatto — B22

Onde estão os moderados sobre IA?

Roberto DaMatta — C5

Sobre o ideal brasileiro de ‘não fazer nada’

Tempo em SP

19° Mín. 24° Máx.



JHSF
SURPREENDENTE

FAZENDA SANTA HELENA
BRAGANÇA PAULISTA

A NOVA FAZENDA DA JHSF

VEJA NA PÁG. A5.

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E LETICIA FERNANDES
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Governo orienta brasileiros a deixarem o Líbano e não cogita fechar embaixada

A embaixada do Brasil no Líbano emitiu alerta pedindo que brasileiros residentes ou turistas “deixem o país, por seus próprios meios, até que a situação se normalize”. O comunicado também faz um apelo para que brasileiros que decidam ficar evitem o sul do país, região atacada por Israel, e áreas de fronteira, consideradas de “alto risco”. O país tem a maior comunidade brasileira no Oriente Médio, mais de 20 mil pessoas. Por ora, o Itamaraty não cogita fechar as embaixadas na região como fizeram os Estados Unidos, por questões de segurança. Mas monitora com atenção os conflitos, reforçando que o espaço aéreo local está fechado e que é preciso aguardar para ver o que fazer. No sábado, o governo já havia recomendado que brasileiros não viajassem ao Oriente Médio.

● **VÍNCULOS.** O Brasil também é o país com o maior número de libaneses e seus descendentes no mundo. São cerca de 8 milhões de pessoas em solo brasileiro, mais do que a população existente no próprio Líbano.

● **CLAMOR.** Presidente da associação cultural Brasil-Líbano, Lody Brais disse que a comunidade está “revoltada” e criticou o grupo terrorista Hezbollah. “É uma consequência trágica, o Líbano não tem condições de aguentar mais guerras, o nosso povo quer paz.”

● **ESPERA.** O Planalto mantém a expectativa de o **presidente Lula** visitar Donald Trump em breve. Mas, como mostrou a *Coluna*, a data, antes prevista para meados de março, está indefinida. O Brasil não recebeu a confirmação da Casa Branca e, diante da escalada do conflito no Irã, há outras prioridades na agenda do presidente dos EUA.

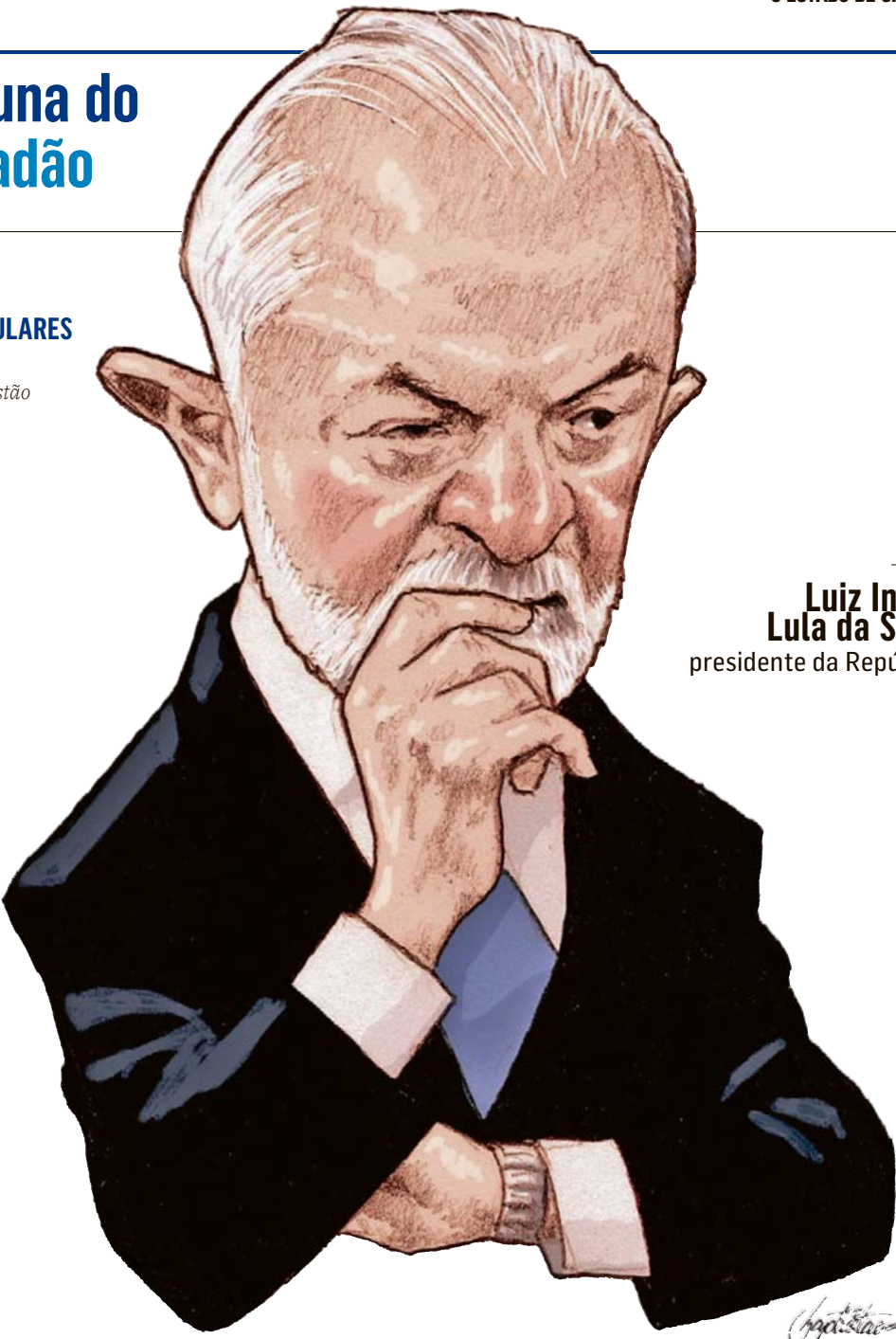
● **SEM...** Após superestimar o Centro Administrativo e citar R\$ 600 milhões como valor do imóvel oferecido para tentar salvar o Banco de Brasília (BRB), o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), admitiu ontem a parlamentares que o imóvel vale na verdade R\$ 491 milhões, como revelou a *Coluna*. Ibaneis, contudo, não fez qualquer *mea culpa* sobre a redução de R\$ 109 milhões na avaliação.

● **...DESCULPAS.** O documento encaminhado por Ibaneis à Câmara Legislativa com o valor reduzido foi assinado pelo diretor de Comercialização da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), Júlio César de Azevedo.

● **À FORÇA.** A presidente da CPI do Metanol, Zoe Martínez (PL-SP), vai pedir a condução coercitiva de José Rodrigues, dono do bar Torres, onde uma pessoa foi contaminada por metanol e acabou morrendo. Ele faltou às duas reuniões da comissão.

SINAIS PARTICULARES

por Baptista



Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

● **APOIO.** O Ministério das Mulheres e a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec) fizeram uma parceria para facilitar denúncias de violências contra a mulher. No mês de março, quem solicitar um carro por aplicativo ou um serviço de delivery verá informação na tela do celular sobre o serviço ligue 180.

● **ALCANCE.** A iniciativa, que será anunciada hoje em Brasília, deve chegar a 2,2 milhões de motoristas e entregadores, além de usuários. Apenas em janeiro deste ano, dados do 180 apontam 90.758 atendimentos e 15.575 denúncias de violência contra mulheres.

PRONTO, FALEI!



Welber Barral
Ex-secretário de Comércio Exterior

“Um prolongamento (do conflito no Irã) afetará exportações de commodities do Brasil, importação de petróleo e fertilizantes e, até, inflação global e alta do dólar.”

CLICK



Pedro Lupion
Presidente da FPA

Foi anfitrião da reunião da Coalização de Frentes Produtivas para discutir a jornada de trabalho. Presidentes da CNI e da Fiesp, entre outras entidades, participaram.

ESTADÃO

APP Estadão

Toda informação que você precisa em tempo real

Baixe agora e fique sempre por dentro das notícias mais importantes.

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA(1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETORA DE ESTRATÉGIAS DIGITAIS
CARINA GUEDES DE CARVALHO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
ESSIO FLORIDI JR.
DIRETOR FINANCEIRO
OMAR DOS SANTOS

NOTAS E INFORMAÇÕES

Garantismo
à la carte



O decano do Supremo impôs limites a uma CPI que ousou querer investigar Toffoli. Ou seja, a Corte que abusa do poder num inquérito sem fim é a mesma que acusa o Legislativo de abuso de poder

O decano do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, anulou a quebra de sigilo de uma empresa ligada à família de seu colega Dias Toffoli, determinada pela CPI do Crime Organizado, sob o argumento de que a comissão teria agido com desvio de finalidade, extrapolação do objeto e abuso de poder. É uma acusação grave. O problema é que a reação de Gilmar Mendes incorre, de maneira inequívoca, nos mesmos vícios que ele imputa ao Legislativo. É legítimo sustentar que comissões

parlamentares não são instâncias ilimitadas de investigação. O controle judicial existe para coibir abusos parlamentares e proteger direitos fundamentais. Pode-se até argumentar, numa leitura garantista levada ao extremo, que a CPI do Crime Organizado teria ampliado de forma discutível seu escopo – uma leitura que ignora a competência constitucional das CPIs de definir o alcance de seu objeto à luz de indícios novos, como, no caso, o de lavagem de dinheiro. O Supremo, de todo modo, tem competência para examinar esse ponto. Mas a forma escolhida para fazê-lo comprometeu qual-

quer pretensão de neutralidade. A defesa não apresentou ação nova, sujeita a distribuição aleatória. Peticionou em um mandado de segurança de outro requerente, a propósito de outra CPI, e que foi arquivado há três anos. O processo foi desarquivado apenas para que Gilmar Mendes tomasse a decisão, sendo em seguida novamente arquivado. O pedido transformou-se num *habeas corpus* autônomo e retornou ao mesmo gabinete por prevenção. Se a CPI incorreu em desvio de finalidade, o que dizer da ressurreição de um processo para assegurar relatoria específica? Se a CPI extrapolou seu objeto, o que dizer da ampliação do *habeas corpus*, remédio voltado à proteção da liberdade de locomoção de cidadãos, para blindar o sigilo empresarial da família de Toffoli? É no mínimo curioso que o ministro relator acuse a CPI de extrapolar o objeto da investigação um dia depois de referendar mais uma vez os inquéritos intermináveis e metamórficos conduzidos por seu colega Alexandre de Moraes. Garantismo à la carte, mas que já não surpreende ninguém. Nos últimos anos, a Corte vem abusando de medidas expansivas a pretexto de proteger a ordem democrática. Mas quando a investigação atinge a própria Corte, a elasticidade vira “desvio”; a amplitude vira “abuso”; a urgência vira “arbitrariedade”. O Supremo tem razão ao afirmar que CPIs não podem agir sem limites. No caso concreto, é bastante discutível que a CPI tenha ultrapassado os seus. O que é indiscutível é que os mesmos limites que a Corte estabelece como intransponíveis aos outros Poderes tor-

nam-se maleáveis para ela. A separação de Poderes não impede o controle judicial de abusos parlamentares. Mas impede que um Poder redefina o alcance do outro. Ao bloquear antecipadamente a coleta de informações e concentrar em um único gabinete qualquer futura tentativa de investigação de ministros envolvidos em relações suspeitas com o Banco Master, o Tribunal está delimitando o terreno da fiscalização. Sempre que se vê como vítima, o Supremo assume as funções de investigador, acusador e juiz. Analogamente, vê-se agora que, quando é investigado, o próprio Supremo decide se, como e até onde o será. É a lógica de um Poder que não admite limites nem fiscalização. Pode-se discutir se a quebra de sigilo extrapolou os limites da CPI. O que não é discutível é que a forma escolhida para anulá-la tensiona princípios elementares do Estado de Direito: a distribuição impessoal, o juiz natural, a proporcionalidade e a transparência. Defender garantias é dever do Supremo. Fazê-lo por meio de expedientes que as relativizam corrói a própria autoridade da Corte. O Supremo não é infalível – nenhuma instituição é. Mas quanto maior o poder concentrado, maior deve ser a disciplina institucional. Um tribunal que controla a forma, o tempo, o julgador e o alcance da investigação que o atinge acumula uma prerrogativa perigosa: a de definir os próprios limites. Um Poder que define unilateralmente seus limites já não está apenas interpretando a Constituição, mas sim administrando-a – e, ao que tudo indica, nem sequer em defesa da instituição, mas sim dos interesses pessoais dos ministros. ●

Reforma da Previdência
não pode esperar

O rombo previdenciário avançou mais de 62% em apenas dez anos e chegou a R\$ 442 bilhões em 2025, apesar do alívio da reforma de 2019, tornando inadiável uma nova mudança

No intervalo de dez anos, o rombo da Previdência cresceu mais de 62%, já descontada a inflação, acumulando R\$ 442,008 bilhões em 2025. Como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), passou de 2,64% em 2015 para 3,42% em 2025, apesar do freio da reforma histórica de 2019, que impediu avanço ainda mais agressivo. Os cálculos, feitos pelo Tesouro Nacional, a pedido do jornal *Valor*, apontam a incorporação de mais de R\$ 170 bilhões ao déficit previdenciário no período e evidenciam o que já é voz corrente: é preciso uma nova reforma. A urgência é admitida inclusive no governo de Luiz Inácio Lula da Silva – tão avesso a reformas e tão afeito à dilatação de benefícios que representem dividendos políticos. O próprio secretário do Te-

souro, Rogério Ceron, tem defendido, de forma enfática e recorrente, a revisão contínua da Previdência Social do País. Em uma de suas entrevistas mais recentes, Ceron citou as duas linhas essenciais para contenção de gastos: o sistema de aposentadorias e o do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o salário mínimo mensal pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda, que cresce ao ritmo de dois dígitos. Premissas óbvias, como o envelhecimento acelerado da população e a redução da taxa de natalidade, estão na base do argumento do secretário em sua defesa da adoção de ajustes constantes na Previdência, “que tem que acompanhar o aumento da expectativa de vida”. No ano passado, um levantamento da FecomercioSP estimou que o déficit previdenciário caminha para chegar a R\$ 810 bilhões

até 2040, caso uma nova reforma não venha a reduzir o desequilíbrio financeiro do sistema. São apenas 14 anos. Estudo do economista Rogério Nagamini, especialista em Previdência, traz resultado semelhante. Segundo ele, mantido o ritmo de crescimento das despesas de 2025, o gasto pode dobrar a cada 17 anos, nível infinitamente superior às previsões da evolução do PIB. E sendo essa a despesa que mais interfere no desempenho fiscal, arruinam-se definitivamente o arcabouço fiscal e seu limite de alta real de 2,5% do PIB para as despesas primárias. A pesquisa de Nagamine, publicada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), mostra que, de 2014 a 2024, o estoque de benefícios do INSS aumentou 2,4% ao ano, enquanto o número médio mensal de contribuintes subiu apenas 1,3%. Trata-se de uma relação insustentável e de solução complexa, especialmente pelas implicações políticas, mas que não pode ser ignorada. De acordo com dados do governo, os gastos da Previdência Social ultrapassaram em 2025, pela primeira vez, a casa do R\$ 1 trilhão, com mais de 118 milhões de brasileiros assistidos. As projeções tratam de todos os regimes previdenciários: o gerido pelo INSS para trabalhadores privados (Regime Geral de Previdência Social), o dos servidores públicos (Regimes Próprios de Previdência Social) e os militares, que não entraram na reforma, mas tiveram propos-

tas posteriores para aumentar a alíquota de contribuição e criar uma idade mínima para a reserva. Não foi suficiente, porém, para fazer com que as Forças Armadas deixassem de apresentar o maior déficit per capita de todo o sistema, ou seja, a maior diferença entre o que cada militar pagou na ativa e o quanto recebe como reservista. A reforma de 2019 estabeleceu prazo progressivo nas idades mínimas para aposentadoria numa escala que continua avançando. Neste ano, sobe para 59 anos e 6 meses para as mulheres e 64 anos e 6 meses para os homens. Mas a relação entre contribuintes do sistema previdenciário e beneficiários muda com mais rapidez e o País tem cada vez menos trabalhadores ativos contribuindo para financiar aposentadorias e pensões dos inativos. Se depender do governo Lula, contudo, é improvável que algo seja feito para reverter o quadro de maneira concreta. Para a atual gestão, as aposentadorias são um sustentáculo da microeconomia, como chegou a declarar no ano passado o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, e por esse motivo, disse ele, “o brasileiro deve ter um sentimento de pertencimento em defesa da Previdência Social, como tem hoje pelo SUS”. É por causa dessa mentalidade, que festeja o fato de que a microeconomia do País depende das aposentadorias, e não da renda do trabalho, que é tão difícil reformar a Previdência. Mas a realidade se impõe. ●

ESPAÇO ABERTO

Guernica em Teerã

Sheila Leirner

Direito Internacional ou direito à vida? Há momentos históricos em que o desaparecimento de um homem passa a ser um acontecimento moral, campo de reencontro e estruturação. A morte de Ali Khamenei, líder supremo da República Islâmica do Irã, pertence a essa categoria. Não porque devemos celebrá-la, mas porque ela desnuda uma fissura de valores no nosso tempo. Seu desaparecimento significaria, para milhões de iranianos, a possibilidade sonhada de romper com uma teocracia que há mais de quatro décadas governa pelo medo, pela censura e pelo cadafalso.

Para essa população, sobretudo mulheres, dissidentes, estudantes, exilados e famílias dilaceradas por execuções públicas, o fim de um regime reacionário anunciaria finalmente a reconexão do país com sua própria história milenar – com a Pérsia que foi berço de poesia, ciência e arte, muito antes de se tornar laboratório político do islamismo moderno.

Neste cenário, a posição diplomática brasileira não é irrelevante. O governo de Luiz Iná-

cio Lula da Silva parece reagir com desconforto a essa possibilidade. Não necessariamente por simpatia explícita aos aiatolás – se bem que já testemunhamos vários desses gestos –, mas por fidelidade absoluta a um conjunto de princípios que, paradoxalmente, passam a valer mais do que milhões de seres humanos submetidos à tirania.

O fenômeno não é novo. Em sua peça *Os Justos*, Albert Camus já advertia contra a tentativa de sacrificar homens reais no compromisso com o “absoluto”. René Girard mostrou como sociedades elegem bodes expiatórios para preservar narrativas e equilíbrios.

Na teocracia iraniana, internamente, o compromisso é com Alá. E, em certos jogos diplomáticos globais, a sofrida população do Irã torna-se bode expiatório: o importante é salvar a coerência ideológica. Aqui, o “absoluto” se chama “Direito Internacional”, “equilíbrio geopolítico”, “estabilidade regional”. Conceitos nobres. Mas que soam obscenos quando invocados para exigir paciência histórica aos que são enforcados em praças públicas.

Há uma diferença ética fundamental entre analisar as motivações de quem golpeia o tirano e desprezar a alegria – ou o alívio – daqueles que deixam de viver sob ele

Sim, há algo de teatral nesse descompasso. Lembra, de fato, o teatro do absurdo: personagens discursam sobre princípios, enquanto ignoram o incêndio na plateia. Sim, trata-se de uma patologia antiga: preferir a pureza da ideia à imprevisibilidade da liberdade genuína. A mesma lógica que levou intelectuais do século 20 a relati-

zarem os expurgos soviéticos em nome do “processo histórico”. A mesma tentação denunciada por George Orwell ao observar como certas mentes eram capazes de justificar qualquer brutalidade, desde que alinhada ao enredo correto.

O Irã contemporâneo não é apenas um país retrógrado que massacra a sua população, uma ditadura nuclear prestes a finalizar a bomba, uma nação pária que arma grupos terroristas, promove a jihad, o islamo-fascismo, desestabiliza países, ajuda a Rússia a destruir a Ucrânia e o Ocidente. É, ademais, a primeira experiência bem-sucedida de um projeto islamista moderno. Seu modelo inspirou milícias, redes transnacionais e formas híbridas de guerra cultural e religiosa que ultrapassam fronteiras. É um laboratório ideológico cujas reverberações chegam a universidades europeias e americanas, onde jovens militantes defendem, com fervor acadêmico, aquilo que jamais suportariam viver.

País riquíssimo em petróleo, o Irã empobreceu socialmente, enquanto a elite clerical consolidava impérios econômicos opacos – inclusive investimentos imobiliários atribuídos a familiares do líder supremo no exterior. A austeridade vale para o povo; a prosperidade, para os guardiões da fé.

O drama iraniano leva a fazer uma pergunta incômoda ao Brasil, à Venezuela, China, Rússia, Espanha, Turquia, Noruega, Bélgica e África do Sul – países que, em diferentes graus, condenaram explicitamente os ataques ao Irã: suas

posições diplomáticas defendem direitos humanos como princípios abstratos ou vidas concretas? Quando exigem “processos” e “legalidades” em relação a povos esmagados por teocracias, protegem a justiça ou a própria coerência ideológica?

Não se trata, aqui, de absolver líderes estrangeiros que, por interesses próprios, venham a enfraquecer o regime iraniano. A política internacional raramente opera por altruísmo. Mas há uma diferença ética fundamental entre analisar as motivações de quem golpeia o tirano e desprezar a alegria – ou o alívio – daqueles que deixam de viver sob ele.

Há quem tema o vazio que sucede a queda de um regime. Com razão. Transições são instáveis. Mas exigir estabilidade perpétua sob a tirania é transformar o medo em cúmplice do opressor.

A história da arte oferece uma metáfora luminosa. Em *Guernica*, de Pablo Picasso, não há tratados jurídicos. Há corpos dilacerados. A pintura não discute legitimidades formais; ela impõe a realidade da violência. Há momentos em que o grito precede o conceito.

A pergunta decisiva não é geopolítica. É moral: quando a ideia entra em conflito com a vida, o que escolhemos salvar? Os iranianos que enfrentaram balas nas ruas já deram sua resposta. Resta saber quem continuará preferindo a harmonia de seus próprios discursos à desordem necessária da liberdade. ●

JORNALISTA, ESCRITORA, CRÍTICA DE ARTE, FOI CURADORA-GERAL DA 18ª E DA 19ª BIENAIS DE SÃO PAULO

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● E-mail: forum@estadao.com

CPMI do INSS

Lulinha sob investigação

Até então, a versão era de que Lulinha, filho do presidente Lula da Silva, não tinha nenhum elo com o lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”. Mas, depois que teve seus sigilos quebrados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, Lulinha já admite a pessoas próximas que teve voos e hotel pagos pelo lobista em viagem a Portugal (*Estadão*, 2/3). É bom lembrar que o Careca, que está preso, é suspeito de corromper agentes públicos para aplicar fraudes bilionárias em aposentadorias e pensões do INSS. E que um funcionário do lobista afirmou em depoimento à Polícia Federal que Lulinha era sócio do Careca e receberia dele pagamentos mensais de R\$ 300 mil. Dependendo do resultado dessas investigações, a poucos meses da eleição presidencial, com Lulinha nas páginas poli-

ciais da imprensa, este caso pode respingar forte na campanha do presidente, que sonha com a reeleição.

Paulo Panossian
São Carlos

‘Ronaldinho dos negócios’

Lulinha, filho do presidente Lula, é uma sumidade nos negócios. Nas palavras do seu pai, Fábio Luís Lula da Silva é o “Ronaldinho dos negócios”. Suspeito de envolvimento no roubo contra aposentados e pensionistas do INSS, conforme investigações da Polícia Federal, Lulinha admite a pessoas próximas ter viajado a Portugal com despesas pagas pelo “Careca do INSS”, que estava interessado em conhecer uma fábrica de produção de cannabis medicinal em Aveiro, região conhecida como a “Veneza portuguesa”, para eventualmente fechar um negócio nessa área. Pelo visto, dinheiro não é problema para o filho do presidente.

José A. Muller
Avaré

Eleição 2026

Dicotomia

Angustiante! A menos de oito meses das eleições presidenciais, as opções mais bem colocadas nas pesquisas são Lula e Flávio Bolsonaro. Não é possível que o Brasil não tenha um nome para nos livrar dessa dicotomia. Ainda há tempo para definir um nome decente e unir forças para nos livrar de mais quatro anos só piorando.

Jane Araújo
Brasília

Programa de governo

O candidato a inquilino do Palácio do Planalto Flávio Bolsonaro, ao que parece, já apresentou aos seus seguidores um programa de governo. Com propostas, metas e ações planejadas, tem como objetivos resgatar seu irmão Eduardo Bolsonaro, que ainda está nos EUA tramando contra o Brasil; resgatar seu pai, Jair Bolsonaro, concedendo a ele anistia ampla, geral e irrestri-

ta; e melar a condenação pela tentativa de golpe de Estado. Com essa expectativa de recuperar familiares das unhas da Justiça, Flávio Bolsonaro é mais do mesmo, com um pseudo plano governamental, que já tem destino certo: a lama.

Júlio R. A. Brisola
São Paulo

Clamor pela moderação

O editorial *O clamor pela moderação* (*Estadão*, 3/3, A3) dá fortes esperanças a todos que clamam pelo fim da nefasta polarização. E a conta é simples: somando os “independentes” como a “esquerda não-lulista” e a “direita não-bolsonarista”, dá um total de 65% da população. É um número muito expressivo. Só falta um grupo mais ao centro tomara iniciativa de ocupar esse espaço e buscar essa quantidade enorme de votos. Como diz o editorial, ainda há tempo “curto, mas real” disso acontecer. Estamos esperando ansiosos.

Francisco Eduardo Britto
São Paulo

Música

Rock, ‘coisa de velho’

Corroborar para a tese paleolítica do jornalista Sérgio Martins, em *O rock é ‘coisa de velho’*. *E agora?* (*Estadão*, 3/3, C8), a conhecida frase *uma vez roqueiro, sempre roqueiro* – aliás, nunca se viu outra espécie tão sectária. A questão é que esse estilo já chegou há um bom tempo aos seus limites (estilístico, velocidade) nas suas vertentes, o que leva tanto à protelação da aposentadoria destes magníficos homens de preto – alguns com mais de 60 anos em atividade –, como à dificuldade do surgimento de algo original e que, portanto, engaje. A extinta era das rádios e das mídias físicas tinha um poder aglutinador, hoje transmutado em dispersão pelos meios digitais, o que desfavorece – valendo de um jargão da política – a massificação de novos quadros.

André Luiz Ferreira dos Anjos
São Paulo

JHSF
SURPREENDENTE



FAZENDA SANTA HELENA
BRAGANÇA PAULISTA

A NOVA FAZENDA
DA JHSF

AGENDE SUA VISITA



ESPAÇO ABERTO

Ordem manifestamente ilegal

Fábio Roberto Barros Mello

Ninguém é obrigado a cumprir ordem manifestamente ilegal. A ideia está presente na *Antígona*, de Sófocles, em que a protagonista desobedece ao rei para seguir leis divinas e morais, e chega aos tempos modernos após a 2.^a Guerra Mundial. O Julgamento de Nuremberg confrontou as defesas de oficiais nazistas baseadas em obediência hierárquica. O tribunal estabeleceu que ordens superiores não poderiam eximir ninguém de responsabilidade por crimes contra a humanidade, se uma escolha moral fosse possível. A decisão marca a passagem do positivismo para o pós-positivismo, em que a construção da regra a partir do direito posto e do direito pressuposto deve estar em consonância com a moralidade e com valores humanos.

O Direito brasileiro trata da obediência hierárquica no Código Penal (art. 22), estabelecendo que, se a ordem não for manifestamente ilegal, apenas é punível o autor da ordem. O Estatuto dos Servidores Públicos também dispõe sobre o dever de cumprimento de ordem superior, salvo quando manifestamente ilegal (art. 116, IV). Em sentido contrário, tem-se o “dever de desobe-

diência”, que exclui a cumplicidade do subordinado que se nega a executar ordem sabidamente ilegal. O fiel da balança está no advérbio e no adjetivo. A dificuldade está em definir quando se está diante de hipótese concreta que autoriza a leitura do contexto em que a conduta é modificada a partir da intensidade.

O filósofo do Direito H. L. A. Hart concebeu a teoria do positivismo inclusivo, ou *soft positivism*, como um passo adiante do positivismo clássico, superando a concepção de que o Direito é um aglomerado de regras baseadas em ameaças. Hart define o Direito como um conjunto de regras primárias, que estabelecem os direitos e os deveres, e de regras secundárias, de onde advêm os poderes de alteração, de julgamento e de reconhecimento. O cerne do positivismo inclusivo está na regra de reconhecimento. Hart supera a concepção de que a validade da norma está apenas na identificação da fonte e acrescenta que o reconhecimento pode incorporar elementos de moralidade ou princípios de justiça que estejam em consonância com a prática social. O *soft positivism* de Hart, então, orienta a construção da regra jurídica considerando a dimensão moral.

A Constituição da República

O fiel da balança está no advérbio e no adjetivo. A percepção social é de que a legalidade e a moralidade não vêm sendo respeitadas por membros dos Poderes

prevê que a moralidade é um dos princípios que regem a administração pública (art. 37). A ordem não provém da força nem do comando do soberano. O sistema de justiça está organizado na união de normas primárias e secundárias previstas no Direito constitucional e infraconstitucional. As regras de reconhecimento são, pois, o ponto fundamental de orientação da validade das condutas dos agentes do Estado.

Segundo Hart, a compreensão do sistema de justiça parte de duas perspectivas: o ponto de vista interno e o ponto de vista externo. O primeiro corresponde à aceitação do observador dos padrões sociais e o segundo está caracterizado na percepção desse mesmo observador em relação ao modo como as demais pessoas agem diante das regras. A sociedade identifica e constrói o direito válido tanto a partir da leitura abstrata dos deveres como da conformação dele com os valores sociais. A manifesta ilegalidade advém da violação simultânea da norma jurídica e dos padrões de moralidade em intensidade tão evidente que dispensa a expertise jurídica para identificação.

A realidade contemporânea tem desafiado os limites da legalidade e da moralidade. Quando procedimentos investigatórios permanecem abertos por anos sem definição de objeto, quando há dúvidas sobre competência, quando decisões são proferidas por autoridades em potencial conflito de interesse, quando prisões cautelares se prolongam indefinidamente, as zonas cinzentas entre legalidade e ilegalidade se estreitam. Princípios constitucionais como o devido processo legal e o juiz natural, assim como normas infraconsti-

tucionais sobre inquéritos, suspeição, sigilos e prisões cautelares, são desafiados. A imprensa e a sociedade civil vêm alertando sobre condutas volitivas e a passividade das instituições do Estado. A crítica, contudo, não tem sido suficiente para gerar constrangimento e promover o retorno ao normal funcionamento do sistema de justiça.

Diante da ausência do senso de responsabilidade e da autocontenção, surge a percepção social de que a legalidade e a moralidade não vêm sendo respeitadas por membros dos Poderes. Cresce o sentimento de que o advérbio que intensifica o adjetivo está presente nas condutas e pode provocar o dever de desobediência. É um alerta. Ordens manifestamente ilegais responsabilizam autores e executores, o que pode representar fator decisivo de mudança. A inflexão ocorre quando o ponto de vista interno dos agentes da burocracia encontra o ponto de vista externo da sociedade e se rompe a cumplicidade que compromete todo o sistema de justiça. A preservação da ordem social exige que a afirmação do Direito esteja, necessariamente, ao lado da moralidade. ●

ADVOGADO, É DOUTORANDO EM DIREITO E EMPREENDEDOR E MESTRE EM DIREITO DOS NEGÓCIOS, AMBOS PELA FGV-DIREITO-SP

TEMA DO DIA



KAMRAN JEBREIL/AP

Internacional

Irã fecha estreito de Ormuz e ameaça incendiar qualquer navio que tentar passar

Um comandante da Guarda Revolucionária do Irã advertiu que Teerã teria como alvo o transporte e atacaria a infraestrutura de petróleo no Oriente Médio, segundo a agência de notícias Iran International, baseada em Londres. ●

4 mil interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● “O interesse dos EUA e de Israel é somente econômico e geopolítico.”
GENI COPINI

● “Cada um luta com as armas que tem. Só interesse econômico”
TATIANA AMENO

● “Os americanos precisam acabar com essa insanidade antes que seja tarde”
ALEXANDRA SOUSA

● “As consequências vão ultrapassar as fronteiras e as populações não controlam estratégias que moldam os seus destinos.”
JEFFERSON AROUCHE



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bó do Instagram do Estadão.
<https://bit.ly/LDBEstadão>

Siga o @Estadão nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS



PCERJ/DIVULGAÇÃO

Brasil



Polícia prende 2 suspeitos de estupro coletivo no Rio. ●
<https://tinyurl.com/k36a6z5y>

Esportes



Filipe Luís é demitido após vencer por goleada. ●
<https://tinyurl.com/3pybmhju>

Política



Ministros do STJ têm 29 parentes em ações na Corte. ●
<https://tinyurl.com/mtu95xth>

NOMAD
Global
Invest
Day

Uma imersão inédita com
conteúdos e convidados do
mercado financeiro

17 de março, às 8h30

After-hours: 17h50 – 20h30

Shopping JK Iguatemi – SP

Uma parceria com **ESTADÃO**

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO*

KEYNOTE SPEAKERS



**Nouriel
Roubini**

Economista, CEO da
Roubini Macro Associates



**Henrique
Meirelles**

Ministro da Fazenda
do Brasil (2016/17)

8h30 **CREDENCIAMENTO & WELCOME COFFEE**

9h30 **ABERTURA OFICIAL**

Boas-vindas, Manifesto Nomad

9h50 **AULA MAGNA**

Papel das reformas estruturais na consolidação
do crescimento sustentável no Brasil



**HENRIQUE
MEIRELLES**

Ministro da Fazenda
do Brasil (2016/17) e
presidente do Banco
Central (2003/11)



**NATHALIA
RODRIGUES**

Diretora executiva,
conselheira-geral, CCO
e diretora de Gestão
de Riscos na Nomad

10h30 **NOMAD INSIGHTS COM OLÉ LIFE**



**MICHAEL
CARRICARTE**

Founder & Chief
Executive Officer at Olé
Insurance Group

10h50 **PAINEL 1**

Open Finance, Pix e IA
como um futuro financeiro no Brasil



**ANA CARLA
ABRÃO**

Diretora
–presidente
da Associação
Open Finance
Brasil



**DANILO
IGLIORI**

Professor de
Economia da
USP e economista
–chefe
da Nomad



**JOÃO MANOEL
DE MELLO**

Ex-diretor do
Banco Central,
sócio e chefe
de Análise
do Opportunity

MEDIAÇÃO



**LUIZ
GUILHERME
GERBELLI**

Repórter
de Economia
do Estadão

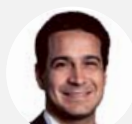
14h **PAINEL 2**

O futuro do mercado de capitais
no Brasil e no mundo



**CACÁ
TAKAHASHI**

Senior advisor
da Monte Capital
Management
e BlackRock
do Brasil



**CAIO
FASANELLA**

Diretor e head
de Investimentos
da Nomad



**CARLOS
OMINE**

Conselheiro
estratégico
de empresas
e family offices



**HUGO
PASSARELLI**

Jornalista

14h50 **COFFEE BREAK – DINÂMICA DE CONEXÕES**

15h50 **PAINEL 3**

Onde estão as oportunidades
de investimentos em 2026



**ANDREW
REIDER**

Gestor do
fundo WHG
Global Long
Biased



**PAULA
ZOGBI**

Estrategista–chefe
na Nomad



**RENATA
PEDINI**

Editora executiva
do Broadcast
e colunista
da Rádio Eldorado

16h40 **AULA MAGNA**

Quais são os principais riscos no mundo
nos próximos anos?



**NOURIEL
ROUBINI**

Economista,
CEO da Roubini Macro
Associates

17h20 **NOMAD INSIGHTS COM GLOBAL X ETFs**



**FLÁVIO
VEGAS**

Especialista de Produtos
da Global X ETFs

17h40 **ENCERRAMENTO**

17h50 **AFTER-HOURS: 17h50 – 20h30**

Gastronomia por **BEL COELHO**

COZINHA BRASILEIRA CRIATIVA

Indicação Paladar

PRODUÇÃO

REALIZAÇÃO E APOIO



(*) Programação sujeita a alteração

Esteja onde as
discussões acontecem!

Inscriva-se já

Vagas limitadas!





Congresso

Alcolumbre impõe derrota ao governo e mantém quebra de sigilos de Lulinha

— Após governistas pedirem anulação da votação da CPI do INSS que aprovou medida contra o filho de Lula, presidente do Senado afirma que regimento não foi descumprido

VINÍCIUS VALFRE
GUSTAVO CÔRTEZ
NAOMI MATSUI
BRASÍLIA

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), negou o pedido feito por parlamentares governistas e manteve, ontem, a quebra dos sigilos bancário e fiscal do empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A medida tinha sido aprovada na última quinta-feira, durante sessão da CPI Mista do INSS.

“Não é caso de flagrante desrespeito ao regimento e à Constituição. Não há, aqui, situação que justifique a excepcional atuação desta presidência para anular deliberação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito”, disse o presidente do Senado na sessão plenária. A decisão de Alcolumbre, que teve como base um parecer da Advocacia da Casa, impõe uma derrota ao governo Lula.

Na semana passada, a defesa de Lulinha afirmou que ele “não teve nenhuma participação nas fraudes do INSS e não cometeu nenhum crime”. “Petitionamos ao Supremo Tribunal Federal (STF) informando que forneceremos voluntariamente ao tribunal os documentos pertinentes”, afirmou, em nota. Além da CPI do INSS, o ministro do STF André Mendonça também quebrou os sigilos do empresário, em janeiro.

No Congresso, a medida contra Lulinha foi aprovada na quinta-feira, sob protestos de parlamentares da base do governo Lula. Após a sessão da CPI, eles apresentaram pedido de anulação da votação. Os governistas recorreram a Alcolumbre sob a alegação de que o presidente da CPI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), ignorou a manifestação de parte dos congressistas que votou contra o requerimento.

“A suposta violação das normas regimentais e constitucionais pelo presidente da CPMI do INSS não se mostra evidente e inequívoca, razão pela qual não se faz necessária uma intervenção do presidente da Mesa do Congresso Nacional”, declarou o presidente do Senado, ontem.



CARLOS MOURA/AGÊNCIA SENADO

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP); decisão sobre filho de Lula se baseou em parecer da Advocacia da Casa

DIVERGÊNCIAS. Durante a sessão da semana passada, o governo articulou para que os 87 requerimentos fossem votados em bloco com o objetivo de rejeitá-los conjuntamente. A oposição, por sua vez, defendia a votação individual de cada item. Ao final, em votação simbólica, o presidente da CPI proclamou a aprovação integral da pauta, consagrando a vitória dos opositores.



“Minha decisão foi técnica. Se a base do governo queria agir (...) para derrubar todas as votações, deveria ter observado o que o regimento diz”

Carlos Viana, presidente da CPI do INSS

Na ocasião, Viana contou sete votos contrários ao requerimento sobre a quebra de sigilos de Lulinha. Os governistas, por sua vez, disseram que imagens mostram que 14 integrantes da comissão levantaram as mãos. Alcolumbre, contudo, afirmou que 31 parlamentares estavam presentes na sessão e, portanto, o número de governistas não seria o bastante para formar maioria contra os requerimentos.

“As decisões tomadas por CPIs devem ser respeitadas por todos, sempre que tenham sido adotadas de forma regular e com respeito à regra da colegialidade. Diante da re-

levância constitucional dos trabalhos das CPIs, apenas em situações excepcionais, flagrantes de desrespeito às normas condicionais, legais ou regimentais, é que esta presidência deve intervir”, disse o presidente do Senado. Além de Lulinha, Augusto Lima, ex-sócio do Banco Master, de Daniel Vercaro, foi alvo no mesmo dia de requerimento da CPI do INSS.

quem quer que seja.”

Na última sexta-feira, Viana já tinha defendido a legalidade da votação dos requerimentos. “Todos os requerimentos aprovados foram formalizados e encaminhados”, afirmou ele. “A CPMI cumpre rigorosamente suas decisões e seguirá executando cada medida aprovada pelo colegiado, com transparência, responsabilidade e estrita observância legal.” Na ocasião, o presidente da CPI disse ainda já ter avisado o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre as medidas contra Lulinha.

INVESTIGAÇÃO. A CPI do INSS aprovou a quebra de sigilos de Lulinha no período entre 2022 e janeiro de 2026. Antes da votação na comissão parlamentar, no entanto, o ministro do Supremo André Mendonça já havia autorizado a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático do filho de Lula.

Mendonça é o relator na Corte das investigações que envolvem o INSS e autorizou as medidas a pedido da Polícia Federal, em janeiro. A PF apontou citações a Lulinha nas apurações sobre suspeitas de desvios em descontos de aposentados e pensionistas do órgão.

As menções se deram em diálogos de WhatsApp, anotações e o depoimento de testemunha, e há indícios de que o em-

presário tenha atuado como sócio oculto do lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, preso sob suspeita de ser o principal operador do esquema fraudulento.

DESPESAS PAGAS. Como mostrou o **Estadão** nesta semana, Lulinha disse a pessoas próximas que teve viagem a Portugal e hospedagem pagas pelo Careca. O filho de Lula relatou ter viajado com o lobista para visitar uma fábrica de produção de cannabis para fins medicinais, mas negou ter fechado negócio. O nome de um foi conectado ao do outro quando um ex-funcionário do Careca do INSS afirmou à PF que os dois eram sócios e que o lobista pagava R\$ 300 mil mensais ao filho do presidente.

Supremo
Ministro André Mendonça também quebrou os sigilos bancário, fiscal e telemático de Lulinha

“Fábio não tem relação com o esquema do INSS, só soube do envolvimento de Antonio Camilo Antunes após a exposição da imprensa, não foi seu sócio, não prestou serviços a ele e não recebeu valores”, declarou o advogado de Lulinha, Guilherme Sugimori Santos. ●



Vera Rosa

E-mail: vera.rosa@estadao.com X: @VeraRosa61

Haddad quer um ‘novo Alckmin’ para vice

Falta apenas um mês para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), deixar a equipe do presidente Lula. Embora ainda não admita a candidatura ao governo de São Paulo, o que Haddad procura, agora, é uma espécie de “novo Alckmin”: alguém com perfil de centro, e bom relacionamento com o empresariado, para fazer dobradinha com ele e ocupar a vaga de vice na disputa pelo Palácio dos Bandeirantes.

A ideia é montar uma chapa que não seja puro-sangue nem “pão com pão”, como costuma dizer o próprio Lula. Mas um arranjo que ultrapasse as fronteiras da esquerda não é tão fácil

assim: depende de encontrar novos aliados em um cenário no qual a candidatura do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) aparece como favorita.

Haddad resistiu o quanto pôde a entrar no páreo, mas Lula disse a ele que não era possível arriscar para fazer “experiências” em São Paulo. Pesquisas já mostram o avanço do senador Flávio Bolsonaro (PL), desafiante do presidente, que precisa de palanques fortes em São Paulo e Minas Gerais, os dois maiores colégios eleitorais do País.

Em recente reunião do Grupo de Trabalho Eleitoral do PT, dirigentes do partido informaram que o senador Rodrigo Pa-

checo (PSD) será candidato ao governo de Minas. Mas Lula terá de entrar em campo porque o MDB de Minas e o União Brasil, partidos cogitados para abrigar

Ministro busca perfil de centro para fazer dobradinha com ele na disputa pelo Bandeirantes

o senador, que está de saída do PSD, planejam aderir à campanha de Flávio.

Geraldo Alckmin, por sua vez, continuará como vice de Lula na chapa da reeleição, a não

ser que haja uma reviravolta de última hora. O presidente já o escalou para ajudar Haddad a angariar votos no interior paulista. Detalhe: foi justamente Haddad quem aproximou Lula de Alckmin em 2022. O vice assumiu ali o papel de nova versão da *Carta ao Povo Brasileiro*.

Apesar dos acenos de petistas na direção do MDB, nenhuma conversa sobre apoio da sigla, em troca da vice de Lula, foi adiante. A portas fechadas, o ex-ministro José Dirceu afirmou que tirar Alckmin da chapa poderia custar a reeleição de Lula.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, será candidata ao Senado e negocia a migração pa-

ra o PSB, uma vez que o MDB, seu partido, se aliou a Tarcísio.

Nesse jogo, a segunda vaga ao Senado por São Paulo também virou motivo de impasse: a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deixará a Rede e está disposta a voltar para o PT.

A ala ambientalista do partido, no entanto, tem ressalvas a Marina. O argumento é que o PT não conseguiu emplacar quase ninguém no ministério e os poucos foram por indicação da primeira-dama Janja. Na prática, porém, o PT não vai apitar nessa decisão: como sempre, quem dará a palavra final será Lula. ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quizenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quizenalmente) ● QUI. William Waack e Carolina Brígido ● SEX. Eliane Cantanhêde e Raquel Landim ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e Fernando Schüler

Campanha

Nikolas e pastor da Lagoinha usaram jato de Vorcaro em 2022

Aeronave passou por cidades do Nordeste, do Distrito Federal e do Triângulo Mineiro durante caravana pró-Bolsonaro

MARIA MAGNABOSCO

O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) e o pastor Guilherme Batista, da Igreja Lagoinha, utilizaram um jatinho pertencente ao empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, durante a campanha à reeleição do então presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2022.

O parlamentar do PL e o pastor viajaram na aeronave na caravana Juventude pelo Brasil, ao longo de dez dias no mês de outubro daquele ano, no segundo turno do pleito. A informação foi revelada pelo jornal *O Globo*.

Nikolas e Guilherme Batista utilizaram a aeronave Embraer 505 Phenom 300 para viajar por todas as capitais da Região Nordeste, durante a caravana pró-Bolsonaro. Além disso, foram a Brasília, ao Vale do Jequitinhonha e ao Triângulo Mineiro, entre os dias 20 e 28 de outubro de 2022.

A informação foi obtida por meio do cruzamento dos registros do histórico de navegação da aeronave com as datas em que Nikolas e Guilherme Batista realizaram eventos de campanha nessas localidades.

Além disso, uma foto publicada no Instagram pela in-

fluenciadora cristã Jey Reis mostra o deputado do PL ao lado do pastor da Lagoinha em frente à aeronave.

“Missão cumprida!!!”, diz Jey Reis na postagem na rede social. “Em cinco dias rodamos todas as capitais do Nordeste com lotação máxima em todos os lugares! A oportunidade de viver isso com esse megatime, pregar e mostrar amor pelo nosso país foi inesquecível!!! Amamos Jesus e amamos o Brasil!!!”, escreveu a influenciadora, que publicou ainda uma outra foto na porta do jatinho de Vorcaro.

ADMINISTRADORA. A defesa de Vorcaro disse ao *Estadão* que a aeronave citada não pertence ao banqueiro. A reportagem de *O Globo*, no entanto, mostrou que o jatinho, no papel,

“Minha presença no voo se deu exclusivamente em razão do convite para a agenda de campanha, sem qualquer vínculo pessoal, comercial ou institucional com o dono da aeronave, que, posteriormente, se soube tratar-se de Daniel Vocaro”

Nikolas Ferreira
Deputado (PL-MG)



Nikolas Ferreira (à esq.) e Guilherme Batista em frente ao avião

era da empresa de aviação Prime You, que, em 2022, administrava, além do avião, outros bens do dono do Banco Master. Nikolas confirmou ao *Estadão* que utilizou a aeronave durante a caravana, no segundo turno das eleições de 2022, mas disse que não tinha conhecimento sobre quem era o proprietário do jato.

“Minha presença no voo se deu exclusivamente em razão do convite para a agenda de campanha, sem qualquer vínculo pessoal, comercial ou institucional com o dono da aeronave, que, posteriormente, se soube tratar-se de Daniel Vocaro”, afirmou o deputado.

O parlamentar do PL disse ainda que foi convidado para participar da caravana Juventude pelo Brasil, que se tratava de um evento político e que o avião foi oferecido à equipe.

A assessoria do pastor e influenciador Guilherme Batista, ligado à Igreja Lagoinha, uma das maiores igrejas evangélicas do País, com forte presença política, informou ao *Estadão* que o religioso está em um retiro e não se manifestou sobre o caso.

LAGOINHA. Além de Guilherme Batista, a Igreja Lagoinha tem como pastor o empresário Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro, que foi preso pela Polícia Federal em janeiro, durante a segunda fase da Operação Compliance Zero.

Casado com Natalia Vorcaro, irmã do dono do Master, Zettel foi o maior doador das campanhas de Bolsonaro e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), na disputa de 2022. Foram cerca de R\$ 5 milhões em doações eleitorais, sendo R\$ 3 milhões para a campanha do ex-presidente da República e R\$ 2 milhões para a do atual governador. ●

Privilégios

TCE-RS pagou penduricalho de R\$ 14,3 milhões após proibição de Flávio Dino

Duas semanas após a decisão do ministro do Supremo, Corte fiscal acelerou o pagamento de licença-prêmio aos servidores

FELIPE DE PAULA
FAUSTO MACEDO

Ao arrepio da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, que suspendeu liminarmente o pagamento de penduricalhos no serviço público em todo o País, o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS) desembolsou, em 18 de fevereiro – duas semanas após a ordem do ministro –, R\$ 14,3 milhões em licença-prêmio aos seus servidores.

Em nota ao **Estadão**, o tribunal informou que o valor pago é “um direito funcional reconhecido pelo Poder Judiciário cuja implementação pela via administrativa, a um só tempo, evita a judicialização em massa do tema, com economia de esforços e gastos com o tratamento dessas demandas, bem como desonera o Poder Executivo de custear tais pagamentos por precatórios decorrentes de condenações judiciais.”

O TCE disse ainda que não se trata de penduricalho. Segundo o tribunal, o valor de R\$

14,3 milhões se refere a um “ajuste na base de cálculo das indenizações de licenças-prêmio a servidores, autorizado por decisão administrativa, com fundamento em jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, aplicada pela administração pública em âmbito nacional”.

O pagamento, não detalhado pela Corte no Portal da Transparência do órgão, foi efetuado 13 dias após a liminar de Dino, que ordenou em 5 de fevereiro a revisão dos supersalários e benefícios que elevam os contracheques a patamares do funcionalismo a até cinco vezes maior que o teto – hoje fixado em R\$ 46,4 mil.

Em 2025, a Corte gaúcha pagou R\$ 100 mil em licença-prêmio aos integrantes do tribunal, ou 143 vezes a menos do que o pagamento efetuado em fevereiro último. Ao todo, 794 servidores foram contemplados, a maioria ainda na ativa, além de parte já aposentada. Os sete conselheiros do tribunal não integram esse grupo, segundo a assessoria da Corte.

MONTANTE. O montante pago refere-se a indenizações de licença-prêmio acumuladas desde 2017. Segundo o TCE, a revisão administrativa gerou o crédito aos servidores que “deixaram de usufruir do benefício por necessidade de serviço”.

No despacho que ameaça,



Sede do TCE do Rio Grande do Sul: pagamentos a servidores foram na contramão de liminar do STF

“O pagamento (...) diz respeito a ajuste na base de cálculo das indenizações. Trata-se de um direito funcional reconhecido pelo Poder Judiciário que evita a judicialização em massa do tema, bem como desonera o Poder Executivo de custear tais pagamentos por precatórios decorrentes de condenações judiciais”

Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS)
Em nota

nas palavras do ministro, o “império dos penduricalhos”, Dino fez duras críticas aos contracheques milionários do serviço público que se espalham pelo País. Ele classificou esse quadro como “violação massiva” da Constituição.

A decisão de Dino foi tomada no âmbito de ação apresen-

tada por uma associação de procuradores municipais da Praia Grande, no litoral de São Paulo. Dino entendeu, no entanto, que o tema já foi tantas vezes discutido e “há tantos exemplos de pagamentos irregulares” que decidiu ampliar o alcance da medida para os demais Poderes, além do Judiciário, incluindo o Executivo e o Legislativo no pente-fino.

Somada a uma liminar do ministro Gilmar Mendes, que também criticou pagamentos que extrapolam o teto constitucional, a decisão de Dino será analisada pelo plenário do STF em 25 de março.

ORÇAMENTO. Em resposta ao **Estadão**, o TCE-RS afirmou também que “os recursos necessários foram devidamente alocados no orçamento” do tribunal, ainda no exercício de 2025, “e o pagamento programado para ocorrer no início do exercício de 2026, no limite de até um teto remuneratório por beneficiário.”

Conforme a Corte, houve “estrita consonância com as recentes decisões do STF e as

pertinentes orientações do CNJ e do CNMP”.

Os penduricalhos se tornaram fenômeno constante e custaram R\$ 7,3 bilhões ao Judiciário e às unidades do Ministério Público, juntos, em 2023 e 2024. De acordo com levantamentos realizados pela Transparência Brasil, somente em 2024, o Judiciário pagou R\$ 3 bilhões em retroativos, e o Ministério Público, R\$ 1,6 bilhão.

A ONG analisa os contracheques de juízes e membros do MP com o objetivo de escutinar os custos das verbas de caráter indenizatório. Os dados reunidos pela Transparência Brasil mostram que os valores retroativos têm sido usados, juntamente com os penduricalhos convencionais, para enriquecer magistrados, procuradores e promotores.

No levantamento sobre o MP, a ONG expõe que quase 2 mil membros receberam valores retroativos acima de R\$ 500 mil entre 2023 e 2024, outros 653 ganharam mais de R\$ 1 milhão e 67 foram contemplados com benefícios acumulados acima de R\$ 2 milhões. ●

‘Investem contra a magistratura’, diz presidente do TRF-3

O novo presidente do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região (TRF-3), Luís Antonio Johansom di Salvo, que tomou posse anteontem, lançou diante de magistrados, juristas, advogados e políticos uma vigorosa defesa da magistratura e de seus proventos, em meio à artilharia da opinião pública e às pressões do Supremo Tribunal Federal (STF), que abriu uma ofensiva para conter o pagamento de “penduricalhos” no Judiciário.

“Depois da voz do coração, a razão deve ser pronunciada nestes dias assombro-

sos que vivemos neste tempo em que forças escancaradas e outras convenientemente disfarçadas investem contra a magistratura como se ela fosse somente um ninho de rapinantes que drena o erário em proveito próprio”, declarou ele.

Para Johansom di Salvo, “no Brasil de hoje, temos muitos que veem na figura do juiz um malfeitor cobiçoso do dinheiro público”. “É minha tarefa e de qualquer membro da magistratura repudiar esse estado de coisas, rejeitar essa indignidade”,

“Depois da voz do coração, a razão deve ser pronunciada nestes dias assombrosos que vivemos neste tempo em que forças escancaradas e outras convenientemente disfarçadas investem contra a magistratura como se ela fosse somente um ninho de rapinantes que drena o erário em proveito próprio”

Luís Antonio Johansom di Salvo
Presidente do TRF-3

disse o desembargador.

Johansom di Salvo, natural de Rio Claro, no interior de São Paulo, é bacharel em Direito pela PUC-Campinas. Foi promotor do Ministério Público de São Paulo, aprovado em 1.^o lugar no concurso de 1980. Ingressou na Justiça Federal em 1992, com atuação nas varas de Ribeirão Preto e Piracicaba. Em 2002, foi promovido a desembargador do Tribunal Regional Federal da 3.^a Região. Anteontem, ele assumiu o topo do TRF-3 – maior Corte federal nos Estados – para um mandato de dois anos.

Ele destacou a existência de um paredão de processos sob a guarda dos tribunais em todo o País. Na avaliação do novo presidente, “uma justa política remuneratória está longe de ser uma exigência de enriquecimento sem causa, feita por pessoas egoístas.”

APLAUSOS. Aplaudido ao fim de sua manifestação, o desembargador disse que “o Judiciário insiste numa remuneração condigna, mas não o faz como um esmoler, um mendigante”. “Quem assim pensa erra, de boa ou de má-fé.” ● **F.M. E.F.P.**

Partidos

Ala de Boulos no PSOL resiste à federação com PT

Corrente liderada pelo ministro da Secretaria-Geral tem sofrido baixas diante de pressões por uma aliança

DANIELLE BRANT
LEVY TELES
BRASÍLIA

A vertente do PSOL liderada pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, tem sofrido baixas em meio a pressões internas para que o partido aceite formar uma federação com o PT. A situação evidencia a resistência entre parte dos inte-

grantes da legenda à ideia de se unir ao PT, quase 22 anos depois da dissidência dentro do partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que originou o próprio PSOL.

A reunião que vai definir se o PSOL aceita ou não se juntar a PT, PV e PCdoB na Federação Brasil da Esperança está marcada para sábado. A Revolução Solidária, corrente de Boulos, defende a aliança em nome de uma “unidade política para 2026 e para o futuro”.

Procurado, o ministro não quis se manifestar sobre as baixas em sua corrente e sobre as críticas dos dissidentes.

Em uma rede social, a vertente prega que um eventual quarto mandato de Lula deixe

“mais marcas estruturais”. “Precisamos enfrentar e alterar o Congresso inimigo do povo, hoje hegemônico pelo Centrão e extrema direita. Somar forças amplia a bancada de esquerda e impede que votos populares sejam perdidos pelo quociente eleitoral”, diz.

REAÇÃO. A defesa da corrente do ministro de uma federação com o PT provocou reação de integrantes do próprio grupo. Dois deles, a vereadora de Florianópolis Ingrid Sateré Mawé e o economista José Luis Fervereiro, que fez parte da direção nacional do PSOL, decidiram se desligar da Revolução Solidária.

Em carta, os dois disseram

que a derrota de Boulos na disputa à Prefeitura de São Paulo em 2024 teve origem em pressões por uma federação com o PT. “Boulos e o núcleo dirigente da Revolução Solidária mudaram de estratégia. Busca-

“A federação do PSOL com o PT não ajuda neste momento. O debate é legítimo. Mas, neste momento, ela não cabe. A federação tem papéis complementares”



Taliria Petrone
Deputada federal (PSOL-RJ)

ram um atalho”, escreveu Fervereiro. “Não se trata mais de acumular força à esquerda para disputar a hegemonia do próximo período político, mas de localizar Guilherme Boulos o mais próximo possível de Lula para tentar furar a fila da ‘bênção’ em 2030.”

A posição contrária à federação foi manifestada por outras correntes do PSOL, como o Movimento Esquerda Socialista e a Primavera Socialista. “A federação do PSOL com o PT não ajuda neste momento. O debate é legítimo. Mas, neste momento, ela não cabe. A federação do PT e do PSOL tem papéis complementares”, afirma em vídeo nas redes a deputada Taliria Petrone (PSOL-RJ). ●

SOMENTE ONLINE

LEILÃO DE IMÓVEIS

ENCERRAMENTO: 17/04 ÀS 11H

LANCE INICIAL: R\$ 195.000.000,00

ÁREA TOTAL DE TERRENO: 521.085,47 M²

ÁREA PRESERVADA: 82.434,88 M²

SERÃO ESTUDADAS PROPOSTAS, INCLUSIVE PARA COMPRA PARCIAL DO IMÓVEL, MELHOR DESCRITO NAS MATRÍCULAS 4.849 E 31.325 DO 2º CRI/SJC. INSC.MUNIC. NºS 20.0016.0009.0002, 20.0016.0009.0003 E 20.0016.0013.0000. CONSULTE DESCRITIVO E EDITAL COMPLETOS EM WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR SUA VISITA OU TIRAR DÚVIDAS: TELEFONE (11) 2464-6460, WHATSAPP (11) 97777-0753 OU E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.

SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Moacir De Santli, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 315

Eleições 2026

Diretórios do MDB se unem contra aliança com Lula

Diretórios do MDB em 17 Estados organizaram manifesto contra a aliança nacional do partido com o presidente Luiz

Inácio Lula da Silva. A iniciativa ocorre em meio a negociações de bastidores entre o petista e dirigentes do MDB sobre a

possibilidade de indicação de um nome da legenda para a vaga de vice-presidente na chapa. Mesmo tendo nomes próxi-

mos ao governo federal, como o senador Renan Calheiros (MDB-AL) e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, o MDB reúne grupos internos com posições diferentes. Líderes regionais, principalmente de Estados governados pelo

centro ou pela direita, defendem distância de Lula. “A ampla maioria dos diretórios do MDB é frontalmente contrária a uma aliança com o PT”, disse o vice-governador de Goiás e presidente estadual do MDB, Daniel Vilela. ● MARIA MAGNABOSCO



● Conflito no Oriente Médio ● Cerco ao Irã



Israel invade Líbano e Irã escolhe novo líder em meio a ataques à cúpula

— Segundo ‘New York Times’, sucessor do aiatolá Khamenei, que morreu no sábado, deve ser seu filho Mojtaba, um clérigo com fortes laços com a Guarda Revolucionária

.....
BEIRUTE
.....

Israel invadiu ontem com tropas terrestres o sul do Líbano. O objetivo é criar uma “zona-tampão” para evitar ataques contra seu território feitos pelo Hezbollah, milícia xiita libanesa, aliada do Irã. Em meio aos bombardeios, os principais clérigos responsáveis pela escolha do próximo líder supremo do Irã se reuniram para deliberar e o filho do aiatolá Ali Khamenei, Mojtaba Khamenei, de 56 anos, emergiu como o favorito absoluto. O aiatolá foi morto no sábado.

Segundo o *New York Times*, que citou três autoridades iranianas familiarizadas com as deliberações, os clérigos planejavam anunciar hoje que Mojtaba seria o sucessor, mas alguns expressaram reservas, temendo que isso pudesse expô-lo co-



Covas coletivas de crianças sendo cavadas em Minab, no Irã

mo alvo dos EUA e Israel. A escolha é feita pela Assembleia de Especialistas, um conselho de 88 aiatolás. Em condições normais, eles se reuniriam em um prédio em Qom, ao sul de

Teerã. O local foi destruído ontem por um ataque israelense. A agência Fars disse que ninguém estava no local e eles se reuniram virtualmente.

Ao mesmo tempo, caças is-

.....
Multidão segue funeral de crianças no Irã; ONU fala em crime de guerra
.....

Na cidade de Minab, no Irã, uma multidão acompanhou ontem o funeral coletivo de mais de 170 crianças e professoras mortas em um ataque a uma escola feminina de ensino fundamental, no sábado. O governo iraniano acusou Israel, que negou a autoria do bombardeio.

Parentes, amigos e vizinhos ergueram fotos das meninas, algumas com 7 anos,

ao redor dos pequenos caixões cobertos com a bandeira do Irã, recitando orações em homenagem às vítimas.

Ontem, o alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, pediu uma investigação “rápida, imparcial e completa” sobre as mortes. De acordo com o representante da ONU, o ataque representa uma violação do direito internacional humanitário e pode configurar crime de guerra.

“O ônus cabe às forças que realizaram o ataque”, declarou Türk. ● AP e AFP

raelenses, com ajuda dos EUA, bombardearam alvos em Teerã, visando eliminar o restante da liderança civil iraniana. Bombas caíram ontem sobre a sede da presidência e sobre o

prédio do Conselho Supremo de Segurança Nacional. O total de mortos chegou a 787.

Na Casa Branca, durante encontro com o chanceler alemão, Friedrich Merz, Donald



Ataque de Israel destrói prédio em Beirute

AFP

sem qualquer influência do governo israelense.

A justificativa para o início da guerra já mudou várias vezes desde sábado. No primeiro dia, Trump disse que atacou porque o Irã estava prestes a obter mísseis capazes de atingir os EUA, embora os serviços de inteligência americanos admitam que a ameaça é exagerada. No domingo, a razão da guerra era “mudar o regime” em Teerã, o que especialistas dizem que só pode ser alcançado com envio de tropas terrestres.

Em seguida, Pete Hegseth, secretário de Defesa, afirmou que a justificativa da guerra era impedir o Irã de obter armas nucleares. Foi quando Rubio, na segunda-feira, apresentou aos congressistas uma quarta narrativa: que os EUA sabiam que Israel atacaria o Irã, o que provocaria uma reação iraniana contra forças americanas e possíveis baixas.

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, também rejeitou a versão de Rubio, de que Israel teria arrastado os EUA para a guerra. “Isso é ridículo”, disse o premiê, em entrevista à Fox News. “Trump é o líder mais poderoso do mundo. Ele faz o que acha certo para os EUA.”

Com a intensificação dos combates, a preocupação dos militares americanos continua sendo com o estoque de interceptadores usados contra os disparos do Irã. Os EUA travam uma corrida contra o tempo para destruir lançadores, foguetes e mísseis iranianos antes que acabe o estoque de Patriots e dos sistemas de defesa de alta altitude (THAAD).

Ontem, no entanto, contrariando seus generais, Trump garantiu que os EUA possuem munições “ilimitadas” para travar guerras “para sempre”. Ao mesmo tempo, ele acusou Joe Biden de não ter reabastecido o arsenal americano e de enviar armas para a Ucrânia.

COMBATES. Enquanto o governo americano busca um verniz de legalidade para a guerra, os combates seguem violentos em várias frentes. No Líbano, os bombardeios a Beirute e a invasão terrestre de Israel deixaram mais de 50 mortos e quase 60 mil deslocados.

O exército do Líbano recuou para posições seguras, sinalizando que não apoiará o Hezbollah. O isolamento da milícia xiita dentro da sociedade libanesa, cada vez mais insatisfeita, é uma das consequências inesperadas dos ataques de Israel. ● **NVT e AP**

Trump reclamou da ausência de interlocutores para negociar um acordo com o Irã. Segundo ele, todas as autoridades com as quais ele aceitava trabalhar foram mortas. A repórteres, o presidente afirmou pela primeira vez que o maior temor é que o próximo aiatolá seja “pior” que seus antecessores. O temor não era infundado.

Mojtaba é o segundo filho de Khamenei e tem forte ligação com a Guarda Revolucionária, que estaria pressionado a Assembleia de Especialistas para elegê-lo. Segundo relatos, seu nome não constava na lista do pai, já que a sucessão familiar não é bem vista entre os xiitas.

VERSÃO. Ontem, Trump contou uma nova versão sobre o início da guerra e contradisse o

Alto risco
Imagens de satélite
mostram danos na central
nuclear de Natanz, atingida
duas vezes no domingo

secretário de Estado Marco Rubio, que afirmou que os EUA atacaram o Irã de forma preventiva. O presidente americano afirmou que não foi bem assim. Segundo ele, o Irã estava prestes a atacar Israel e países do Golfo Pérsico, e ele tomou a decisão de atacar primeiro –

Israel aproveita para remodelar a região

ANÁLISE

DAVID M. HALBFINGER
RONEN BERGMAN
THE NEW YORK TIMES

Por anos, ao mesmo tempo que denunciava o programa nuclear iraniano, Israel parecia impedido de confrontar o Irã. Seu temor era que o Hezbollah, aliado político e braço militar de Teerã no Líbano, acionasse seu arsenal contra Haifa e Tel-Aviv. Agora, Israel e EUA controlam o espaço aéreo do Irã e estão destruindo sua infraestrutura e seus mísseis balísticos. E, quando o Hezbollah entrou na luta, ainda que simbolicamente – com uma única e fraca saraivada de foguetes e drones –, Israel conseguiu o pretexto que precisava. O governo anunciou uma contraofensiva, mais significativa e planejada há um bom tempo, atingindo líderes do Hezbollah em todo o Líbano.

Encorajado por sua parceria com os EUA, Israel está usando a nova guerra como uma oportunidade para perseguir sua própria agenda geopolítica. “Vamos encerrar esta campanha não apenas com o Irã atingido, mas também com o Hezbollah sofrendo um golpe devastador”, disse o general Eyal Zamir, chefe do Estado-Maior, aos comandantes na fronteira norte de Israel. Ele indicou que a luta contra o Hezbollah será longa.

Israel iniciou esse conflito de forma oportunista, refletindo uma mudança no pensamento estratégico do país após o ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023 e as falhas de inteligência que o viabilizaram.

Israel deixou de confiar na capacidade de seu serviço de inteligência de interpretar as intenções de seus adversários. Portanto, quando inimigos determinados a destruir Israel começam a acumular meios para alcançar esse objetivo, o país agora considera imperativo destruir essas capacidades quando tiver oportunidade. “É por isso que a discussão sobre o Irã realmente estar prestes a desenvolver armas nucleares já não importa”, disse a analista Shira Efron, do instituto Rand.

De acordo com três autoridades de defesa israelenses, o premiê Binyamin Netanyahu ordenou aos seus comandantes militares, no fim do ano passado, a planejar um ataque isolado ao Irã, entre abril e junho.

Os comandantes não se entusiasmaram porque não acreditaram que Israel, agindo sozinho, fosse capaz de alcançar mais do que havia obtido na guerra de 12 dias contra o Irã, em junho. E também se preocuparam com sua capacidade de se defender contra o que esperavam ser uma resposta iraniana contra centros populacionais israelenses com mísseis balísticos, disse uma fonte.

Quando ficou claro que os americanos seriam parceiros de Israel no ataque contra o Irã e os EUA começaram a concentrar forças na região, disseram duas autoridades, os generais israelenses mudaram de ideia. E aproveitaram uma oportunidade histórica para atacar.

Ocupação
Analistas já esperavam
uma operação terrestre de
Israel no Líbano, não
apenas ataques aéreos

Os americanos terem assumido grande parte do ônus possibilitou a Israel acionar sua maior frota aérea de todos os tempos no sábado, afirmaram duas autoridades. Isso permitiu a realização de um ataque devastador contra os lançadores de mísseis iranianos.

ESTUPIDEZ. Em contraste, a campanha de Israel contra o Hezbollah, segundo analistas, indica que o país tinha planejado esse ataque meses atrás e aguardava um pretexto para executá-lo. “Israel estava à espera da oportunidade”, disse Orna Mizrahi, ex-vice-conselheira especializada em Líbano do Instituto de Estudos de Segurança Nacional, de Tel-Aviv. Mizrahi classificou o ataque realizado pelo Hezbollah na segunda-feira como uma “aventura estúpida”.

Desde a guerra contra o Hezbollah, em outubro e novembro de 2024, Israel acusa o grupo de violar o cessar-fogo e atacar o que classifica como alvos terroristas quase diariamente.

“Por isso planejaram outra campanha”, disse Mizrahi. “A cada duas casas havia infraestrutura militar. Havia muito o que fazer, e Israel não conseguia concluir.” O Hezbollah, por sua vez, afirma que os ataques israelenses foram violações do cessar-fogo e descreveu sua ofensiva de segunda-feira como uma resposta às provocações. Dezenas de milhares de libaneses foram retirados de suas casas desde o início dos

combates e 52 pessoas foram mortas na segunda-feira, segundo o governo libanês.

Por meses, Israel ameaçou lançar uma nova ofensiva se o governo do Líbano não acelerasse o desarmamento do Hezbollah, conforme exigido no cessar-fogo de 2024. Apesar de enfraquecido, o grupo resistiu ao desarmamento – a menos que Israel interrompesse seus ataques e se retirasse de várias pequenas áreas que mantinha em território libanês.

Em janeiro, o exército libanês afirmou que assumiu o controle operacional ao sul do Rio Litani, com exceção dos postos avançados israelenses. “Mas isso não significa que eles eliminaram toda a presença militar do Hezbollah”, disse Mizrahi. “Eles nem fingiram sair. E isso não é suficiente para Israel.”

Analistas já esperavam uma operação terrestre de Israel no Líbano, ressaltando o acionamento de reservistas israelenses na fronteira. Um porta-voz militar de Israel anunciou que soldados realmente tinham tomado novas áreas do sul do Líbano, mas insistiu que a ação é uma “medida tática”, não de uma manobra mais ampla nem uma invasão.

DESARMAMENTO. O general aposentado Shimon Shapira, que estuda o Hezbollah, disse que o objetivo da nova ofensiva tem de ser o desmantelamento de suas capacidades militares. “O objetivo é transformar o Hezbollah em um partido político”, disse. “Podem tomar os mísseis, as armas, as munições, isso vocês podem fazer. E, no caminho, matem os comandantes.”

Na segunda-feira, Netanyahu, em visita ao local de um ataque letal com mísseis do Irã, garantiu “está chegando o dia” em que o povo iraniano poderá se libertar do “jugo da tirania”. E, quando esse dia chegar, disse, “Israel e EUA estarão lá”.

Os líderes de Israel, otimistas em relação às perspectivas desta guerra em duas frentes e ao que o conflito pode significar para a região, não deveria surpreender. Exceto pela guerra em Gaza, Israel teve um período de forte predomínio militar nos anos recentes, enfraquecendo aliados do Irã e ofuscando seus fracassos com repetidas operações da inteligência e ataques aéreos devastadores. Mas a autoconfiança arrogante de Israel também engendra a possibilidade de excessos.

Efron afirmou que Israel precisa lembrar de estabelecer acordos políticos, não apenas fazer guerra. “Ninguém gosta do Irã, mas isso não significa que o comportamento agressivo de Israel seja aceitável.” ●

HALBFINGER É CHEFE DA SUCURSAL EM JERUSALÉM. BERGMAN É REPÓRTER EM TEL-AVIV

● Conflito no Oriente Médio ● Reação iraniana

Irã intensifica ataques retaliatórios e mira alvos estratégicos na região

Embaixadas, bases militares e infraestrutura de energia foram atingidas em países do Golfo Pérsico

RIAD

Os EUA fecharam ontem suas embaixadas no Líbano, na Arábia Saudita e no Kuwait e ordenaram a retirada de pessoal não essencial de outros cinco países após drones iranianos atingirem representações diplomáticas americanas no Golfo Pérsico. No Catar, uma base americana foi atingida por um drone, sem deixar vítimas.

Desde segunda-feira, o Irã tem aumentado ataques com drones contra alvos diplomáticos, militares e comerciais de americanos e aliados em toda a região para retaliar os bombardeios de Israel e EUA que levaram à morte do líder supremo xiita, Ali Khamenei, no sábado. Com isso, funcionários do governo americano e suas famílias deixarão os Emirados Árabes, Catar, Kuwait, Bahrein, Iraque e Jordânia.

O contra-ataque iraniano também atingiu indústrias produtoras de gás e combustível, além de prejudicar o transporte de petróleo pelo Estreito de Ormuz, por onde passam 20% da produção mundial.

Donald Trump disse ontem que, se necessário, a marinha dos EUA escoltará os petroleiros através do estreito, após as advertências da Guarda Revolucionária iraniana de que atacaria qualquer embarcação que

tentasse navegar por ali. O Irã voltou a lançar ontem centenas de mísseis e drones contra países do Golfo que abrigam bases aéreas dos EUA, incluindo Emirados Árabes, Catar e Bahrein. A Jordânia também relatou ataques. A maioria foi interceptada. A ofensiva, no entanto, ampliou a preocupação em Washington e nos mercados com os prejuízos provocados pelo conflito.

EMBAIXADAS. A Embaixada dos EUA em Beirute anunciou ontem que permanecerá fechada até novo aviso, em resposta aos ataques israelenses contra o Líbano – Israel lançou a ofensiva em retaliação aos foguetes do Hezbollah. Na segunda-feira, a embaixada na capital libanesa havia pedido para que os cidadãos americanos deixassem o país imediatamente.

Ameaças
Donald Trump disse que, se necessário, marinha dos EUA escoltará petroleiros no Estreito de Ormuz

Já a Embaixada dos EUA em Riad, capital da Arábia Saudita, fechou as portas após um ataque que provocou um incêndio e causou danos ao prédio. A ofensiva parece ter sido realizada por dois drones, informou o Ministério da Defesa saudita, sem especificar sua origem.

Algumas horas depois, o governo saudita afirmou que oito drones foram interceptados e destruídos perto das cidades de Riad e Al-Kharj, a sudeste da capital. A Embaixada do Cana-

dá em Riad também anunciou que fecharia as portas. Um ataque similar ocorreu no Kuwait, onde a embaixada americana também foi fechada.

ENERGIA. Nos Emirados Árabes, o objetivo dos ataques iranianos foram ativos econômicos. Um deles atingiu a Zona Industrial de Petróleo de Fujairah. Não houve relatos de feridos. O local é um centro energético estratégico para os Emirados Árabes. Localizada no Golfo de Omã, fora do Estreito de Ormuz, abriga infraestrutura essencial de armazenamento e exportação, incluindo instalações que permitem que as exportações de petróleo bruto contornem o bloqueio iraniano.

A Amazon, empresa de computação em nuvem, informou que duas de suas instalações nos Emirados Árabes foram atingidas por drones e permaneciam “significativamente danificadas” ontem de manhã.

Um dos ataques ocorreu no domingo e provocou um incêndio no centro de dados, conforme relatado anteriormente pela Amazon Web Services. Um drone também caiu perto e causou estragos a uma de suas instalações no Bahrein.

Em resposta às ações iranianas, os Emirados Árabes declararam possuir um “estoque estratégico suficiente” de armamentos e sistemas de defesa para interceptar mísseis e drones iranianos “por longos períodos”, disse um porta-voz do Ministério da Defesa a jornalistas.

O país sofreu mais de 800 ataques com drones e quase 200 com mísseis nos últimos dias,



Colunas de fumaça se erguem sobre Dubai após ataque do Irã

que deixaram 3 mortos e 68 feridos. O porta-voz Abdul Nasser Al Humaidi disse que a maioria desses ataques foi interceptada, mas 57 drones e 1 míssil balístico atingiram o território dos Emirados Árabes.

BASES. No Catar, um míssil iraniano atingiu ontem a base americana de Al-Udeid, segundo o Ministério da Defesa local. O governo do Catar afirmou que o Irã lançou dois mísseis contra seu território, um deles foi interceptado e o outro atingiu a base “sem causar vítimas”.

Os maiores prejuízos para o país, no entanto, afetam os setores de aviação e gás natural. A Qatar Airways informou que seus voos permanecem suspensos porque o espaço aéreo do país ainda está fechado.

O conflito afetou gravemente as operações aéreas em uma região que abriga alguns dos aeroportos mais movimentados do mundo, incluindo o Aeroporto Internacional de Dubai. O cancelamento de pelo menos 11 mil voos de ou para o Oriente Médio afetou mais de 1 milhão de passageiros, segundo a empresa de dados de aviação.

Estratégia de Teerã é sobreviver a Trump

ANÁLISE

STEVEN ERLANGER
THE NEW YORK TIMES

A prioridade do Irã é sobreviver. Para isso, seus líderes tentam aumentar o custo da guerra para Donald Trump – em termos de baixas americanas, de energia e inflação – para convencê-lo a declarar vitória e voltar pa-

ra casa. Diante do poderio bélico esmagador dos EUA e de Israel, diplomatas e analistas afirmam que o Irã está trabalhando para expandir o campo de batalha para toda a região.

Os objetivos são danificar a infraestrutura de petróleo e gás de países vizinhos, fechar o Estreito de Ormuz e restringir o tráfego aéreo – tudo para desestabilizar o Golfo Pérsico e aumentar os preços globais da energia e a inflação. O Irã também tenta esgotar o número

de interceptadores de mísseis que seus inimigos possuem.

“A guerra se tornou um teste de vontade e resistência”, disse Vali Nasr, da Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins, em Washington. “O Irã enfrenta forças militares qualitativamente superiores, então a estratégia é testá-las expandindo o campo de batalha, complicando a guerra e aumentando o perigo para a economia mundial.”

Não é complicado. Ali Vaez, diretor do centro de estudos International Crisis Group, disse: “Os iranianos querem espalhar o máximo possível de sofrimento, independentemente do custo para si mesmos e das relações com seus vizinhos, na es-

perança de criar oposição suficiente à guerra para obrigar Trump a recuar. A sobrevivência é uma vitória, mesmo que seja uma vitória de Pirro.”

Escalada
Para diplomatas e analistas, o Irã trabalha para ampliar o campo de batalha para toda a região

O plano é o chamado “resistência assimétrica”, que consiste de aceitar danos iniciais para preservar a capacidade de intensificar o conflito quando as defesas aéreas israelenses e americanas estiverem sobrecarregadas. A lógica é que Trump, enfren-

tando eleições de meio de mandato e um trumpismo cético, optará por encerrar a guerra antes que as baixas americanas e a inflação aumentem.

PRESSÃO. Bases e embaixadas americanas já foram atacadas, seis soldados dos EUA morreram e três aviões foram abatidos. O Hezbollah entrou na guerra, e os países do Golfo estão apreensivos e ficando sem interceptadores usados contra os drones iranianos. Instalações de energia de Arábia Saudita e Catar foram atingidas. Os preços do petróleo e do gás dispararam, e a navegação parou no Estreito de Ormuz, por onde passa um quinto do petróleo consumido no mundo.



PLANET LABS PBC/AFP

.....
**EUA divulgam
nomes de soldados
mortos em ataque**

O Pentágono divulgou os nomes de quatro dos seis soldados americanos mortos em um ataque com drone na primeira ofensiva contra instalações militares dos EUA em meio à guerra do contra o Irã.

Quatro soldados da reserva do exército foram mortos por um drone iraniano detonado em Port Shuaiba, no Kuwait, no domingo, a 109 quilômetros do território iraniano, do outro lado do Golfo Pérsico.

O Pentágono não identificou os outros dois militares que morreram no ataque.

Os soldados mortos são o capitão Cody Khork, de 35 anos, de Winter Haven, Flórida; o sargento de 1.ª Classe Noah Tietjens, de 42 anos, de Bellevue, Nebraska; a sargento de 1.ª Classe Nicole Amor, de 39 anos, de White Bear Lake, Minnesota; e o sargento Declan Coady, de 20 anos, de West Des Moines, Iowa. ● NYT

ção Cirium.

A agência de notícias nacional de Omã afirmou que um drone caiu perto do porto de

.....
**Ameaças
Alto comandante da
Guarda Revolucionária
adverte que bombardeios
continuarão na região**

Salalah, um dos maiores centros marítimos e logísticos do país. Não houve relatos de vítimas ou perdas materiais. Outros dois drones foram abati-

dos no sudoeste de. Omã, que atuou como mediador nas negociações entre Irã e EUA para evitar uma guerra. O governo local condenou os ataques e afirmou que tomará “todas as medidas necessárias para manter a segurança do país”.

AMEAÇAS. O general Ebrahim Jabari, um alto comandante da Guarda Revolucionária, advertiu ontem que os bombardeios continuarão contra “todos os centros econômicos” do Oriente Médio como represálias e acrescentou que o preço do petróleo, que subiu ontem

para US\$ 85 antes de cair, poderia chegar a US\$ 200. Mais tarde, o Irã anunciou o lançamento de uma nova série de drones e mísseis contra Israel.

Em uma operação cinematográfica, Israel realizou ontem uma operação secreta de retirada de parte de sua equipe da Embaixada nos Emirados Árabes, após dois atentados terroristas iranianos terem sido frustrados nos últimos dias. ● NYT e AFP

.....
**GUERRA FAZ VALOR DO BARRIL DO
PETRÓLEO ULTRAPASSAR US\$ 80. PÁG. B1**

Ali Larijani, secretário do Conselho de Segurança Nacional, afirmou que o Irã, “ao contrário dos EUA, se preparou para uma guerra longa”, incluindo planos para escalada gradual e expansão do campo de batalha. O analista militar Franz-Stefan Gady classificou o conflito como “uma corrida contra o tempo”. Israel, EUA e seus aliados estão tentando destruir mísseis e lançadores para que as armas iranianas mais avançadas não possam ser lançadas quando houver escassez de interceptadores.

A estratégia do Irã é clara, assim como os riscos, que já estão ficando evidentes. Trump prometeu continuar a guerra por pelo menos mais um mês e

não descartou o envio de tropas terrestres. O secretário de Estado americano, Marco Rubio, disse que os golpes mais duros “ainda estão por vir”, e o Pentágono afirmou que enviará mais soldados e caças.

Também há indícios, segundo analistas, de que os EUA estejam incentivando minorias iranianas, como curdos e balúchis, a se rebelar contra o governo, bombardeando posições da polícia e do exército na esperança de criar uma revolta popular.

Embora o Irã tenha atacado países do Golfo, incluindo hotéis e aeroportos, Teerã até agora não conseguiu criar uma cisão entre eles e Washington. As nações do Conselho de Coor-

peração do Golfo (CCG), incluindo a Arábia Saudita, emitiram uma declaração destacando “sua posição unida contra os ataques, enfatizando que a segurança dos Estados-membros do CCG é indivisível” e reservando-se o direito de responder em legítima defesa.

.....
**Defesas antiaéreas
Os ataques do Irã visam
também esgotar os
interceptadores de
mísseis de seus inimigos**

No passado, países do Golfo atuaram como mediadores, pedindo que os EUA buscassem negociações em vez de

Trump chama Espanha de ‘terrível’ e ameaça cortar relação comercial

.....
WASHINGTON
.....

Donald Trump ameaçou ontem cortar relações comerciais com a Espanha, após o governo espanhol não autorizar que os EUA utilizem suas bases para atacar o Irã. Os ataques ao governo espanhol ocorreram durante encontro com o chanceler da Alemanha, Friedrich Merz, na Casa Branca.

“Alguns países europeus têm sido úteis e ajudado. Outros, não. A Alemanha tem sido incrível. Mas a Espanha, terrível. Eu falei para o Scott (*Bessent, secretário do Tesouro dos EUA*) para encerrar todos os acordos com a Espanha”, disse Trump. “Vamos cortar todas as relações comerciais com a Espanha. Não queremos ter nada com a Espanha. Eles não têm nada que precisemos.”

Ao lado do presidente americano, Bessent assentiu, afirmando que Trump poderia impor tarifas e fazer o que quisesse. Na prática, no entanto, a situação é mais complicada. A política comercial espanhola é gerida pela União Europeia. Além disso, a Espanha tem déficit comercial com os EUA e está mais protegida do que outros países europeus de represálias americanas.

O premiê espanhol, o socialista Pedro Sánchez, tem sido uma pedra no sapato de Trump. Ele criticou a guerra em Gaza, a captura de Nicolás Maduro e disse que não vai aumentar seus gastos militares. “Era exatamente isso que Sánchez queria”, disse Ramón Ferriz, colunista do jornal *El Confidencial*. “Ele vem buscando um confronto com Trump desde janeiro. Ele sabe que o americano é impopular na Espanha.”

O governo espanhol respondeu em tom desafiador, afirmando que nenhuma mudança pode ocorrer unilateralmente. “Se desejam rever a situação, os EUA devem respeitar a autonomia das empresas privadas, o direito internacional e os acordos com a UE”, disse Madri, em comunicado.

CHURCHILL. Além da Espanha, Trump criticou o Reino Unido, que também não cedeu bases para a ofensiva – apenas para operações de defesa. O americano disse que a relação especial com os britânicos já “não é a mesma” e que está insatisfeito com o premiê, Keir Starmer.

.....
**Distância
A falta de respaldo dos
europeus a Trump reflete a
preocupação do continente
com a Ucrânia**

“Ele não é o Winston Churchill. Ele está nos deixando pousar em algumas bases, e nós somos gratos. Mas não estamos pedindo tropas”, reclamou Trump.

Em discurso no Parlamento britânico, na segunda-feira, Starmer prometeu não participar da guerra, dizendo que seu governo não repetirá os mesmos erros do Iraque, em 2004 – em referência ao apoio automático à invasão americana.

A falta de respaldo mostra que a Europa está preocupada com outra guerra, na Ucrânia, e quer manter distância do conflito no Oriente Médio. O Irã ameaçou os europeus, caso eles entrem na guerra. Por enquanto, Reino Unido e França enviaram forças, mas para proteger o Chipre, membro da UE, de drones do Hezbollah. ● AFP e NYT

guerra. “Mas, sob ataque do Irã, essas nações agora estão mais propensas a permitir que os americanos tenham maior acesso ao seu espaço aéreo e território, o que ajuda os EUA em operações mais eficientes”, disse Hasan Alhasan, especialista do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres.

ACORDO. Trump fala frequentemente sobre seu desejo de fazer um acordo com o Irã e recentemente mencionou o exemplo da Venezuela, onde se contentou em capturar Nicolás Maduro, mas deixou seu governo intacto. É possível que o Irã também substitua o líder supremo, o aiatolá Ali

Khamenei, por outro menos ideológico e que esteja disposto a negociar um acordo sobre seu programa nuclear para preservar o sistema.

“Eles (*os americanos*) já alcançaram vários de seus objetivos”, disse Matthew Kroenig, ex-funcionário do Departamento de Defesa dos EUA e vice-presidente do Atlantic Council. “Khamenei e grande parte da liderança do Irã estão mortos, e os programas nucleares e de mísseis, assim como outras capacidades militares, estão gravemente degradados. Os americanos poderiam voltar para casa a qualquer momento e declarar vitória.” ●

.....
É JORNALISTA



Andrés Oppenheimer

Trump usa tarifas como arma

A parte mais desconcertante do discurso do Estado da União de Donald Trump foi sua fixação em tarifas que já foram declaradas inconstitucionais pela Suprema Corte, mas não conseguiram impulsionar a economia americana.

Não é preciso um doutorado em economia para entender por que ele está tão obcecado por elas, mas, antes de entrarmos nesse assunto, vejamos o que suas tarifas de importação conseguiram até agora.

Quando anunciou as tarifas, Trump prometeu que elas reduziriam o déficit comercial dos EUA, trariam de volta fábri-

cas da China e do México e desencadeariam um boom industrial nos EUA.

Nada disso aconteceu. Em vez disso, o renascimento industrial não se materializou: o número de empregos em fábricas americanas caiu em 103 mil no ano passado, segundo o Departamento de Estatísticas do Trabalho.

A razão é simples: ainda é muito mais barato para as multinacionais produzir bens na Ásia, no México ou no Canadá do que nos EUA, e é improvável que isso mude em breve. Quanto ao déficit comercial, ele permaneceu praticamente inalterado no ano passado, de

acordo com o Departamento de Análise Econômica.

O que torna a insistência de Trump em impor tarifas ainda mais intrigante é a impopularidade delas. Uma nova pesqui-

A maioria dos americanos acredita que tarifas estão sendo simplesmente repassadas a eles

sa da CNN mostra que 62% dos americanos desaprovam as tarifas, enquanto apenas 37% as apoiam. Uma pesquisa da Fox News encontrou uma

oposição ainda maior: 63% dos americanos as desaprovam, enquanto 37% as apoiam. A maioria dos americanos acredita que essas tarifas são simplesmente repassadas pelos importadores aos consumidores, que acabam pagando mais por brinquedos, televisores, café e outros produtos importados.

Então, por que Trump está insistindo tanto, se elas estão prejudicando sua popularidade e não gerando ganhos econômicos?

A resposta é poder. Trump quer estar no centro do cenário mundial, exercendo um tipo de poder que nenhum presidente americano recente usou: o de

transformar o comércio em uma ferramenta para punir inimigos e recompensar aliados.

Trump deixou claro que as tarifas não são apenas uma tática temporária, mas um pilar central de sua agenda. De uma forma ou de outra, Trump não deve ser subestimado quando promete manter tarifas alfandegárias elevadas, apesar de sua impopularidade. Em sua visão, elas não são apenas impostos – são uma arma política para exercer poder, mesmo que causem mais danos do que benefícios à economia. ●

É COLUNISTA DO 'MIAMI HERALD', APRESENTADOR DO PROGRAMA 'OPPENHEIMER APRESENTA' NA CNN EM ESPANHOL

SEG. Oliver Stuenkel (quinzenalmente) ● QUA. Andrés Oppenheimer ● DOM. Lourival Sant'Anna

Após notas

Comissão convoca Vieira para explicar posição do Brasil

.....
FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA
.....

O tom das manifestações do governo brasileiro em notas oficiais sobre a guerra no Oriente Médio tornou-se motivo de questionamento político no Congresso. O chanceler Mauro Vieira foi convocado a se explicar perante os deputados na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,

na Câmara, dominada pela oposição. Agora, uma data será agendada. O ministro é obrigado a comparecer.

Ontem, o governo Luiz Inácio Lula da Silva manifestou preocupação com o alastramento do conflito para o Líbano, com enfrentamentos entre Israel e o Hezbollah, milícia xiita aliada de Teerã.

Em comunicado divulgado pelo Itamaraty, o governo brasileiro disse que “acompanha,

com grande preocupação, a extensão do atual conflito no Oriente Médio para o Líbano, com o lançamento de projéteis pelo Hezbollah contra Israel e os ataques israelenses contra o território libanês, incluindo a região de Beirute”.

Esta é a terceira nota do governo Lula a respeito do conflito na região. O Brasil condenou o ataque dos EUA e de Israel contra o Irã, que resultou na morte do líder supremo ira-

niano, aiatolá Ali Khamenei. E destacou que ocorreu durante um processo de negociação diplomática.

Em seguida, o governo manifestou profunda preocupação com a “escalada das hostilidades na região do Golfo”, uma referência aos disparos de mísseis e drones, por retaliação, por parte do Irã a instalações dos EUA nos países árabes. O País apelou à “interrupção de ações militares ofensivas”.

A guerra também passou a ser uma variável na definição dos planos da visita de Lula a Washington. Lula tinha expectativa de realizar a viagem na segunda quinzena deste mês, para discutir principalmente a relação bilateral com o presidente americano, Donald Trump, mas agora integrantes do governo já entendem que a duração do conflito pode atrapalhar o planejamento da visita. ●

UNIVERSIDADE CORPORATIVA

SECOVISP

Informe Publicitário

Jornalista Responsável: **Silvia Carneiro** - MTb - 19.466 | Ano 19 | Nº 194 | Fevereiro de 2026

Noções sobre Direito Ambiental são decisivas para o setor imobiliário

No mercado de imóveis, o Direito Ambiental deixou de ser um "detalhe jurídico" para se tornar o eixo central da viabilidade de qualquer negócio.

Com a crescente valorização da agenda ESG (Ambiental, Social e Governança) e o rigor das leis brasileiras, ignorar essa área pode resultar em prejuízos financeiros astronômicos e penalização criminal.

A responsabilidade por danos ambientais é objetiva (independe de culpa). A aquisição e a intermediação de um terreno contaminado ou com desmatamento irregular, por exemplo, impõe ao novo proprietário o dever de recuperar a área, mesmo que não tenha causado o dano.

O faseado processo de Licenciamento Ambiental é complexo, assim como a aplicação do Código Florestal (Lei 12.651/12) em áreas urbanas. Além disso, os bancos brasileiros seguem diretrizes que impedem a concessão de crédito para projetos que não comprovem conformidade com as regras.

Inúmeras empresas encontram dificuldades em realizar o licenciamento ambiental de suas obras



Domínio sobre premissas elementares de tão complexa matéria evita riscos e penalidades

em função das restrições ambientais e de entendimentos do Ministério Público e do Judiciário sobre o tema, sendo a busca da segurança jurídica um permanente desafio.

Para fornecer as noções básicas a pessoas que possuam, ou não, formação jurídica, a Universidade Corporativa do Secovi-SP oferece, de 07/04 a 05/05, o curso “Direito Ambiental”. A iniciativa é destinada a empresários, profissionais e colaboradores de empresas do setor imobiliário. Inscrições abertas. Programação completa do curso no QR Code.



Espanha

Francesa Gisèle Pelicot é condecorada por primeiro-ministro da Espanha

_____ A francesa Gisèle Pelicot, que se tornou uma figura global na luta contra a violência de gênero, foi condecorada ontem pelo primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez, que elogiou sua determinação e expressou seu profundo respeito por ela. ●

Lei restritiva

Médicos são condenados na Polônia por atrasar aborto que terminou em morte

_____ Três médicos poloneses, acusados de retardar a realização de um aborto em uma mulher que acabou morrendo de choque séptico, foram condenados ontem à prisão. O caso desencadeou protestos contra as leis antiaborto no país. ●

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O Presidente do SEACOTURH - Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, Empregados em Edifícios e Condomínios (Residenciais e Comerciais) e Empregados em Turismo e Hospitalidade de Osasco e Região, inscrito no CNPJ sob o nº 65.690.455/0001-21 no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONVOCA todos os trabalhadores, associados quites com suas obrigações estatutárias, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 09 de março de 2026 às 9h00min, em 1ª convocação, na sede do Sindicato à Rua Erasmo Braga, nº 205, Presidente Altino, Osasco-SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) aprovação, ou não, da proposta de Alteração estatutária da Entidade Sindical. b) Manutenção da Assembleia Geral, permitindo-se a continuidade da participação ativa dos associados de forma direta individual ou coletiva nos locais de trabalho, em caráter itinerante, até o cumprimento do quórum legal estatutário, conforme estabelece o §1º do art. 35, sendo a presença mínima de 1/3 dos associados quites do quadro social do sindicato. A votação será conforme Estatuto Social. Na falta de quórum a mesma será realizada em 2ª convocação, às 10h00min com qualquer número de presentes no mesmo dia e local acima citado. Osasco, 04 de março de 2026. **Natalino Francisco dos Santos** - Presidente.



Rio

Dois são presos por estupro coletivo; filho de subsecretário está foragido

— José Carlos Costa Simonin, que ocupava o posto na Secretaria de Direitos Humanos, foi demitido; menina de 17 anos foi atraída a apartamento por um colega adolescente

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Quatro jovens – incluindo um universitário, um jogador de futebol e o filho de um subsecretário de Direitos Humanos do governo do Rio – se tornaram réus pelo estupro coletivo de uma garota de 17 anos em Copacabana, zona sul carioca. Dois deles estão presos e dois estão foragidos. Um adolescente, que teria tido uma relação anterior com a vítima, teve a apreensão solicitada à Justiça, que já aceitou a denúncia contra os adultos.

Em razão do caso, o subsecretário José Carlos Costa Simonin foi demitido ontem. Ele ocupava o posto na Subsecretaria de Governança, Compliance e Gestão Administrativa, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do governo de Cláudio Castro (PL). Ele é pai de Vitor Hugo Oliveira Simonin, de 18 anos, que até ontem estava foragido. A reportagem tentou, sem sucesso, entrar em contato com ele e com a defesa do filho. Em nota, a secretaria diz que a demissão ocorreu no âmbito administrativo, para resguardar a integridade institucional e assegurar a condução responsável dos fatos.

Ontem, a Polícia Civil anunciou que dois suspeitos se entregaram: Mattheus Veríssimo Zoel Martins e João Gabriel Xavier Bertho, ambos de 19 anos. Bruno Felipe dos Santos Alegretti, de 18, teve a prisão decretada e, assim como Vitor Simonin, até ontem estava foragido. Também não se apresentou à polícia o garoto de 17 anos que, conforme as investigações, levou a adolescente até o apartamento. Ele e Simonin estudam no Colégio Pedro II, que informou ao jornal *O Globo* ter iniciado o processo de desligamento dos alunos.



Dos quatro adultos acusados, dois estão presos; o adolescente teve a apreensão solicitada à Justiça

Novas denúncias são feitas, incluindo relato semelhante de 2023

A Polícia Civil recebeu ontem novas denúncias contra os suspeitos. Os casos aconteceram em 2023 e em outubro do ano passado e estão sob investigação. Conforme as apurações, a vítima que sofreu a violência em outubro de 2023 tinha 14 anos na época e, na ocasião, também foi alvo de um estupro coletivo em um apartamento no bairro Maracanã.

Em nota divulgada no Instagram, a secretária Rosângela Gomes diz ter tomado conhecimento “das graves denúncias envolvendo o filho do subsecretário Simonin”. “Recebo essas informações com profunda indignação e tristeza.” A secretária diz que a gestão é pautada pela defesa dos direitos das mulheres e pelo combate à

As circunstâncias semelhantes ao caso recente surpreenderam os investigadores. “Um relato exatamente igual ao da vítima atual”, disse o delegado Ângelo Lages, da 12.ª DP (Copacabana), que está à frente das investigações. A vítima ainda relatou que, além da violência sexual, foi alvo de agressões e violência psicológica.

“Ou seja, ela já teve relacionamento anterior com o adolescente e ele se aproveitou dessa confiança para atraí-la até um apartamento. E, quando ela chegou nesse apartamento, estavam lá o Mattheus

– que se entregou hoje – e mais uma pessoa que ela conhece pelo nome de ‘Gabriel’.” A polícia apura se o suspeito ‘Gabriel’ seria na verdade João Bertho, que também se entregou.

Já a terceira denúncia, também feita por uma jovem menor de idade, informa que o caso aconteceu em outubro do ano passado. Segundo a vítima, ela foi violentada sexualmente por Vitor Hugo Oliveira Simonin, que está foragido, durante uma festa organizada entre os estudantes da escola. ● CAIO POSSATI

violência e “jamais compactuaria com qualquer ato que fira a dignidade feminina”. Segundo ela, a Secretaria da Mulher já está prestando todo o apoio jurídico e psicológico à vítima e à família. O governo do Rio também emitiu nota repudiando “veementemente o ato de extrema violência”.

O *Estadão* não conseguiu

contato com a defesa de Mattheus Martins, que se apresentou à polícia ontem. Em nota, a defesa de João Gabriel Bertho, que também se entregou, negou “com veemência” a ocorrência de estupro e emboscada. Afirmou que ele não tem nenhum histórico de violência e, até o momento, não teve oportunidade de ser ouvido pa-

ra se defender. A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Felipe Alegretti.

Também ontem, a 6.ª Câmara Criminal do Rio negou habeas corpus para revogar a prisão de três dos suspeitos. O Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ) diz em nota que processos sobre estupros de menores tramitam em segredo de Justiça.

O CRIME. O estupro coletivo da jovem aconteceu na noite de 31 de janeiro. Segundo a investigação, o menor convidou a vítima, colega de escola, para ir a um apartamento em Copacabana. O rapaz queria que ela levasse uma amiga, mas a adolescente foi sozinha.

Conforme depoimento da vítima, no elevador, o jovem

Judiciário e defesa

Defesa de jovem que se entregou nega o estupro; Justiça aceitou a denúncia contra os quatro adultos

avisou que mais amigos estariam no local, mas ela recusou qualquer relação com eles. No apartamento, a menina foi levada para o quarto pelo rapaz e, quando mantinham relação sexual, os outros quatro entraram. Ela pediu que não fosse tocada, mas eles tiraram a roupa e todos a violentaram.

Segundo a avó da vítima, ela “se sentia culpada”. A mulher, sem revelar o nome, deu entrevista na segunda-feira ao *Jornal Nacional*, da TV Globo. “Ela dizia que queria desistir da vida, por vergonha, porque achava que por onde passasse todo o mundo ia a apontar como estuprada e como culpada. Ela está conseguindo se conscientizar que não tem culpa, de que não está sozinha e de que ela importa. E que o ‘não’ dela é muito precioso e importa.” ●

Unirio barra aluno por 120 dias; clube suspende atleta

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) suspendeu por 120 dias o aluno Bruno Felipe dos Santos Alegretti, suspeito de participar do estupro coletivo de uma adolescente de 17 anos

em um apartamento em Copacabana, na zona sul do Rio. A reportagem não conseguiu contato com a defesa dele.

A Unirio destaca que a decisão da suspensão por quatro meses foi determinada direta-

mente pelo reitor José da Costa Filho, após apuração “com prudência e assertividade” sobre a veracidade das informações. Também fica vedado o direito do aluno de frequentar salas de aula, laboratórios de en-

sino ou de pesquisa, ambientes de apoio acadêmico como bibliotecas, restaurante universitário e outras áreas de convivência. Bruno é estudante de Ciências Ambientais.

“Repudiamos toda e qualquer forma de violência contra as mulheres”, diz a nota oficial da instituição.

JOGADOR. O Serrano FC também anunciou o afastamento de João Gabriel Xavier Bertho, suspeito do estupro coletivo em Copacabana. O clube suspendeu o contrato do atleta. Ele é considerado foragido. A defesa de João Gabriel negou que tenha ocorrido um estupro. ● J.M.T.

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira

Última Atualização: 03/03

HOJE: MANHÃ

☁️

20°

0%

HOJE: TARDE

☁️

24°

0%

HOJE: NOITE

☁️

19°

0%

VOLUME DE CHUVA

0MM

UMIDADE RELATIVA

50 a 90%

AMANHÃ

☁️

18°/27°

SEXTA

☁️

19°/30°

SÁBADO

☁️

20°/31°

DOMINGO

☁️

21°/29°

SOL

☀️

NASCENTE: 6h02

POENTE: 18h34

LUA: CHEIA

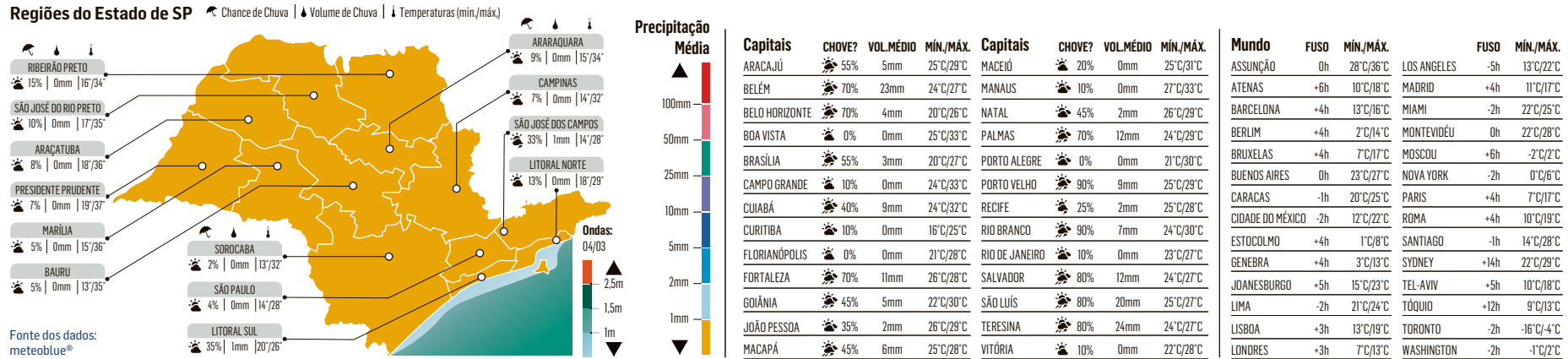
●

CHEIA 03/03 8h39

MINUANTE 11/03 6h41

NOVA 18/03 22h26

CRESCENTE 25/03 16h19



Thais Cremasco

‘O algoritmo encoraja homens a serem violentos’

Para especialista, há nas redes uma ampliação da misoginia, do ódio contra as mulheres

ENTREVISTA

Coordenadora do Núcleo de Violência Contra a Mulher da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP)

Em entrevista ao **Estadão**, a advogada e professora de pós-graduação em Direito da Mulher Thais Cremasco liga o avanço dos casos de feminicídio e violência contra meninas à falta de regulação das redes. “O algoritmo é machista e encoraja homens a serem violentos.”

A senhora acha que o recrudescimento das leis pode ser o caminho para reduzir os crimes?

Nós temos leis robustas. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil tem a terceira maior legislação sobre violência contra a mulher do mundo. Para mim, está muito claro que não existe ausência de legislação, mas uma cultura que protege homens que praticam violência contra a mulher, sejam eles feminicidas, violadores ou pedófilos.



RICARDO LIMA/ESTADÃO

Como deter o aumento da violência contra meninas? Temos uma sociedade que só pune depois de o crime acontecer. Temos de ter estratégias de prevenção. Dar atenção às crianças órfãs do feminicídio é importante? Claro que é. Mas o objetivo deveria ser que nenhuma mulher seja morta. Precisamos de um sistema que não mate mulheres. O erro não é a falta de leis ou punições. O problema é termos uma cultura que protege e beneficia homens que violentam e matam mulheres.

Há também aumento real do número de ocorrências. Por quê? Qual o papel das redes sociais? Vivemos numa cultura que perpetua a violência contra a mulher. E as redes sociais agluti-

nam as pessoas que pregam o discurso de ódio. Há também um movimento de backlash, ou contra-ataque, que ocorre todas as vezes que uma estrutura social oprimida tenta se salvar. No caso das mulheres, há uma ampliação da misoginia, desse ódio contra as mulheres, porque elas não aceitam mais a violência como outrora. Eu tinha dito que temos muitas leis e é verdade. Mas essa é uma lei que falta: criminalizar a misoginia e o discurso de ódio contra as mulheres na internet. Porque isso faz com que os homens se sintam encorajados a cometer novas violências.

A misoginia e o discurso de ódio nas redes é cada vez maior...

A gente fala muito em violência algorítmica. Como todo o sistema lucra com a violência contra a mulher, as plataformas entregam muito mais vídeos que criticam mulheres ou que romantizam mulheres servis e obedientes. O algoritmo é machista, na maior parte das vezes feito por homens, e reproduz violências. Há ainda as plataformas sem filtro. ●

ROBERTA JANSEN

SÃO PAULO RECLAMA

Pequena Cracolândia na Avenida Roberto Marinho

Reclamação de Eduardo Massa: “Uma nova Cracolândia está tomando conta de toda a Avenida Roberto Marinho, na região do Campo Belo e Brooklin, zona sul de São Paulo.”

Resposta: “A Secretaria da Segurança Pública do Estado está atenta à presença de pequenos grupos transitórios, que são monitorados de forma permanente pelas forças de segurança e acompanhados por equipes de saúde e desenvolvimento social, com abordagens individualizadas e humanizadas voltadas à reinserção social e ao tratamento desse público. Nas áreas mencionadas, o policiamento ostensivo e preventivo tem sido constantemente reorientado e reforçado, com base em análises de inteligência, e as investigações da Polícia Civil intensificadas para dar continuidade à desarticulação de organizações criminosas envolvidas com o tráfico. Como resultado dos esforços na região, houve apreensão de 1,1 tonelada de drogas em 2025 – indicando um aumento de 143,13% em relação ao mesmo período do ano anterior. No total, 4.289 infratores foram presos ou apreendidos – 452 detenções a mais do que em 2024 – na 2.ª Delegacia Seccional, que abrange a área.” ●



Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para spreclama@estadao.com

HÁ 150 ANOS

Sistema Cantareira

A opulência das águas da Cantareira, tão apregoada no relatório lido aos representantes da província, além de duvidosa pela ausência de medições perfeitas, parece contrariada pelas disposições do contracto. Aos mesquinhos e immundos mananciaes, que não nos trazem o elemento de saúde e de vida que devíamos esperar, a presidencia oppõe as águas não medidas convenientemente, e trazidas á longa distancia, não das cercanias d’esta cidade, mas da afamada serra, que vae immortalisar o nome de s. exc. O contracto em seu art. 2.º comprehende tanques ou reservatorios de accumulação e clarificação, com a capacidade de cerca de 50,000,000 litros, além de dous reservatorios cobertos, que devem conter 6,000,000 de litros, collocados em altura propria. ●



CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para correcoes@estadao.com. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA



Para ver os resultados, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse: <https://loterias.estadao.com.br/mega-sena>.

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: **Balcão Limão** ● (11) 3856-2139 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h às 20h horas. Sábado, domingo e feriados via WHATSAPP (11) 99181-2018 ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail falecimentos@estadao.com, com nome do remetente, endereço, RG e telefone.

Reinaldo Ludovico – Dia 2, aos 54 anos. Era casado com Izilda Valseiro Ludovico. Deixa os filhos Maria Eduarda, Caio Augusto, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.
IN MEMORIAM

Nazira Simão Alexandre – Hoje, às 18h30, na Igreja de São Gabriel, na Av. São Gabriel, 108, Jardim Paulista.
Elias Alexandre – Amanhã, às 18h30, na Igreja de São Gabriel, na Av. São Gabriel, 108, Jardim Paulista.
Como acionar o serviço funerário

na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por concessionárias autorizadas, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula).

Site das concessionárias

Consolare:

<https://consolare.com.br>

Cortel SP:

<https://www.cortelsp.com.br>

Grupo Maya:

<https://grupomaya.com.br/>

Velar:

<https://velarspfuneraria.com.br/>



NA WEB
O município pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link <https://www.prefeitura.sp.gov.br>

Rua da Consolação

Explosão que abriu cratera foi causada por gases, diz Enel

Origem de gases inflamáveis ainda não é conhecida; trânsito na via foi liberado e Prefeitura acionou Cetesb para investigar

A Enel Distribuição São Paulo afirma que a explosão que abriu, na noite de domingo, uma cratera na altura do número 2.104 da Rua da Consolação, na região central de São Paulo, foi causada pelo acúmulo de

gases inflamáveis dentro de uma galeria subterrânea. A origem desses gases ainda não foi identificada.

O trânsito na via foi liberado na manhã de ontem, por volta das 6h20, depois de um bloqueio iniciado na noite de domingo. A cratera que se abriu no asfalto fica no sentido da Avenida Paulista e deixou parte da rua interditada, obrigando motoristas a desviarem a rota e afetando a circulação de mais de 20 linhas de ônibus

municipais.

Na segunda-feira, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) responsabilizou a Enel, concessionária de distribuição de energia na capital e na região metropolitana de São Paulo, pelo ocorrido. “Após as medições realizadas no local, que indicaram não haver riscos, o buraco foi fechado e devidamente tampado”, disse a Enel.

A empresa reforça que segue investigando o caso e o local continuará sendo monitorado. “A rede elétrica subterrânea não foi danificada na explosão. No local, há só cabos de energia, sem equipamentos como transformadores.”

COMGÁS. Na ocasião, a Comgás disse ter feito duas inspeções no endereço, mas apontou não ter identificado vazamento de gás natural encanado. “Essa conclusão é respalda-



FÁBIO VIEIRA/ESTADÃO

Cratera criada por explosão interditou parte da Rua da Consolação

da pela ausência de etano e de outros componentes característicos do gás natural”, informou a empresa.

A Prefeitura acionou a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) ontem para entender o que causou a explosão. Uma equipe da companhia esteve no local para realizar uma inspeção técnica, com apoio das equipes de

emergências químicas e de avaliação de impacto ambiental, por volta das 13 horas.

Quando a explosão ocorreu, testemunhas relataram ter sentido, antes, um odor forte de borracha queimada. Elas também afirmaram ter visto fumaça preta saindo do asfalto. A Enel, a Comgás e a CET também foram acionadas. ● LEO-

NARDO SIQUEIRA

AS LEILOEIRAS

SODRÉ SANTORO

Leilão de Joias | 11. MARÇO | 19H

Cartier, Rolex, Gucci, Tiffany & Co. e muito mais

ANEL HSTERN EM OURO 18K

FOSQUEADO COM DIAMANTES



RELÓGIO ROLEX LADY OYSTER

COM PULSEIRA EM OURO E AÇO



PULSEIRA ITALIANA EM OURO 18K

OURO BRANCO E AMARELO 21 CM



118 oportunidades entre anéis, brincos, colares, pulseiras, relógios e outras joias incríveis.



POSSIBILIDADE DE PARCELAR EM ATÉ 12X NO CARTÃO COM JUROS

VISITAÇÃO COM AGENDAMENTO PRÉVIO ATRAVÉS DO WHATSAPP (11) 95890-0282

AV. BRASIL, 478 - JD AMÉRICA/SP

WWW.ASLEILOEIRAS.COM.BR



SODRÉ SANTORO

MARIANA LAURO SODRÉ SANTORO BATOCHIO, LEILOEIRA OFICIAL JUCESP Nº 641

El Niño tem probabilidade de voltar entre maio e julho

A Organização Meteorológica Mundial (OMM), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), alertou ontem que cresce a possibilidade de ocorrer um episódio de El Niño em 2026, com uma proba-

bilidade de cerca de 40% de começar entre maio e julho.

De acordo com o último boletim trimestral da OMM, o recente episódio de La Niña, de baixa intensidade, deve dar lugar primeiro a condições neu-

tras e, na sequência, a um novo episódio de El Niño. Ambos os fenômenos alteram os padrões de temperatura e as chuvas, mas de formas diferentes. O El Niño tende a aumentar as temperaturas globais.

Para o Brasil, o El Niño traria como consequências o aumento das chuvas no Sul e seca no Norte e Nordeste. Já a região central do País, onde se concentram os principais reservatórios das usinas hidrelétricas, deve ter irregularidade de precipitações e ondas de calor.

No boletim de ontem, a se-

cretária-geral da OMM, Celeste Saulo, destacou que a comunidade científica “continuará acompanhando de perto a evolução” do cenário. O último episódio do El Niño, ocorrido em 2023/24, “foi um dos cinco mais intensos já registrados e contribuiu para recordes mundiais de temperatura.” ● AFP

Saúde

Biomarcadores de Alzheimer aparecem no sangue até 20 anos antes dos sintomas

Especialistas explicam de que forma a análise dessas alterações pode ajudar e as limitações desse tipo de exame na detecção da doença

ANDRESSA LIMA

Uma revisão publicada na revista *Nature Medicine* com as evidências mais recentes sobre o Alzheimer aponta que biomarcadores sanguíneos podem sinalizar o processo patológico muito antes de sua manifestação. Trata-se da possibilidade de identificar alterações biológicas associadas ao Alzheimer até duas décadas antes dos primeiros sintomas.

O levantamento, que considerou grupos de alto risco genético, aponta para alterações em biomarcadores como o p-tau217. “Numa perspectiva terapêutica, esses biomarcadores sanguíneos podem melhorar a triagem e o encaminhamento para confirmação (por meio do PET amiloide ou líquido)”, diz o neurologista Eli Faria Evaristo, do Hospital Sírio-Libanês.

DIAGNÓSTICO ANTECIPADO?

Especialistas alertam que a detecção mais cedo não significa, automaticamente, antecipar o diagnóstico clínico. Para Helio Magarinos Torres Filho, patologista clínico e diretor do Richet Medicina & Diagnóstico, que atuou na etapa de análises laboratoriais da pesquisa, o ganho está em “abrir uma janela para identificar o processo patológico mais cedo, acompanhar a progressão e, em contextos clínicos bem definidos, apoiar a investigação diagnóstica”.

Segundo Evaristo, não há recomendação para utilizar biomarcadores como triagem em indivíduos assintomáticos. “Antecipar um diagnóstico de doença de Alzheimer em uma pessoa cognitivamente intacta pode gerar ansiedade, estigma, discriminação e dilemas de privacidade”, pondera.

O neurologista ressalta que ensaios clínicos estão em anda-

mento para avaliar se intervenções muito precoces podem prevenir a demência e alerta que não há, até agora, evidência robusta desse benefício.

QUEM PODE SE BENEFICIAR?

Hoje, os especialistas dizem que o maior ganho seria para indivíduos que já apresentam queixa cognitiva – como falhas de memória persistentes ou sinais de comprometimento cognitivo leve – e precisam de maior precisão diagnóstica. “Nesse momento, os biomarcadores fazem mais sentido quando há uma suspeita clínica”, explica Evaristo.

Segundo o neurologista, o exame pode funcionar como uma triagem. Se for negativo, pode ajudar a afastar o Alzheimer; se for positivo, pode demandar confirmação por métodos como PET cerebral ou análise do líquido.

Alerta

Um dos principais riscos é interpretar a presença de biomarcadores positivos como uma certeza

Para pessoas assintomáticas, eles reforçam que a recomendação é manter a cautela, pois não há evidência de que tratá-las com base em biomarcadores positivos previna o desenvolvimento da demência.

BIOMARCADORES X REMÉDIOS.

O exame precisa ser interpretado com a história do paciente, a avaliação cognitiva e a presença ou não de sintomas. Os medicamentos hoje aprovados são indicados apenas para fases iniciais sintomáticas, como comprometimento cognitivo leve ou demência leve por Alzheimer.

POSITIVO NÃO É SENTENÇA.

Para os especialistas, um dos principais riscos é interpretar a presença de biomarcadores positivos como uma certeza de que a doença se desenvolverá em algum momento da vida. Segundo o patologista clínico, eles indicam maior probabilidade de doença compatível



Cérebro com demência; em 2039, casos devem passar de 5 milhões

Saiba mais

Atividade física evita demência, diz estudo

Exercícios

A prática pode fazer bem ao cérebro nas diferentes fases da vida. Contudo, um estudo sugere que o hábito tende a ser especialmente decisivo em dois momentos: na meia-idade e na velhice.

Qual foi o universo do estudo

Publicada na revista científica ‘JAMA Network Open’, a pesquisa analisou dados de aproximadamente 4,3 mil participantes, todos eles acompanhados por décadas. Como resultado, os cientistas apontaram que há menor risco de demência em pessoas mais ativas na faixa dos 45 anos aos 88 anos.

com Alzheimer, “mas não equivale a dizer que aquela pessoa vai evoluir para demência”.

O geriatra Leonardo Oliva, presidente da Sociedade Brasi-

Prevenção

Para a geriatra Claudia Sue-moto, professora na Faculdade de Medicina da USP e diretora do banco de cérebros da USP, a meia-idade é, possivelmente, “o principal momento para se proteger da demência”. Mas o mais surpreendente do estudo, em sua visão, é mostrar a relevância do exercício até a terceira idade.

Alzheimer

O estudo destaca que a redução do risco de demência dos 45 aos 88 anos também foi observada especificamente em relação à doença de Alzheimer. De acordo com dados do Ministério da Saúde, atualmente, 1,2 milhão de pessoas vivem com a condição no Brasil. Em relação às demências de um modo geral, a estimativa é de que o número de casos passe dos 5 milhões em 2039, segundo dados do Relatório Nacional sobre a Demência.

leira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), ressalta que existem pessoas que envelhecem, têm biomarcadores positivos e nunca desenvolvem demên-

cia. Para ele, uma das possibilidades é, no futuro, acompanhar mais de perto fatores de risco conhecidos. “Hoje é muito bem estabelecido que existem fatores de risco preveníveis para a doença de Alzheimer, incluindo o bom controle da pressão, da diabetes, do colesterol, a correção de déficit

“Esses biomarcadores sanguíneos podem melhorar a triagem e o encaminhamento para confirmação”

“Antecipar diagnóstico em pessoa cognitivamente intacta pode gerar ansiedade, estigma e dilemas de privacidade”

Eli Faria Evaristo
Neurologista

auditivo e visual”, diz.

Ele recomenda evitar o tabagismo e bebidas alcoólicas. “São fatores que a gente lista como potencialmente preventivos da doença de Alzheimer, que podem chegar a uma capacidade de prevenir mais do que a metade dos casos de demência.”

ACESSO E PADRONIZAÇÃO.

Torres Filho diz que, no Brasil, alguns laboratórios já realizam dosagem de p-tau, embora parte das análises ainda seja feita no exterior. Para ele, o que falta é a ampliação segura do acesso por meio de padronização técnica, validação em populações brasileiras e definição clara de critérios de indicação. “Sem diretrizes sobre quem testar, quando testar e como interpretar, cresce o risco de uso inadequado, inclusive em pessoas assintomáticas”, diz.

Superados esses entraves, ele diz que o Brasil entra na etapa de incorporação e cobertura. “Para chegar de forma ampla, é necessário um caminho claro para registro formal na Anvisa, além das discussões sobre incorporação e financiamento nos diferentes sistemas de saúde.” ●

Roubo de celulares

‘Casa-cofre’ é encontrada na zona sul de SP

A Polícia Militar descobriu ontem uma “casa-cofre” que armazenava mais de 90 celulares com indícios de furto ou roubo em Paraisópolis, na zona sul de São Paulo. Segundo a Secretaria da Segurança Pública, os policiais estavam em patrulhamento na região quando viram uma residência com a porta entreaberta e itens cobertos por alumínio. ●



Salvador

Clínica é interditada após casos de perda de visão

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Salvador interditou a clínica oftalmológica Clivan, após pacientes submetidos a cirurgias de catarata no dia 26 apresentarem perda de visão. Em alguns casos, houve necessidade de evisceração (cirurgia para remoção do conteúdo interno do globo ocular) e enucleação (remoção do globo ocular). ●



Futebol brasileiro

Flamengo demite técnico campeão de novo; desta vez, após golear por 8 a 0

— Irregularidade no início da temporada pesa, e Filipe Luís é demitido mesmo após time ir à final do Carioca; português Leonardo Jardim, ex-Cruzeiro, será o novo treinador

LEONARDO CATTO

Pouco mais de duas horas após golear o Madureira por 8 a 0 no Maracanã e garantir vaga na final do Campeonato Carioca contra o Fluminense, o Flamengo anunciou a demissão do técnico Filipe Luís. A decisão, tomada pelo presidente Luiz Eduardo Bap, foi comunicada pelo diretor de futebol José Boto. O novo treinador do clube será o português Leonardo Jardim, ex-Cruzeiro — ele ainda não havia sido anunciado oficialmente até o fim da noite de ontem.

O anúncio surpreendeu não apenas pela vitória elástica, mas também pelo contraste com o clima no estádio. Filipe Luís concedeu entrevista normalmente após o jogo, por volta da meia-noite, reconhecendo erros e assumindo responsabilidade pelas derrotas recentes. À 1h, o clube publicou nota oficial confirmando sua saída.

A demissão carrega elementos que vão além dos resultados imediatos. O início irregular no Campeonato Brasileiro — uma vitória, um empate e uma derrota —, somado às perdas da Supercopa Rei e da Recopa Sul-Americana, pesou em uma relação já desgastada. A pressão aumentou com rumores de interesse do Chelsea, ainda que o treinador tenha negado negociações.

Efetivado em 2024, Filipe Luís tinha um dos menores sa-

lários da Série A. Em 2025, iniciou negociações para valorização, pedindo vencimentos que o colocariam como o treinador mais bem pago do Brasil, acima inclusive de Abel Ferreira no Palmeiras. Após meses de impasse, o vínculo foi renovado no fim daquela temporada, com o Flamengo cedendo às exigências e estendendo o contrato até o fim de 2027.

Apesar da renovação, o desgaste era evidente. Filipe conquistou títulos de peso — Copa do Brasil (2024), Supercopa (2025), Carioca (2025), Brasi-

Resultado não define Filipe Luís é o 11º técnico em seis anos, mantendo uma rotina de trocas mesmo após títulos

leirão (2025) e Libertadores (2025) — e levou o time à final da Copa Intercontinental contra o PSG. No entanto, 2026 começou com tropeços: revés para o São Paulo na estreia do Brasileirão, sete derrotas em 15 jogos e desempenho físico abaixo do esperado.

Na entrevista após a goleada sobre o Madureira, Filipe mostrou serenidade. “Eu erro, não tenho problema nenhum de assumir. Falo perfeitamente que sou o responsável. Se amanhã eu não estiver aqui, o meu amor e o meu carinho pelo Flamengo sempre vão existir”, disse. Foi sua última fala como



SILVIA IZQUIERDO/AP—26/2/2026

Pelo Flamengo, Filipe Luís conquistou, entre outros, a Copa do Brasil, o Brasileirão e a Libertadores

técnico rubro-negro.

Horas depois, Rodrigo Caio também pediu desligamento da comissão técnica permanentemente, ampliando o impacto da decisão.

JUSTIFICATIVA. Em áudio vazado, o presidente Luiz Eduardo Bap negou que a procura do Chelsea tenha sido determinante. “Todo mundo tem direito de conversar, de avaliar o que é melhor para si. A minha visão é a seguinte: quando você pega um trem errado na vida, sabe o que tem que fazer? Descer na primeira estação possível e retornar”, afirmou.

Bap reforçou que sua prioridade é a instituição: “Meu compromisso inarredável é com o Flamengo. Eu não acredito que o que estava sendo feito levaria o clube aonde desejamos. Foi exatamente por isso que atuei.”

A saída de Filipe Luís reforça uma marca recente do Flamengo: o clube chega ao 11.º técnico em seis anos, mantendo uma rotina de trocas mesmo em meio a conquistas. Em 2022, Dorival Júnior foi demitido após títulos da Copa do Brasil e da Libertadores, substituído por Vítor Pereira. Antes, Rogério Ceni foi mandado embo-

ra após o Brasileirão de 2020.

NOVO TÉCNICO. O português Leonardo Jardim, de 51 anos, assume o cargo. Ele iniciou a carreira nos anos 1990, passou por clubes de menor expressão em Portugal, comandou Olympiacos e Sporting, e ganhou destaque no Monaco, onde conquistou a Ligue 1 (Campeonato Francês) em 2016/17 com Kylian Mbappé. Foi multicampeão pelo Al-Hilal, da Arábia Saudita, e, antes de chegar ao Cruzeiro em 2025, trabalhou nos Emirados Árabes. Com o time mineiro, terminou o Brasileirão em 3.º lugar. ●

Não é normal demitir técnico assim

ANÁLISE

MAURO BETING

É muito provável que, na história do futebol interplanetário, nenhuma equipe que se classifique para a final de um campeonato depois de vencer por 8 a 0 o semifinalista (11 a 0 no agregado) tenha menos de duas horas depois demitido o treinador. Mesmo que esse clube, sob outra administração, tenha demitido um técnico cam-

peão brasileiro pelo Twitter (atual X), às 2h46 de um fim de semana, como aconteceu com Rogério Ceni, em 2021.

Filipe Luís demitido do Flamengo que, há pouco mais de dois meses, só perdeu nos pênaltis para o multicampeão PSG, na final do Mundial (Intercontinental) de clubes. Técnico que semanas antes havia ganhado o tetra da Libertadores. E mais um título do Campeonato Brasileiro. Na mesma temporada em que tinha vencido o Chelsea campeão do mundo (no mesmo torneio que seria vencido pe-

lo clube inglês), tinha encaraado o Bayern de Munique e perdido em pé, tenha ganhado ainda o Campeonato Carioca na temporada de 2025.

E antes, foi campeão da Copa do Brasil em 2024, pegando um trabalho ruim de um grande treinador como Tite. Técnico que começava a carreira, que já tinha dois títulos pelo sub-20 e sub-17, em menos de um ano. Personagem que havia sido craque-bandeira de um dos melhores Flamingos de todos os tempos, o de 2019, o time que melhor jogou no século, no Brasil e em toda a

América do Sul.

Não é normal você demitir um treinador assim. Mas quando o clube é dirigido por Bap, por esse sub-Bap que é o Boto, acaba sendo normal.

Ainda mais para o Flamengo que em 2022 fez a mesma coisa com Dorival Júnior, treinador campeão da Copa do Brasil, também da Libertadores, e substituído por Vítor Pereira, não por Pep Guardiola. Treinador português que havia sido vencido quando dirigia o Corinthians contra o próprio Flamengo.

Não é normal um time com tanto dinheiro, tanto investimento, tanta torcida e tanta qualidade e quantidade dentro e também fora de campo se

perca tanto em tantas trocas de treinador, que são trocados como se troca de camisa. Pagando rescisões milionárias como o clube desde 2013.

Camisa trocada que é sempre a mesma, belíssima, e cada vez mais rica e, ao mesmo tempo, tão pobre de ideias e ideais. Flamengo do Bap insaciável. Como era com Landim. Um clube de cargos descartáveis. Um Brunello de Montalcino descartável. Maravilhoso enquanto se toma, com ótimos efeitos, mas tratado como descartável, jogado fora antes de se consumir, num balde marrom, sem qualquer reciclagem. ●

Campeonato Paulista

Em Barueri, Palmeiras tenta abrir vantagem frente ao Novorizontino

No jogo de ida da final, Abel Ferreira pede respeito ao rival do interior: ‘é uma equipe bem treinada e competitiva’

LEONARDO CATTO

20h: RECORD, TNT, HBO MAX E CAZÉT V

Palmeiras e Novorizontino começam a decidir o Campeonato Paulista hoje às 20h (de Brasília), na Arena Crefisa, em Barueri. É a sétima final consecutiva dos palmeirenses e a primeira do time de Novo Horizonte na nova era do clube, iniciada em 2010.

Para o jogo de ida da decisão, o Palmeiras não terá desfalques. O time que vai a campo deve ser o mesmo que bateu o São Paulo na semifinal e tem sido considerado o “ideal” de Abel Ferreira. O cenário é diferente do encontro entre as duas equipes na primeira fase, que teve time alternativo do Palmeiras. O resultado foi uma goleada por 4 a 0 para o Novorizontino, o que credenciou a equipe interiorana a ter o segundo jogo da final em casa.



CESAR GRECO/PALMEIRAS

O atacante Flaco López, uma das armas do Palmeiras na decisão

Isso não será problema, segundo disse o atacante Flaco López. “A gente joga todas as partidas da mesma maneira, para ganhar. São dois jogos para o Palmeiras ser merecedor desse título e levar mais um troféu para nossa casa.”

Abel Ferreira evitou qualquer discurso de “já ganhou”. “Dá muito trabalho para che-

gar à final, mas não vivo atrás de resultados. Procuro dar o meu melhor para tirar o máximo de rendimento dos meus jogadores. Não consigo dizer se vamos ganhar sempre. Foco no que controlo. Já perdi e já ganhei muito. É manter o equilíbrio e a confiança no que acredito e nos processos.”

Abel ainda elogiou o adversário,

comandado por Enderson Moreira. “É uma equipe que não perdeu em casa, bem treinada e competitiva. Não chegou à final por acaso. Estamos mais do que avisados. Será uma grande final. No futebol, não temos certeza de nada.”

RENASCIMENTO. Essa é a primeira final do Novorizontino em sua “nova era”. Vice-campeão em 1990, quando perdeu para o Bragantino, o time encerrou as atividades em 1999 e foi refundado em 2010.

Oficialmente, o clube é outro e, desde 2023, é uma SAF. No campo simbólico, porém, o

.....

IDA DA FINAL DO PAULISTÃO

PALMEIRAS

NOVORIZONTINO

PALMEIRAS: Carlos Miguel; Khellven, Gómez, Murilo e Piquerez; Marlon Freitas, Andreas, Maurício e Allan; Flaco López e Vitor Roque. **Técnico:** Abel Ferreira.

NOVORIZONTINO: Jordi; Alvarinho, Dantas, Patrick e Mayk; Luís Oyama, Léo Naldi e Juninho; Matheus Bianqui, Vinicius Paiva e Robson. **Técnico:** Enderson Moreira.

Árbitro: Matheus Delgado Candançan.

Horário: 20h (de Brasília).

Local: Arena Crefisa, em Barueri (SP).

Ingressos

Os cerca de 30 mil bilhetes colocados à venda para o jogo de hoje na Arena Barueri estão esgotados

Novorizontino carrega o legado daquela equipe. Com o título ou não, esta já é a melhor campanha do Novorizontino no Paulistão na sua nova era.

O acesso à elite paulista veio em 2015, seguido por uma campanha mediana em 2016. Já entre 2017 e 2019, a equipe chegou às quartas de final. Em 2022, um baque. O time foi lanterna no Paulistão, sem uma vitória sequer, e acabou rebaixado. O time quase caiu também em sua estreia no Campeonato Brasileiro da Série B, mas terminou por dois pontos acima do Z-4.

As temporadas seguintes mostraram que o rebaixamento no Estadual se tratou de um tropeço em uma caminhada. Foi apenas um “bate-volta” na Série A2. O retorno foi com a

melhor campanha até este ano. O Novorizontino chegou à semifinal, derrubando pelo caminho o São Paulo, nos pênaltis, no MorumBis.

A campanha de 2026 é muito celebrada e serve de combustível para a disputa da Série B, após três anos em que o Novorizontino fica “no quase”. “Estamos fazendo um campeonato muito digno, e isso não é por acaso. Muitas vezes falam sobre a vantagem de decidir em casa, mas isso foi conquistado com a melhor campanha. Aqui também tem trabalho, estudo, dedicação, leitura de jogo e organização para competir contra esses gigantes”, disse o técnico Enderson Moreira.

Para a decisão, o técnico não terá uma das principais referências técnicas da equipe. O meia Rômulo pertence ao Palmeiras. Seria necessário pagar R\$1 milhão por jogo para que o Novorizontino pudesse escalá-lo. Houve tentativa de negociação, mas a diretoria alviverde não abriu mão da multa. ●

‘Oscar do esporte’

João Fonseca, Rayssa Leal e Yago Dora são indicados ao Laureus

Quatro atletas brasileiros foram indicados ao Prêmio Laureus, o “Oscar do esporte”. A lista de concorrentes da premiação, que é dividida em oito categorias, foi divulgada ontem.

A skatista Rayssa Leal e o surfista Yago Dora concorrem na categoria Melhor Atleta de Ação, junto com o ultramaratonista espanhol Kilian Jornet, a snowboarder americana Chloe Kim, a surfista australiana Molly Picklum e o ciclista inglês Tom Pidcock. Enquanto o tenista João Fonseca disputa o prêmio de Revelação do Ano, em que concorre com o atacante francês do PSG Désiré Doué, o jogador de basquete canadense do Oklahoma City Thunder Shai Gilgeous-Alexander,

o lançador de dardos britânico Luke Littler, o piloto de Fórmula 1 britânico Lando Norris e o nadador chinês Yu Zidi.

Já Gabriel Araújo, o Gabrielzinho, da natação paralímpica, disputa na categoria de Esportistas com Deficiência. Ele concorre com a nadadora italiana Simone Barlaam, a corredora suíça Catherine Debrunner, a jogadora de hóquei no gelo americana Kelsey DiClaudio, o nadador tcheco David Kratochvíl e a saltadora equatoriana Kiara Rodríguez.

Acerimônia de premiação está marcada para o dia 20 de abril, no Palácio Cibeles, em Madrid, na Espanha. Os vencedores serão escolhidos pelos membros da Laureus Academy.

DESEMPENHO. Consolidada no cenário mundial do skate, a medalhista olímpica Rayssa Leal recebeu sua quarta indicação. Concorrente na mesma categoria e indicado pela primeira vez, o surfista Yago Dora conquistou o título da WSL em 2025.

Figurinha carimbada
A skatista Rayssa Leal, consolidada no circuito mundial, recebeu sua 4ª indicação ao prêmio

João Fonseca entra na disputa do prêmio de revelação após completar sua primeira (e bastante elogiada) temporada no circuito internacional de tênis. Já Gabriel Araújo, outro estreante no Prêmio Laureus, brilhou no Mundial do ano passado, conquistando a medalha de ouro nas provas de 100m costas S2, 200m livre S2 e 50m costas S2. Ele também soma seis medalhas paralímpicas em sua carreira. ●

Copa do Rei

Barcelona ensaia virada, mas Atlético vai à final

O Barcelona até chegou perto, mas não conseguiu reverter a goleada de 4 a 0 sofrida contra o Atlético de Madrid no primeiro jogo da semifinal da Copa do Rei. O time catalão fez 3 a 0 ontem, no Camp Nou, e, por pouco, não igualou o agregado – resultado que levaria à prorrogação.

A partida foi toda dos barcelonistas, que pressionaram do início ao fim. Marc Bernal, de 18 anos, foi autor de dois gols (o primeiro e o terceiro). Raphinha, de pênalti, fez o segundo. O Atlético de Madrid atacou em poucos momentos e segurou o rival para não sofrer mais.

Com a missão de tirar quatro gols de diferença, o Barcelona pressionou desde o apito inicial. A intensidade cobrou seu preço com uma lesão de Koundé antes dos 15 minutos.

O time de Hansi Flick manteve a ofensividade, mas, sem gerar grandes chances, contava com finalizações de longa distância de Raphinha, Ferran Torres e Lamine Yamal. O Atlético apostava no contra-ataque, e Griezmann chegou a exigir boa defesa de Joan García. Mas o lance foi exceção à grande pressão barcelonista, que, ao fim, não foi suficiente para a remontada. O placar terminou em 3 a 0, e o Atlético de Madrid vai à final da Copa do Rei.

O time de Diego Simeone enfrentará o vencedor de Real Sociedad e Athletic Bilbao. A partida de ida terminou 1 a 0 para a Real Sociedad. O jogo de volta ocorre amanhã.

A decisão da Copa do Rei está marcada para o dia 18 de abril, no Estádio de La Cartuja, em Sevilha.

Seleção brasileira

‘Pior dia da minha vida’, diz Rodrygo, fora da Copa

Atacante é jogador de confiança do italiano, com quem foi decisivo em dois títulos da Champions League pelo Real Madrid

O atacante Rodrygo, do Real Madrid, rompeu o ligamento cruzado anterior do joelho direito e está fora da Copa do Mundo. O departamento médico do clube merengue, por meio de nota, confirmou a lesão após os exames realizados na manhã de ontem.

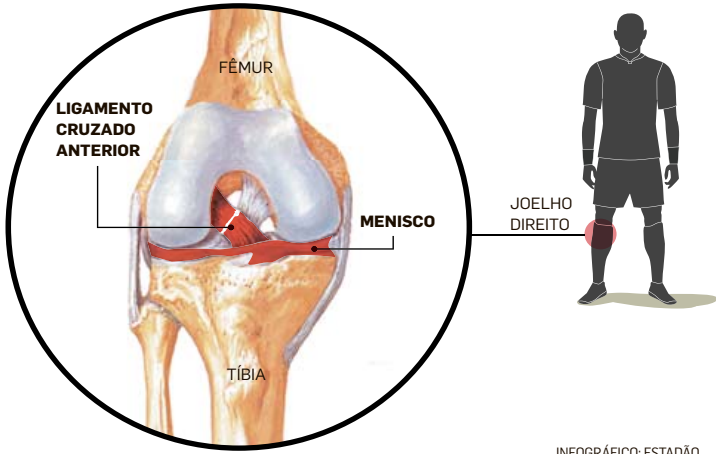
O jogador se machucou durante a partida contra o Getafe na segunda-feira. O atacante de 25 anos deve perder todo o res-

tante de temporada pelo Real Madrid e a Copa do Mundo pela seleção brasileira. Rodrygo havia acabado de se recuperar de uma tendinite que o deixou afastado por cerca de um mês.

Jogador de confiança de Ancelotti, com quem teve atuações decisivas nos títulos de 2022 e 2024 da Champions League pelo Real, ele era nome certo na lista. “Um dos piores dias da minha vida, o quanto eu sempre temi essa lesão... talvez a vida tenha sido um pouco cruel comigo ultimamente...”, lamentou Rodrygo no Instagram. “Estou fora do restante da temporada com meu clube e fora da Copa do Mundo com meu país, um sonho que todos sabem o

A CONTUSÃO DE RODRYGO

Confira o local em que o craque brasileiro se contundiu no jogo entre Real Madrid e Getafe



INFOGRÁFICO: ESTADÃO

quanto significa para mim. E só me resta ser forte.”

Sua ausência abre mais uma vaga na briga entre aqueles que ainda têm de convencer Ancelotti. Nomes como Endrick, João Pedro e Igor Jesus, além de Neymar e até mesmo Lucas Paquetá, embora de características diferentes, podem aproveitar a lacuna.

Em nota, a CBF também lamentou a lesão. “O departamento médico da seleção manteve contato nas últimas horas com os médicos da equipe espanhola e se colocou à disposição para ajudar no que for preciso. A CBF deseja ao atleta pronta recuperação e que retorne o quanto antes aos gramados”. ●

LEILÃO DE IMÓVEIS
OPORTUNIDADES DE IMÓVEIS URBANOS/SP

20/03/26

ABERTURA DE LANCES ÀS 10H
E ENCERRAMENTO ÀS 16H

LEILÃO ONLINE



CENTRO - JARDINÓPOLIS/SP

RUA AMÉRICO SALES, Nº 810

LANCE INICIAL R\$ 490.000
ÁREA DE TERRENO: 579,8M²
ÁREA CONSTRUÍDA: 282M²

CAMPO BELO - SÃO PAULO/SP

RUA JOÃO ALVARES SOARES, Nº 535

LANCE INICIAL R\$ 2.424.717,42
ÁREA DE TERRENO: 500M²
ÁREA CONSTRUÍDA: 120M²

POSSIBILIDADE DE
PARCELAMENTO

EM ATÉ 60X

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 016/2025 PROCESSO: 018.00013722/2025-38. Subsecretaria de Patrimônio do Estado da Secretaria de Gestão e Governo Digital. O Estado de São Paulo, por meio da Subsecretaria de Patrimônio do Estado da Secretaria de Gestão e Governo Digital, torna público que realizará licitação na modalidade LEILÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para a venda de 02 (dois) imóveis. É necessário cadastramento prévio dos interessados no site oficial do leilão: www.sodresantoro.com.br. O licitante vencedor poderá optar por pagamento à vista ou parcelado em até 60 (sessenta) parcelas mensais, com sinal mínimo de 20% (vinte por cento) do valor da oferta vencedora. As parcelas serão corrigidas anualmente pelo IPC-FIPE e acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano (Tabela Price). O arrematante pagará à Leiloeira comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, em até 24 (vinte e quatro) horas após sua convocação. Esta licitação será regida, principalmente, pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável, bem como pelas condições estabelecidas no Edital e seus Anexos. O Edital completo, incluindo descritivos e todas as cláusulas, condições e anexos, está disponível para consulta nos sites eletrônicos: www.sodresantoro.com.br, pnep.gov.br, doe.sp.gov.br e na sede da Unidade Contratante.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



Carolina Lauro Sodré Santoro, Leiloeira Oficial JUCESP nº 758

O MELHOR DA TV

TÊNIS

● ATP 1000 de Indian Wells
Primeira Rodada
16h / ESPN 2

FUTEBOL

● Champions League da Ásia

Al Nassr x Al Wasl

15h15 / ESPN 4

● Premier League

Aston Villa x Chelsea

16h30 / ESPN

Newcastle x Manchester United

17h15 / ESPN 4

● Copa do Rei

Real Sociedad x Athletic Bilbao

17h / ESPN 3

● Campeonato Paulista

Palmeiras x Novorizontino

20h / Record, TNT, HBO Max

e CazéTV

● Campeonato Argentino

Torneio Abertura

Lanús x Boca Juniors

21h / ESPN 3

● Copa do Brasil

Atlético-MG x Tirol

21h30 / SporTV

BASQUETE

● NBA

O. C. Thunder x N.Y. Knicks

21h / ESPN 4

Atlanta Hawks x

Milwaukee Bucks

23h30 / ESPN 4

B4 Atividade econômica



PIB desacelera e fecha 2025 em 2,3%, menor variação desde 2020, mostra IBGE

ECONOMIA & NEGÓCIOS

QUARTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 2026 O ESTADO DE S. PAULO

E&N



B1



DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B24)

● Conflito no Oriente Médio ● Reflexos

Guerra põe barril do petróleo acima de US\$ 80; no Brasil, dólar vai a R\$ 5,26

Receio de investidores de um conflito prolongado no Oriente Médio também afeta negócios nas Bolsas de Valores; no Brasil, Ibovespa registra uma retração de 3,28%

Com o recrudescimento da guerra no Oriente Médio, o mercado registrou ontem novo dia de tensão, com o barril do petróleo Brent, referência mundial, sendo vendido acima dos US\$ 80. A Guarda Revolucionária do Irã manteve a ameaça de incendiar qualquer embarcação que tentar cruzar o Estreito de Ormuz, por onde passam cerca de 20% do fornecimento global de petróleo.

Também houve efeito sobre Bolsas e no mercado de câmbio. Na Europa, as quedas variaram de 3,04% (Londres) a 4,41% (Madri). Em Nova York, apesar da recuperação de preços na segunda metade do dia, Dow Jones caiu 0,83%; S&P 500, 0,94%; e Nasdaq, 1,02%.

Efeito Bolsas nos EUA e Europa fecharam em queda. No Brasil, o Ibovespa caiu 3,28%

No Brasil, o Ibovespa, principal referência do mercado de ações, fechou em baixa de 3,28%, na pior sessão desde 5 de dezembro (quando caiu 4,31% depois do anúncio da pré-candidatura do senador Flávio Bolsonaro à Presidência). Apenas duas das 85 ações que compõem a carteira Ibovespa tiveram ganho: Raízen (6,15%) e Braskem (3,24%). Já o dólar avançou 1,92%, vendido no fim do dia a R\$ 5,26. É o maior patamar de fechamento desde 26 de janeiro.

“Com o petróleo em alta, crescem as preocupações com a inflação global, o que leva os investidores a rever expectativas de cortes de juros e adotar uma postura mais defensiva”, disse Jucelia Lisboa, sócia e economista da Siegen Consultoria.

Negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE), o petróleo Brent para maio fechou com alta de 4,7%, cotado a US\$ 81,40 por barril. Já o WTI para abril bateu em US\$ 74,56, o que representou valorização de 4,7%. Pela manhã, com o anúncio de que companhias especializadas em seguros marítimos vão deixar de cobrir sinistros em águas iranianas a partir desta quinta-fei-

ra, o barril do Brent chegou a ter alta de quase 9%, para cerca de US\$ 85, renovando o recorde de julho de 2024.

O anúncio do cancelamento de coberturas partiu de companhias como as norueguesas Skuld e Gard, a americana American Club e as britânicas London P&I Club e NorthStandard. Além do cancelamento de coberturas de riscos de guerra por parte das seguradoras, o custo do transporte de mercadorias também registrou alta. O Índice de Frete de Contêineres subiu 8% na segunda-feira, conforme o site Trading Economics.

Em relatório, o Société Générale citou o risco de os preços oscilarem entre US\$ 90 e US\$ 100 por barril. Em reação, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, escreveu na sua rede social, a Truth Social, que iria ordenar à corporação de financiamento de desenvolvimento do país (DFC, na sigla em inglês) o fornecimento, a um preço razoável, de seguro contra riscos políticos e garantias para a segurança financeira de todo o comércio marítimo. O governo americano também estaria avaliando usar embarcações da Marinha do país para escoltar navios-tanques por Ormuz.

DÓLAR. A sessão no mercado de câmbio foi marcada por um movimento clássico de liquidação de ativos de risco, diante das crescentes incertezas sobre a magnitude e a duração da guerra. Termômetro do comportamento do dólar frente a uma cesta de seis moedas fortes, o Índice DXY rondou os 99,000 pontos no fim da tarde de ontem, após máxima de 96,683 pontos.

Com o resultado de ontem, o dólar à vista acumula alta de 2,56% em relação ao real nos dois primeiros pregões de março. Já a desvalorização acumulada em 2026, que superava 6% no fim de fevereiro, é agora de 4,08%. O economista Marcelo Fonseca, do Grupo CVPAR, avalia que houve uma “intensificação da busca por proteção hoje (ontem)” com a perda de força da leitura de que EUA e Israel, dada sua supremacia militar, poderiam levar o Irã rapidamente à mesa de negociações. ● MATHEUS ANDRADE, PATRÍCIA LARA, LUIS LEAL, ANTONIO PEREZ/SÃO PAULO e ALINE BRONZATI/NOVA YORK

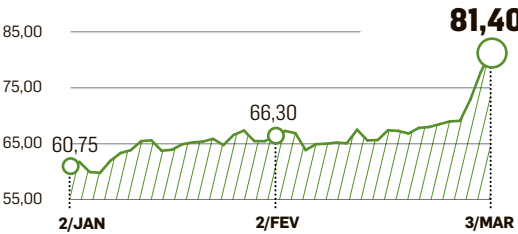
PRESSÃO

Ataques ao Irã voltaram a impactar a Bolsa e o preço do petróleo

Petróleo Brent

EM DÓLARES/BARRIL*

VARIAÇÃO
4,7% NO DIA
14,94% NO ANO

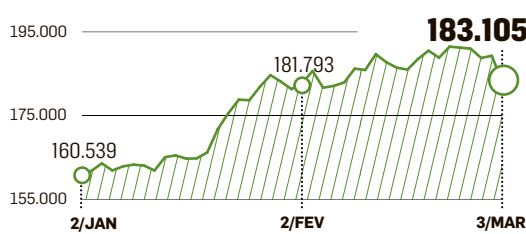


*CONTRATO MAIS NEGOCIADO

Ibovespa

EM PONTOS

VARIAÇÃO
-3,28% NO DIA
13,43% NO ANO



FONTES: ICE, BROADCAST / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500



O CASAMENTO DOS SEUS SONHOS!

Diga “sim” no Hotel Resort e Golfe Clube dos 500. Com um cenário deslumbrante e uma equipe dedicada, seu grande dia será uma celebração inesquecível.

FAÇA SUA RESERVA! ☎ 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

HOTEL RESORT E GOLFE
CLUBE DOS
500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel
escaneando
o QR Code!



● Conflito no Oriente Médio ● Reflexos

José Roberto Mendonça de Barros

‘Política dos EUA é casuística e ataque ao Irã foi oportunista’

Para economista, ataque ao Irã pode afetar preços da energia, fertilizantes e o bolso dos americanos

ENTREVISTA

Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, economista é sócio da consultoria MB Associados

CRISTIANE BARBIERI

A política externa dos Estados Unidos é casuística e o ataque ao Irã foi meramente oportunista, diz o economista José Roberto Mendonça de Barros, sócio da MB Associados. Isso porque haverá uma série de efeitos nocivos para os próprios americanos, além de aumentar o preço da energia e os recursos despendidos com o exterior – preocupação abominada pelos eleitores do MAGA (Make America Great Again), o slogan com o qual Donald Trump venceu as eleições.

O impacto dos contra-ataques iranianos só será sentido caso a guerra, efetivamente, dure mais do que algumas semanas. Porém, já começou a afetar os mercados de petróleo e gás, além do setor aéreo. E pode vir a impactar as áreas de fertilizantes e seguros. “O fato de o Irã ter atacado os vizinhos foi surpreendente, mas foi obviamente intencional, para aumentar esse tipo de dano”, diz Mendonça de Barros.

O ataque ao Irã foi mais grave do que outras decisões surpreendentes de Trump? Foi uma decisão oportunista. Pelas declarações do ministro das Relações Exteriores de Omã, as conversas entre os dois países vinham avançando, com concessões do Irã, quando o serviço de segurança dos Estados Unidos detectou uma reunião de cúpula e decidiu pelo ataque na hora. Foi simplesmente oportunismo. Também foi exatamente o oposto em relação aos discursos anteriores de Trump, que fez campanha dizendo que era o homem que ia acabar com as guerras. Mas, inequivocamente, iniciou mais uma. É algo surpreendente em muitos aspectos, mas a política

ca externa americana tem sido assim: com decisões pontuais, sem ter uma estratégia deliberada.

O que pode acontecer do ponto de vista econômico? Além de ser uma decisão oportunista, os americanos esperavam que isso detonaria uma rebelião popular, levando a uma mudança de regime, mas sem colocar invasores no terreno, já que o Irã é um país grande, com 90 milhões de habitantes. Ouvi de várias pessoas que não tem na história um exemplo de mudança de regime só com ataque aéreo. Então, nossa hipótese é de que não haverá uma mudança de regime e, portanto, essa situação de conflito deve durar mais tempo do que simplesmente aquele outro evento, de um ataque só. Não tenho a menor ideia da duração, mas, se for mais do que três ou quatro semanas, já será suficiente para produzir resultados econômicos efetivos. Nessa hipótese, achamos que existem alguns efeitos realmente relevantes.

Quais são eles?

É interessante observar que o Estreito de Ormuz, na prática, foi fechado sem que existisse uma ação anunciada de fechamento. É quase um perigo de gol passar por lá. Todos os grandes transportadores decidiram usar o Cabo da Boa Esperança, e isso não vai mudar. Assim, é razoável a gente imaginar primeiro um efeito de alguma expressão no preço do petróleo. O cenário de petróleo, exceto por razões de segurança e muito ligadas ao Oriente Médio, é de abundância de oferta. A Agência Internacional de Energia mostra que o aumento de oferta em 2025 foi de quase 3 milhões de barris, e a projeção para 2026 é de 2,5 milhões. O aumento de demanda em 2025 foi de algo como 700 mil barris, e a projeção para este ano é de 800 e poucos mil barris. Logo, é de um aumento de estoques e pressão para baixo de preços. Não fossem as questões de segurança, o preço estaria bem abaixo dos US\$ 70, indo buscar os US\$ 60.

Quais outros efeitos?

TABA BENEDICTO/ESTADÃO-23/10/2025



“É algo surpreendente em muitos aspectos, mas a política externa americana tem sido assim: com decisões pontuais, sem ter uma estratégia deliberada”

“Minha sensação é de que (a política do governo Donald Trump) é uma política feita um pouco ao acaso, muito casuística e, nesse caso, teve uma coisa de oportunismo”

Há uma pressão no preço do gás natural porque o Irã fez uma coisa para mim surpreendente, que foi atacar os vizinhos. Não era algo esperado. Obviamente que foi intencional, para aumentar o tipo de dano. O Catar é o maior produtor de gás natural do mundo e, ao atacá-lo, o Irã fechou a produção. Com os ataques em Dubai, houve uma ruptura no transporte aéreo. Doha é um hub de enorme importância, não é só turismo, é também negócios, tem de tudo. Pode ter um efeito importante sobre negócios e turismo que, normalmente, não acontece, mas lá é, de fato, muito grande. Se a guerra prevalecer por mais de um mês, os preços dos seguros internacionais, evidentemente, vão subir. No mínimo, porque vão andar mais para levar a mesma carga e o risco é maior. O último grupo de produtos a considerar é o de fertilizantes e matérias-primas de fertilizantes. Pelo Estreito de Ormuz passam entre 20% e 50% de fertilizantes nitrogenados, fosfatados e enxofre. É um efeito grande.

Isso não é uma dor de cabeça ao governo americano?

Sem dúvida. Suponha que aumente o preço do petróleo e isso vá para a bomba, com impacto para todos os consumidores americanos, que vão saber imediatamente que a causa é a guerra. A capacidade de compra do consumidor americano já virou o principal item da eleição de novembro. A capacidade de compra afeta 80% da população americana e afeta três aspectos. O primeiro e o mais importante é a cesta básica, na qual se pode incluir a gasolina. No ano passado, com as tarifas a outros países impostas por Trump, aumentou o ovo, a carne, o café e tudo mais. Foi um problema visível para a população inteira, como a gasolina também é. A segunda questão da capacidade de compra é que as casas subiram muito de preço, bem como o custo da hipoteca. O casal jovem não pode comprar casa, e o do meio do caminho não pode trocar por uma maior, porque não consegue substituir uma hipoteca com juro barato por uma com juro muito alto. O mercado imobiliário está travado. A última questão nessa categoria é a que faz parte da estrutura financeira de todas as famílias americanas: um uso relativamente intensivo do cartão de crédito. O cartão de crédito nos EUA tem uma taxa de juros típica de 22%, quase tão cara quanto a brasileira.

Mas o impacto na inflação depende da duração da guerra?

Depende 100% e é a hipótese mais difícil de prever. A sensação que a gente tem aqui é de que, do jeito que começou, com o Irã sendo um produtor de drones, ele tem um poder grande de ameaçar os vizinhos. Mais do que Israel e Estados Unidos por via aérea. Por essa perspectiva, acho que durará pelo menos um mês, não é um negócio para três dias.

Até porque, mesmo tendo eliminado o líder (*com a morte de Ali Khamenei*), a estrutura religiosa e militar iraniana é muito horizontal, não depende de uma pessoa. O que significa que a estrutura de poder e de força deve continuar. Eles são brutais na repressão. Não me parece que tenha condição de haver um levante popular ou qualquer coisa parecida. Se for assim, dá para durar. Agora, o Irã vai sair mais fraco.

Por quê?

Ele depende muito de importações. O grosso da exportação brasileira de milho, por exemplo, vai para o Irã. É razoável a gente imaginar que o Irã depende da importação de alimentos e, portanto, dá para aguentar um certo tempo, mas isso tem limitações até montar, se é que tem jeito de montar, uma estrutura alternativa de abastecimento.

O sr. disse que a política externa dos EUA está sendo feita de maneira meio oportunista. É possível fazer um paralelo entre o ataque ao Irã e as tarifas globais?

Minha impressão é que sim. O Trump queria ganhar o prêmio Nobel da Paz porque teria acabado com oito guerras. Agora, começou uma guerra para valer, no lugar mais quente do globo. Isso não faz parte de nenhum plano. Em relação às tarifas, ele fez desta forma amalucada, inclusive passando a imagem de que fazer um acordo com os EUA não tem grande valor. Europa, Japão e Coreia, que negociaram e pagaram caro, se deram pior do que outros países. É algo que não tem uma estratégia evidente, e é muito ruim do ponto de vista econômico porque aumenta a incerteza. Só não aparenta estar pior nos EUA porque a inteligência artificial tem levado investimentos de fato, real, gigantesco, que põem a economia para cima. Caso contrário, estaria aparecendo toda essa incerteza. Minha sensação é de que é uma política feita um pouco ao acaso, muito casuística e, nesse caso (*ataque ao Irã*), teve uma coisa de oportunismo.

E o eleitor americano parece não se importar muito...

É até mais complicado porque parte importante dos eleitores americanos é isolacionista. Não quer nada disso, não quer saber de se meter em conflito externo e está horrorizado. É isso que é mais surpreendente e mostra como é improvisado. Porque, se depender do MAGA, a política externa teria pouca expressão. E, apesar disso, está sendo feito o oposto. Por isso que é politicamente tão espinhoso se, de fato, começar a aumentar o preço da gasolina. Tem um casuismo mesmo, com tudo acontecendo e correndo um risco gigantesco. Porque a história mostra que as intervenções americanas no Oriente Médio terminaram muito mal.●



Fábio Alves E-mail: fabio.alves@estadao.com; X:@colunafabioalve

Um piso para o PIB

Aumentou a probabilidade de o presidente Lula colocar um piso na desaceleração da economia neste ano depois que as recentes pesquisas de intenção de voto mostraram uma corrida para a eleição presidencial bem mais apertada do que se observou logo após o lançamento da candidatura do senador Flávio Bolsonaro. Com o recuo do índice de aprovação do governo, a expectativa de analistas é de que o petista poderá lançar mão de novas medidas, com impacto fiscal relevante, para turbinar o consumo das famílias, que tem peso de 64% no cálculo do PIB.

Após a alta de 3,4% do PIB em 2024 ter desacelerado para 2,3% em 2025, a mediana das projeções na pesquisa Focus, do Banco Central, prevê uma expansão de apenas 1,82% da economia neste ano. Mas a maioria dos analistas – quando indagados sobre o viés para essas projeções do desempenho do PIB, se para cima ou para baixo – diz que o risco é de o crescimento em 2026 ficar mais próximo de 2% do que desacelerar para 1,5%. Já está na conta das projeções de analistas para o desempenho da economia em 2026 medidas como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Também em-

butida nas estimativas de PIB está a redução dos juros, atualmente em 15%. A aposta, conforme a pesquisa Focus, é de a taxa Selic encerrar o ano ao redor de 12%, com o Copom iniciando o ciclo de corte de juros ao ritmo de 0,50 ponto percentual por reunião. Ou seja, do ponto de vista da política monetária, o Copom te-

ria de acelerar esse passo para 0,75 ponto, a fim de estimular a expansão do crédito, turbinando a demanda e, por tabela, a economia como um todo. Por ora, todavia, essa não é a sinalização do Banco Central. É bom lembrar que o consumo das famílias registrou alta de 5,1% em 2024. Em 2025, o aumento foi de apenas 1,3%. O que vem sustentando a atividade econômica é um mercado de trabalho ainda apertado, com crescimento real da renda. O temor de analistas é de um maior impulso fiscal neste ano, não somente por aumento da execução do Orçamento federal, como se viu na segun-

da metade de 2025, mas também por medidas populistas. No início de fevereiro, o Ministério da Fazenda atualizou a projeção do PIB de 2026 para um crescimento de 2,3%. Resta saber de onde o governo vai tirar da cartola um impulso para sustentar um nível de expansão da economia igual ao registrado em 2025 – medidas que, com base no consenso mais baixo das estimativas do mercado, os analistas não incluíram nos cálculos do PIB. O problema é que a fatura por gastos extras terá de ser paga em algum momento. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça ● TER. Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (quinzenalmente) ● QUA. Fábio Alves ● QUI. Alvaro Gribel ● SEX. Elena Landau ● SAB. Fabio Gallo ● DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartzman (revezam quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês), Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

SOMENTE ONLINE

LEILÃO EXCLUSIVO GRUPO BRADESCO

OPORTUNIDADES DE CARROS, MOTOS E CAMINHÕES

É HOJE! 04/03/2026 - 14H

ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS

IPVA 2026 PAGO

ROYAL ENFIELD INT 650 22/23 - (PEQ. MONTA)

IPVA 2026 PAGO

BMW 320I M SPORT FLEX 25/26 - (PEQ. MONTA)

IPVA 2026 PAGO

KIA MOTORS SORENTO 2.4 16V 4X2 AUT. 13/14 - (PEQ. MONTA)

IPVA 2026 PAGO

CITROEN C4 CACTUS 22/22 - (PEQ. MONTA)

MO GROVE GMK 4100L 12/12 - (PEQ. MONTA)

COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO

*SUJEITO À ANÁLISE DE CRÉDITO

*FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE

*CORRESPONDENTE BANCÁRIO

*INDEPENDENTE

B2Capital

*VISITAÇÃO TODA, TERÇA E SEXTA DAS 15H ÀS 17H MEDIANTE AGENDAMENTO EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DO TELEFONE 11-2464-6464.

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS

SODRESANTORO

SODRESANTORO

LEILAOSODRESANTORO

(11) 2464-6464

(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192

Política monetária Conflito no Oriente Médio

Haddad diz que é cedo para falar em reversão de ciclo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que é muito cedo para falar em uma reversão do ciclo de cortes da

taxa básica de juros (Selic) em razão do conflito no Irã. “Agente não sabe como é que esse conflito vai acontecer, como é que

as coisas vão suceder; mas é muito cedo para falar de uma reversão do que está mais ou menos contratado aí, que é um

ciclo de cortes”, disse ele, em entrevista ao programa *Alô, Alô Brasil*, do jornalista José Luiz Datena, na Rádio Nacional. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anuncia no próximo dia 18 a nova taxa básica de juros. A possibilidade

de corte da Selic é um consenso no mercado, mesmo com a eclosão da guerra no Oriente Médio. O que mudou foi a percepção de alguns economistas de que, em vez de 0,5 ponto percentual, o BC possa optar por um corte de 0,25 ponto. ● MATEUS MAIA/BRASÍLIA

Indicadores Pé no freio

PIB desacelera e fecha 2025 em 2,3%, menor atividade desde 2020

Resultado é atribuído a peso da taxa de juros; para 2026, governo prevê variação também de 2,3%, mas mercado vê elevação de 1,8%

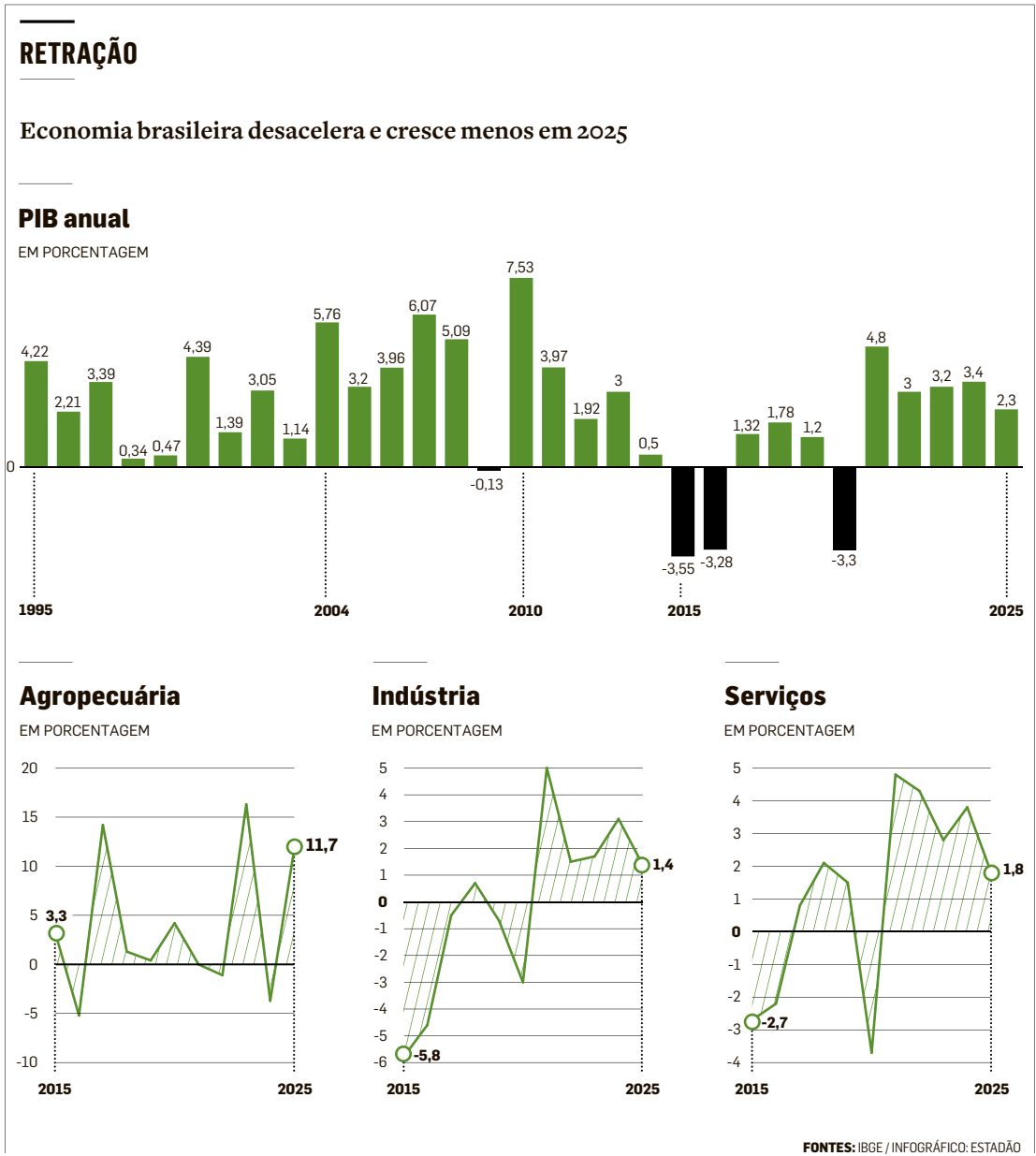
LUIZ GUILHERME GERBELLI

A economia brasileira desacelerou no ano passado em meio a um cenário de juros altos para controlar a inflação. Em 2025, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,3%, ante 3,4% em 2024, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ficou dentro do esperado pelos analistas consultados pelo Projeções Broadcast. As estimativas variavam de alta de 2,1% a 2,6%. Em valores correntes, o PIB alcançou R\$ 12,7 trilhões.

O crescimento econômico brasileiro registrado no ano passado foi o menor desde 2020, quando a economia recuou 3,3% por causa dos impactos provocados pela pandemia de covid-19.

“O desempenho de 2025 foi como se esperava desde o início do ano, com um PIB um pouco mais fraco, depois de uma sequência de vários anos com um PIB crescendo em torno de 3%”, diz Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados. “Em 2025, começamos a fazer o ajuste da taxa de juros para conter a inflação, e a economia passou a desacelerar. Apesar de tudo, o País conseguiu um crescimento até razoável.”

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE) informou que a política monetária, com juros altos, “exerceu impacto rele-



sileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre) e coordenadora do Boletim Macro.

No ano passado, na análise pelo lado da oferta, a agropecuária avançou 11,7%, a indústria cresceu 1,4% e o setor de serviços subiu 1,8%.

O bom resultado da agropecuária é explicado pela safra recorde de grãos que o Brasil colheu. O setor de serviços se beneficiou de um mercado de trabalho bastante aquecido no País, enquanto o resultado da indústria foi mais respaldado pelo setor extrativista – a parte de transformação sofreu com os juros elevados.

“Pelo lado da oferta, o agro é o grande destaque”, afirma Alessandra Ribeiro, diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências Consultoria. “E, na indústria, o que ajudou foi a parte extrativa, que veio melhor.”

Setor de destaque
Como em anos anteriores, desempenho do agro no primeiro semestre ajudou a manter indicador positivo

Do lado da demanda, houve crescimento no consumo das famílias (1,3%), na formação bruta de capital fixo – a taxa de investimentos na economia – (2,9%) e no consumo do governo (2,1%). “Há uma contribuição relevante da importação de plataformas (*de petróleo*) nos investimentos. E tem toda uma parte de infraestrutura também”, afirma Silvia.

Ainda pelo lado da demanda, mesmo com o tarifaço promovido pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, no comércio global, as exportações cresceram 6,2% e as importações subiram 4,5%. “Em 2025, o desempenho do agro foi extraordinário, e o impacto do tarifaço foi mais moderado, porque, para alguns mercados, conseguimos redirecionar os produtos”, afirma Alessandra. ●

Investimento baixo e ruim impõe limite ao indicador

ANÁLISE

ROLF KUNTZ

Para escapar da armadilha dos 2% e crescer como outros emergentes, o Brasil precisa investir muito mais do que investiu, desde 2000, em modernização e ampliação da capacidade produtiva. Em 18 anos, nesse período, o valor aplicado em máqui-

nas, equipamentos e construções foi inferior a 18% do Produto Interno Bruto (PIB). Em países com nível comparável de desenvolvimento, essa taxa tem frequentemente superado 20%. A desvantagem brasileira tende a aumentar quando se considera a qualificação da mão de obra de nível médio.

No Brasil, no ano passado, o investimento em meios físicos de produção equivaleu a 16,8% do PIB. Em 2024, havia correspondido a 16,9%, segun-

do a mediana de levantamento do Projeções Broadcast feito ontem com 19 instituições.

AGRO. Como em anos anteriores, o País colheu um primeiro semestre melhor – sobretudo pelo bom desempenho da agropecuária – e desacelerou na metade final do ano, justamente por causa do elevado patamar da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 15% ao ano.

do o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No quarto trimestre de 2025, o PIB foi 0,1% maior que no terceiro, mas o investimento material, destinado à chamada formação bruta de capital fixo, diminuiu 3,5%.

Os meios aplicados em educação, isto é, na formação do chamado “capital humano”, têm aumentado, mas especialistas cobram maior atenção ao planejamento educacional e à qualidade do ensino. Entidades ligadas ao setor produtivo, como Sesi, Sesc, Senai, Senac e Sebrae, têm contribuído de forma importante para a preparação dos trabalhadores.

Com produção 11,7% maior que a do ano anterior, a agrope-

No quarto trimestre, a economia brasileira avançou 0,1% em relação aos três meses anteriores. O IBGE revisou o dado do terceiro trimestre de alta de 0,1% para estabilidade.

“A política monetária está fazendo efeito. Vimos isso pelo canal do crédito, e o último trimestre de 2025 mostra isso”, afirma Silvia Matos, pesquisadora da área de Economia Aplicada do Instituto Bra-

cuária se manteve como o setor mais dinâmico da economia brasileira, enquanto o conjunto do setor industrial avançou 1,4%. Nas indústrias extrativas, o aumento de produção de 8,6% foi puxado principalmente pelos segmentos de óleo e gás. A construção cresceu 0,5% e a indústria de transformação recuou 0,2%, mantendo a fragilidade exibida na maior parte da última década. Os serviços avançaram, com o crescimento de 1,8% liderado pelas atividades de informação e comunicação (6,5%). O governo sustenta, oficialmente, uma política de modernização industrial, mas seus efeitos ainda são pouco visíveis.

Não há como esperar maior dinamismo na indústria – e, de

fato, no conjunto da economia – com uma taxa de investimento produtivo muito inferior à observada em grande parte dos emergentes.

Não basta destinar dinheiro a aplicações qualificadas como investimentos. O risco de desperdício, por meio de aplicações ineficientes – para citar a hipótese menos grave –, é especialmente preocupante no caso de recursos públicos enviados às bases de políticos federais. Isso também ajuda a entender a mediocridade do crescimento econômico brasileiro. A chamada armadilha dos 2% de crescimento é um produto essencialmente made in Brazil. ●

JORNALISTA

Indicadores Produto Interno Bruto

Brasil deixa o grupo das dez maiores economias do mundo

Valorização do rublo e perdas do real ante o dólar favoreceram a Rússia, que tomou a 10.ª posição do País em ranking

DANIELA AMORIM
JULIANA GARÇON
RIO

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve o 39.º melhor desempenho no quarto trimestre de 2025 ante o terceiro trimestre, considerando um ranking com dados de crescimento das economias de 50 países elaborado pela agência de classificação de risco Austin Rating. Com o resultado, o Brasil encerrou o ano passado como a 11.ª maior economia do mundo, posto que deve manter em 2026, conforme projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, o País deixou de fazer parte do grupo das dez maiores economias do mundo. Em 2024, o País ocupava o 10.º lugar.

Cenário
Para economista, queda no ranking deve-se mais à dinâmica do rublo do que ao PIB menor do Brasil

O economista Rodolpho Sartori, da Austin Rating, ressalta que os cálculos de crescimento comparando países têm como base a taxa de câmbio média do período, o que gera eventuais surpresas. “Por mais que na leitura ponta a ponta (*primeiro dia de 2025 para último dia de 2025*) o real tenha se valorizado, na leitura média do ano houve desvalorização. Em contrapartida, a moeda russa se valorizou bastante na média de 2025, e isso ajudou a ala-

vancar o país (*que tomou o 10.º lugar do Brasil*) no ranking. A troca de posições diz mais sobre a Rússia e as oscilações da sua moeda do que sobre o Brasil”, explicou.

Sartori lembra que o crescimento de 2,3% do PIB brasileiro em 2025 é positivo, e que a desaceleração já era esperada. Ele lembra que a perda de ritmo da atividade foi menor do que se projetava no começo do ano, e que o País vinha de três anos com crescimento robusto. “Assim, a queda no ranking é explicada pela dinâmica da moeda russa, e não por um crescimento pequeno no Brasil”, observou.

De acordo com o economista, contudo, os dados divulgados ontem pelo IBGE evidenciam desaceleração nas atividades na indústria e em serviços. “O agro teve papel relevante na ampliação do crescimento graças à super safra (*que não ocorrerá em 2026*). Esperamos, portanto, um crescimento de 1,7% este ano e uma composição mais equilibrada entre os setores, dado que indústria e serviços devem recuperar dinamismo no começo do ano”, observou o economista.

A Austin estima que, em valores correntes, o PIB do Brasil totalizou US\$ 2,268 trilhões (cerca de R\$ 12 trilhões) no ano passado. Em 2025, considerando os PIBs em dólares, os EUA detinham 26,1% do PIB mundial; a China, 16,6%; a Alemanha, 4,3%; o Japão, 3,6%; a Índia, 3,5%; o Reino Unido, 3,4%; a França, 2,9%; a Itália, 2,2%; a Rússia, 2,2%; o Canadá, 1,9%; e o Brasil, também 1,9%. “O Brasil caiu uma posição. A Rússia ultrapassou o Canadá e o Brasil”, frisou Sartori. ●

Para Fiesp, juros e tarifaço explicam recuo da indústria

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) afirmou ontem que o setor produtivo foi prejudicado no ano passado pelos juros altos no Brasil e pelas tarifas dos Estados Unidos. Ao comentar os resultados do Produto Interno Bruto (PIB), a entidade ressaltou

que as exportações da indústria de transformação ao mercado americano recuaram 8,7% no segundo semestre de 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Na segunda metade do ano passado, diz a entidade, a economia brasileira “andou de lado”, refletindo os juros elevados, que provocaram perda de fôlego em setores mais sensíveis ao crédito, como a indústria de transformação e a construção.

Por outro lado, compara a

Fiesp, atividades ligadas a recursos naturais, como a agropecuária e a indústria extrativa, tiveram forte desempenho e sustentaram o crescimento no ano.

Segundo a Fiesp, em termos reais, a taxa de juros avançou de 7,2%, em janeiro, para 10,6% em dezembro, causando desaceleração justamente nos dois segmentos que haviam liderado o crescimento em 2024: bens de capital e bens duráveis. ● EDUARDO LAGUNA



CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO



LEILÃO EXTRAJUDICIAL
08 IMÓVEIS

2º LEILÃO - 05/03/2026, a partir das 14h00

LOCALIDADES: MA SP TO

APARTAMENTO • CASAS • IMÓVEIS RURAIS

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA SÓMENTE "ON-LINE"

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

Mais informações consulte:
<https://VITRINEBRADESCO.com.br/>

(11) 3117.1001
af@freitasleiloeiro.com.br

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS | LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316



LEILÃO EXTRAJUDICIAL
IMÓVEL

1º LEILÃO - 09/03/2026, a partir das 14h00
2º LEILÃO - 12/03/2026, a partir das 14h00

PINHÃO/PR - CASA

Rua Rui Barbosa, 301 (Lt. 2-A [oriundo da subdivisão procedida no lt. 02] da qd. 16)

BAIRRO SÃO JOSÉ

ÁREA TERRENO: 373,95m²

ÁREA CONSTRUÍDA LANÇADA NO IPTU: 48,00m²

(estimada 140,00m² [sendo 60m² casa dos fundos e 80m² casa frontal])

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA SÓMENTE "ON-LINE"

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

Mais informações consulte:
<https://VITRINEBRADESCO.com.br/>

(11) 3117.1001
af@freitasleiloeiro.com.br

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS | LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316



LEILÃO SÓMENTE "ON-LINE"
28 IMÓVEIS

FECHAMENTO: 12/03/2026, a partir das 13h30

LOCALIDADES:

BA CE GO MA MG MS MT PR RJ RS SC SP

ÁREAS RURAIS • APARTAMENTOS
CASAS • TERRENOS

AMPLAS FACILIDADES DE PAGAMENTO:

✓ À vista com **10% de desconto**

✓ Parcelamento em **12x sem juros/correção**
ou **24, 36 ou 48 vezes com juros/correção**

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

Mais informações consulte:
<https://VITRINEBRADESCO.com.br/>

(11) 3117.1001
sac@freitasleiloeiro.com.br

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS | LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316



LEILÃO EXTRAJUDICIAL
IMÓVEIS

1º LEILÃO - 23/03/2026, a partir das 14h00
2º LEILÃO - 26/03/2026, a partir das 14h00

DIVERSAS LOCALIDADES

VÁRIOS IMÓVEIS
EM LOTEAMENTO

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
SÓMENTE "ON-LINE"

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

Mais informações consulte:
<https://VITRINEBRADESCO.com.br/>

(11) 3117.1001
af@freitasleiloeiro.com.br

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS | LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316



LEILÃO EXTRAJUDICIAL
IMÓVEIS

1º LEILÃO - 02/04/2026, a partir das 09h30
2º LEILÃO - 06/04/2026, a partir das 09h30

DIVERSAS LOCALIDADES

VÁRIOS IMÓVEIS
EM LOTEAMENTO

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
SÓMENTE "ON-LINE"

Lances "on-line", edital completo, condições de venda e pagamento, fotos, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

Mais informações consulte:
<https://VITRINEBRADESCO.com.br/>

(11) 3117.1001
af@freitasleiloeiro.com.br

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS | LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316

Cia. Itaú de Capitalização

CNPJ 23.025.711/0001-16 - NIRE 35300174844

Certidão - Junta Comercial - Ata Sumária da

Assembleia Geral Extraordinária de

28 de maio de 2025 às 10 horas

"JUCESP sob nº 57.457/26-8, em 26.02.2026.

(a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral."



AVALIAÇÃO DE MERCADO

www.embraesp.com.br

(11) 3665-1590

● Sistema financeiro ● Efeito Master

Deputados aprovam aporte do DF para cobrir rombo no BRB

Governador Ibaneis Rocha oferece nove imóveis para serem vendidos ou usados em garantia a empréstimo de até R\$ 6,6 bi

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou ontem autorização para o governo do DF fazer um aporte no Banco de Brasília (BRB) a fim de cobrir o rombo deixado na instituição pelas operações com o Banco Master. Nos dois turnos de votação, o placar foi de 14 a 10.

O projeto, encaminhado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) na semana passada, autoriza o DF a capitalizar o BRB e oferece nove imóveis públicos para serem vendidos, transferidos para o banco, estruturados em um fundo imobiliário ou dados como garan-

tia em um empréstimo limitado a R\$ 6,6 bilhões.

Deputados haviam apresentado resistência ao plano de Ibaneis por temerem desgaste político em ano eleitoral, ainda mais depois de terem aprovado, no ano passado, a oferta de compra do Master pelo BRB, posteriormente barrada pelo Banco Central.

O governo escalou representantes do Executivo e do banco estatal para convencer os parlamentares em uma intensa negociação desde o início da semana.

O presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, se reuniu com os deputados distritais na véspera da votação, em uma reunião que durou quase 12 horas. Souza afirmou que, se o projeto não fosse aprovado, o banco deixaria de existir e uma série de programas sociais, transporte público, distribuição de remédios e empréstimos a servidores – programas operados pelo BRB –

seriam paralisados.

Apesar da aprovação do projeto, o uso dos imóveis não é automático e terá de ser submetido à avaliação, precificação e comprovação de interesse público, segundo técnicos do governo e do Legislativo. O aproveitamento dos terrenos enfrenta entraves jurídicos e foi questionado por consultores

Esforço
Desde o início da semana, o governo escalou representantes para convencer parlamentares

legislativos da Câmara do DF.

O projeto pode provocar efeitos colaterais negativos no banco, ao incorporar ativos de risco no balanço, ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e comprometer o orçamento do governo do Distrito Federal, avaliam dois pareceres de consultorias da Câmara, aos quais

o Estadão teve acesso.

Parlamentares de oposição preparam a apresentação de uma ação na Justiça para derrubar a lei aprovada ontem. A petição deve ser apresentada por políticos ou por entidades ligadas a servidores do Distrito Federal.

Entre os questionamentos está a permissão para oferecer imóveis sem prévia audiência pública, comprovação de interesse público, lei específica para cada imóvel e avaliação prévia dos bens.

“Nós estamos alertando, nós estamos avisando. Qualquer entidade que entrar na Justiça vai derrubar essa porcaria dessa lei”, disse o líder do PT, Chico Vigilante (PT), que apresentou um voto em separado apontado ilegalidades do projeto.

EMPENHO. Ibaneis entrou em campo para aprovar o aporte enquanto se prepara para deixar o governo e concorrer ao Senado nas eleições de outubro. Aliados ainda duvidam se ele será realmente candidato, em função do desgaste com o caso Master – seu governo se empenhou e defendeu publicamente a compra do banco de Daniel Vorcaro pelo BRB. ●

BC libera compulsório para que bancos possam recompor o FGC

O Banco Central atendeu a um pedido dos bancos e liberou o recolhimento de depósitos compulsórios (recursos que ficam depositados no próprio BC) para que as instituições façam aportes no Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A resolução publicada ontem é uma consequência da crise do Banco Master, que levou o FGC a ressarcir depositantes da instituição em cerca de R\$ 56 bilhões e agora precisa ter as suas reservas refeitas.

Pela decisão do BC, os depósitos à vista (sem remuneração) e os depósitos a prazo (remunerados) poderão ser deduzidos dos recolhimentos compulsórios feitos pelos bancos.

O BC calcula que a dedução irá resultar na liberação de R\$ 30 bilhões em 2026, e tem como objetivo reforçar o capital dos bancos. Do contrário, eles teriam piora nos seus índices de liquidez. ● ALVARO GRIBEL, MARIANNA GUALTER, CÍCERO COTRIM/BRASÍLIA

FÓRUM
ESTADÃO
|| THINK

Conheça a
programação e
inscreva-se



A missão do imposto seletivo

Desestimular práticas nocivas, proteger interesse público e promover simplificação e justiça fiscal

Complexo Brasil 21, Brasília
 11 de Março - 2026
 8h30 - 12h15

Realização

ESTADÃO

Produção

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Parceria

ESTADÃO
ACESSOS

influency

Patrocínio

a rádio das melhores notícias
ELDORADO FM 107.3

Fato Relevante
Sua marca no mundo.

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por Fato Relevante.

Fato Relevante
Sua marca no mundo.

A Missão do Imposto Seletivo

Imposto Seletivo é uma questão extrafiscal

Debate sobre a regulamentação confirma preocupações sobre coerência, arrecadação e possíveis disputas judiciais

A regulamentação do Imposto Seletivo recolocou no centro do debate tributário um ponto sensível: sua natureza extrafiscal. Diferentemente de tributos concebidos prioritariamente para arrecadar, o novo imposto nasce com a missão declarada de desestimular o consumo de bens e serviços associados a danos à saúde e ao meio ambiente. A discussão mobiliza especialistas diante de possíveis riscos constitucionais e de futuras disputas no Supremo Tribunal Federal (STF).

Relator da reforma tributária, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) afirma que a Constituição é clara quanto ao caráter do Imposto Seletivo, sem espaço para distorções na regulamentação. “É só cumprir a lei, obedecer ao que está estabelecido na emenda constitucional. O imposto seletivo é extrafiscal, sim. Foi dessa forma que os senadores votaram.” Para ele, a norma complementar não pode descumprir o mandato constitucional nem tratar o tributo com foco arrecadatório. Nesse sentido, a reedição do atual IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) desvirtuaria o objetivo do Imposto Seletivo.

Há uma tensão clara entre a concepção constitucional do Imposto Seletivo como tributo de natureza extrafiscal e o desenho sinalizado na regulamentação, afirma o advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara.



Discussão mobiliza especialistas diante de possíveis riscos constitucionais e de futuras disputas no Supremo Tribunal Federal (STF)

“Quando se introduz uma meta de arrecadação explícita e se vincula o desempenho do imposto à neutralidade fiscal da reforma, ele deixa de ser um instrumento de indução de comportamentos e passa a integrar, de forma relevante, a engrenagem de financiamento do Estado.”

Essa mudança de eixo, diz Bichara, pode comprometer o critério técnico que deveria orientar a fixação das alíquotas. “A Constituição estabelece que o imposto deve incidir sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, observando proporcionalidade. Se a alíquota passa a ser calibra-

da para fechar a conta da União, e não para refletir o grau de nocividade do produto, há desvio de finalidade que fragiliza a coerência do modelo.”

Para o tributarista, o risco não é apenas teórico. “A utilização do Imposto Seletivo como instrumento arrecadatório pode gerar distorções concorrenciais relevantes, afetar cadeias produtivas inteiras e estimular contencioso judicial”, pontua.

Para o advogado Eduardo Perez Salusse, ex-juiz do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo, o desenho constitucional do tributo é claro. “O Imposto Seletivo tem um objetivo bem

definido na EC 132, qual seja, onerar bens e serviços que façam mal à saúde e ao meio ambiente. A finalidade é desincentivar o consumo desses bens, protegendo bens jurídicos mais importantes como a saúde da população e a sustentabilidade.”

Salusse aponta incoerências que enfraquecem o modelo. “Muito se fala da oneração dos açucarados quando o açúcar puro é desonerado. Tributa-se o veículo, embora seja a queima do combustível que polui, e cobra-se mais das bebidas destiladas do que da cerveja, apesar de ambas terem a mesma quantidade de álcool por dose.” Essas distorções podem gerar questionamentos com base em princípios como isonomia, proporcionalidade, livre concorrência e efeito confiscatório.

Experiências internacionais trazem parâmetros para o debate. Países da OCDE estruturaram tributos seletivos — as chamadas “sin taxes” — com base em evidências científicas e critérios objetivos, como teor de açúcar ou de álcool puro, buscando minimizar distorções econômicas e questionamentos judiciais. A transparência metodológica e a vinculação clara ao objetivo sanitário foram decisivas para a constitucionalidade das medidas.

No dia 11, em Brasília, o evento “A missão do imposto seletivo” reunirá especialistas e autoridades para debater o novo tributo.

Lina Santin,
advogada e coordenadora do NEF/FGV



O Imposto Seletivo não pode pecar contra a Constituição

A reforma tributária brasileira introduziu o IBS e a CBS, nos moldes de um IVA-dual, sob a promessa de neutralidade, e criou o Imposto Seletivo, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Apesar de legítima sua finalidade extrafiscal em nome da proteção de valores constitucionalmente garantidos, como a saúde e o meio ambiente, reacende-se o debate acerca dos limites da intervenção estatal na economia.

Embora o Imposto Seletivo não se sujeite ao princípio da neutralidade aplicado ao IBS e à CBS, há outros comandos constitucionais que regem o sistema tributário e a ordem econômica nacional que devem ser observados, especialmente princípios da isonomia e da livre concorrência. Trata-se de princípios interconectados, uma vez que a livre concorrência se funda primordialmente na isonomia e só pode existir se esta for aplicada entre os agentes econômicos con-

correntes no mercado.

A isonomia exclui qualquer distinção ou privilégio de classe, a fim de que todos sejam submetidos a idênticos regimes fiscais. Por sua vez, o Estado possui o dever de prezar pela livre concorrência, não agindo de forma que influencie no equilíbrio concorrencial entre os agentes de um mesmo setor da economia.

Assim, a tributação seletiva precisa dialogar com a lógica concorrencial e o pressuposto da igualdade, devendo ser estruturada de modo a não favorecer determinados agentes, tampouco criar barreiras à entrada, concentrar mercado ou incentivar a ilegalidade. Também é preciso que sua finalidade

extrafiscal não se perca diante das necessidades arrecadatórias, em especial frente à tarefa de substituir a atual arrecadação do IPI.

A tributação excessiva de determinados produtos, sem coordenação eficaz de fiscalização e controle de fronteiras, é elemento central na determinação da perda de competitividade do mercado legal, constituindo-se grande estímulo aos diversos arranjos característicos da ilegalidade: sonegação, falsificação e contrabando.

Nesse cenário, o resultado pode ser paradoxal: apesar da elevação da carga, ocorre redução da arrecadação, penalizando as empresas

que atuam na legalidade e fortalecendo as estruturas ilícitas, além de comprometer a própria finalidade de proteção à saúde pública e ao meio ambiente, que justificam a criação do tributo.

Relembre-se que o Imposto Seletivo é um tributo extrafiscal, concebido para regular comportamentos e não pode se transformar em instrumento de recomposição de receita. Se isso ocorrer, a seletividade poderá deixar de obedecer a critérios técnicos e passar a responder à necessidade de caixa. Além disso, como a sua incidência já está concentrada em poucos setores, o aumento da carga pode tornar esse tributo confiscatório.

Tributos extrafiscais são um instrumento legítimo de política pública, mas não configuram licença para violar a Constituição. Entre induzir comportamentos e preservar garantias fundamentais, o limite é claro: a intervenção estatal deve ser técnica, proporcional, isonômica e compatível com a livre concorrência. Se o Seletivo não observar esses limites, o pecado não será do consumo e sim do Estado.

A tributação excessiva de determinados produtos, sem coordenação eficaz de fiscalização e controle de fronteiras, é elemento central na determinação da perda de competitividade do mercado legal

NOTAS E INFORMAÇÕES

Com as próprias pernas



Setor aéreo se recupera com solução de mercado, sem necessidade do ‘Estado-hospital’ petista

A Azul foi a última das três maiores companhias aéreas nacionais a recorrer ao Chapter 11 – equivalente, nos EUA, à recuperação judicial no Brasil – para reequilibrar sua estrutura financeira. Foi também a

que atravessou mais rapidamente o processo, concluído em menos de um ano. A Gol, que passou por processo semelhante, levou quase um ano e meio para sair dele, no ano passado, e a Latam, a primeira a recorrer ao mecanismo da Lei de Falências dos EUA, mais de dois anos, entre 2020 e 2022.

O retorno das três empresas a uma condição mais estável no mercado de transporte aéreo comprova que o socorro governamental com uso de dinheiro público pode ser o caminho mais fácil, mas não o mais eficiente, e tampouco o mais justo, para reorganizar o mercado. Os três casos mostram que as companhias privadas têm condições de buscar suas próprias alternativas para vencer crises.

A despeito disso, o crédito especial de R\$ 4 bilhões para acudir aéreas em dificuldades financeiras deve ser liberado pelo BNDES neste ano. O montante foi fixado em projeto de lei enviado em outubro de 2024 pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso, com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), que não serão contabilizados no Orçamento, prática irritantemente comum no lulopetismo.

O contrato que permite a liberação dos recursos foi assinado em dezembro do ano passado, e o atraso foi o principal motivo destacado pela Azul para recorrer ao processo judicial nos EUA. Entraves burocráticos à parte, passa da hora de o governo repensar a amplitude e imprescindibilidade do socorro a setores em apuros. Note-se que nem liberou o montante apro-

vado e o governo Lula já fala em financiar mais R\$ 1,5 bilhão com juros mais baixos. Um dos objetivos do governo é ampliar a participação de aviões da Embraer no mercado doméstico.

A interferência do governo na solução de crises setoriais é uma questão complexa que tende a se legitimar quando adotada como recurso limite para manutenção da estabilidade econômica ou para impedir o desemprego em massa. Mas o “Estado-hospital”, que ganhou destaque nas gestões petistas, traz mais prejuízos do que benefícios, em especial se a ineficiência estiver na base da crise.

Em 2025, antes mesmo do fechamento das estatísticas do ano, o próprio governo divulgou que o número de passageiros do transporte aéreo iria chegar ao recorde de 130 milhões de pessoas, ultrapassando pela primeira vez os números pré-pandemia. Nas rotas internacionais, o dado acumulado até novembro foi de 25,8 milhões de passageiros, superando o resultado de 2024, até então o melhor da série histórica.

O setor aéreo se recompõe via mercado. Nos EUA, buscou renegociar contratos de arrendamento das aeronaves e atrair novos sócios. O uso maciço de dinheiro público para pintar um quadro de retomada é estratégia ultrapassada e ineficiente e, quando escamoteada do Orçamento, traz desvantagem ainda maior. Afinal, o resgate de empresas financiado com dinheiro público, além de não atingir o objetivo, ajuda a arrebentar as combalidas contas públicas. ●

Justiça Medida mais abrangente

Pedido de recuperação do Fictor sobe a 43 empresas

A Justiça de São Paulo estendeu na segunda-feira o processo de recuperação judicial para 43 empresas do Grupo Fictor.

Além disso, prorrogou por mais 20 dias a antecipação dos efeitos da recuperação, que protege as empresas contra exe-

cuções, bloqueios e cobranças. O grupo ganhou evidência no ano passado após tentar comprar o Banco Master um dia an-

tes de ele ser liquidado pelo Banco Central. A expectativa de advogados ligados ao caso é que, com a decisão, o caminho se abra para que uma decisão definitiva seja tomada sobre o pedido de recuperação judicial. Em fevereiro, foi feito o pedi-

do de recuperação judicial pela Fictor Holding e Fictor Invest, com dívidas de cerca de R\$ 4 bilhões. Na semana passada, a Fictor recuou e solicitou a inclusão de 28 empresas na recuperação. Depois, credores pediram a inclusão de mais 13. ●

ESTADÃO

TAX TOOLS

Tributação Inteligente na Prática

● LIVE HOJE: 18h30 ●

Como se preparar para o IRPF 2026 diante das novas regras e impostos anunciados?

Como fazer deduções, declarar dividendos do exterior, benfeitorias em imóveis, heranças e doações.



com
Duquesa de Tax

Inscreva-se gratuitamente:

Aponte a câmera do celular para o QR Code para assistir à live hoje.



continua...



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	423.034	413.015	Fornecedores	12	104.450	89.292
Aplicações financeiras vinculadas	4	17.176	20.210	Empréstimos e financiamentos	13	50.517	33.705
Contas a receber	5	76.352	64.186	Debêntures	14	16.933	12.372
Estoques	6	5.452	5.261	Credor pela concessão	15	269.942	248.479
Adiantamento a Fornecedores		2.491	2.961	Salários a pagar, provisões trabalhista e encargos sociais	16	23.585	21.297
Despesas Antecipadas		6.688	4.347	Impostos, taxas e contribuições	17	30.334	13.593
Impostos a recuperar		5.298	4.997	Adiantamento de clientes		2.560	2.418
Outros ativos		523	226	Seguros e garantias		3.243	603
Partes relacionadas	18	1.311	1.006	Passivo de arrendamento	19	7.716	5.856
		538.325	516.209	Partes relacionadas	18	1.993	1.037
NÃO CIRCULANTE				Provisão para manutenção	20	185.871	117.766
Realizável a longo prazo				Outras contas a pagar		182	365
Aplicações financeiras vinculadas	4	49.433	25.922			697.326	546.783
Impostos diferidos	7	95.950	62.014	NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	8	23.767	24.706	Empréstimos e financiamentos	13	1.462.653	1.060.134
		169.150	112.642	Debêntures	14	416.220	413.863
Imobilizado	9	82.520	79.145	Debêntures - Partes Relacionadas	14	768.845	700.408
Intangível	10	3.881.048	3.301.926	Passivo de arrendamento	19	20.966	9.366
Ativo de Direito de uso	11	26.915	14.588	Provisão para riscos processuais	21	33.978	30.462
		3.990.483	3.395.659	Provisão para manutenção	20	120.599	83.706
				Dividendos	22.b	1.994	1.994
						2.825.255	2.299.933
						3.522.581	2.846.716
				Total do passivo			
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	22	1.177.584	969.857
				Reserva Legal	22.c	210	10.497
				Reserva de lucros / (Prejuízos acumulados)	22.d	(2.417)	197.440
				Total do patrimônio líquido		1.175.377	1.177.794
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.697.958	4.024.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social		Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas		
	Subscrito	A integralizar		Legal	Lucros/ (Prejuízo)	Total
SALDO EM 31/12/2023	1.400.000	(430.143)	-	8.424	158.447	1.136.728
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	41.460	-	-	41.460
Destinação do resultado do exercício	-	-	(41.066)	2.073	38.993	-
Dividendos obrigatório (R\$ 0,001 por ação)	-	-	(394)	-	-	(394)
SALDO EM 31/12/2024	1.400.000	(430.143)	-	10.497	197.440	1.177.794
Integralização de Capital	-	207.727	-	(10.287)	(197.440)	-
Prejuízo do exercício	-	-	(2.417)	-	-	(2.417)
Destinação do resultado do exercício	-	-	2.417	-	(2.417)	-
Dividendos obrigatório (R\$ 0,001 por ação)	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31/12/2025	1.400.000	(222.416)	-	210	(2.417)	1.175.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024		Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.417)	41.460		Amortização de juros debêntures	14	(24.592)	(21.179)
Ajustes:				Juros pagos sobre contrato de arrendamento	19	(3.413)	(1.577)
Depreciações e amortizações	24	208.769	183.553			(197.209)	(203.485)
Baixa do imobilizado e intangível		647	(3.380)	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		447.833	390.578
Juros incorridos sobre arrendamento	25	3.413	1.577	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Impostos diferidos	7	(33.936)	3.349	Aquisições de imobilizado	9 e 30	(15.074)	(13.724)
Provisão para riscos	21	6.308	19.127	Aquisições de intangível	10 e 30	(756.072)	(519.603)
Provisão para manutenção	20	231.796	136.138	Aplicações financeiras vinculadas	4	(20.477)	(2.789)
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	13	120.890	108.040	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(791.623)	(536.116)
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	14	109.572	104.199	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		645.042	594.063	Captação empréstimos e financiamentos	13	400.000	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:				Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(31.007)	-
Contas a receber	5	(12.166)	(2.203)	Recursos provenientes de alienação de imobilizado		2.986	4.033
Estoques	6	(191)	474	Captação de debêntures	14	-	-
Impostos a recuperar		(301)	1.364	Amortização de debêntures	14	(9.625)	-
Adiantamento a fornecedores		470	(732)	Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	19	(8.546)	(7.696)
Despesas antecipadas		(2.341)	(290)	Integralização de capital		-	-
Outros ativos		642	(3.049)	Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento		353.808	(3.663)
Fornecedores		1.084	3.900	REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		2.288	(996)	Caixa e equivalentes de caixa no início do período		413.015	562.216
Credor pela concessão		21.463	57.676	Caixa e equivalentes de caixa no final do período		423.034	413.015
Impostos, taxas e contribuições		23.406	1.110	REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Contas com partes relacionadas		651	(1.582)			10.019	(149.201)
Outras contas a pagar		2.598	482			413.015	562.216
Consumo de provisão para manutenção	20	(126.798)	(161.663)			423.034	413.015
Baixas de processos judiciais	21	(2.792)	(3.547)			10.019	(149.201)
IRPJ e CSLL pagos no período		(6.665)	(15.379)				
Amortização de juros empréstimos e financiamentos	13	(70.552)	(56.294)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, sendo a sede da Companhia localizada na Rua Passeio das Castanheiras, 480 - Parque Faber - São Carlos - SP. A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group"). O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos, com início em junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama. O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho. Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar: • A outorga fixa no valor de R\$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível. • O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta. • Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de aproximadamente R\$10,6 bilhões para o período remanescente da concessão, devendo ser alocados para obras de ampliação e manutenção do trecho concedido. A data de início da operação ocorreu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jahu. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 31 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU. Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações assumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários pelos serviços prestados. As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261;

SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente. O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul. O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 159.001. Esse resultado decorre, principalmente, dos efeitos relacionados ao Reequilíbrio Cautelar COVID, descrito na Nota Explicativa 15, no valor de R\$ 164.533. O referido montante ainda não foi reconhecido contabilmente, em razão da natureza cautelar da decisão proferida no curso do processo administrativo em tramitação na Artesp. A Companhia estima que a conclusão definitiva deverá ocorrer até o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026.

2. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia. 2.2. Bases de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de

mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e cuja realização possa ocorrer em um prazo inferior a 90 dias. 2.4. Contas a receber: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente registradas a valor justo, e posteriormente ao custo amortizado, deduzidos de provisão para perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento. A provisão para perda de créditos esperados é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve ajuste a valor presente nas transações dos serviços prestados, por não serem relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras. 2.5. Estoque: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. 2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, se aplicável. 2.6.1. Impostos correntes: O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, tendo a sua apuração trimestral. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período do relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. 2.6.2. Impostos diferidos: O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ágio ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja



liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada exercício. 2.7. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. A Companhia não apresenta instrumentos de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 2.8. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada de perda por valor recuperável ("impairment"), se aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.9. "Impairment" (perda por valor recuperável): A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras. Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. **Receita de contratos com clientes:** (a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias: É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. (b) Receitas de Construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente. (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos. 2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1): A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01-Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda. "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros". 2.12. Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 2.14. Credor pela concessão: Representa os valores de ônus de fiscalização (1,5%) e ônus variável (7%), - ambos tendo como base de cálculo a receita bruta de pedágio mais receita acessória- a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.15. Provisões: Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. 2.16. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente. 2.17. Passivos financeiros e patrimônio líquido: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Instrumentos financeiros híbridos:** O valor de opção de conversão de Debêntures em patrimônio líquido deve ser incluído

no componente do passivo. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente. O emissor de título conversível em ações ordinárias deve determinar primeiro o valor contábil do componente do passivo, mensurando o valor justo de passivo similar que não tenha um componente de patrimônio líquido associado. O valor contábil do instrumento patrimonial representado pela opção de conversão do instrumento em ações ordinárias deve ser, então, determinado pela dedução do valor justo do passivo financeiro do valor justo do instrumento financeiro composto como um todo. 2.18. Lucro básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. 2.19. Reconhecimento de receita: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. A receita é calculada de acordo com os valores estipulados pelo Poder Concedente, sendo o valor da Tarifa de Pedágio cobrado do usuário das rodovias de cada uma das praças de pedágio, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e as Receitas Acessórias de acordo com o serviço acessório que foi contratado. 2.20. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. 2.21. Demonstração do valor adicionado - DVA: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as normas internacionais "IFRS Accounting Standards". A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. 2.22. Informação por segmento: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de concessão de rodovias. 2.23. Normas contábeis novas e alteradas: 2.23.1. Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente: No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às normas internacionais "IFRS Accounting Standards" emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pronunciamentos técnicos CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma Alterada ou nova norma	Assunto	períodos anuais com início em ou após:
IAS 21/CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível. Nesses casos, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista com base em valores de mercado, sem um método específico obrigatório. Além disso, exige-se a divulgação do impacto da não conversibilidade na posição financeira e nos fluxos de caixa. A IAS 21 recebeu um novo apêndice e exemplos ilustrativos, e a IFRS 1 foi ajustada para alinhamento com a norma revisada.	01/01/2025
Orientação Técnica OCPC 10 - Crédito de Carbono (ICQ _e), Permissões de Emissão ("Allowance") e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A Orientação Técnica OCPC 10 estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de créditos de carbono (ICQ e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) no mercado brasileiro. Seu objetivo é padronizar o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dessas transações, garantindo maior transparência e comparabilidade das informações financeiras. O OCPC 10 abrange tanto a originação e aquisição desses instrumentos para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) quanto a sua utilização para negociação no mercado. Além disso, define requisitos para a contabilização de passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou de compromissos não formalizados, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	01/01/2025
2.23.2. Normas contábeis novas e/ou revisadas emitidas e ainda não efetivas: Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entrarão em vigor em exercícios futuros, conforme as respectivas datas de vigência indicadas abaixo. A companhia avaliou os potenciais impactos e não espera efeitos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.		
Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Por meio da revisão pós-implementação do IFRS 9, o IASB identificou a necessidade de esclarecer os requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, especialmente os critérios de "pagamentos exclusivamente de principal e juros" (SPPI). O objetivo principal é garantir uma aplicação mais consistente, especialmente para ativos financeiros vinculados a metas ESG (ambientais, sociais e de governança). Em maio de 2024, o IASB emitiu novos requisitos no IFRS 9 e IFRS 7, voltados para uniformizar as práticas contábeis de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas alterações visam reduzir assimetrias na aplicação das normas e aumentar a transparência para investidores e demais usuários das demonstrações financeiras. As mudanças incluem diretrizes mais claras para a mensuração e classificação desses ativos, alinhando as práticas contábeis às necessidades de relatórios financeiros modernos ao mercado crescente de ativos sustentáveis.	01/01/2026
IFRS 18 / CPC 3 (R2) - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	As O IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitido pelo IASB em abril de 2024, substituindo o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 R1 no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas. Além disso, o IFRS 18 demanda a divulgação de medidas de desempenho baseadas nas funções identificadas das demonstrações financeiras principais e exige maior detalhamento nas notas explicativas. As mudanças incluem alterações no IAS 7 (CPC 03 R2), como a remoção da possibilidade de classificar certos fluxos de caixa como operacionais e a nova metodologia de alocação de fluxos relacionados a lucros ou prejuízos.	01/01/2027
A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros, mas podem exigir divulgações adicionais, a partir de 2026, e mudanças na classificação de itens na demonstração do resultado, em decorrência do CPC 3 em 2027.		

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	5.205	4.721
Bancos	5.471	2.028
Aplicações financeiras (i)	412.358	406.266
Total (ii)	423.034	413.015

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos com as obrigações de investimentos em intangível assumidas no contrato da concessão. (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI foi de 100,4% em 31 de dezembro de 2025 e à taxa média de 100,5% em 31 de dezembro de 2024. (ii) Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo, bem como, investimentos em intangível previstos para os próximos 12 meses.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	45.286	31.877
Aplicações vinculadas - Debêntures	21.323	14.255
Total	66.609	46.132
Circulante	17.176	20.210
Não circulante	49.433	25.922
	66.609	46.132

Conforme contrato de financiamento obtido junto ao BNDES, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo: **BNDES:** (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela paga mensalmente, a partir de 15 de janeiro de 2025. (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento. **Debêntures:** (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela paga semestralmente, a partir de 16 de junho de 2025. (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento. A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante. Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI se manteve à taxa média de 95% em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31/12/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico a receber (*)	76.293	63.783
Receitas acessórias a receber	59	403
Total	76.352	64.186

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio, que serão recebidas das operadoras de serviço de arrecadação - "OSA" e por cartões de crédito e débito. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui R\$ 59 em títulos a receber em aberto em processo final de negociação referente a Receitas Acessórias. A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	31/12/2025	31/12/2024
Uniformes e EPIs	1.832	2.107
Manutenção civil e hidráulica	2.077	1.668
Outros	1.543	1.486
Total	5.452	5.261

Em 31 de dezembro de 2025, os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas informações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda diferido	70.551	45.599
Contribuição social diferida	25.399	16.415
Total	95.950	62.014
2025	-	44.025
2026	70.740	17.800
Após 2027	25.210	189
Total	95.950	62.014

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas ativas tem as seguintes origens:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	33.083	34.535
Provisão de fornecedores	1.963	17.318
Provisão para manutenção	306.470	201.472
Capitalização de juros	(66.276)	(73.483)
Provisão PLR	7.258	(3.212)
Base Negativa	-	(644)
Outras	(291)	6.408
Base de cálculo total	282.207	182.394
Taxa combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	95.950	62.014

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período: A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.672)	61.747
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	908	(20.994)
Ajuste por alíquota efetiva:		
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Capitalização e amortização de juros	(1.048)	(1.048)
Outras diferenças permanentes	395	1.755
Despesa de imposto de renda e contribuição social	255	(20.287)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(33.681)	(16.938)
Impostos de renda e contribuição social diferido	33.936	(3.349)
	255	(20.287)
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	9,54%	32,86%

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui Depósitos Judiciais de naturezas cíveis, trabalhistas e ações de desapropriação, classificados como perdas prováveis, conforme tabela abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Ações cíveis	468	74
Ações Trabalhistas	974	363
Ações de desapropriação (a)	22.325	24.269
Total	23.767	24.706

(a) As ações judiciais são provenientes das desapropriações necessárias para a realização de seus investimentos em obras de ampliação (duplicações e faixas adicionais), e de melhorias (Postos de Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU e Áreas de Descanso para Caminhoneiros, Postos Gerais de Fiscalização - PGF, Parada de Cargas Especiais e Produtos Perigosos) nas rodovias: SP 249, SP 191, SP 225, SP 284, SP 304 e SPI 194 da SP 308.



9. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Edifícios	Outros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.386	41.044	6.463	100	631	63.590	7.952	1.732	123.898
Adições	456	9.333	1.811	179	87	782	484	1.870	15.002
Baixas	-	(109)	-	-	(16)	(357)	-	(5)	(487)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.842	50.268	8.274	279	702	64.015	8.436	3.597	138.413
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(524)	(8.009)	(4.052)	(6)	(142)	(30.835)	(216)	(969)	(44.753)
Adições	(359)	(5.406)	(637)	(41)	(72)	(4.129)	(350)	(445)	(11.439)
Baixas	-	63	-	-	2	231	-	3	299
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(883)	(13.352)	(4.689)	(47)	(212)	(34.733)	(566)	(1.411)	(55.893)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.959	36.916	3.585	232	490	29.282	7.870	2.186	82.520
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
Adições	504	5.119	1.118	18	163	1.367	5.283	620	14.192
Baixas	(25)	(60)	-	(254)	-	(2.945)	-	(1)	(3.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.386	41.044	6.463	100	631	63.590	7.952	1.732	123.898
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
Adições	(285)	(3.314)	(931)	(32)	(54)	(6.314)	(201)	(680)	(11.811)
Baixas	25	58	-	255	-	2.515	-	1	2.854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(524)	(8.009)	(4.052)	(6)	(142)	(30.835)	(216)	(969)	(44.753)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.862	33.035	2.411	94	489	32.755	7.736	763	79.145
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	

Em 31 de dezembro de 2025, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis, são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que leve à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em relação a análise de "impairment" realizada em 31 de dezembro de 2025. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

10. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (c) (i)	Contrato de Concessão- Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	424.409	2.281.677	1.136.335	3.849.764
Adições (b)	-	619.201	159.290	3.652	782.143
Baixas (d)	-	(2.308)	(10.853)	-	(13.161)
Transferências	-	(467.022)	467.022	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	574.280	2.897.136	10.995	4.618.746
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	(373.623)	(173.604)	(547.838)
Adições	-	-	(151.919)	(37.877)	(190.201)
Baixas	-	-	341	-	341
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	(525.201)	(211.481)	(737.698)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	574.280	2.371.935	924.854	3.881.048
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	-	6,78	3,33	6,64

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (c) (i)	Contrato de Concessão- Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	402.103	1.787.075	5.334	3.330.847
Adições (b)	-	387.425	129.724	2.009	519.158
Baixas (d)	-	-	(241)	-	(241)
Transferências	-	(365.119)	365.119	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	424.409	2.281.677	7.343	3.849.764
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	(246.587)	(135.727)	(382.689)
Adições	-	-	(127.055)	(37.877)	(165.168)
Baixas	-	-	19	-	19
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	(373.623)	(173.604)	(547.838)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	424.409	1.908.054	962.731	3.301.926
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	-	6,78	3,33	6,64

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (b) As principais adições do período estão representadas pela duplicação da SP 284 e SP 304, terceiras faixas, acostamentos, edificação de SAUs, implantação de dispositivos de contenção viária equipamentos de tecnologia, entre outros. (c) Em 2025 não houve capitalização de custos de empréstimos. (d) Foram baixados (R\$114), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis, (R\$ 34) postes sucateados, (R\$ 3.687) referente a venda de caminhões para a Via Araucária e (R\$ 9.326) referente à dação de veículos e equipamentos em pagamento para ativo intangível construído. Em 2024, as baixas foram realizadas em função da venda de um caminhão (R\$236) vide nota explicativa nº 18. Adicionalmente foram baixados (R\$5), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis. (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga. (ii) Vide nota explicativa nº 1. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais "IFRS Accounting Standards", os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há no nenhum indicativo adicional que leve à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos intangíveis em relação a análise de "impairment" realizada em 31 de dezembro de 2025.

11. DIREITO DE USO

	Adições e Saldo em 31/12/2024	Contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Equipamentos operacionais	911	37	-	(99)	849
Instalações e edificações	2.082	3.471	-	(1.253)	4.300
Veículos (a)	11.595	18.674	(176)	(8.327)	21.766
Total	14.588	22.182	(176)	(9.679)	26.915

	Adições e Saldo em 31/12/2023	Contratuais	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos operacionais	1.243	158	-	(490)	911
Instalações e edificações	2.511	1.397	-	(1.826)	2.082
Veículos (a)	6.460	14.200	(2.462)	(6.603)	11.595
Total	10.214	15.755	(2.462)	(8.919)	14.588

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo que as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle. Para

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2024	Captação
BNDES (a)	IPCA	5,21%	1.093.839	400.000
Total			1.093.839	400.000
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação
BNDES (a)	IPCA	5,21%	1.042.094	-
Total			1.042.094	-

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	50.517	33.705
Não circulante	1.462.653	1.060.134

a) Financiamento BNDES: Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de: • Subcréditos "A", "B", "C" e "D": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a. • Subcrédito "E": IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a. O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos: • Subcréditos "A" e "B": até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000. A Companhia obteve liberações que consumiram totalmente os subcréditos "A" e "B", no montante total de R\$1.300.000, sendo que R\$ 950.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021, 29 de novembro de 2021 e 30 de maio de 2023 pela Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações e R\$ 350.000 via debêntures, ocorrida em 13 de julho de 2021. • Subcrédito "C": até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000. A Companhia obteve liberação referente ao subcrédito "C", no montante de R\$400.000 ocorrida no dia 06 de agosto de 2025 pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais. Subcréditos "D" e "E": até 22 de junho de 2029, cujo montante do crédito é de R\$600.000. O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de: • Subcréditos "A", "B" e "C": carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização se dará em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045. • Subcrédito "D" e "E": carência até 15/01/2027. Após a carência a

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 31 de dezembro de 2025 é:

Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2024	Captação	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2025
Partes relacionadas (ii)	-	9,77%	700.408	-	68.437	-	-	768.845
BNDES (i) (ii)	IPCA	5,05%	426.235	-	41.135	(9.625)	(24.592)	433.153
Total			1.126.643	-	109.572	(9.625)	(24.592)	1.201.998
Descrição	Indexador	Acréscimos de juros a.a. %	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros e atualização monetária/amortização de custo	Amortização Principal	Amortização Juros	Saldo em 31/12/2024
Partes relacionadas (ii)	-	9,77%	637.825	-	62.583	-	-	700.408
BNDES (i) (ii)	IPCA	5,05%	405.797	-	41.617	-	(21.179)	426.235
Total			1.043.622	-	104.200	-	(21.179)	1.126.643

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	16.933	12.372
Não circulante	1.185.065	1.114.271

(i) As debêntures com o BNDES encontravam-se em período de carência até 31 de dezembro de 2024, a amortização do principal teve seu início no dia 16 de junho de 2025, juntamente com a amortização das parcelas de juros. (ii) As debêntures não possuem "covenants" financeiros.

a) Debêntures com Partes Relacionadas: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debentures convertidas. As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional. b) Debêntures BNDES: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476. As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 16 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação. As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras. Não há cláusulas restritivas ("covenants") financeiros sobre as debêntures.

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente. A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente - "ACDUF" corresponde à devolução de 62,5% da outorga variável I do contrato de concessão (75% da outorga variável I até 03 de junho de 2025).

	31/12/2025	31/12/2024
Ônus de fiscalização	2.407	1.750
Outorga variável	14.146	11.078
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente (i)	84.683	65.990
Coefficiente Serviço Prestado - CSP	4.173	-
Reequilíbrio cautelar COVID (iii)	164.533	164.533
Readequação do Pavimento do Sistema Remanescente (ii)	-	5.128
Total	269.942	248.479

(i) O contrato de concessão prevê desconto aos usuários frequentes, sendo que tais descontos são compensados com parte da outorga variável a título de reequilíbrio antecipado do Desconto do Usuário Frequente - "ACDUF". Considerando a apuração mensal é realizada com base em estimativa e não nos valores reais, assim que concluído o processo administrativo junto à ARTESP providenciaremos a devolução do montante reequilibrado a maior. (ii) Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do poder concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente) e o saldo foi realizado mediante desembolso de caixa, não houve impactos no resultado decorrente desta operação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia já havia consumido todo o montante recebido. (iii) A companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 3 de junho de 2024, a importância de R\$164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância recebida.

16. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e honorários	890	747
Empréstimo bancário desconto	340	-
Encargos sociais e previdenciários	3.247	3.159
Provisão de férias	11.016	10.403
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	8.092	6.988
Total	23.585	21.297

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31/12/2025	31/12/2024
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.914	3.441
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	17.228	1.570
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.943	5.244
Impostos federais terceiros	675	748
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	1.522	1.155
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	2.052	1.435
Total	30.334	13.593

18. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

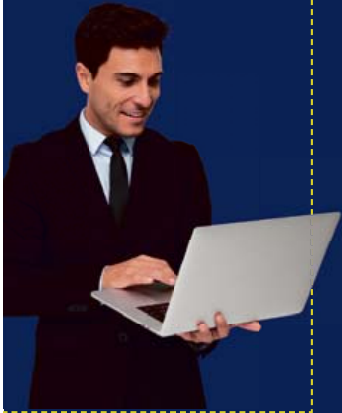
		31/12/2025	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Partes relacionadas (*)			
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/ Locação de fibra	55	-
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/ Locação de torres	186	34
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Reembolso de despesas	22	-
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	Reembolso de despesas	862	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	47	1.466
Infraestrutura BR V			
Rodovias NP Holding I S.A	Reembolso de despesas	9	-
Via Araucária			
Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de despesas	59	493
Saldo em 31/12/2025		1.311	1.993

FOTO: PEDRO KIRILOS

ESTADÃO 150

QUER RESULTADOS? PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO.

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO

ESTADÃO RI

ELDORADO FM 107.3

ESTADÃO BLUE STUDIO

AGÊNCIA ESTADO

broadcast

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Serrana

CNPJ: 68.322.437/0001-85

Edital de Convocação - Assembleia Geral Eleitoral

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Serrana, Inscrito sob o CNPJ: 68.322.437/0001-85, no uso de suas atribuições estatutárias, vem através deste edital, convocar Assembleia Geral Eleitoral para preenchimento dos cargos da diretoria executiva, conselho de representantes e conselho fiscal bem como seus respectivos suplentes para o mandato de cinco anos com início em 23/06/2026 a 22/06/2031. As eleições sindicais serão realizadas nos dias 30 e 31 de Março de 2026, das 07:00 às 17:00 horas, com uma urna fixa na Rua Amazonas nº 341, Jardim Bela Vista, Serrana/SP, e urnas itinerantes quantas se fizerem necessárias, que percorrerão todos os locais de trabalho dos associados aptos a votar. O prazo de inscrição de chapa será de 03 dias que ocorrerá, nos dias 04, 05 e 06 de Março de 2026, onde haverá pessoa habilitada, para dar pleno esclarecimento, conhecimento e rotina de todo o processo eleitoral bem como a entrega do regulamento eleitoral estabelecido pela comissão eleitoral e receber a inscrição de chapas, que fornecerá recibo da documentação da inscrição de chapa. As condições para inscrição de chapa são que o candidato associado tenha no mínimo filiação ininterrupta no período compreendido pelos 04 anos que antecederem o pleito, contados até a data da inscrição da chapa e que preencha todos os requisitos elencados no regulamento geral eleitoral, e apresente chapa completa com todos os cargos preenchidos, na secretaria eleitoral do sindicato, que atenderá das 07:00 às 14:00 horas, no endereço sito à Rua Amazonas nº 341, Jardim Bela Vista, Serrana - SP. Após a fixação das chapas inscritas no mural da entidade, fica aberto o prazo de três dias para propositura de impugnação contra candidatos ou chapas. Serrana/SP, 03 de Março de 2026

Elvis José Ribeiro - Presidente do Sindicato



Sindicato Nacional de Terapeutas em Biomagnetismo

R: Tenente Godofredo Cerqueira Leite, nº 26 - sala 05 - Conj. Habitacional Marechal Mascarenhas de Moraes - São Paulo - Telefone: (11) 94633-4470 - Email - meusinabio@gmail.com

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, o Presidente do Sindicato Nacional dos Terapeutas em Biomagnetismo – SINABIO, com CNPJ 22.577.352/0001-47, localizado a Rua Tenente Godofredo Cerqueira Leite, nº 26 sala 05 – C.H.M. Mascarenhas de Moraes – SP, no uso das atribuições e, conforme estabelecido nos artigos 12, 16, 17 e 44, de seu Estatuto Social, Sr. Antônio Elizeu de Sousa, portador do CPF nº 228.945.783-34, convoca os(as) filiados(as) para realização e participação da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 13 de MARÇO de 2026, iniciando-se em primeira convocação às 19h00 e em segunda convocação, às 19h30 do mesmo dia, na modalidade online, pela plataforma Google Meet, sendo especialmente convocada para dissolução do SINABIO, com deliberações sobre a destinação do patrimônio remanescente, na forma do Estatuto, bem como autorização para adoção das providências administrativas, cartorárias, fiscais e legais necessárias à dissolução, inclusive baixa do CNPJ e registros competentes. Da Assembleia poderão participar, deliberar e votar todos os(as) filiados(as) em pleno gozo de seus direitos sociais, nos termos do art. 7º, alínea "b", do referido Estatuto, através do link que será enviado pelo whatsapp ou por e-mail em até cinco dias antes da realização da assembleia. Fica ressaltado que para a dissolução do SINABIO exige-se o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, devidamente quites com suas obrigações estatutárias.

São Paulo, 4 de março de 2026. ANTONIO ELIZEU DE SOUSA PRESIDENTE



SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO – SECOVI-SP – CNPJ nº 60.746.898/0001-73

Edital de Convocação ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, na forma dos arts. 17, §1º e 2º e 18, I do Estatuto, ficam convocados todos os integrantes da categoria econômica representada pelo SECOVI-SP, CNPJ nº 60.746.898/0001-73, associados ou não, em pleno gozo de seus direitos sindicais, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 09 de março de 2026, com início às 11h30 (onze horas e trinta minutos) em primeira convocação, na sede social, situada na Rua Dr. Bacelar, nº 1043, Vila Clementino, CEP 04026-002, São Paulo / SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Outorga de plenos poderes à Diretoria do SECOVI-SP para entabular e finalizar negociações coletivas durante o período de 1º de fevereiro de 2026 a 31 de janeiro de 2027 com as correspondentes entidades sindicais representativas das categorias profissionais simétricas, nas respectivas datas-base ou, havendo necessidade, fora delas, e, quando provocado, com as entidades sindicais representativas de categorias profissionais assimétricas, bem como firmar convenções e/ou acordos coletivos de trabalho e/ou termos aditivos; b) Discussão e deliberação sobre a outorga ou não do comum acordo para a instauração de dissídio coletivo c) Deliberar sobre contribuição assistencial/negocial para custeio da negociação coletiva de trabalho e fixar seus valores e vencimentos; d) Outros assuntos de interesse da categoria. Não havendo, na hora acima indicada, número legal de participantes para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia será realizada em segunda convocação, às 11h40 (onze horas e quarenta minutos), com qualquer número de presentes.

São Paulo, 02 de março de 2026. JORGE CURY NETO Presidente SECOVI-SP



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SAÚDE

COMUNICADO DE ABERTURA DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº 01/2026/COVISA/SMS - Processo SEI nº: 6018.2025/0033116-6 CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para acolhimento, alojamento, reabilitação comportamental, ressocialização e destinação de cães, considerados agressores, removidos pela Divisão de Zoonoses da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (DVZ/COVISA), conforme competência estabelecida no Decreto Municipal nº 59.685/2020. A Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura de São Paulo coloca à disposição dos interessados o edital da referida CHAMADA PÚBLICA, que poderá ser consultado em SEI nº 151908579, Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP - https://www.gov.br/pncp/pt-br. A SMS receberá propostas de pessoas jurídicas para acolhimento, alojamento, reabilitação comportamental, ressocialização e destinação de cães, considerados agressores, removidos pela Divisão de Vigilância de Zoonoses da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (DVZ/COVISA), conforme competência estabelecida no Decreto Municipal nº 59.685/2020, nos termos do referido Edital. Os interessados deverão entregar propostas formais, em envelope lacrado, à COVISA, localizada à Rua Santa Eulália nº 86 Santana, São Paulo-SP, a partir de 05/03/2026 das 10:00 às 16:00 horas, em dias úteis, pessoalmente, aos cuidados da Comissão Especial de Credenciamento, identificado com os termos Edital de Chamamento Público nº 01/2026/COVISA/SMS - Credenciamento de Pessoas Jurídicas para Acolhimento, Alojamento, Reabilitação Comportamental, Ressocialização e Destinação de Cães, considerados Agressores, removidos pela Divisão de Vigilância de Zoonoses (DVZ/COVISA)", e na linha abaixo, escrever a razão social, endereço e o CNPJ do Requerente.

PORTO SAÚDE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 46.573.272/0001-81 - NIRE 35.300.596.943

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26 de Fevereiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Em 26 de fevereiro de 2026, às 14h, realizada de forma exclusivamente digital, sendo, por essa razão, considerada realizada na sede social da Porto Saúde Participações S.A., ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, 1475, 8º andar, (Edifício Guaianases), Campos Eliseos, São Paulo/SP, nos termos do item I, da Seção VIII, do Anexo V, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020 (Manual de Registro de Sociedade Anônima) ("IN DREI 81"). 2. Mesa: Presidente: Sr. Paulo Sérgio Kakinoff; Secretário: Sr. Sami Foguel. 3. Convocação e Presença: A reunião foi convocada na forma do artigo 20, § 1º, do Estatuto Social, tendo comparecido a totalidade dos membros do Conselho de Administração ("Conselho"). 4. Ordem do Dia: A presente reunião tem como objetivo examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a distribuição de dividendos; e (ii) a rerratificação da ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de dezembro de 2025. 5. Deliberações: Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram as seguintes matérias: (I) distribuição de dividendos da Companhia, no valor total de R\$ 51.500.000,00 (cinquenta e um milhões e quinhentos mil reais), à conta da reserva estatutária, com base nas demonstrações financeiras referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025. Os referidos dividendos são atribuídos aos acionistas na proporção de suas respectivas participações societárias, com crédito contábil e pagamento realizados nesta data; e (ii) rerratificação da ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de dezembro de 2025, devidamente registrada pela Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 15.321/26-5, em sessão de 29 de janeiro de 2026, para fazer constar que a declaração de juros sobre o capital próprio se refere aos exercícios de 2023, 2024 e 2025. Dessa forma o item 5.1 da ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de dezembro de 2025 passa a ter a seguinte redação: "5.1. Aprovar, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, a proposta de declaração de juros sobre o capital próprio, relativos aos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025, a serem imputados ao valor do dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2025, no valor de R\$ 299.707.163,50 (duzentos e noventa e nove milhões, setecentos e sete mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta centavos), bruto, do qual será retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), resultando em R\$ 254.751.088,98 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, oitenta e oito reais e noventa e oito centavos), líquidos de impostos. O crédito contábil será realizado em 29 de dezembro de 2025 e os pagamentos serão efetivados aos acionistas, na proporção de suas participações, da seguinte forma: (i) R\$ 75.040.000,00 (setenta e cinco milhões e quarenta mil reais) serão pagos em moeda corrente nacional em 29 de dezembro de 2025; e (ii) R\$ 179.711.088,98 (cento e setenta e nove milhões, setecentos e onze mil, oitenta e oito reais e noventa e oito centavos) serão utilizados para integralização no capital social da Companhia mediante conversão de crédito na mesma data." 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, no livro próprio, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e assinada pelos presentes. São Paulo, 26 de fevereiro de 2026. Mesa e Membros do Conselho de Administração: Paulo Sérgio Kakinoff - Presidente da Mesa e Membro do Conselho de Administração; Bruno Campos Garkinkel - Membro do Conselho de Administração; Sami Foguel - Secretário designado e Membro do Conselho de Administração; Celso Damadi - Membro do Conselho de Administração; Roberto de Souza Santos - Membro do Conselho de Administração; Bruno Lemos Ferrari - Membro do Conselho de Administração. JUCESP nº 122.551/26-6 em 02/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Companhia Esa

CNPJ 52.117.397/0001-08

NIRE 35300093291

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2025 DATA, HORA E LOCAL: 29 de dezembro de 2025, às 11h00, realizada na sede social da COMPANHIA ESA, localizada na Avenida Paulista, 1938, 17º andar, em São Paulo (SP). MESA: Rodolfo Villela Marino, Presidente; e Ricardo Eglydio Setubal, Secretário. QUORUM: acionistas representando a totalidade do capital social, tendo sido dispensada a convocação consoante artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. DELIBERAÇÕES TOMADAS: os acionistas deliberaram, por unanimidade: 1. Aumento do capital social por capitalização de reservas e bonificação em ações: elevar o capital social subscrito e integralizado da Companhia, de R\$ 159.132.492,60 para R\$ 210.000.000,00, mediante capitalização de R\$ 50.867.507,40 consignados no balanço de 31.12.2024 na Reserva Legal (R\$ 7.862.451,24) e na Reserva Especial, subconta de lucros apurados nos exercícios sociais de 2022 (R\$ 23.355.384,11) e 2023 (R\$ 19.649.672,05). 1.1. Em razão dessa capitalização de reservas, serão emitidas 47.416.053 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 2 (duas) ações novas para cada 100 (cem) ações que possuírem nesta data. 1.2. As novas ações participarão de quaisquer proventos que vierem a ser distribuídos pela Companhia a partir desta data, em igualdade de condições com as atuais ações. 1.3. O custo atribuído a cada ação bonificada é de R\$ 1,072790842, para os fins do disposto no § 1º do artigo 58 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.585/15. 1.4. Em decorrência da capitalização de reservas com bonificação em ações, o "caput" do Artigo 3º do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: "Art. 3º - O capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), representado por 2.418.219.408 (dois bilhões, quatrocentos e dezoito milhões, duzentas e dezenove mil, quatrocentas e oito) ações ordinárias, todas escriturais, sem valor nominal." 2. Consolidação do Estatuto Social: alterada a redação do "caput" do Artigo 3º e inalterados os demais dispositivos, o Estatuto Social da Companhia, devidamente consolidado, passa a vigor na forma do Anexo. CONSELHO FISCAL: não houve manifestação do Conselho Fiscal, por não se encontrar em funcionamento. ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, esta ata foi lida, aprovada e assinada eletronicamente pelos acionistas por meio da plataforma DocuSign, que declararam e reconheceram que este documento: (a) é válido e eficaz entre os acionistas; e (b) tem valor probante, pois está apto a conservar a integridade de seu conteúdo e é idôneo para comprovar a autoria das assinaturas, desde já renunciando a qualquer direito de alegar o contrário. São Paulo (SP), 29 de dezembro de 2025. (aa) Rodolfo Villela Marino - Presidente da Assembleia; Ricardo Eglydio Setubal - Secretário da Assembleia; Acionistas: Bloco Villela: Alfredo Eglydio Arruda Villela Filho; Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela; Ricardo Villela Marino; Rodolfo Villela Marino; e Rudric ITH Participações Ltda. (aa) Ricardo Villela Marino e Rodolfo Villela Marino - Diretores Gerentes; e Bloco Setubal: O.E.S. Participações S.A., na qualidade de usufrutuária do direito de voto das ações detidas pelo Bloco Setubal (aa) Alfredo Eglydio Setubal e Ricardo Eglydio Setubal - Diretores Vice-Presidentes. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 29 de dezembro de 2025. (aa) Rodolfo Villela Marino - Presidente da Assembleia; Ricardo Eglydio Setubal - Secretário da Assembleia. JUCESP sob nº 56.485/26-8, em 25.02.2026. (a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



COMUNICAÇÃO EXTERNA

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

Termo de Contrato nº 24/2024 - Processo de Contratação de Serviços de Publicidade e Comunicação CMSP-PAD-2024/00520.02, Ordem de Serviço nº 001/2026 CMSP-MEM-2026/00242 Decisão da Mesa nº 26/2026 CMSP-CAP-2026/02457. Atendendo ao que dispõem o § 2º, Art.14 da lei nº 12.232/2010, vimos pelo presente informar local e data de abertura dos envelopes referentes aos orçamentos do serviço abaixo discriminado: PRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL para veiculação sendo: - 01 Filmes de 30" veiculação/divulgação: TV aberta/fechada e internet – em formatos diversos - 01 Spot 30" veiculação/divulgação: Rádio e Internet - 01 Foto para conteúdos veiculação/divulgação: OOH, DOOH e Internet Local: Câmara Municipal de São Paulo Viaduto Jacareí, 100 - 13º andar Sala 1.313 Data: 06/03/2026 Horário: 11:00



Operador Nacional do Sistema Elétrico

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2026

A Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto do ONS, informa que a Assembleia Geral Ordinária de 2026 será realizada em ambiente virtual, conforme orientações detalhadas disponibilizadas na plataforma SINtegre, com acesso pelo site https://sintegre.ons.org.br e encaminhadas aos associados através de e-mail. Haverá auditoria externa independente para atestar a conformidade. Dessa forma, são convocados os membros associados e os membros participantes do ONS para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 19 de março de 2026, às 10h00, em primeira convocação, ou às 11h00 em segunda convocação, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: 1. Eleição do Diretor de Assuntos Corporativos e do Diretor de Operação para o mandato de 17/05/2026 a 16/05/2030; 2. Eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o mandato de 01/05/2026 a 30/04/2028; 3. Aprovação da Revisão do Estatuto do ONS; 4. Aprovação do Relatório da Administração (Relatório Anual ONS 2025) e das Demonstrações Financeiras 2025, com os pareceres dos Auditores Independentes e Conselho Fiscal; 5. Aprovação do Relatório "Asseguração dos Dados de Entrada do PMO, CNOS, CMO e Ferramenta de Validação Espelho - Relatório Anual 2025"; 6. Aprovação da remuneração dos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal para o período de 05/2026 a 04/2027; e 7. Referendo das substituições de Conselheiros após AGO 2025 - mandato 2024/2026. Ressaltamos que os membros associados e participantes deverão fazer-se representar na forma dos respectivos estatutos ou contratos sociais ou mediante procuração com poderes específicos para participar da Assembleia e deliberar sobre as matérias da pauta. Esses documentos deverão ser encaminhados através da plataforma SINtegre, imprimeiramente com antecedência mínima de 24 horas do início previsto para a realização da Assembleia em primeira convocação.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2026. Solange Maria Pinto Ribeiro Presidente do Conselho de Administração do ONS

HOZHONI VIAGENS E TURISMO LTDA

CNPJ/MF nº 23.341.564/0001-93 – NIRE nº 35229476995

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os sócios da HOZHONI VIAGENS E TURISMO LTDA ("Sociedade") para se reunirem em 12/03/2026, às 10h00min, em primeira convocação, com a presença de sócios que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social, e, não havendo quórum, em 18/03/2026, às 10h00min, em segunda convocação, ocasião em que a reunião será instalada com os sócios presentes, em Reunião de Sócios, a ser realizada exclusivamente por meio digital, nos termos do art. 1.080-A do Código Civil e da Instrução Normativa nº 79/2020 do DREI, por meio da plataforma "Meet" do Google. O acesso se dará por meio do link: https://meet.google.com/zeu-nrsrz-uyt. O link de acesso à reunião será encaminhado por meio eletrônico os endereços eletrônicos (e-mails) comerciais de cada sócio, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do ato, considerando-se, para todos os fins legais, realizada na sede social da Sociedade, localizada em Rua Fradique Coutinho, 212, Conjunto 12, Pinheiros, São Paulo – SP, CEP: 05416-000. Os Sócios que não puderem comparecer na data e no horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos através de outorga de mandato, com especificação precisa dos poderes e dos atos autorizados. Os sócios deverão ingressar na sala virtual com 15 minutos de antecedência, mediante identificação por documento oficial com foto. Os votos poderão ser proferidos verbalmente durante a reunião ou por meio do chat da plataforma, sendo registrados em ata. A reunião também será gravada para fins de registro. ORDEM DO DIA (i) Deliberação acerca de eventual falta grave, consistente na distribuição de lucros realizada pela Sócia-administradora Amanda Marino Cassiano, em desacordo com o previamente aprovado pela maioria dos sócios, em desconformidade com o contrato social e com a legislação aplicável, momento em que será oportunizada a apresentação de defesa. (ii) Deliberação sobre a autorização para eventual ajuizamento de ação judicial de dissolução parcial pela Sociedade, consistente em pedido de exclusão judicial da sócia Amanda Marino Cassiano, caso reconhecida eventual falta grave, nos termos do art. 1.030 do Código Civil, bem como a autorização para a prática de todos os atos necessários à defesa dos interesses da Sociedade; (iii) Deliberação sobre a eventual destituição da Sra. Amanda Marino Cassiano do cargo de administradora da Sociedade, nos termos do art. 1.063, § 1º, do Código Civil, uma vez reconhecida a falta grave, em razão da distribuição em desacordo com deliberação dos sócios que compõem a maioria do capital social, fatos a serem apreciados e votados na presente reunião; (iv) Deliberação sobre a autorização e ratificação de todos os atos necessários à implementação das decisões, inclusive a eventual contratação de assessores jurídicos, auditores e demais profissionais que se fizerem necessários, autorizando a nomeação de procurador isoladamente pelo Sócio-administrador Luis Fernando Yamanishi. Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas encontram-se à disposição dos sócios, a partir desta data, na sede da Sociedade.

São Paulo-SP, 03 de março de 2026. Luís Fernando Yamanishi Sócio-administrador

Desafios do financiamento no transporte interestadual

ARTIGO

Acir Gurgacz

Diretor Executivo da Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiro (Anatrip)

O debate sobre as gratuidades no transporte interestadual de passageiros é antigo, mas nunca foi tão atual e necessário. A Constituição federal assegura benefícios a grupos sociais específicos, como idosos e pessoas com deficiência, garantindo o direito de deslocamento entre Estados sem ônus direto para esses cidadãos. O problema está em quem, de fato, arca com essa

conta. A Resolução ANTT n.º 6.033/2023, em seu artigo 56, estabelece que as empresas transportadoras devem reservar, no mínimo, 10% das viagens mensais de cada linha para atendimento das gratuidades previstas em lei. Quando a linha oferecer mais de uma categoria de serviço, como convencional, executivo, semileito, leito ou cama, esse benefício deve ser garantido em todas as modalidades. Além disso, cabe à ANTT disciplinar e fiscalizar a aplicação desse direito. Hoje, na ausência de uma fonte de custeio própria, a responsabilidade recai sobre as próprias empresas transportadoras, que repassam esses custos para a tarifa paga pe-

los demais passageiros. Isso gera uma distorção: o passageiro que compra a sua passagem, muitas vezes com orçamento apertado, acaba subsidiando gratuidades determi-

Criação de fonte de custeio para gratuidades é medida de justiça econômica e eficiência social

nadas por lei. Trata-se de uma socialização de custos restrita a um grupo de cidadãos, sem equidade e sem transparência. A ausência de fonte de custeio afeta diretamente o passageiro pagante, que se vê obrigado a desembolsar mais por sua viagem, e também compromete a qualidade do serviço prestado, já que margens comprimidas desestimulam investimentos em frota e infraestrutura. O resultado é um círculo vicioso: tarifas altas, queda na demanda e enfraquecimento da malha de transporte. Não se trata de negar a importância das gratuidades, que cumprem um papel social inegável. O ponto central é a necessidade de distribuir

de forma justa o financiamento dessas políticas públicas. Se a sociedade, por meio do Estado, decide conceder esse benefício, é fundamental que o próprio Estado assuma a responsabilidade de financiá-lo, em vez de repassar de forma indireta e desigual ao usuário comum. Portanto, a criação de uma fonte de custeio específica para as gratuidades no transporte interestadual de passageiros não é apenas uma medida de justiça econômica, mas também de eficiência social. Sem essa correção, o risco é claro: serviços cada vez mais caros, passageiros desestimulados e um sistema de transporte interestadual que perde sua função essencial de integração nacional. ●

Trabalho Redução da jornada

Frente critica debate ‘às pressas’ da escala 6x1

Coalização de parlamentares e entidades empresariais defende debate; para as bancadas, proposta tem viés eleitoral

Frentes Parlamentares do setor produtivo querem evitar que a proposta de redução da jornada de trabalho, batizada de fim da escala 6x1, em tramita-

ção na Câmara dos Deputados, seja tratada “às pressas” antes das eleições. A Coalizão das Frentes defende que o debate seja pela ótica da modernização da jornada de trabalho e critica prazos apresentados para tramitação do projeto na Casa. A ofensiva teve início ontem em reunião com parlamentares e mais de 50 entidades empresariais, incluindo confederações de agricultura, indús-

tria, comércio e transportes. Aos parlamentares, o setor produtivo defendeu a redução da jornada com período de transição, que diz respeito às horas trabalhadas por semana, e não apenas à redução dos dias trabalhados. Para as bancadas, há viés eleitoral na proposta apoiada pelo governo e o tema exige debate em “profundidade”. “Não somos contra o fim da

6x1 nem contra a redução. Queremos apenas um debate correto sem mote eleitoral”, disse o presidente da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo (FPE), deputado federal Joaquim Passarinho (PL-PA). A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) defende que o tema seja pautado pela modernização da jornada de trabalho. Presidente da frente, deputado federal Pedro Lupion (Republicanos-PR) afirma que há incapacidade do mercado de se adaptar rapidamente a uma redução da jornada, ao mesmo tempo que há preocupação com escassez de mão de obra qualificada. “As realidades regionais são distintas. Não é questão de querer trabalhar menos ou mais, é questão de modernização da jornada e da capacidade do trabalho de se desenvolver e ter mais ganhos e qualidade de vida.” As bancadas argumentam que a solução não pode ser única a todos setores. “Sem produtividade e competitividade, essa discussão fica vazia e não se sustenta”, observou o presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, deputado federal Julio Lopes (PP-RJ). “Não queremos transferir ônus da decisão para parlamentares e cobrar a responsabilidade do Congresso. Entendemos a delicadeza de ser ano eleitoral, mas queremos construir caminhos juntos para que a discussão seja transparente e efetiva e não à luz de ano eleitoral”, afirmou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu

uma mudança na jornada de trabalho para garantir mais “comodidade” e “prazer” aos trabalhadores. “O que nós estamos tentando é construir um conjunto de propostas que interessa a empresários e a trabalhadores, que interessa ao País, para dar mais comodidade nesse mundo nervoso, para que as pessoas tenham mais tempo de estudar, de ficar com a família, de descansar”, disse o presidente em participação na sessão solene de abertura da 2.ª Conferência Nacional do Trabalho (CNT), em São Paulo. “Os empresários sempre têm um jeito de escapar. Quem não consegue escapar é a pessoa que recebe o holerite no final do mês”, afirmou.

Alternativa Setor defendeu redução de jornada com período de transição, com respeito a horas trabalhadas

MANIFESTO. Um manifesto assinado por 93 entidades do setor produtivo, intitulado Manifesto pela Modernização da Jornada de Trabalho no Brasil divulgado ontem defende que a preservação do emprego formal, a mitigação de incentivos à informalidade e a diferenciação por setor sejam premissas da discussão. O documento é avalizado por entidades como Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Confederação Nacional do Transporte (CNT). ● ISADORA DUARTE, VICTOR OHANA, GABRIEL HIRABASHI/BRASÍLIA, GEOVANI BUCCI e EDUARDO LAGUNA/SÃO PAULO

COLUNA



Informe Publicitário

Jornalista Responsável: Sílvia Carneiro - MTb 19.466

Ano 43 Nº 2.274 - 04 de março de 2026

secovi.com.br

Um presente para a cidade de São Paulo

Transferência da sede administrativa do governo estadual é movimento decisivo para a revitalização da área central

O leilão da PPP (Parceria Público-Privada) do Novo Centro Administrativo do Governo de São Paulo, realizado na B3 em 26/1, consagrou o consórcio MEZ-RZK como vencedor, garantindo um investimento de R\$ 6 bilhões na região dos Campos Elíseos. O projeto não é apenas uma mudança de endereços governamentais, mas um motor de transformação urbana sem precedentes.

A construção de sete edifícios e dez torres, que abrigarão 22 mil servidores, trará o fluxo necessário para oxigenar a economia local. Como destacou o governador Tarcísio de Freitas, o foco é a construção de um legado, devolvendo a dignidade ao primeiro bairro planejado da capital. Estima-se a geração de 38 mil empregos durante a fase de obras e 2,8 mil vagas formais no comércio e serviços locais, além da produção de moradias que serão demandadas inclusive pelos próprios servidores.



A decisão traz mais eficiência à gestão pública, reduz despesas administrativas e impulsiona a requalificação urbana do centro

A iniciativa governamental ataca a degradação com uma estratégia multifatorial: une segurança, habitação, preservação do patrimônio histórico — com o restauro de 17 imóveis tombados — e sustentabilidade, com a meta da certificação LEED Gold, contemplando soluções de eficiência energética, térmica e ambiental.

O projeto amplia em 40% as áreas verdes do Parque Princesa Isabel e cria 25 mil m² para comércio e serviços. Essa ocupação qualificada atrai novos investimentos, gera empregos, e reafirma que a parceria público-privada é o caminho mais sólido para o desenvolvimento urbano sustentável.



LEIA MAIS



ESTADÃO
EMPRESAS

**Invista no
desenvolvimento
profissional do
seu time com
informação
de qualidade**

No mundo dos negócios, informação de qualidade coloca você sempre um passo à frente. Com o **Estadão Empresas**, sua organização oferece aos colaboradores acesso ilimitado às edições impressa e digital, um benefício que inspira, informa e conecta equipes aos temas mais relevantes do momento.

Conheça os planos corporativos:

Fale com nosso time Comercial:

(11) 3856-2524

novasassinaturascorporativas@estadao.com

WhatsApp:





Mercado automotivo Apesar do carnaval

Vendas de automóveis sobem 8,7% em fevereiro; elétrico lidera pela 1ª vez

Para especialistas, é esperada uma alta gradual mês a mês, pelo menos até abril; BYD Dolphin Mini liderou no varejo

As concessionárias venderam 176.472 veículos no mês passado, volume que representa alta de 8,7% em relação a janeiro, mesmo com o menor número de dias úteis por causa do carnaval. Fevereiro teve 19 dias úteis, ante 21 em janeiro. De acordo com o consultor Milad Kalume Neto, da K.Lume, a alta de fevereiro sobre janeiro é considerada normal.

A tendência, segundo o consultor, é de que o mercado apresente recuperação de vendas mês a mês até abril, ou maio. Sobre fevereiro do ano passado, as vendas de automóveis de passeio tiveram um aumen-

to de 4,3%, e de comerciais leves uma retração de 8,6%.

Do total de emplacamentos registrados no mês passado, 140.592 unidades são carros de passeio (79,7%) e 35.880 unidades, comerciais leves (20,3%).

De acordo com a Bright Consulting, no acumulado de 2026, o mercado soma 338 mil unidades vendidas, alta de 1,1% ante o mesmo período de 2025, representando um “crescimento sem sinal de aceleração estrutural”, e sem evidência de expansão por forte demanda.

ELÉTRICO EM 1º LUGAR. Em fevereiro, o Brasil teve pela pri-

meira vez um carro elétrico na primeira colocação em vendas no varejo. No balanço do mês passado, o Dolphin Mini, da BYD, foi o modelo mais vendido nas concessionárias, excluindo da conta as vendas diretas, que considera negócios feitos com frotistas – como locadoras de automóveis – e Pes-

soas com Deficiência (PCD), entre outras categorias.

Foram emplacadas 4,1 mil unidades do modelo da marca chinesa em fevereiro, conforme informação da BYD.

O Dolphin Mini superou modelos movidos a gasolina ou etanol, que normalmente encabeçam o ranking no varejo, como os utilitários-esportivos Tera, da Volkswagen, e Creta, da Hyundai, além da picape Strada, da Fiat.

Se incluídas as vendas diretas – que se caracterizam por negócios feitos com descontos –, Strada, Polo (Volkswagen), Mobi (Fiat), Argo (Fiat) e Onix (Chevrolet) aparecem entre os cinco modelos mais vendidos no mês passado, com o Dolphin Mini na 11.ª colocação.

No ranking das marcas, englobando todos os canais de venda e modelos, a BYD ficou em quinto lugar no mês passado (com 6,5% de participação), atrás apenas de Fiat (22,5%), Volkswagen (16,5%), Chevrolet (9,6%) e Hyundai (6,9%), segundo a Bright. A meta da BYD é liderar o mercado até 2030.

A liderança do Dolphin Mini nas vendas em showroom está sendo comemorada pela BYD, sobretudo por ocorrer num

momento em que o modelo completa dois anos desde o seu lançamento oficial no Brasil, em fevereiro de 2024. Durante esse período, foram vendidas mais de 62 mil unidades do modelo, cujos preços partem de R\$ 119.990.

CHINESAS. Projeções da consultoria K.Lume apontam para uma participação próxima a 20% das marcas chinesas no mercado de carros de passeio neste ano. Essa fatia já foi de 16,3% em fevereiro, bem acima dos 9,8% do mesmo período do ano passado.

A partir de julho, o Imposto de Importação de carros híbridos e elétricos terá suas alíquotas aumentadas – atualmente variam de 25% a 30%, a depender da tecnologia – para 35%, o que pode incentivar uma corrida às lojas.

As vendas de automóveis eletrificados – que inclui modelos 100% elétricos, híbridos e híbridos plug-in – cresceram 68,9% em um ano. Foram 26.726 eletrificados em fevereiro. Em relação a janeiro (26.185), os números ficaram praticamente estáveis. O segmento hoje representa 15,2% do total de automóveis. ● COM

EDUARDO LAGUNA

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES&LEILÕES CARREIRAS&EMPREGOS

Para anunciar:
(11) 3855-2001

INTERIOR
E OUTRAS
LOCALIDADES

TERRENOS

SOROCABA



Vende-se.Terreno 160.000m² Zona Industrial-R\$150,00/m² Bairro Aparecidinha 11-98548-5000

OPORTUNIDADES

LEILÕES

LEILÃO DE IMÓVEIS CAIXA ECONÔMICA
(CEF - EDL 0081/0325) 527 imóveis COM ÓTIMOS PREÇOS ofertados de vários locais do Brasil. O leilão será online no site: www.realzaleiloes.com.br; DATA 10/03/26, 10h; INFORMAÇÕES: WhatsApp (79) 99140-8990 e no site acima; L.Ofic. José Ivan de Souza Rabelo - JUCESP M. 96/1530-2.

LEILÕES

LEILÃO DE IMÓVEIS CAIXA ECONÔMICA

(CEF - EDL 0082/0325). 515 imóveis COM ÓTIMOS PREÇOS ofertados de vários locais do Brasil. O leilão será online no site: www.argleiloes.com.br; DATA 13/03/26, 10h; INFORMAÇÕES: WhatsApp (79) 99156-4444 e no site acima; L.Ofic. Cristiane A.R. Góis -08/001291-4.

COMUNICADOS

PUBLICAÇÃO AO SEMASA
“SMART-SERVICE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERRAMENTAS LTDA torna público que requereu ao SEMASA a Renovação de sua LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO - LPIO Nº 42.8020052022 para fabricação de máquinas- ferramenta, peças e acessórios na Avenida Dom Pedro I, 2362, Vila Junqueira, conforme Processo Ambiental nº 163109/2026. E declara aberto o prazo de 30 dias para manifestação escrita, endereçada ao SEMASA.”

PUBLICAÇÃO AO SEMASA
“CONSTRUTORA e INCORPORADORA LIRA BATISTELA LTDA, torna público que requereu ao SEMASA a AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO - AASV na Rua Aguipei, 247, bairro Santa Maria, conforme Processo Ambiental nº 163590/2026. E declara aberto o prazo de 30 dias para manifestação escrita, endereçada ao SEMASA.”

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO

ESTADÃO

LIGUE (11) 3855 2001

EMPRESAS
E PARTES SOCIAIS

ABANDONO EMPREGO
Conforme artigo 482 Letra I da CLT convocamos o funcionário Sr Samuel de Jesus Pedrique, PIS 20152930056 a retornar ao trabalho no prazo de 48hs. O não comparecimento caracterizará abandono de emprego. Big Ipanema Lanches e Sucos Ltda, CNPJ: 10.318.960/0001-58

RELAX /
ACOMPANHANTES

DOMINADORA ATIVA
com acessórios (11)97510-2441

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
ESTADÃO
LIGUE (11) 3855 2001



negócios &
oportunidades

Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓ Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
- ✓ Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓ O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
- ✓ Forneça seus dados apenas pessoalmente
- ✓ Faça a transação apenas pessoalmente
- ✓ Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser falsos
- ✓ Não adiante nenhum valor

deseulance.com		LEILÕES ON-LINE E PRESENCIAIS - CADASTRE-SE! Participação via internet c/transmissão de áudio e vídeo em tempo real - Local dos Leilões: R. Urupia, 139 - São Paulo / SP Visitação e Relação c/fotos: www.deseulance.com Informações: (11) 5575 9555	
EMPLIHADORA HYSTER 2,5T - 02 CAMINHÕES (FORD 2628E/ VOLVO FM500) - ESCAVADEIRA LIEBHERR 946C - TRANSFORMADOR 2.000KVA - 26T MAGNÉSIO METÁLICO - 20T NALCO 85704 - MOTORES ELÉTRICOS - MÁQS. SOLDA - REDUTORES - 7.000L ADITIVO - DIVERSOS.			
VOTORANTIM cimentos		cba	
DATA: 10/03/2026 3ª Feira - 11:00h		DATA: 12/03/2026 5ª Feira - 11:00h	
Caminhão Ford 2628E, Ano 11 - Caminhão Volvo FM500 - Emplihadeira Hyster H60XM, 2,6T - Escavadeira Hidr. Liebherr R 946C - Transformador WEG 2.000KVA - Correia Transportadora, Ano 22 - Espectrofotômetro Philips - Tambores - Luminárias - Diversos.		Aprox. 26.439,5 KG Magnésio Metálico - Aprox. 20.000 KG Nalco 85704 Scafa - 04 Silos de Aço, 475M³ - 02 Viradores de Vagões - 7.000 L Aditivo p/ Óleo Combustível Teccom Clean - 40.000 L Solução Amoniacal - 02 Pórticos Fixos - 300 Un Resíduo de Bombona Contaminada - Diversos.	
PERSIO BOSCHETTI JÚNIOR – LEILOEIRO OFICIAL – JUCESP 678			

PODCAST

Estadão Analisa

com Carlos Andreazza

Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast 'Estadão Analisa'.

Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.

O Estadão Analisa vai ao ar de **segunda a sexta-feira, às 7h.**

Assista **AO VIVO** pelo canal do Estadão no Youtube.

Estadão Analisa com Carlos Andreazza

DE SEGUNDA A SEXTA 7h DA MANHÃ

Ou ouça depois nas principais plataformas de áudio e vídeo do Estadão.

ESTADÃO

ESTADÃO

NEWSLETTER

Política

Notícias e colunas sobre o cenário político nacional.

Tudo que você precisa saber sobre bastidores do poder, votações legislativas, eleições e outros temas que interferem no futuro do País.

Use o QR code abaixo para inscrever-se e receber as edições por e-mail, de segunda a sexta.

bit.ly/news-politica

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 3337/2026

CONCORRÊNCIA – PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 8826/2025

ADJUDICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** às empresas **AGRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA** - CNPJ nº 43.272.889/0001-79, para fornecimento de **AGRA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, com base no **Regulamento de Compras da FFM**.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ Nº 56.577.059/0006-06

ADJUDICAÇÃO

COMPRA REGULAMENTO FFM/ICESP 3370/2026 – RC 8900/2026

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** às empresas **H Strattnner E Cia Ltda** (CNPJ 33.250.713/0002-43) e **Laboratórios B Braun As** (CNPJ 31.673.254/0010-95) ao fornecimento de **"MATERIAL MEDICO- INSTRUMENTAIS"**, com base no **Regulamento de Compras da FFM**.

Prefeitura Municipal de Assis - Paço Municipal Profª. “Judith de Oliveira Garcez”
COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA
Ref.: Processo 013/26 - Pregão Eletrônico 90011/26 - Registro de preços para Aquisição de Materiais Esportivos. Encerramento: 09:00 horas do dia 17/03/2026. Integra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas páginas <http://www.assis.sp.gov.br>; <http://www.compras.gov.br>. Informações: (18) 3322-2574. Assis (SP), 02 de março de 2026.
Telma Gonçalves Carneiro Spera de Andrade - Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 005/2026 - (90005/2026)
Processo SEI nº 03.0311.000022/2026-74 - Objeto: “Contratação de solução de infraestrutura de servidores (Windows e Linux) em ambiente de nuvem ou datacenter, incluindo licenciamento, segurança cibernética, certificados SSL e serviços de migração de dados para uso do **CREFITO-3**, conforme Termo de Referência e anexos do Edital”. **Sessão Pública: 18/03/2026**, às 10h30min. Local: www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574. Assis (SP), 02 de março de 2026.
www.crefito3.org.br, opção "licitações".
Rubens Fernando Mafra. Pregoeiro - CREFITO-3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPEVA
AVISOS DE ADIAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Objeto: Aquisição de postes galvanizados. Sessão Pública: 17/03/2026 às 09h00 em <https://novobmmnet.com.br>. Propostas: até 08h30 de 17/03/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026. Objeto: Prestação de serviços gráficos. Sessão Pública: 19/03/2026 às 09h00 em <https://novobmmnet.com.br>. Propostas: até 08h30 de 19/03/2026.
Editais em: PNCP, www.itupeva.sp.gov.br ou licitacoes@itupeva.sp.gov.br.
Carlos Eduardo Marques Negrão – Chefe de Gabinete

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.252/2025 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos **sítios: <https://www.gov.br/compras/pt-br>** e **<https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245>** - Envio das Propostas de Preços pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **04/03/2026** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **19/03/2026 às 10h**.
Osasco, 03 de março de 2026.
Meire Regina Fernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA
Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www ffm.br).
CONCORRÊNCIA
FFM 0264/2026-00 - “KIT COMPLETO DE EXTRAÇÃO E CONECTORES PARA BOMBA EXTRATORA”
CONCORRÊNCIA / IMPORTAÇÃO
FFM 0120/2026-00: “APARELHO DE CALORIMETRIA INDIRETA”
ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM
FFM 1907/2025-00 (RC 01.495) GR SERVICOS E ALIMENTACAO LTDA., 02.905.110/0001-28
FFM 1200/2025-00 (RC 43.750) BIONEXO S.A., 04.069.709/0001-02
FFM 0848/2025-02 (RC 44.945) BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRURGICAS LTDA, 21.551.379/0008-74

Fundação Butantan
CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Data de abertura de Seleção de Fornecedores

PROCESSO: WS2006402897. **Ato Convocatório – Edital 012/2026. OBJETO:** **Contratação de solução completa de backup e recuperação de dados em ambiente de colaboração em nuvem, contemplando o serviço Google Workspace, incluindo e-mails, arquivos, grupos e outros serviços correlatos, em modelo SaaS (Software as a Service), com fornecimento de licenciamento, suporte técnico e serviços** associados, a ser realizado por intermédio do Sistema Ariba, cuja abertura está marcada para o dia **19/03/2026** a partir das **10h00min**. Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **04/02/2026**, através do site <https://fundacaobutantan.org.br/licitacoes/ato-convocatorio>.

NOTIFICAÇÃO EXTRA JUDICIAL

Promissário Comprador: Argemiro Fernandes da Silva. **Vendedores:** Fernando Belasco Filho e Alzira da Silva Belasco; Valter Fernandes da Silva e Maria Catarina Motta da Silva; Argemiro Fernandes da Silva e Maria do Carmo Marques da Silva; Dirceu Fernandes da Silva e Elizete Cribelli da Silva; Salvador Bueno Baessa e Ignez Fernandes Bueno; Rosamary da Silva; Hilda Colombo Silva; Elizabete Fernandes da Silva; Laurentino Dias Maia e Maria José Fernandes Maia. **Referência:** Imóvel na Rua Ivete Gabriel Atique (atual Rua Bom Sucesso), nº 18, esquina com Rua Saldanha Marinho, nº 1972, São José do Rio Preto/SP - Transcrição nº 65.429, 1º Cartório de Registro de Imóveis. Nos termos do Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda firmado em 05/10/1988, ficam os vendedores acima citados, bem como seus herdeiros e/ou sucessores, **NOTIFICADOS E INTIMADOS a comparecerem até o dia 31 de março de 2026**, à Imobiliária Athenas (Rua Luís Antônio da Silveira, nº 1201, Bairro Boa Vista, São José do Rio Preto/SP), aos cuidados de Sandra e/ou Paulo, para tomar ciência e/ou outorgar a escritura definitiva de compra e venda. O não atendimento implicará no prosseguimento do pedido de adjudicação compulsória extrajudicial, conforme artigo 440-L do Provimento nº 150/2023 do CNJ. São José do Rio Preto/SP, 23 de fevereiro de 2026. **Roberto Tebar / Elia García Tebar**

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da CEAGESP – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, convocados na forma do art. 124 da Lei nº 6.404/76, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária no dia **13 de março de 2.026, às 9 horas**, na sede social da Companhia, à Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1.946, 3º andar, Vila Leopoldina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** Eleição de membro para o Conselho Fiscal. Comunicamos que esta Assembleia Geral ocorrerá de forma PRESENCIAL. São Paulo, 02 de março de 2.026. Moisés Savian - Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCO ÍRIS-SP
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA
A Prefeitura Municipal de Arco-Íris/SP, torna público a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 01/2026 - Processo licitatório nº 05/2026. Objeto: contratação de empresa para construção de 20 unidades habitacionais com fornecimento de todos os materiais, bem como toda mão de obra, no município de Arco-Íris - SP. Tipo de licitação: Menor preço global. A Sessão de recebimento dos envelopes, análise e julgamento será no dia 20/03/2026 às 13h30. A minuta de edital em inteiro teor está à disposição dos interessados no site: www.arcoiris.sp.gov.br, ou pelo telefone (14) 3477-1128. Arco-Íris/SP, 03/03/2026. **Aldo Mansano Fernandes** - Prefeito Municipal.

Fundação Butantan
CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

EDITAL 015/2026. MODALIDADE: ATO CONVOCATÓRIO – **COM LANCES.** USO DE PLATAFORMA ELETRÔNICA. **TIPO:** MENOR PREÇO. **OBJETO DE SELEÇÃO:** Aquisição de dois transformadores trifásicos 13.800v completos com projeto, fabricação, ensaios em fábrica, transporte, fornecimento de procedimentos para armazenamento de longo prazo, supervisão de montagem e comissionamento em campo. **DATAS E HORÁRIOS DOS EVENTOS** (*Horário oficial de Brasília*) **Data e Hora - Evento de Simulação (Etapa de Lances): 06/04/2026 às 10h. Data e Hora - Evento Envelope (Recebimento das Propostas): 07/04/2026 às 10h. Data e Hora - Evento de Negociação (Etapa de Lances): 07/04/2026 às 15h. LOCAL:** Por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado SAP - Ariba Spend Management. O Edital está disponível no site: <http://www.fundacaobutantan.org.br>

Itaú BBA Trading S.A.
CNPJ 52.815.131/0001-20

NIRE 3530009553
ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025
DATA, HORA E LOCAL: Em 23.12.2025, às 9h, na sede social, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, em São Paulo (SP). **MESA:** Renato da Silva Carvalho - Presidente; e Pedro Barros Barreto Fernandes - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação, conforme art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"). **ORDEM DO DIA:** (i) Aumento do capital social da Companhia; e (ii) Alteração e consolidação do Estatuto Social. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** 1. Aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 500.000.000,01 (quinhentos milhões de reais e um centavo), passando **de R\$ 5.693.000.000,03** (cinco bilhões, seiscientos e noventa e três milhões de reais e três centavos) **para R\$ 6.193.000.000,04** (seis bilhões, cento e noventa e três milhões de reais e quatro centavos), mediante a emissão de 10.665.593.255 (dez bilhões, seiscientos e sessenta e cinco milhões, quinhentas e noventa e três mil, duzentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Itaú Unibanco S.A. e Itaú BBA Assessoria Financeira S.A., nesta data, em moeda corrente nacional e na proporção de suas participações no capital social da Companhia, pelo preço de emissão de R\$ 0,0468797176166963, por ação, preço este fixado com base no critério previsto no artigo 170, § 1º, inciso II da LSA, na forma do boletim de subscrição. 2. Como consequência da deliberação anterior, alterado o caput do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Art.3º- O capital social totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 6.193.000.000,04 (seis bilhões, cento e noventa e três milhões de reais e quatro centavos), representado por 144.955.803.129 (cento e quarenta e quatro bilhões, novecentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentas e três mil, cento e vinte e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* 3. Consolidado o Estatuto Social que, consignando a alteração anteriormente deliberada, passará a ser redigido na forma rubricada pelos presentes. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 23 de dezembro de 2025. (aa) Renato da Silva Carvalho - Presidente; e Pedro Barros Barreto Fernandes - Secretário. **Acionistas:** Itaú BBA Assessoria Financeira S.A. (aa) Renato da Silva Carvalho - Diretor; e Itaú Unibanco S.A. (aa) Pedro Barros Barreto Fernandes - Diretor. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 23 de dezembro de 2025. (aa) Renato da Silva Carvalho - Presidente; e Pedro Barros Barreto Fernandes - Secretário. JUCESP sob nº 53.389/26-8, em 27.02.2026. (a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

PORTO SERVIÇO S.A.
CNPJ nº 51.430.503/0001-38 - NIRE 35.300.630.637

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de Janeiro de 2026
1. Data, Hora e Local: Em 28 de janeiro de 2026, às 09h, realizada de forma exclusivamente digital, sendo, por essa razão, considerada realizada na sede social da Porto Serviço S.A. ("Companhia"), localizada no município de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 500, Edifício West Tower, Torre I, conjuntos 501 a 506, 5º andar/partes Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06454-000, nos termos do item I , da Seção VIII, do Anexo V, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020 (Manual de Registro de Sociedade Anônima) ("IN DREI 81"). **2. Reunião Digital:** A reunião foi realizada de forma híbrida, nos termos da seção VIII, do Anexo V, da IN DREI 81. **3. Mesa:** **Presidente:** Sr. Paulo Sérgio Kakinoff; **Secretário:** Sr. Lene Araújo de Lima. **4. Convocação e Presença:** Convocação realizada em 23 de janeiro de 2026, nos termos do 1º, artigo 20, do Estatuto Social da Companhia. Presentes todos os conselheiros, os Srs. Paulo Sérgio Kakinoff, Bruno Campos Garfinkel, Celso Damadi, Lene Araújo de Lima, Matheus Marchioni e Patrícia Maria Muratori Calfat, esta última por videoconferência. **5. Ordem do Dia:** (i) apreciação dos resultados da Companhia, relativos ao 4º trimestre do exercício social de 2025; (ii) apreciação das demonstrações financeiras consolidadas anuais relativas ao exercício social de 2025; (iii) apreciação do relatório da administração, das contas da diretoria e da proposta de destinação dos resultados relativos ao exercício social de 2025; (iv) apreciação da proposta de redução do capital social da Companhia; (v) apreciação da proposta de alteração da Diretoria da Companhia; e (vi) atualização sobre os negócios da Companhia e sua subsidiária. **6. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: (i) Aprovaram o Relatório da Administração e suas respectivas contas, bem como as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, relativas ao quarto trimestre de 2025, acompanhadas do Relatório de Revisão Especial emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes da Companhia, autorizando os diretores a realizarem o preenchimento e a divulgação do formulário de informações trimestrais ("ITR"), em conformidade com a regulamentação aplicável; (ii) Aprovaram as Demonstrações Financeiras individuais consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório de Revisão Especial emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes da Companhia, autorizando os diretores a realizarem o preenchimento e a divulgação do formulário de informações trimestrais ("ITR"), em conformidade com a regulamentação aplicável; (iii) Aprovaram o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e a proposta de destinação do resultado relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a qual será submetida à deliberação da assembleia geral da Companhia; (iv) Aprovaram a proposta de redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 310.843.915,69 (trezentos e dez milhões, oitocentos e quarenta e três mil, novecentos e quinze reais e sessenta e nove centavos), a qual será submetida à deliberação da Assembleia Geral da Companhia; (v) Aprovaram, nos termos do art. 22 do Estatuto Social da Companhia: (a) alteração da nomenclatura do cargo de **Diretor Executivo Jurídico** e **Riscos para** Diretoria Executiva Jurídica, cargo atualmente ocupado pela Sra. **Adriana Pereira Carvalho Simões**; (b) a criação dos cargos de **Diretor Executivo de Riscos** e **Governança** e **Diretor Comercial** da Companhia, a serem ocupados, respectivamente, pelo Sr. **Emílio Bentancourt**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 319.348.518-76, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, e pelo Sr. **Tomas Trabulsi**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.229.070-9 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 173.920.918-40, ambos com endereço comercial na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, com mandato unificado de 2 (dois) anos ou até a primeira Reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que ocorrer primeiro. Os diretores ora eleitos tomam posse em seus cargos mediante a assinatura do respectivo termo de posse lavrado em livro próprio, tendo declarado, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenados à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do artigo 147 da Lei das Sociedades Anônimas e na Resolução CVM nº 80/2022, bem como que estarão sujeitos à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia e (c) a consolidação da composição da Diretoria da Companhia, que passa a ter a seguinte composição: **Diretor Presidente:** Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 118.454.608-80; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Executivo:** Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 112.681.578-05; **Diretora Executiva Jurídica:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 174.320.898-76; **Diretor Executivo de Relações com Investidores:** Domingos de Toledo Piza Falavina, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.965.032-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 214.175.878-57; **Diretor Executivo de Riscos e Governança:** Emílio Bentancourt, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 319.348.518-76; **Diretor Comercial:** Tomas Trabulsi, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.229.070-9 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 173.920.918-40; e **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 200.476.918-16; todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, com mandato unificado de 2 (dois) anos, ou até a primeira Reunião do Conselho de Administração que será realizada após a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o que ocorrer primeiro; e (vi) Aprovaram e se deram por satisfeitos com as informações relativas à atualização sobre os negócios da Companhia e sua subsidiária. Por fim, os membros do Conselho de Administração autorizaram a lavratura desta ata em forma sumário, nos termos do §1º, do art. 130, da Lei das Sociedades Anônimas. **7. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensão a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, no livro próprio, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e assinada pelos presentes. Barueri, 28 de janeiro de 2026. Paulo Sérgio Kakinoff - **Presidente da Mesa e do Conselho de Administração**; Lene Araújo de Lima - **Secretário e Conselheiro**; Bruno Campos Garfinkel - **Conselheiro**; Celso Damadi - **Conselheiro**; Matheus Marchioni - **Conselheiro**; Patrícia Maria Muratori Calfat - **Conselheira**. JUCESP nº 122.550/26-2 em 02/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CYNTHIA DECLOEDT, TALITA NASCIMENTO, ALTAMIRO SILVA JUNIOR, ANDRÉ MARINHO E ARAMIS MERKI II / GABRIEL BALDOCCHI (edição)
X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Cosan e Shell têm divergências na solução para Raízen

Impasse pode fazer a sócia brasileira voltar atrás na ideia de capitalização

A Cosan e a Shell têm divergências quanto à reestruturação da Raízen, empresa na qual são sócias. As diferentes formas de enxergar a solução para os problemas da companhia podem levar o grupo de Rubens Ometto, que tem o BTG Pactual como sócio desde o ano passado, a voltar atrás na capitalização da companhia de renováveis, apurou a Coluna. A Cosan defende uma solução que, em sua visão, seria definitiva e prevê a reestruturação de um passivo fiscal e a cisão dos negócios de etanol e distribuição. Já a Shell, acrescenta a mesma fonte, defende uma reestruturação mais simples, na qual não há discussão sobre o negócio de distribuição, que ficaria eventualmente para o futuro. Na visão desta fonte, a proposta da Shell deixaria a Raízen sujeita à necessidade de uma segunda reestruturação no futuro. A Shell confirmou que se comprometeu a aportar R\$ 3,5 bilhões na Raízen, como adiantou a Broadcast, e espera que a Cosan contribua de forma proporcional. A petroleira indicou também ser contra uma cisão do negócio.

Cosan estaria disposta a aportar R\$ 1 bi

Na prática, a Cosan já não deve chegar nem perto do prometido pela Shell. A holding colocaria R\$ 1 bilhão, com recursos do BTG, e Ometto complementaria com R\$ 500 milhões. Outra fonte afirma que as conversas têm ocorrido diariamente e que não há indisposição da Shell em negociar, mas há limites nos dois lados.

● **DIVISÃO.** No entanto, para a Cosan a divisão dos negócios seria impreterível para que o grupo participasse do aporte, além da renegociação do passivo fiscal. O plano da Cosan seria de que o aporte envolvesse cerca de R\$ 8 bilhões, seguido por uma oferta subsequente de ações, ou follow on, no jargão do mercado, de outros cerca de R\$ 5 bilhões. Essa estrutura também daria ao BTG Pactual participação relevante no negócio de distribuição. “É preciso injetar capital no sistema, para reestruturar os negócios de etanol e distribuição”, acrescenta a fonte.

● **CREDORES.** A questão sobre a cisão dos negócios tem incomodado não somente a Shell, mas também os bancos credores, que têm apertado os sócios da Raízen em torno do montante de uma prometida capitalização. Os credores externos, que têm R\$ 27 bilhões em títulos emitidos pela Raízen no exterior, estão especialmente preocupados com a possibilidade de o BTG Pactual ter “exclusividade” na compra das operações de distribuição, uma vez que o banco é acionista da Cosan. Procuradas pela Coluna, Shell e Cosan não comentaram.



DIVULGAÇÃO/RAÍZEN VIA PHOTO A

➤ Alternativas ● Presidente da Shell disse que manter a Raízen integrada ou separá-la em duas áreas são duas propostas que estão na mesa, mas a petroleira prefere a primeira

R\$ 3,5 bilhões

é o valor que a Shell prometeu injetar na Raízen; Cosan poria mais R\$ 1 bi, e Rubens Ometto, R\$ 500 milhões

R\$ 1 bilhão

é o montante que a Motiva, antiga CCR, pretende investir em projetos de inovação até 2035

● **INOVAÇÃO.** A Motiva, antiga CCR, conta com sua área de inovação para alcançar a meta de reduzir as despesas operacionais de dois a três pontos percentuais em relação à receita líquida. A companhia quer que o indicador fique menor que 30% em 2030 e abaixo de 28% em 2035.

● **BILHÃO.** A empresa anunciou investimento superior a R\$ 1 bilhão em projetos de inovação até 2035. Uma das primeiras iniciativas é o lançamento do programa de inovação aberta, que vai selecionar cinco startups. As soluções buscadas são nas frentes de segurança viária, energia elétrica, pavimentação, pintura de rodovias e orçamento inteligente.

● **ÁREAS.** A primeira edição do programa é dedicada aos desafios de engenharia da Motiva Rodovias, área central à execução do plano de investimen-

tos de R\$ 67 bilhões da companhia nos próximos anos. O programa terá duração de cinco meses. Segundo a diretora de estratégia e inovação da empresa, Francine Saueia, o foco é buscar tecnologias como detecção de falhas nos pavimentos, onde existem produtos já consolidados. Nas pinturas de rodovias, por outro lado, a executiva avalia que devem surgir ideias que serão mais “sob medida”.

● **REFORÇO.** A adoção intensa de inteligência artificial pode fazer os bancos lucrarem US\$ 370 bilhões a mais por ano, ajudados pela redução de custos e ganhos de produtividade, mostra estudo do Boston Consulting Group (BCG), que avaliou o impacto da nova tecnologia no varejo bancário mundial, incluindo o Brasil. A conclusão do estudo é que o lucro global dos bancos saltaria dos US\$ 900 bilhões de 2024 para US\$ 1,3 trilhão em 2030.



SOBE

Em dia de aversão a risco, só duas ações sobem no Ibovespa

Em dia de aversão a risco frente à guerra no Oriente Médio, só duas ações do Ibovespa subiram ontem. Raízen avançou 6,15%, segunda alta seguida, e Braskem teve alta de 3,24%, recuperando-se do tombo da véspera. O principal índice da B3 recuou 3,28%.



DESCE

Pão de Açúcar tomba na B3 após rebaixamento pela Fitch

A ação do Grupo Pão de Açúcar (GPA) mergulhou 17,78% ontem, para R\$ 2,59, maior queda do Ibovespa, impactada sobretudo pelo rebaixamento de sua nota de crédito pela Fitch, de A para CCC, com observação negativa. O papel fechou o dia no menor valor em um ano.

BROADCAST MERCADOS

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R\$	Var. %	Neg.
RAIZEN PN N2	0,68	4,62	24.749
BRASKEM PNA NI	9,50	2,70	12.092
VIVARA ON	30,98	0,49	22.725

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

28/2 a 28/3	0,1697	1,0143	0,6705	0,5000
1º/3 a 29/3	0,1697	1,0143	0,6705	0,5000
1º/3 a 30/3	0,1697	1,0143	0,6705	0,5000
1º/3 a 31/3	0,1716	1,0653	0,6705	0,5000
1º/3 a 1º/4	0,1735	1,1163	0,6744	0,5000
2/3 a 2/4	0,1753	1,1649	0,6762	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	48.501,27	-0,83	-0,97	0,91
FRANKFURT - DAX	23.790,65	-3,44	-5,91	-2,86
LONDRES - FTSE	10.484,13	-2,75	-3,91	5,57
TÓQUIO - NIKKEI	56.279,05	-3,06	-4,37	11,80

	TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R\$
IPCA	15/8/2032	7,55	2.895,73	
	15/8/2040	7,07	1.730,48	
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2037	7,37	4.251,45	
PREFIXADO	1º/1/2029	12,99	709,89	
	1º/1/2032	13,55	478,92	
SELIC	1º/3/2031	0,09	18.418,68	

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

	Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)		0,39	-	0,39	4,30
IGP-M (FGV)		0,41	-0,73	-0,32	-2,67
IGP-DI (FGV)		0,20	-	0,20	-1,11
IPC (FIPE)		0,21	-	3,80	3,80
IPCA (IBGE)		0,33	-	0,33	4,44
CUB (Sinduscon)		2,08	0,10	2,18	5,98
FIPEZAP-SP (FIPE)		0,15	0,25	0,40	4,15

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

IGP-M (FGV)	0,9733	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	-	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)

	Trabalhador assalariado e doméstica*	Alíquota
Salário de contribuição		7,5%
ATÉ R\$ 1.621,00		
DE R\$ 1.621,01 ATÉ R\$ 2.902,84		9%
DE R\$ 2.902,85 ATÉ R\$ 4.354,27		12%
DE R\$ 4.354,28 ATÉ R\$ 8.475,55		14%

	Autônomo (BASE EM R\$)	Alíquota	A pagar (R\$)
DE 1.621,00 A 8.475,55		20%	DE 324,20 A 1.695,11

VENCIMENTO 15/03. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20% MAIS TAXA SELIC.

	CDB - CDI Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)		14,75	0,14	0,14	-1,01
CDI		14,90	0,00	0,00	0,00

AGRICOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C. Abe.	Min.	Máx.	Var. %
açúcar NY*	MAI/26	13,93	501,294	13,91	14,20
café NY*	MAI/26	283,15	79,215	278,90	290,90
soja CBOT**	MAR/26	11,56	1.808	11,49	11,69
milho CBOT**	MAI/26	4,47	692,508	4,44	4,51

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US\$ POR BUSHEL

	AGRICOLAS - MERCADO FÍSICO	Ult. Var. (%)	Var. 1 ano (%)
SOJA			
Cepea/esaltq, R\$/sc 60 kg		121,52	0,86

BDI			
Cepea/esaltq, R\$/@		350,50	-2,60

MILHO			
Cepea/esaltq, R\$/sc 60 kg		69,98	0,23

CAFE			
Cepea/esaltq, R\$/sc 60 kg		1853,28	12,58

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,2652	1,92	2,56	-4,08
DÓLAR TURISMO	5,4490	2,04	1,09	-2,94
EURO	6,1110	0,99	0,69	-5,23
OURO USS/ONÇA-TROY	5100,20	-209,60	-3,63	16,91
WTI USS/BARRIL	73,7400	3,86	9,65	28,56
IBRENTUSS/BARRIL	80,6700	2,78	10,39	32,53

	US\$ 1 Euro/ 1 Libra/ 1 NY	Europa	1 Londres	R\$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,1614	1,3359	0,1898
EURO	0,861	1,0000	1,1501	0,1633
FRANCO SUÍÇO	0,781	0,9075	1,0436	0,1482
LIBRA ESTERLINA	0,749	0,8695	1,0000	0,1420
IENE	157,618	183,0645	210,5340	29,8940

AS MOEDAS NA VERTICAL-VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

Judiciário Disputa no agro

Justiça vê fraude em recuperação bilionária

José Pupin, o ‘Rei do Algodão’, diz ter sido vítima de consultoria citada pela PF em inquérito sobre venda de sentenças; empresa nega

AGUIRRE TALENTO
BRASÍLIA

A Justiça estadual de Mato Grosso reconheceu, em uma decisão de primeira instância, a existência de suspeitas de fraudes em um processo bilionário de recuperação judicial do empresário do setor de agropecuária José Pupin, que já foi conhecido como “Rei do Algodão”.

As suspeitas surgiram após investigação da Polícia Federal (PF) sobre um esquema de venda de sentenças no Judiciário e atingem uma consultoria responsável por gerir a recuperação judicial, a Fource.

Como revelou o **Estadão** em outubro, o próprio empresário José Pupin peticionou à Justiça admitindo ter contratado a



J.F.DIORIO/ESTADÃO-15/7/2004

Pupin, em lavoura de algodão, em MT; assembleia de credores anulada

Fource para administrar a recuperação judicial, mas disse ter constatado a existência de irregularidades que lesaram os credores e seu patrimônio. A recuperação judicial do Grupo Pupin foi apresentada à 1.ª Vara de Campo Verde, em Mato Grosso, em 2017. À época, envolvia um conjunto de dívidas de R\$ 1,3 bilhão.

A investigação da PF sobre venda de sentenças já levantou suspeitas de que a Fource cometeu fraudes em processos de recuperação de empresas e corrompeu juízes para que o Judiciário validasse os seus atos. Na decisão proferida no mês passado, a Justiça anulou a última assembleia geral de credores e determinou o envio de cópia

dos autos à Polícia para investigação de suspeita de delitos cometidos pela Fource na recuperação judicial do grupo Pupin. “Encaminhe-se à autoridade policial cópia dos autos (...) a fim de que se apure eventual prática dos crimes de sonegação de informações e de favorecimento a credores”, escreveu o juiz André Barbosa Guanaes Simões, da 1.ª Vara Cível de Campo Verde (MT).

Com a decisão, a Justiça reconheceu que o grupo Fource atuou nas duas pontas do processo de recuperação. De um lado, foi contratado para administrar a recuperação judicial e implantar um plano de pagamentos dos credores. Do outro, tornou-se um das principais credores do grupo Pupin, comprando créditos com deságio.

“A atuação das cessionárias na administração do grupo Pupin já durante a elaboração do aditivo ao plano de recuperação judicial lhes conferiu posição consideravelmente mais confortável do que aquela dos demais credores”, escreveu o juiz.

Por isso, o juiz anulou a assembleia de credores na qual foi aprovado um aditivo ao plano de recuperação judicial, sob suspeita de que esse plano favoreceu indevidamente os créditos detidos pela Fource.

Grupo Pupin
Pedido de recuperação judicial foi feito em 2017 e envolvia um conjunto de dívidas de R\$ 1,3 bilhão

Com isso, o assunto terá de ser novamente discutido.

RESPOSTA. Procurada, a consultoria negou irregularidades e disse que atuou de forma legal no processo. “Cabe sempre destacar que o lado interessado está totalmente equivocado e tem buscado inverter os fatos. Trata-se de um grupo que, por vários anos, descumpriu obrigações e deixou de pagar seus credores, motivo pelo qual não tem legitimidade para questionar a atuação da Fource”, disse a empresa, em nota. ●

Encontra-se aberto no COMPLEXO PENAL DE BAURUR, **PREGÃO ELETRÔNICO número 90001/2026**, Processo **006.00080728/2026-95** o qual ocorrerá na data 17/03/2026 e horário 09:00 hs destinada a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS deste Complexo Penal de Bauru, do tipo MENOR PREÇO, no site eletrônico: www.compras.net.gov.br. O Edital estará disponível em sua íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, maiores informações pelo fone 014 3109 2176

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 728/2025 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, BOMBEIRO CIVIL, CARREGADOR DE MATERIAIS E APOIO, conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos sites: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245> - Envio das Propostas de Preços pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 06/03/2026 e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 23/03/2026 às 10h00min. Osasco, 03 de março de 2026. Meire Regina Hernandez Secretária Executiva de Compras e Licitações

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
Pregão Eletrônico TJMSP nº 90004/2026
Processo nº 26.1.000000341-3
Contratante (UASG) nº 929581
Acha-se aberto, na Secretaria Diretoria-Geral do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, o Pregão Eletrônico acima referenciado para a contratação de serviço de licenciamento por subscrição Microsoft. A sessão pública será realizada, por meio eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), com início previsto para o dia 19/03/2026, às 12h30. O edital, na íntegra, está disponibilizado nos endereços eletrônicos: www.compras.gov.br e www.tjm.sp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
Pregão Eletrônico TJMSP nº 90002/2026
Processo nº 26.1.000000289-1
Contratante (UASG) nº 929581
Acha-se aberto, na Secretaria Diretoria-Geral do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, o Pregão Eletrônico acima referenciado para a contratação de serviço de fornecimento de garantia e suporte para servidor de backup. A sessão pública será realizada, por meio eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), com início previsto para o dia 24/03/2026, às 12h30. O edital, na íntegra, está disponibilizado nos endereços eletrônicos: www.compras.gov.br e www.tjm.sp.jus.br.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARUJÁ
ESTADO DE SÃO PAULO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
Por conveniência e oportunidade de ajuste, fica declarado FRACASSADO o Pregão Eletrônico nº 12/25 – Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de tendas e painéis de LED e remarcada nova disputa para o dia 19/03/26 às 09h. Edital através do site oficial da Câmara <https://www.camaraaruja.sp.gov.br> ou www.novobbmnet.com.br. Maiores informações pelo e-mail pregao@camaraaruja.sp.gov.br. C.M.A./SP, 03/03/26. Wagner José da Silva - Pregoeiro. Publique-se.

ESTADÃO

NEWSLETTER

Pílula

Inscreva-se para receber um resumo leve e descontraído dos fatos do dia.

EXCLUSIVA PARA ASSINANTES

Use o QR code abaixo para **inscrever-se** e receber por e-mail, de **segunda a sexta, sempre no final de tarde.**

bit.ly/news-pilula



Alexandre Chiavegatto Filho

Instagram: @alexandre_pcf

Onde estão os moderados sobre IA?

Na semana passada, aconteceu mais um pânico sobre inteligência artificial no mercado financeiro. Ao contrário do que ocorreu apenas algumas semanas antes, quando o temor era de que toda a revolução da IA seria uma bolha prestes a estourar, o sentimento se inverteu completamente. Dessa vez, a preocupação foi a oposta, a de que a IA teria um impacto tão devastador que destruiria boa parte das empresas cotadas em Bolsa.

Essa oscilação reflete o estado do debate público sobre o tema. Com a diferença de apenas alguns dias, as mesmas pessoas que consideram a IA uma

farsa superestimada por investidores ingênuos passam a afirmar, com igual convicção, que a tecnologia nos levará ao colapso civilizatório em apenas alguns meses. O pêndulo nunca para no meio, e a moderação parece estar fora de cogitação.

O problema é que a realidade, como sempre, nunca é tão dramática. Está ficando cada vez mais claro que a IA será a maior revolução tecnológica das nossas vidas, e que, ao mesmo tempo, seus impactos no curto prazo serão consideravelmente menos devastadores do que os profetas do apocalipse ou do colapso econômico declaram.

Pense no setor de saúde. A IA

será profundamente revolucionária para a medicina. Diagnósticos que hoje exigem horas de análise especializada serão feitos com muito mais precisão e

Desvalorizar ou superestimar o impacto imediato da IA distorce a realidade

os prognósticos se tornarão mais acurados. A produtividade e a performance dos médicos aumentarão de maneira significativa, e, com elas, os seus salários.

Mas o dia a dia de um profis-

sional de saúde continuará muito parecido. O sistema de saúde, com toda a sua burocracia, seus protocolos, suas relações humanas insubstituíveis, continuará operando de uma forma muito familiar. Um observador que olhasse de longe em 2030 não veria uma profissão irreconhecível. Veria profissionais mais bem equipados fazendo essencialmente o mesmo trabalho, só que com maior eficácia.

As outras revoluções tecnológicas reais, como a eletricidade ou a internet, não eliminaram categorias inteiras de trabalho humano de um trimestre para o outro. Elas reorganizaram o trabalho, criaram novas

funções, tornaram algumas habilidades obsoletas, enquanto valorizavam outras, mas o fizeram ao longo de décadas, não em ciclos de notícias semanais.

O que necessitamos hoje é de uma maior disposição para ocupar o território desconfortável de uma incerteza calibrada. Esse equilíbrio é difícil de manter em um ambiente de informação midiática projetado para recompensar os extremos, mas é o único ponto de partida para pensar sobre a transformação que está se aproximando. ●

PROFESSOR LIVRE DOCENTE DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA USP

SEG. Luiz Carlos Trabuço Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça ● TER. Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (quinzenalmente) ● QUA. Fábio Alves ● QUI. Alvaro Gribel ● SEX. Elena Landau ● SAB. Fabio Gallo ● DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartzman (revezam quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês), Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Mercado imobiliário Diferencial

Quadras de tênis viram símbolo de luxo em prédios de alto padrão

Incorporadoras buscam terrenos maiores para incluir item, aumentando o valor e a atratividade dos empreendimentos

BRENO DAMASCENA

Desejadas por clientes endinheirados e negociadas a peso de ouro por corretores imobiliários, as quadras de tênis ganharam status de luxo em empreendimentos de alto padrão. Em meio a uma acirrada disputa por terrenos em grandes centros urbanos, as incorporadoras passaram a buscar áreas maiores, mudar projetos e investir alto para incorporar o item de lazer.

Dados da consultoria Brain Inteligência Estratégica indicam que o número de novos lançamentos com quadras de tênis em São Paulo subiu de 7, em 2020, para 25, em 2025 – ou quase quatro vezes mais. O item está presente em 27% dos empreendimentos de luxo e superluxo lançados na capital paulista desde 2020.

O avanço caminha na esteira do aumento de praticantes do esporte globalmente. Segundo o relatório da International Tennis Federation de 2024, mais de 106 milhões de pessoas praticam o esporte regularmente, um avanço de 22% em relação ao relatório ante-

rior, publicado em 2021. Na América do Sul, são 8,8 milhões de jogadores.

O aumento na popularidade, porém, contrasta com os desafios financeiros e de espaço para a prática: as quadras são um ativo disputado. “Não é fácil de praticar. Mesmo quem é sócio de um clube tem dificuldade para conseguir um horário”, diz Victor Saad, diretor comercial da incorporadora Trisul.

“É essa escassez que faz com que esse item de lazer agregue tanto valor aos condomínios”, acredita Saad.

Desde 2024, a Trisul lançou quatro projetos com quadras de tênis, em bairros como Moema, Pinheiros e Vila Mariana. “Decidimos que todos os nossos condomínios de alto padrão contariam com esse diferencial e passamos a comprar apenas terrenos acima de 2,6 mil metros quadrados.”

Antes disso, o tamanho mínimo dos terrenos procurados pela companhia era de 1,6 mil m², ressalta o executivo. “Tentamos adicionar a quadra sem abrir mão de outros itens de lazer”, diz. “Se o comprador pratica o esporte e tem dinheiro, ele não vai se interessar por um prédio que não tenha uma quadra.”

GRANDES TERRENOS. Entregue em janeiro deste ano no Brooklin, na zona sul da cidade de São Paulo, o Arkadio EZ by Ott Brooklin é fruto desse ambien-

te. Com apartamentos de 105 m² a 180 m², o projeto apresenta como um dos diferenciais uma quadra de tênis de saibro com tamanho oficial. O item ocupa uma área de 648 metros quadrados em um terreno com 4.942 m² de área total.

Entregue no início do ano, o Arkadio teve apartamentos negociados de R\$ 1,7 milhão a R\$ 3 milhões.

De acordo com Tellio Totaro Jr., superintendente executivo de incorporação da Eztec, incorporadora responsável pelo projeto, a inovação atende aos anseios dos próprios clientes. “Ouvimos potenciais compradores que topavam até migrar para

“Não posso afirmar que o preço do metro quadrado aumenta, mas você amplia a quantidade de pessoas interessadas e a liquidez”

Tellio Totaro Jr.
Superintendente executivo de incorporação da Eztec



Arkadio tem quadra de saibro e apartamentos de até R\$ 3 milhões

um bairro vizinho caso tivesse quadra de tênis”, diz. “Não posso afirmar que o preço do metro quadrado aumenta, mas você amplia a quantidade de pessoas interessadas e a liquidez.”

Desde 2021, a Eztec lançou pelo menos sete projetos com quadras de tênis – alguns deles, em parceria com a Lindenberg. “A grande dificuldade mesmo é o terreno. Precisamos de uma área de pelo menos 4 mil metros para criar uma quadra.”

A Lindenberg, por sua vez, apresentou no fim de 2025 um edifício que tenta lidar com essa dificuldade espacial. O Lindenberg Moema incorporou uma quadra de tênis de tamanho oficial em uma estrutura na cobertura das outras áreas comuns. Os apartamentos custam de R\$ 14 milhões a R\$ 16 milhões.

Também em Moema, a Mitre Realty lançou dois projetos com quadra de tênis nos últimos dois anos. O diferencial da quadra de tênis, segundo Rodrigo Cagali, vice-presidente de Operações da empresa, passa pelo equilíbrio entre viabilidade financeira e estratégia de produto.

BOLHAS. À medida que o públi-

co se interessa mais pelas quadras de tênis, a tendência é de que o item se torne mais comum nos condomínios. Segundo Paula Santoro, professora de Planejamento Urbano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, esse tipo de diferencial traz exclusividade aos moradores, mas tem prazo de validade.

“A quadra de tênis, assim como a sala de ginástica, o pet play e a churrasqueira, são diferenciais que fizeram o metro quadrado ser vendido mais caro. Porém, quando todo mundo começa a colocar os mesmos itens, como a academia, eles deixam de ser um diferencial”, diz.

Esse tipo de empreendimento também não colabora com a cidade, diz a urbanista. Ela diz acreditar que a formação de “condomínios-clube” cria bolhas, alheias ao restante da comunidade. “Quem está no condomínio não sai para fazer compras, não sai para ir ao clube ou usar a academia de ginástica fora do condomínio”, diz. “A quadra de tênis é o ícone de um processo em que os condomínios se tornam um pedaço exclusivo à parte da cidade”, afirma a especialista. ●

INDE PENDÊN CIA OU NADA

O Estado
de S. Paulo

ESTADÃO 

1875



APRESENTA

PRÊMIO
O MELHOR
DO TURISMO
BRASILEIRO
ESTADÃO

23 DE ABRIL — 19h

Wish Foz do Iguaçu Resort

CERIMÔNIA
HOMENAGEIA
DESTAQUES
DO SETOR DE
TURISMO, COM
OPORTUNIDADES
DE NETWORKING
E NEGÓCIOS.

3 TRILHAS

Excelência em destinos, serviços
e experiências

25 CATEGORIAS



Saiba como criar
conexões qualificadas
e posicione sua marca
entre os grandes
protagonistas do setor.

Solicite uma proposta
customizada e conheça
as oportunidades de
patrocínio e ativações.

Escreva para

publicacoes@estadao.com

REALIZAÇÃO



PARCERIA



APRESENTAÇÃO



METODOLOGIA





Polilaminina,
a molécula
dos debates,
das dúvidas
e da esperança



C2 E C3 Música

Um Elvis maduro

UNIVERSAL PICTURES

Rei do Rock é exposto
em sua complexidade



Um Paul inseguro

RICHARD DREW/AP - 21/5/1976



McCartney enfrentou
recomeço difícil

Filmes abordam o Rei do Rock a partir de imagens inéditas e a busca do ex-Beatle por um sentido após o fim da banda

JASON BAILEY

THE NEW YORK TIMES

Baz Luhrmann ouviu falar das imagens pela primeira vez enquanto pesquisava para o que viria a ser sua cinebiografia de Elvis Presley, *Elvis*, de 2022. Disseram a ele que havia rolos de filme não utilizados e inéditos, filmados pela MGM para o documentário de 1970 *Elvis: That's the Way It Is* e sua sequência de 1972, *Elvis on Tour*.

O interesse de Luhrmann foi despertado e ele iniciou uma jornada de vários anos de resgate e restauração, que resultou no novo documentário *EPiC: Elvis Presley in Concert*, em cartaz nos cinemas.

Tudo começou, por incrível que pareça, em uma mina de sal subterrânea no Kansas. “As pessoas acham que é apenas força de expressão”, diz Luhrmann. “Mas não é.” Tais instalações são os locais onde estúdios como a Warner Bros., que agora possui as filmagens, guardam seus materiais de arquivo. “Custa US\$ 100 mil apenas para enviar alguém lá embaixo para procurar”, explica ele, que pagou a conta do próprio bolso e mandou pesquisadores ao cofre.

“Eles não encontraram apenas um ou dois rolos. Acharam 69 caixas de filmagens.” Grande parte era de filme de 35 mm, gravado durante várias apresentações em Vegas para *That's the Way It Is*. O restante era de filmagens em 16 mm feitas nos bastidores de ambos os filmes e no palco pade *Elvis on Tour*.

“Mas estava tudo rotulado errado”, lembra Luhrmann. “Parte foi roubada, a poeira estava corroendo tudo, uma bagunça total.” E havia outro problema, disse Jonathan Redmond, editor e produtor executivo de *EPiC* e colaborador de longa data de Luhrmann.

“Eram apenas 59 horas de imagens. Não havia som, porque filme e som são gravados e arquivados separadamente”, conta ele. “Então estávamos olhando para todo esse material incrível, mas não sabíamos o que ele estava cantando.”

Mesmo assim, os cineastas ficaram cativados pelo que viram. “Temos de fazer algo especial com isso”, Redmond disse a Luhrmann. “Não podemos simplesmente devolver isso para as minas de sal.” Luhrmann concordou. E, enquanto ele e Redmond filmavam e editavam *Elvis*, a Warner supervisionava a digitalização das filmagens brutas em 4K, e um editor-assistente, Jim Greco, se encarregou de sincronizá-las com toda gravação de som disponível.

Enquanto isso, Angie Marchese, vice-presidente de arquivos e exposições do museu Graceland, forneceu aos cineastas vários rolos de filmes caseiros em 8 mm e Super-8, muitos deles também inéditos.



Cinema Música

Tesouros de Elvis em mina de sal

— Baz Luhrmann lembra a longa jornada de resgate e restauração para realizar ‘EPiC’, que não faz uso de IA nem de efeitos especiais

tos. “Mas a grande descoberta foi quando encontramos uma entrevista”, diz Luhrmann. Certa manhã, após uma noite de cantoria gospel, Presley consentiu em dar uma entrevista apenas em áudio para os cineastas de *Elvis on Tour*, na qual ele estava desarmado e sincero sobre sua vida e carreira até aquele momento.

A CHAVE. “Tendo lido todos os livros e feito tanta pesquisa sobre Elvis, conhecíamos sua história, então ele não estava necessariamente nos contando algo que já não soubéssemos”, lembra Redmond. “Mas ouvi-lo contar em sua própria voz

foi muito mais poderoso e isso foi a chave que abriu o projeto.” Especificamente, ajudou Luhrmann a responder à pergunta que ele vinha se fazendo desde que começaram a contemplar a obra: “O que vamos criar?”. Eles não queriam apenas fazer outro filme de show, ou reformar um dos filmes anteriores com novas cenas (o que já havia sido feito em 2001 com *That's the Way It Is*). Nem queriam fazer mais um documentário biográfico, como *This Is Elvis*, de 1981.

“São bons documentários”, diz Luhrmann. “Mas são sempre pessoas falando sobre Elvis — não ele mesmo.” Em vez dis-

so, o cineasta e Redmond idealizaram uma mistura de filme de show, documentário biográfico e algo um pouco mais... surreal. “Vamos criar algo como um cenário onírico em que Elvis vem até você em seu sonho, canta e conta a sua história como nunca antes. Essa foi a ideia”, lembra Luhrmann.

A natureza abrangente dessa abordagem significou rastrear ainda mais filmagens, entrevistas e filmes de shows — em qualidade alta o suficiente para o lançamento em Imax para o qual estavam trabalhando. “Basicamente, queríamos o suporte original em filme para todo o material de arquivo”, explica Red-

mond. “Então, incluindo até mesmo o material dos anos 1950, conseguimos voltar aos vários fornecedores, localizar o filme original e digitalizá-lo.”

Essa dedicação aos elementos originais de filme e som às vezes significava ir além das fontes tradicionais. “Conectamos alguns áudios que estão por aí, que são piratas”, afirma Luhrmann, rindo. “Tivemos de encontrar pessoas em estacionamentos e comprá-los, que Deus os abençoe. É o comércio de material ilegal do Elvis. Existem os traficantes de drogas colombianos e os caras que negociam gravações piratas e, cara, acho que eu pre-



Filme põe em questão quem foi Elvis Presley de verdade

UNIVERSAL PICTURES

Paul McCartney aos 27 anos, sem saber o que fazer da vida

JAKE COYLE
ASSOCIATED PRESS

Se *The Beatles: Get Back*, de Peter Jackson, foi o documento supremo dos momentos finais da união e da dissolução dos Beatles, *Man on the Run*, de Morgan Neville, é uma espécie de sequência. O filme começa no final de 1969, apenas alguns meses após o famoso show no telhado da Savile Row. Os Beatles acabaram. Paul McCartney parece ter desaparecido. Há até rumores de que ele morreu. Em uma fazenda remota na Escócia, um McCartney confuso e perturbado se pergunta se voltará a escrever “outra nota musical algum dia”.

Mas o ponto mais surpreendente ao revisitar esse período tumultuado e digno de tabloides da vida de McCartney é um fato simples: quando os Beatles se separaram, McCartney tinha apenas 27 anos. Dizer que ele já havia vivido uma vida inteira até ali seria um eufemismo. Pela enorme produção e pelo colossal impacto cultural, seria fácil acreditar que ele já estava na meia-idade.

Man on the Run, disponível no Prime Video, é a história de tudo o que veio depois. McCartney, que atua como produtor, nunca aparece dando uma entrevista atual de frente para a câmera, mas suas reflexões em áudio marcam o filme – uma crônica de autorregeneração. Para McCartney, que foi mantido “juvenil” pelos Beatles, o fim da banda significou um amadurecimento súbito. “Eu tive que olhar para dentro de mim e encontrar algo que não fosse os Beatles”, diz.

A forma como você se sente em relação à carreira pós-Beatles de McCartney pode influenciar sua percepção sobre o documentário. Para Neville – diretor de *Won’t You Be My*

Neighbor, Piece by Piece e *A Um Passo do Estrelato* – este é um período que não oferece uma narrativa linear, mas algo mais parecido com os altos e baixos da vida real, com arrependimentos e triunfos.

REMORSO. O começo não foi bom. McCartney, culpado pelo término dos Beatles, estava carregado de remorso. Seus primeiros discos foram uma decepção. Cantar com Linda McCartney, sua mulher, não agradou ao público. Um especial de TV de 1973, que incluiu uma interpretação de *Mary Had a Little Lamb*, foi, para dizer o mínimo, um erro de julgamento. Uma característica curiosa do temperamento quase sempre solar de McCartney é uma autoaversão persistente. “Se eu ouço alguém criticando Paul McCartney, eu tendo a acreditar nele”, diz ele, referindo-se à separação dos Beatles.

Get Back ofereceu uma janela reveladora sobre a dinâmica do grupo que enterrou muitas das antigas visões sobre McCartney. Comparações são difíceis, mas a obra de Peter Jack-

son, extraída de filmagens de Michael Lindsay-Hogg, também era incrivelmente íntima. Capturou não apenas as relações individuais da banda, mas o processo de composição em tempo real.

Man on the Run carece dessa sensação de proximidade. Ao manter o filme focado em arquivos – o documentário é repleto de fotos de família e filmes caseiros – e sem entrevistas atuais, Neville nos permite conhecer os anos pós-Beatles de McCartney como ele os viveu. No entanto, isso vem com o sacrifício de uma proximidade maior com o artista e com a criação de suas músicas solo, o que poderia ter aprofundado o filme.

O verdadeiro arco de *Man on the Run* constrói o caminho para a criação da primeira banda pós-Beatles do músico: o *Wings*. De certa forma, é um ponto central improvável. Na formação rotativa da banda, Denny Laine era o único membro permanente além de Paul e Linda. Por outro lado, o álbum *Band on the Run* é o melhor que McCartney produziu após os Beatles e o ápice claro de anos de luta. Se você precisava de um motivo, este é o seu sinal para ouvir *Jet* no volume máximo.

Como ninguém se surpreenderia ao descobrir, é difícil seguir em frente depois de ter sido um Beatle – especialmente para alguém como McCartney, que acreditava tão sinceramente na banda. Assim como seu tema central, *Man on the Run* inevitavelmente empalidece ao lado dos filmes do auge da banda. No entanto, é uma peça complementar significativa sobre o fim de uma era e o início de uma longa e sinuosa estrada. ●

“Nas minas, pesquisadores não acharam só um ou dois rolos. Encontraram 69 caixas de filmagens sobre Elvis. Grande parte era de filmes de 35 mm, gravados durante apresentações em Vegas de ‘That’s the Way It Is’. Estava tudo rotulado errado. Parte foi roubada e a poeira estava corroendo tudo, uma bagunça total”
Baz Luhrmann
Diretor

☞ feriria trabalhar com os traficantes colombianos.”

O diretor não se incomodou com as eventuais partes de instrumentação que faltavam, as quais ele mandou recompor e regregar – uma escolha estética que combinava com o conceito geral. “Isso é o oposto de *Get Back*”, disse ele, referindo-se à docussérie de arquivo dos Beatles, de Peter Jackson, “no sentido de que o que torna *Get Back* tão bom é o estilo observador”. “O que eu queria dizer era: não, este é um show imaginado, no qual todas essas coisas acontecem ao mesmo tempo”.

No entanto, os cineastas contrataram entusiasticamente Jackson e sua WingNut Films para o trabalho de restauração de imagem, como

eles haviam feito em projetos como *Get Back* e o documentário sobre a Primeira Guerra Mundial, *They Shall Not Grow Old*, de 2018. “Ele é o padrão ouro da restauração cinematográfica”, diz Redmond. “Então, logo no início, decidimos que, por melhor que fosse nossa filmagem, iríamos dar o maior brilho possível a ela.”

Fiquem tranquilos, porém, que foi apenas isso que fizeram. “Quero sublinhar: não há um único frame de IA nisso”, diz Luhrmann, com firmeza. “E não há efeitos visuais. Gosto de dizer que o único efeito visual aqui é o efeito visual que o Elvis causa em seu público.”

LUZ. Com a exploração de dois filmes e vários anos sobre Elvis Presley finalmente concluída, Luhrmann e Redmond esperam ter adicionado algo importante às conversas culturais em torno do Rei do Rock. Para eles, tudo se resumia à pergunta: quem foi Elvis Presley, de verdade? “Tínhamos essa frase: nas frestas é que se vê a luz”, diz Redmond, “o que se aplica fortemente a um personagem como Elvis, que estava tão acostumado com as câmeras e com o fato de estar sendo filmado”.

“Elvis diz no filme que é difícil corresponder a uma imagem”, observa Luhrmann. “Ele disse que um ser humano é uma coisa e uma imagem é outra.” E assim, para o diretor, entender Elvis Presley significava lidar com – e ter empatia por – tanto o ser humano quanto a imagem. “Foi isso que me propus a fazer.” ●



LINDA MCCARTNEY/MPL ARCHIVE LLP

‘Man on the Run’, de Morgan Neville; reflexões em áudio do baixista do Fab 4 marcam documentário



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Competição e solidariedade Lua Cheia é Vazia das 11h52 até 15h57 HBr

O convencimento de que o ser humano progride competindo com os semelhantes e diferentes para garantir “um lugar ao Sol” é resultado de um recorte conceitual da realidade, que ignora o valor da construção dos relacionamentos comunitários, que são a essência do bem-viver.

A competição é boa e divertida nas Olimpíadas e em qual-

quer tipo de torneio esportivo, tanto quanto é péssima e degradante nas guerras, e pior ainda, mas de maneira solapada, nos relacionamentos íntimos.

Pessoas que se casam e decidem construir uma família, a qual continua sendo a célula básica da sociedade, se ficarem competindo entre si, em vez de serem solidárias e colaborativas, podem eventualmente progredir materialmente, mas nunca conhecerão a serenidade que o coração experimenta ao saber que há alguém em quem confiar. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

As determinações essenciais de tudo que anda acontecendo fogem ao seu entendimento, porém, isso não há de durar muito mais tempo. Logo mais você perceberá com clareza as verdadeiras causas de tudo que acontece.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

É propício ir ao encontro do destino antes desse vir de encontro ao você. Enquanto você tomar as iniciativas, mesmo que sejam erradas, você alivia o peso das situações que precisam ser experimentadas. Em frente.

LEÃO 22-7 a 22-8

Há horas em que é preferível fazer avanços pequenos, mas representativos de sua força, do que pretender colocar tudo no eixo com uma só tacada. Faça apenas o que estiver ao seu alcance, sem exagerar. É por aí.

LIBRA 23-9 a 22-10

Essas complicações que já deram muita dor de cabeça a você podem ser enfrentadas agora com perspectivas de solução, talvez não de forma completa, mas, com certeza, de uma maneira que vai aliviar bastante tudo.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Para você se livrar definitivamente dessas questões que dão tanto enfado, porque chatas e densas, este é um momento propício para se dedicar a elas, mas precisa ser feito com atenção e carinho. Só assim se solucionam.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Fazendo tudo dentro da mais estrita ordem, com método e paciência, você obterá resultados que, de outra maneira, resistiriam a acontecer. Continue fazendo o que estiver ao seu alcance, com paciência e carinho.

TOURO 21-4 a 20-5

Estar no comando será sempre melhor para você, só que nem sempre isso é possível, há horas, como agora, em que o melhor a fazer é aceitar as determinações que outras pessoas colocam sobre a mesa, seguindo por essa linha.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Chega uma hora que não dá mais para ficar jogando para a plateia continuar gostando de você. Nessa hora, você precisa puxar a sardinha para seu lado e não se importar com as críticas, mas seguir em frente. É assim.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Depender de outras pessoas e de certos acontecimentos para que tudo dê certo não é a melhor das perspectivas, porém, sendo essa a realidade, melhor será a aceitar o quanto antes, porque resistir seria contraproducente.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Tenha em mente que você terá de se articular com outras pessoas para atingir seus propósitos, e isso significa dividir território e autoridade, algo que sua alma resistia bastante. Não importa, é o jeito.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

As coisas se acertam, mas não por si sós, como que por um passe de mágica. Há magia envolvida no acerto das coisas, sim, mas essa é operada através de suas mãos, que obedecem ao seu intelecto e coração. Só assim.

PEIXES 20-2 a 20-3

Apesar das adversidades que parecem ter conspirado para se apresentarem todas ao mesmo tempo, você encontrará, mesmo assim, várias oportunidades de dar a volta por cima, dependendo apenas do seu atrevimento.

Mercado

Paramount promete 30 filmes por ano após acordo com a Warner

Após fusão, o novo grupo deve garantir 45 dias de um longa nas salas de cinema antes de chegar às plataformas

A Paramount pretende manter e ampliar os lançamentos da Warner Bros. nos cinemas caso a fusão entre as empresas seja concluída. A afirmação foi feita pelo CEO David Ellison. De acordo com a revista *Variety*, ele reiterou o compromisso do

novo grupo de priorizar exibições nas salas de cinema e garantir uma janela exclusiva de 45 dias antes da chegada dos filmes às plataformas digitais.

Segundo Ellison, a estratégia prevê a estreia de 15 filmes por ano por estúdio, totalizando pelo menos 30 lançamentos nos cinemas. “Nós realmente acreditamos que os filmes devem ser vistos nos cinemas”, disse ele.

A Paramount já projeta ampliar sua produção: após lançar oito filmes em 2025, o estúdio prevê ao menos 15 estreias em

2026. A Warner Bros., por sua vez, lançou 11 filmes no último ano. Ellison citou o desempenho da Warner em 2025, destacando títulos como *Superman* e *Minecraft*, que ajudaram o estúdio a alcançar US\$ 4 bilhões em bilheteria global. Ao defender o modelo tradicional de distribuição, o executivo comparou ainda resultados de lançamentos no cinema e no streaming. E lembrou o desempenho de *Top Gun: Maverick*, que arrecadou US\$ 1,5 bilhão.

Ellison disse também que a companhia não pretende produzir filmes pensados exclusivamente para o streaming. “Dissemos isso desde o primeiro dia”, declarou. O executivo confirmou ainda que o novo grupo manterá uma janela cinematográfica de 45 dias, período em que os filmes permanecem exclusivamente em cartaz antes de chegarem ao streaming. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO

“É na limitação que se revela o mestre” Goethe



Roberto DaMatta

Sobre o ‘não fazer nada’

A proposta eleitoral para diminuir a jornada de trabalho – o 6X1 que, para muitos, deveria ser 1X6 – estampa o ideal aristocrático do não fazer nada. O projeto dos trabalhadores é não trabalhar!

Esse ideal é mais um algoritmo da nossa aversão ao trabalho no qual o corpo é exigido. Nossa preferência é ficar sem fazer nada, ganhando muito nos empregos públicos que a dominação burocrática contaminada por amizades proporciona e que está no centro desses escândalos de ausência vergonhosa de imparcialidade que movimen-

tam milhões e domesticam
juízes draconianos.

Quanto mais distante do chão e mais perto da caneta, melhor. Preciso lembrar as “canetadas” que são como fuzilamentos? Até hoje falamos em “arranjar emprego” e não trabalho, pois o emprego relativiza o trabalho e há centenas de empregos cujo trabalho é, justamente, nada fazer. Eis um traço social difícil de mudar porque uma estrutura de dominação não muda como se troca de roupa.

Hoje, a crise está intrusiva de privilégios pessoais numa sociedade que exige igualdade e impessoalidade para

avançar. Sobre esses assuntos, lembro o engenheiro americano Thomas Ewbank que, no livro *A Vida no Brasil*, publicado em 1856 e traduzido 117 anos depois no Brasil, diz reproduzindo essas notícias e crônicas dos jornais de hoje:

“A tendência inevitável da escravidão por toda parte é tornar o trabalho desonroso. No Brasil, predomina a escravidão negra e os brasileiros recuam com algo semelhante ao horror diante dos serviços manuais. Com o mesmo espírito de classes privilegiadas de outras terras, dizem que não nasceram para trabalhar, mas para dirigir. Interrogan-

do-se um jovem de família respeitável e em má situação financeira sobre por que não aprende uma profissão e não ganha sua vida de maneira independente, há dez probabilidades contra uma de ele perguntar se o interlocutor está querendo insultá-lo! ‘Trabalhar! Trabalhar!’ – gritou um deles. ‘Para isso temos os negros!’” Sim, centenas de famílias têm um ou dois escravos, vivendo do que eles ganham.

Ser empregado pelo governo é honroso, mas descer abaixo de empregos do governo, mesmo para ser negociante, é degradante. (...)

Como vivem? Vivem do po-

der público, sempre que podem. (...) Todas as repartições transbordam de pessoas. Gerações de diplomatas em embrião procuram ser iniciados nos vários graus de “attaché”.

Enxames de candidatos solicitam comissões no Exército, motivo por que se fala que dentro de pouco tempo o número de oficiais será maior do que o de soldados. A Igreja vem logo em seguida entre os lugares procurados como meio de elevar-se nobremente acima das classes inferiores. ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

TER. Alice Ferraz, Patrícia Ferraz, Sergio Martins (**quinzenal**) • **QUA.** Roberto DaMatta • **QUI.** Alice Ferraz, Patrícia Ferraz • **SEX.** Carol Prado, Lusa Silvestre (**quinzenal**) e Maria Fernanda Rodrigues (**quinzenal**) • **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli e Luciana Garbin (**quinzenal**) • **DOM.** Alice Ferraz, Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão (**quinzenal**)

CRUZADAS

NA WEB

Jogue as cruzadas
<https://bit.ly/3OD1J0h>

Dar as (?): com- parecer (pop.)	Relativa a EUA, México ou Canadá	Gafe; mancada Árvore, em inglês	Figurado (abrev.) A origem do tacacá	Trabalhar a cerâmica Andar como soldados	Acre- centar; adicionar
Palavras como "bonito" e "feio"					
Adiado; protelado Polir (panelas)				Banda de rock dos EUA	
			Peça do piano Matéria escolar		
Ponto cardeal do nascer do Sol		Mil unidades			
Prato de dieta (pl.)	(?) Pacino, ator	Ceder; doar			
				(?) Babá, herói de conto árabe	Ingre- diente do suspiro (Cul.)
Maurício (?:), ator e cantor					100, em romanos
"Quem (?:), consente" (dito)					O cheque do crediário
Planta co- mo o trigo Botequim; taberna				As sílabas não acentu- adas	
B	A	R	Local onde se criam cães	Sereia de rios e de lagos (Folc.)	
				Bagagem Adquirir; conquistar	
Apertam o botão do mouse (Inform.)					Formato do brinco do pirata
Seguido; obedecido	Corante industrial				Lobo (?:), criação de fábulas
Tipo de banana	Grupo sanguíneo			Objeto de uso restrito a policiais	
Gulo- sema que causa cárie			Empre- gou; utilizou		

BANCO
3/rem. 4/tree. 5/tecla. 6/clicam. 7/anilina
www.coquetel.com.br

CRIOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

"O (?) de Veneza", comédia.	1	2	3	4	5		6	3
Conjunto das letras.	5	7	8	5	9		10	6
Churrasco, em inglês.	9	5	3	9	2		11	2
Apresentara obra alheia como sua.	12	7	5	13	14		3	5
O álcool, em relação à cirrose hepática.	4	5	11	15	5		6	3
Cão sem raça definida.	16	14	3	5	7		10	5
Glândula cujo aumento é chamado bócio.	10	14	3	2	6	14		2
Corrosão do ferro.	8	2	3	3	11	13		1
Produto como a ervilha enlatada.		6	17	15	2	3	16	5
Igual; mesma.		18	2	17	10	14	4	5
Viajado no espaço cósmico.		5	16	2	13	5	18	6
(?) Bocaiúva, jornalista e político republicano.		11	14	17	10	14	17	6
Que defende projetos irrealizáveis.		10	6	12	14	15	10	5
A palavra de consolo, na tristeza.		15	10	14	1	11	7	6
Esportista como Simone Manuel.		5	18	5	18	6	3	5
Garfo, faca e colher.		5	7	19	2	3	2	15
(?) circulatório: inclui o coração.		12	5	3	2	7	19	6

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB

Jogue o sudoku
<https://bit.ly/3ODliV6>

Nível Fácil

		1				8		
	9			6			7	
			7		8			
1		4	3	8	5	7		2
8								5
5		3	9	2	6	1		4
			5		3			
		8			4		5	
		7				4		

SOLUÇÕES

7	3	1	2	5	9	8	4	6
2	9	8	1	6	4	5	7	3
6	4	5	7	3	8	2	1	9
1	6	4	3	8	5	7	9	2
8	2	9	4	1	7	6	3	5
5	7	3	9	2	6	1	8	4
4	1	6	5	7	3	9	2	8
9	8	2	6	4	1	3	5	7
3	5	7	8	9	2	4	6	1

C	F	F	M
A	T	I	M
P	R	G	A
A	R	E	R
E	T	E	C
E	M	I	L
S	A	D	A
M	A	T	T
C	E	R	E
B	A	R	M
C	L	I	C
A	C	A	T
A	N	I	L
N	A	N	I
B	A	L	A
A	U	S	O
A	R	M	A

M	E	R	C	A	D	O	R
A	L	F	A	B	E	T	O
R	A	B	E	C	U	E	
P	L	A	G	I	A	R	
C	A	U	S	A	D	O	R
V	I	R	A	L	A	T	A
T	I	R	E	O	I	D	E
F	E	R	R	U	G	E	M
C	O	N	S	E	R	V	A
I	D	E	N	T	I	C	A
N	A	V	E	G	A	D	O
Q	U	I	N	T	I	N	O
U	T	O	P	I	S	T	A
E	S	T	I	M	U	L	O
N	A	D	A	D	O	R	A
T	A	L	H	E	R	E	S
A	P	A	R	E	L	H	O



**SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS
SEM SAIR DE CASA**

#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel



ASSINE AGORA!
www.conqnet.com.br



— Substância para tratar lesões medulares gera debates e perguntas

Polilaminina, a molécula da esperança e das dúvidas

A Anvisa autorizou a 1ª fase do estudo clínico com a polilaminina



A polilaminina virou tema de discussões acaloradas nas últimas semanas. Nesses debates, são frequentes afirmações sobre supostos resultados da molécula, embora, como explicou o **Estado**, ainda não seja possível saber se ela realmente ajuda pacientes com lesão medular.

Para ajudar a esclarecer os fatos, respondemos a algumas questões-chave sobre a substância. Essas respostas são baseadas em pareceres de especialistas, informações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e na entrevista realizada em setembro com Tatiana Sampaio, pesquisadora do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e líder do estudo com a polilaminina.

1. O que é a polilaminina?
A laminina é uma proteína natural presente em praticamente todo o nosso corpo. Ela fica fora de algumas células e atua como uma espécie de “cola biológica”, ajudando a manter os tecidos organizados e firmes. No sistema nervoso, a laminina ajuda na divisão e sobrevivência das células, orienta a migração dos neurônios, promove o crescimento dos axônios e contribui para a mielinização, processo que permite a transmissão rápida de sinais nervosos, segundo Tatiana.

Em seus estudos, a pesquisadora encontrou uma fonte de laminina, a placenta, fez a extra-

ção e aplicou em ratos com lesão medular para verificar se haveria regeneração e melhora da função motora, mas isso não ocorreu. Ela então testou acidificar a proteína natural, um processo chamado de polimerização, e obteve a polilaminina.

Aplicando a nova molécula nos mesmos ratos, os cientistas observaram melhoras significativas na função motora – com variações em relação à magnitude da lesão.

2. A polilaminina já foi testada em humanos?

Sim, mas apenas em um teste piloto com poucos voluntários. Entre 2016 e 2021, Tatiana e sua equipe, após aprovação do comitê de ética, recrutaram 10 pacientes para um teste piloto, de caráter experimental. Os voluntários, todos com lesão medular aguda, receberam em hospitais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais uma injeção de polilaminina na medula até seis dias após um trauma causador da lesão.

Dois voluntários foram retirados do estudo por serem dependentes químicos – um critério de exclusão. Dois morreram antes de receber alta hospitalar e outro participante morreu alguns meses depois; segundo a pesquisadora, avaliadores externos indicaram que os óbitos não foram relacionados à molécula.

Dos outros cinco voluntários, um voltou a andar e quatro tiveram alguma melhora nos níveis de comprometimen-



Pesquisa da UFRJ
Entre 2016 e 2021, Tatiana e sua equipe, após aprovação do comitê de ética, recrutaram 10 pacientes para um teste piloto

to motor ou sensitivo, mas sem grandes ganhos funcionais.

3. E para lesões crônicas? A molécula já foi testada?

Somente em um estudo pequeno com cães, publicado no ano passado na revista *Frontiers in Veterinary Science*. Na pesquisa, seis animais paraplégicos receberam a polilaminina e sessões de fisioterapia.

Os pesquisadores relataram que a intervenção não provocou danos e levou a uma discreta melhora, mas, pelo fato de a amostra ser pequena e o estudo não ter grupo-controle, não é possível inferir se a melhora foi causada pela substância, pelas outras intervenções ou pelos dois combinados.

4. O teste piloto é suficiente para comprovar segurança e eficácia?

Não. Amostras muito pequenas, como a do estudo piloto da polilaminina, sofrem grande influência do acaso. Um ou dois casos com evolução muito boa – ou muito ruim – podem distorcer os resultados e impedir que se saiba se o desfecho foi causado pelo tratamento em teste ou por outros fatores, como a própria história natural da doença.

Testes assim podem servir de base para novos estudos, mas não substituem a pesquisa clínica, composta por quatro fases:

● **Fase 1:** A substância é testada em um pequeno grupo de participantes com o objetivo de avaliar a segurança.

● **Fase 2:** Os testes são realizados com um número maior de participantes, visando à análise da segurança, eficácia e dosagem ideal.

● **Fase 3:** A substância é testada em grandes grupos de voluntários, geralmente divididos entre os que recebem a medicação em testes e um que recebe placebo ou o tratamento padrão. Os resultados permitem avaliar se o desfecho do primeiro grupo foi melhor do que o grupo comparativo e, se for, confirmar a eficácia.

● **Fase 4:** Após a aprovação do tratamento e sua disponibiliza-

ção no mercado, há um processo de monitoramento contínuo da segurança, com avaliação dos reportes de eventuais efeitos adversos (farmacovigilância).

5. Os testes clínicos da polilaminina já começaram?

Não. A Anvisa autorizou, no dia 5 de janeiro deste ano, a primeira fase do estudo clínico com a polilaminina e a previsão é de que essa etapa tenha início em março.

De acordo com a agência, a pesquisa vai analisar a aplicação da molécula em cinco pacientes, com idades entre 18 e 72 anos, que apresentem lesões medulares agudas completas entre as vértebras T2 e T10, ocorridas há menos de 72 horas e com indicação cirúrgica.

Essa fase será patrocinada pela farmacêutica Cristália, que, em 2021, firmou um acordo de parceria e licenciamento da polilaminina com a Inova UFRJ, agência de fomento à pesquisa da universidade.

Em nota, o laboratório afirma que possui uma parceria com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que já dispõem de cirurgões treinados para a aplicação da substância. Já para a etapa de reabilitação, os pacientes terão o apoio da AACD.

6. Se os testes não começaram, por





➔ **que há relatos de pacientes nas redes sociais?**

Após a decisão da Anvisa de autorizar o início dos testes clínicos, pessoas com lesão medular começaram a entrar na Justiça para pedir a aplicação da molécula.

Esses casos configuram o chamado “uso compassivo”, em que é conferida uma autorização de acesso a tratamentos em desenvolvimento, ainda sem registro na Anvisa. Essa modalidade, segundo a agência, é destinada a pessoas “com doenças debilitantes graves e/ou que ameaçam a vida e sem alternativa terapêutica satisfatória com produtos registrados no País”.

De acordo com a Cristália, ao menos 57 pacientes já fizeram o pedido para uso compassivo da polilaminina. Desses, 28 já tiveram a solicitação aprovada e receberam o medicamento.

Tais aplicações, porém, preocupam os especialistas. “O uso compassivo costuma ser pedido quando a substância já passou pelo menos pela fase 1 para garantir que ao menos o procedimento é seguro. Sem essa fase, há riscos de piorar uma lesão medular”, destacou Roger Schmidt Brock, neurocirurgião do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, ao Estadão.

7. Os resultados de pacientes em uso compassivo são suficientes para provar que a molécula funciona?

Não. Os pacientes em uso compassivo não seguem um protoco-

“Do ponto de vista científico, não dá para a gente afirmar que, pelo fato de um paciente do estudo ter voltado a andar, a molécula funciona e todos os outros vão melhorar. É uma extrapolação que não pode ser feita”

“O uso compassivo costuma ser pedido quando a substância já passou pelo menos pela fase 1 para garantir que ao menos o procedimento é seguro”

Roger Schmidt Brock
Neurocirurgião do Hospital Alemão Oswaldo Cruz

“O grupo-controle e o grupo da intervenção devem ser parecidos para evitar fatores que podem confundir a análise. Não se podem comparar grupos com faixa etária muito diferente nem casos mais graves com os menos graves”

Eberval Gadelha Figueiredo
Professor da FMUSP

lo único de triagem, tratamento e monitoramento, e os resultados podem estar relacionados a outros aspectos.

Por exemplo: nem todos os pacientes que chegam sem os movimentos ao hospital após um trauma sofrem lesão completa da medula. Em alguns casos, os doentes estão em choque medular. Nessa condição, há uma perda temporária dos movimentos por conta do trauma e suas repercussões, mas o paciente costuma recuperar alguns movimentos após a fase mais aguda.

Além disso, estudos indicam que pode haver melhora espontânea da lesão medular em 10% a 30% dos casos.

De acordo com a Anvisa, “somente os ensaios clínicos controlados (todas as fases) são adequados para demonstrar a segurança e eficácia do produto”.

8. O que falta para sabermos se a polilaminina funciona?

A realização das fases 1, 2 e 3 dos ensaios clínicos e a análise dos resultados dessas etapas por outros cientistas, na chamada revisão por pares. Até o momento, nem os resultados do estudo piloto foram publicados em uma revista científica com esse sistema.

Isso importa porque a submissão dos resultados de uma pesquisa para um periódico da área funciona como uma avaliação técnica independente de outros cientistas. É nessa etapa que são checados os métodos do estudo, os critérios de inclusão dos participantes, como foram coletados os dados, se há fatores que podem “contaminar” os resultados e se a conclusão trazida pelos autores é amparada pelos achados apresentados.

Sem revisão por pares, a comunidade científica e o público ficam dependentes da narrativa dos próprios autores da pesquisa, que, obviamente, acreditam em seu trabalho e desejam que ele seja reconhecido.

9. Há previsão de testes clínicos para pacientes com lesão crônica?

Ainda não. Somente a fase 1 dos estudos clínicos para pacientes com lesão aguda foi autorizada pela Anvisa.

10. E o uso compassivo? Pode ser pedido por pessoas com lesão crônica?

Também não. Pelo fato de o estudo piloto ter mostrado benefício quando a molécula é aplicada nos primeiros dias após o trauma, a Anvisa só está autorizando casos com até 90 dias da lesão. ●

Bióloga cogita não usar grupo-controle nas pesquisas

FABIANA CAMBRICOLI
ISABELA MOYA

A bióloga Tatiana Sampaio, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e líder dos estudos da polilaminina para lesões medulares, causou polêmica ao dizer, no programa Roda Viva, que poderá realizar as fases mais avançadas do estudo clínico da molécula sem um grupo-controle, prática incomum e não recomendada pela comunidade científica. A molécula só foi testada em estudo piloto acadêmico e não passou ainda pela fase 1 dos ensaios clínicos.

O QUE É. O grupo-controle é um conjunto de participantes de um estudo clínico que, em vez de receber o tratamento em teste, recebe placebo ou o tratamento padrão existente para aquela doença. O objetivo é comparar os resultados. “O grupo-controle e o grupo da intervenção devem ser o mais parecidos possíveis para evitar fatores que podem confundir a análise. Você não pode comparar grupos com faixa etária muito diferentes nem casos mais graves com os menos graves”, explica Eberval Gadelha Figueiredo, professor de neurocirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

Objetivo
Resultados indicam se houve melhores desfechos no grupo que recebeu o fármaco durante o teste

Os pesquisadores analisam os resultados para entender se houve melhores desfechos no grupo que recebeu o fármaco em testes. Se sim, é possível inferir que o produto é eficaz.

No caso da lesão medular, estudos indicam que pode haver melhora espontânea em 10% a 30% dos casos. “É por isso que, do ponto de vista científico, não dá para a gente afirmar que, pelo fato de um paciente do estudo ter voltado a andar, a molécula funciona e todos os outros vão melhorar. É uma extrapolação que não pode ser feita”, explica Roger Schmidt Brock, neurocirurgião do Hospital Alemão Oswaldo Cruz.

Questionada sobre a necessidade de um estudo com grupo-controle, Tatiana disse que o desenho do estudo “vai de-

pende da realidade” e indicou que, se muitos pacientes que receberem a substância experimental apresentarem melhora, poderia propor uma pesquisa sem o grupo-controle, inclusive por uma dificuldade em conseguir voluntários.

Ela disse “não ter conhecimento” de estudo de medicamento feito sem grupo-controle, mas argumentou que fará “o que achar eticamente correto”. Sugeriu ainda que os participantes do estudo podem não aceitar a composição de um grupo-controle. “Vai ser a revolta da polilaminina”, disse.

As falas foram criticadas. “Isso vai contra o método científico. A opinião da pessoa a gente respeita, a gente pesquisa, mas é apenas a opinião dela. Ela não pode esperar que as pessoas acreditem nisso de forma passiva. Ótimo que ela acredite, mas submeta aos ditames científicos”, disse Figueiredo.

COMO SÃO OS ESTUDOS? Antes de testar um medicamento em seres humanos, é necessário investigar a ação e a segurança da molécula. Para isso, são realizados ensaios em células e em animais. Depois, durante o desenvolvimento do medicamento, são feitas investigações da qualidade do produto.

Por fim, começam os ensaios clínicos, que investigam o funcionamento e a segurança do medicamento nos seres humanos. O ensaio clínico costuma passar por pelo menos três fases:

● **Fase 1:** com duração de meses e um menor número de voluntários, o objetivo é avaliar a segurança da droga;

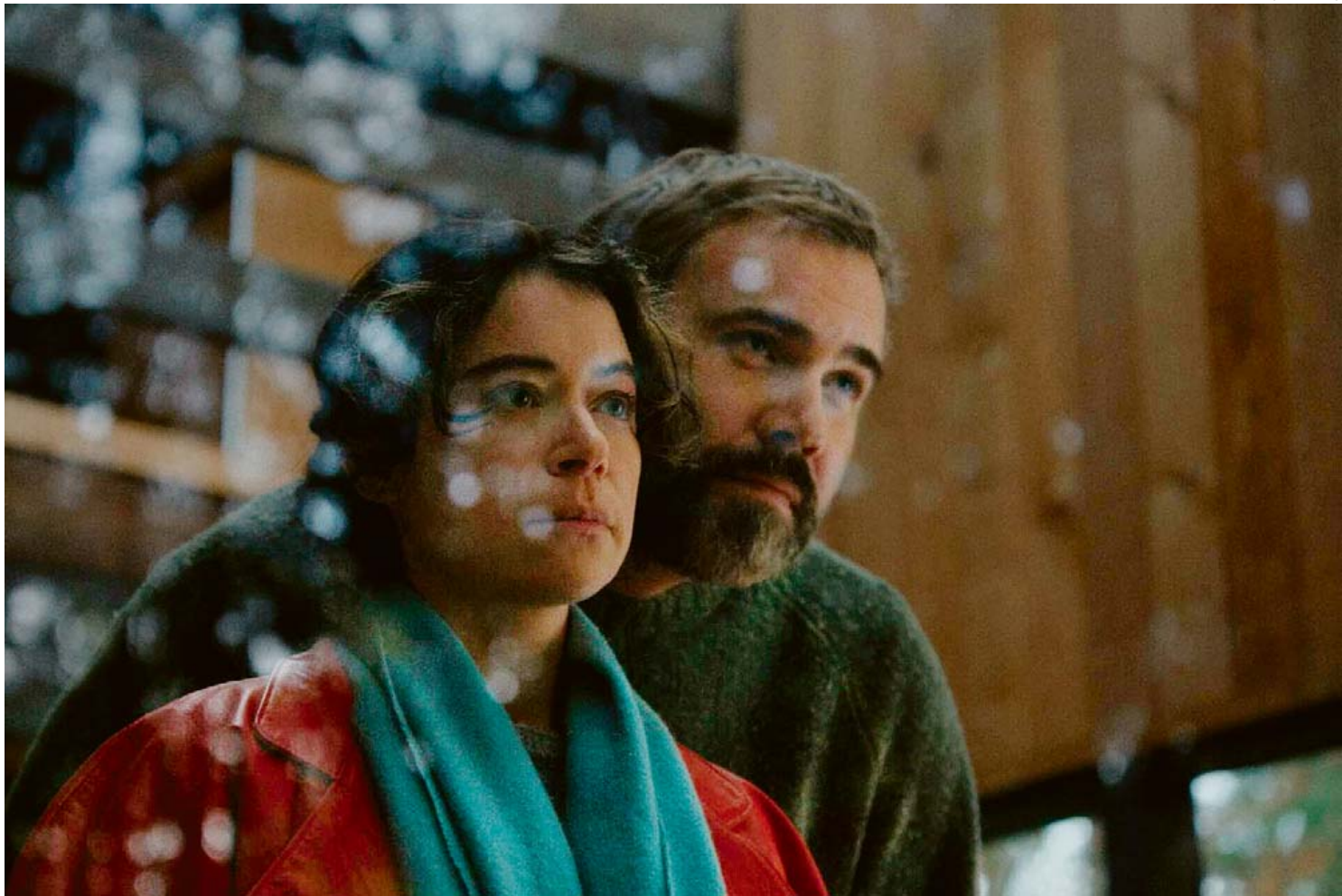
● **Fase 2:** durando até 2 anos, além de continuar avaliando segurança, observa a eficácia do remédio e a dose eficaz;

● **Fase 3:** com duração de 1 a 4 anos e grandes e variados grupos de participantes, tem como foco demonstrar a eficácia comparativa do tratamento e o risco/benefício; tem a intenção de registrar o novo medicamento. Geralmente, é nesta fase que o grupo-controle é considerado essencial.

Após a aprovação da droga, continua-se a observá-la no processo de farmacovigilância, que avalia a experiência do público e possíveis novas indicações, além de eventos adversos quando usado em larga escala. ●

Cinema Em cartaz

Medo e confusão são temas e também problemas de um terror irregular



Tatiana Maslany e Rossif Sutherland no filme, que tem roteiro de Nick Lepard: performance da atriz é física e emocionalmente convincente

Apesar dos bons sustos, ‘Para Sempre Medo’, de Oz Perkins, fica à deriva pela falta de um roteiro mais bem desenvolvido

MATHEUS MANS

Oz Perkins é um diretor que não para. O cineasta, filho de Anthony Perkins, começou com uma carreira tímida, mas ganhou impulso com seus dois últimos trabalhos: *Longlegs*, de 2024, em que Nicolas Cage vive um maníaco assusta-

dor; e *O Macaco*, de 2025, inesperado terror-sátira. Agora, ele abraça o inesperado e a bruxaria com *Para Sempre Medo*, em cartaz nos cinemas.

Um casal (Tatiana Maslany e Rossif Sutherland) vai passar alguns dias em uma cabana no meio da floresta. Para ela, tudo parece uma maravilha. O namorado é perfeito demais, o lugar é lindíssimo. Seria um sonho?

A partir daí, Perkins e o roteirista Nick Lepard tentam construir tensão baseada em sensações. É o barulho que a cabana faz; o bolo esquisito da vizinha

misteriosa; uma visita inesperada; a sugestão de um segredo; a sombra que passa. O isolamento causa confusão e uma onda de paranoia. E o medo impera.

Há bons sustos – e uma ou duas imagens ficam na cabeça. Tatiana Maslany, sempre lembrada pelo trabalho em *She-Hulk*, carrega o filme com uma performance física e emocionalmente convincente de uma mulher consumida pelo medo – o elemento mais sólido de tudo que está na tela. Mas há um limite para o quanto ela é suficiente para segurar o filme sozinho.

Lepard é o mesmo roteirista de *Animais Perigosos*, thriller de predadores que é mais esquisito do que bom. Em *Para Sempre Medo*, o padrão se repete: a premissa tem potencial e os personagens têm forma, mas não densidade. O casal da história reage, sofre, grita – e o espectador nunca se aproxima realmente deles para que tudo isso importe. Não há espaço para navegar na psique dos personagens, nem para o desenvolvimento do papel de Sutherland, que é apenas trampolim para os sustos e para a reviravolta final. Nem mesmo um diretor com a elegância vi-

sual de Perkins poderia salvar um roteiro sem rumo.

É inevitável a comparação com *O Macaco*, absurdo, violento e propositalmente caricato. Ou com *Longlegs*, que convence ao abraçar a fantasia desde o início. *Para Sempre Medo* quer ser mais sério, fechado, quieto. O território do folk horror contemporâneo permite isso, mas aqui ficamos no meio do caminho. Oz Perkins continua sendo um dos diretores de horror mais interessantes em atividade – mas, em *Para Sempre Medo*, parece trabalhar com uma mão amarrada nas costas por conta de um roteiro que não sabe para onde ir. ●

Música

O soul chicano confortável e sem tempero de Bruno Mars

‘The Romantic’, primeiro disco solo do artista em dez anos, tem charme e elegância, mas aposta no conhecido

Bruno Mars acaba de lançar *The Romantic*, primeiro trabalho solo em dez anos. É aquela receita clássica: reempacotar sons nostálgicos com charme elegância,



Álbum traz referência a Gretchen na faixa ‘Something Serious’

mas nada novo. E com uma trilha que está bombando no pop mundial: a da latinidade.

Ele tem ascendência porto-riquenha e *The Romantic* é influenciado pelo estilo musical conhecido como soul chicano, um tipo de soul e de R&B. A referência brilha no começo do álbum com *Risk It All*, um marachi dramático, uma das melhores músicas da carreira dele. A letra é cheia de clichês, meio brega? É. Mas a profundidade lírica nunca foi o seu forte.

Depois vem *Cha Cha Cha*, com um arranjo de metais bem chique, e você se sente num bar latino na Los Angeles dos anos 1970. O problema é que, a partir daí, falta tempero

e, acima de tudo, risco.

Lá para o fim do disco, vem uma “referência” a Gretchen: ao escutar a introdução de *Something Serious*, você pode ter a sensação de estar ouvindo uma música dela. Se ele conhece *Conga, Conga, Conga*, não dá para saber. Mas, assim como esse clássico da Gretchen, a música do Bruno é uma conga, ritmo dançante que nasceu em Cuba.

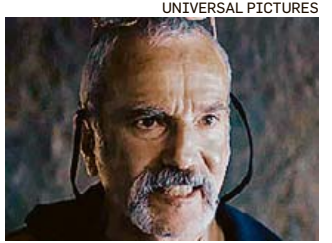
The Romantic, portanto, não é o melhor trabalho do Bruno Mars. Mas, como muito do que ele faz, é cheio de carisma e agradável de ouvir. Aquele pop confortável, seguro, para quando você está na dúvida do que escutar para enfrentar o trânsito na volta para casa. ● CAROL PRADO

Nas salas

Os novos de Bradley Cooper e Daniel Day-Lewis



● **Isso Ainda Está de Pé?**
Filme de Bradley Cooper conta a história de um casal que opta pelo divórcio. Enquanto descobrem como é a vida de solteiro, os dois tentam manter a educação dos filhos e a individualidade intacta.



● **Anêmona**
Após sete anos, Daniel Day-Lewis volta às telas como Ray Stoker, um ex-militar que vive recluso, até que recebe a visita do irmão, o que desperta traumas do passado.

Cinema

O Fusca que foi do anonimato à fama em ‘O Agente Secreto’

— Sedã amarelo 1972 que aparece logo nas cenas iniciais do filme foi comprado por R\$ 8 mil e agora é celebridade nas ruas do Recife

VINICIUS MONTOIA

ENVIADO ESPECIAL AO RECIFE

O ano era 1977 e um professor universitário fugia da repressão da ditadura militar do Brasil. Partindo de São Paulo ao volante de um Volkswagen Fusca de 1972, Marcelo (personagem de Wagner Moura) chega a um posto de combustível para abastecer o sedã amarelo com destino a Recife.

Assim começa *O Agente Secreto*, filme de Kleber Mendonça Filho, que desde a estreia, no fim de 2025, vem colecionando prêmios. O longa concorreu a quatro prêmios no Oscar: Melhor Filme, Melhor Filme Internacional, Melhor Ator (Wagner Moura) e Melhor Elenco.

Bem mais que um figurante, o Fusca amarelo, chamado carinhosamente de “Piu Piu” pelo proprietário, saiu do anonimato para o estrelato no cinema.

Contrarrâneo de Kleber Mendonça, o recifense Antoliano Azevedo, mais conhecido como Totó, fala do carro como se fosse um membro da família, e diz que a paixão pelo Fusca nasceu na garagem de casa. “Meu pai tinha um Fusquinha branco. Eu me recordo de que, quando todos iam dormir, eu abria o Fusca para ficar escutando música. Aí a paixão surgiu.”

“Quando eu olho para o Fusca, eu já me lembro do meu pai, das andanças com ele no carro. Só me traz lembranças boas”, afirma Totó.

Ele diz que teve outros carros antigos, entre os quais Brasília e Chevette, mas garante que nenhum ocupava o mesmo lugar. “O meu foco principal era um Fusca.”

Hoje empresário, Totó queria um carro branco, como o



RICARDO TAKEUCHI

As faixas brancas dos pneus foram removidas, para deixar o Fusca parecido com um carro de 5 anos

do pai. Mas o destino tinha outra cor reservada. Em 2020, ele encontrou na internet o carro em Camaragibe, na região metropolitana do Recife, e o negócio foi fechado rapidamente. “Foi paixão à primeira vista. Na época, paguei R\$ 8 mil.”

Hoje, ele não sabe estimar o valor do carro. Nem parece interessado nisso. “Não sei quanto está valendo, mas acredito que esteja bem valorizado por causa do filme.”

GASTOS. Segundo Totó, embora não estivesse em mau estado, o sedã estava longe do padrão que o novo dono queria. E aí começou o trabalho: motor feito, câmbio revisado, parte elétrica nova, suspensão refeita e bancos reestofados. “Para chegar ao estágio em que está hoje, eu gastei de R\$ 35 mil a R\$

40 mil, em cerca de cinco anos. No fim, valeu a pena.”

Ele ainda colocou bagageiro, adesivos, faróis de milha e faixa branca nos pneus.

O TELEFONE TOCOU. Um dia, o presidente do Clube do Fusca de Pernambuco, Júlio Valença, ligou para Totó, perguntando se ele não alugaria o carro para um filme. “Como ele é muito brincalhão, eu não comprei muito a ideia”, disse.

Mas do outro lado da linha estava também João Lucas, produtor de carros do filme *O Agente Secreto*. E o nome de Kleber Mendonça Filho entrou na conversa. “O Kleber quer um carro amarelo e que seja original igual ao seu. Topa fazer o filme?”

Convite aceito, o carro teve de se parecer com um modelo de

cinco anos de uso (o filme se passa em 1977 e o modelo é 1972). Para isso, Totó removeu adesivo, bagageiro, faróis de milha e as faixas brancas dos pneus. O interior, recém-reformado em bege, também não ficou.

“Uma exigência do Kleber foi trocar o couro dos bancos para a cor preta. João veio todo cheio de dedos falar comigo. Eu disse: não tem problema. Depois a gente volta. Mas, quando fez, eu gostei tanto que terminou ficando.”

A obsessão era coerência histórica. E aqui vai um bastidor do filme: “Kleber quis que o carro realmente fosse original da época. Roda, calotinha... Quando bateu o olho, disse: ‘O carro é esse’”.

Ao programa *Jornal do Carro*, na *Rádio Eldorado*, o diretor disse que quis um Fusca amare-

lo porque foi o primeiro carro que conseguiu comprar com o próprio salário. E tinha de ser o de 1972.

Mas faltava uma aprovação. A do ator principal. O encontro foi no bairro das Graças, em Recife. Wagner Moura queria dirigir o Fusca antes de bater o martelo. “Quando ele olhou o carro, disse: ‘Rapaz, pelo que eu estou vendo aqui, o carro é esse. Agora deixa eu andar’”, afirmou Totó. “Quando voltou, disse: ‘Por mim, o carro está aprovado. O carro é esse aí para o filme e vamos trabalhar’.”

A ideia inicial era filmar o Fusca sobre uma plataforma. Não deu certo. A solução foi simples: o ator dirigiria. Totó acompanhou tudo.

Originalidade

O dono do carro diz que Kleber Mendonça pediu para trocar o estofamento bege pelo preto, da época

“Todas as cenas que você vê o Wagner dirigindo, ele realmente está dirigindo o carro. Foram 15 diárias. Eu marcava a posição do carro no chão para depois ele gravar. Foi uma experiência única.”

SUSTO NO CANAVIAL. Nem tudo, porém, foi glamour. Em uma cena em um carnaval, o limpador de para-brisa travou por causa de um resquício de fita adesiva colada no para-brisa. Essa resistência fez o motor elétrico queimar.

“Saiu fumaça e todo mundo saiu correndo. Eu pensei: ‘Meu Deus do céu, o carro está pegando fogo’. Mas foi só um fio. Coisa boba.”

Com a repercussão do filme, veio a fama. Ao parar na rua, a cena se repete: as pessoas se aproximam sacando o celular, perguntando se realmente é o carro do filme. “Eu comecei a dizer: Piu Piu vai ficar mais famoso do que o Wagner. É uma tietagem só.”

Totó também diz que o próprio ator ficou interessado no carro. “Ele me perguntou: ‘Você vende o carro para mim?’.” A resposta veio firme: “Não está à venda”, garantiu. ●

O REPÓRTER VIAJOU A CONVITE DA VOLKSWAGEN

Justiça

VW é condenada em 2ª instância por trabalho escravo

O Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região (TRT-8) condenou na semana passada a Volkswagen do Brasil por exploração de trabalho escravo e

tráfico de pessoas na antiga fazenda Companhia Vale do Rio Cristalino, no Pará.

De acordo com a agência Repórter Brasil, a quarta turma do

TRT-8 votou de maneira unânime contra o pedido da Volkswagen, que pretendia anular a decisão na primeira instância. A montadora havia sido condena-

da pela Vara do Trabalho de Redenção (PA) a pagar indenização de R\$ 165 milhões.

Ao JC, a Volkswagen disse que “seguirá em busca de segurança jurídica nas esferas superiores do Judiciário”. A empresa também “reafirma seu compromisso com o respeito à Consti-

tuição, às leis e aos princípios internacionais de direitos humanos”. O processo detalha como, nos anos 1970 e 1980, funcionários eram forçados a comprar alimentos, roupas e ferramentas da própria fazenda por preços inflacionados, entre outras irregularidades. ● MARCUS CELESTINO

Economia circular

A montadora que também é ‘desmontadora’

A Stellantis mantém em Osasco (SP) uma unidade que desmonta automóveis em fim de vida útil, para revenda de peças e reciclagem

VINICIUS MONTAIA

A Stellantis – holding que no Brasil controla as marcas Fiat, Jeep, Ram, Peugeot, Citroën e Leapmotor – desmontou cerca de 600 veículos e reaproveitou mais de 9 mil peças nos primeiros seis meses de operação do seu Centro de Desmontagem Veicular Circular AutoPeças, em Osasco, na Grande São Paulo. O balanço foi divulgado na sexta-feira. A unidade, inaugurada em agosto de 2025, é dedicada ao reaproveitamento de componentes de veículos em fim de vida útil e à reciclagem de materiais, dentro da estratégia de economia circular da fabricante.

Desse total de peças recuperadas em condições de uso, mais de 4 mil já foram comercializadas, tanto em canais físicos quanto digitais. Segundo a empresa, aproximadamente 80% das vendas ocorreram por meio do canal oficial da Circular AutoPeças em uma loja no Mercado Livre. O catálogo de opções inclui todo tipo de componentes, entre os quais itens de mecânica, lataria, módulos eletrônicos, iluminação, som e vídeo, rodas, pneus e acessórios.

Quando o programa foi oficialmente lançado, a ideia inicial era que o desmanche da dona da Fiat conseguisse desmontar 8 mil veículos por ano em três turnos. Porém, até agora, com esse ritmo, seria possível desmontar apenas 1,2 mil automóveis anualmente.

Além da revenda de componentes, o centro destinou corre-



DIOGO DE OLIVEIRA/ESTADÃO

Em 6 meses de operação, unidade desmontou 600 veículos

tamente mais de 360 toneladas de materiais para reaproveitamento ou reciclagem em pouco mais de 180 dias de operação (mais informações nesta página).

Segundo Paulo Solti, vice-presidente sênior de Peças e

Serviços para a América do Sul da Stellantis, o centro amplia a estratégia industrial da companhia na região ao transformar veículos fora de uso em nova frente de negócios, combinando recuperação de peças e reciclagem de materiais.

“O Centro de Desmontagem Veicular Circular AutoPeças representa um avanço importante da nossa estratégia industrial e ambiental na região. Estamos transformando veículos em fim de vida útil em novas oportunidades de valor, por meio da recuperação de peças, da reciclagem responsável de materiais e da criação de uma nova frente de negócios”, afirma.

DE VOLTA À VIDA. A fabricante afirma ser a primeira da América do Sul a estruturar uma planta dedicada ao desmanche industrial de veículos com foco em economia circular. A operação transforma automóveis em fim de vida útil em peças reutilizáveis e matéria-prima reciclável, reduzindo resíduos e criando uma nova cadeia de valor dentro do próprio setor automotivo.

“O centro de desmontagem representa um avanço importante da nossa estratégia industrial e ambiental”

“Estamos transformando veículos em fim de vida em novas oportunidades de valor, por meio da recuperação de peças, da reciclagem responsável de materiais e da criação de uma nova frente de negócios”

Paulo Solti
Vice-presidente sênior de Peças e Serviços para a América do Sul da Stellantis

Indagado pela reportagem sobre estarem longe da meta, Solti disse que o centro passa por um processo de consolidação que envolve a criação de um ecossistema próprio para originação legal de veículos em fim de vida útil, capacitação técnica e homologação de parceiros ambientais.

“Como todo projeto pioneiro, a operação passa por uma fase inicial de estruturação e ajustes. Estamos construindo um ecossistema completo”, afirmou.

Atualmente, a unidade opera em um único turno, com equipe especializada dedicada exclusivamente ao processo de desmontagem. O trabalho segue protocolos técnicos que incluem teste do veículo, descontaminação de fluidos, desmontagem sistematizada, triagem das peças e destinação adequada dos materiais restantes. Segundo Solti, trata-se de uma atividade “altamente técnica, que exige qualificação específica e controle rigoroso de qualidade e conformidade regulatória”.

EXPANSÃO GRADUAL. A expansão da operação, segundo ele, será gradual e acompanhada do aumento da oferta de veículos aptos ao desmanche legal. A ampliação pode incluir novos turnos e reforço de equipe à medida que o mercado amadureça e a cultura de economia circular avance no Brasil.

PREÇOS. Outro ponto abordado foi a política de preços das peças reutilizadas. Solti afirmou que não existe um percentual fixo de desconto. “A precificação é definida com base em critérios técnicos, como estado da peça, demanda de mercado e disponibilidade”, explicou.

Embora possa representar economia relevante frente às

Balanço do semestre

Em seis meses, a unidade registra:

600
veículos desmontados

Mais de 9 mil
peças reaproveitadas em condições de uso

Mais de 4 mil
peças comercializadas

360
toneladas de materiais destinados à reciclagem ou reaproveitamento

334
toneladas de aço e alumínio

26
toneladas de plástico

1,8
tonelada de cobre

2,5 mil
litros de óleo automotivo coletados e destinados corretamente

peças novas, o valor varia conforme o componente e pode chegar a 50% do valor de uma peça nova original.

O executivo reforça que o objetivo do projeto não é competir apenas por preço. “Nosso objetivo é oferecer uma alternativa segura, rastreável e sustentável. Todas as peças passam por triagem técnica rigorosa e seguem os critérios de rastreabilidade e segurança exigidos pelo Detran”, disse.

A estratégia, segundo ele, combina geração de receita com reaproveitamento de materiais e redução de resíduos dentro da cadeia automotiva. ●

Indústria

GWM confirma 2ª fábrica no Brasil com capacidade para 200 mil veículos

A GWM e o governo do Espírito Santo confirmaram na semana passada que a segunda fábrica da marca chinesa no Brasil será em Aracruz, cidade a cerca de 90 km da capital Vitória. O local é considerado estratégico por fazer parte do Parklog ES, espaço com portos e aeródromos. A primeira unidade opera desde agosto do ano passado, em Iracemápolis, no interior de São Paulo.

A nova fábrica da GWM no Brasil será construída na região de Barra do Riacho, em área útil de cerca de 1,7 milhão de metros quadrados. A montadora utilizará parte do investimento de R\$ 10 bilhões no País até 2032 para levantar a unidade, com capacidade de produção anual de 200 mil carros.

Segundo o governo do Espírito Santo, quando a fábrica estiver em plena capacidade

poderá gerar até 10 mil empregos diretos e indiretos. Na fase de implantação, a administração avalia que 1.500 a 3.500 postos de trabalho serão criados, principalmente na construção civil.

PRODUÇÃO COMPLETA. A nova fábrica da GWM no Espírito Santo terá processo produtivo completo. De acordo com a empresa, a unidade contará

com estamparia, soldagem, pintura e montagem final. Ricardo Bastos, diretor da montadora, destacou que a escolha pelo Espírito Santo reflete as “condições de competitividade” desejadas pela fabricante.

O projeto “é classificado como estratégico, de alto impacto social e econômico, alinhado ao plano de desenvolvimento” do governo do Espírito Santo. A administração salienta que os próximos passos para a construção da fábrica envolvem levantamentos topográficos e sondagens, licenciamento ambiental e início da terraplenagem e preparação do terreno.

Atualmente, a GWM produz no Brasil os modelos da famí-

lia Haval (H6 e H9) e a picape Poer P30.

Além de Bastos, entre os executivos presentes na solenidade que marcou a confirmação da fábrica estava Way Chien,

Reforço
Nova unidade será em Aracruz (ES); planta em Iracemápolis (SP) opera desde o ano passado

CFO da GWM. O prefeito de Aracruz, Luiz Carlos Coutinho, também esteve presente, bem como o governador do Estado, Renato Casagrande, e o vice, Ricardo Ferraço. ●

Riscos da estação

Chuva de granizo destrói carro em minutos; veja como se proteger

Especialistas explicam como evitar prejuízos, quais danos são mais comuns e em qual situação o seguro cobre os estragos

VINICIUS MONTOIA

Tempestades com granizo têm se tornado cada vez mais frequentes em diversas regiões do País e podem causar prejuízos elevados aos motoristas. Em poucos minutos, pedras de gelo são capazes de danificar lataria, quebrar faróis, vidros e até gerar perda total em carros mais sofisticados.

Segundo Alexandre Dias, mecânico e diretor da Guia Norte Auto Center, a principal

concreto, com laje. Estruturas metálicas não são recomendadas, porque já houve casos em que elas caíram sobre o carro durante a chuva”, afirma Dias.

O especialista alerta que parar em locais improvisados, ou sob árvores, pode aumentar o prejuízo e até colocar ocupantes em risco.

QUANTIDADE. Ao contrário do que muitos imaginam, o granizo raramente causa um único dano visível. O problema está na quantidade. “Não é um amassado grande. São muitos amassadinhos espalhados pela lataria, e isso encarece muito o reparo”, explica Dias.

Na maioria dos casos, o conserto é feito com “martelinho de ouro”, técnica que preserva a pintura, mas que pode custar caro dependendo da extensão dos danos. Segundo o especialista, já houve casos de reparos que ultrapassaram R\$ 10 mil apenas nesse tipo de serviço.

Nos carros mais modernos, itens como faróis de LED (que podem custar até R\$ 30 mil, dependendo do modelo) e tetos solares e panorâmicos (que podem variar de R\$ 15 mil a R\$ 30 mil) tendem a elevar a conta. Dependendo da extensão dos estragos, capô e tampa do porta-malas podem precisar de substituição.

“Faróis costumam quebrar mais que lanternas, por fica-



ALEX SILVA/ESTADÃO

Nessas condições, recomenda-se buscar proteção sob construção

O que fazer

Providência para se proteger de acidentes

- **Procure abrigo**
Ao perceber incidência de chuva com granizo, pare o carro e procure abrigo imediatamente
- **Estrutura sólida**
Dê preferência a locais fechados com estrutura de concreto. Evite ficar sob coberturas

metálicas, como postos de combustíveis, ou estruturas improvisadas

- **Não corra**
Evite continuar rodando para “tentar escapar” da tempestade: o prejuízo pode aumentar, porque o choque das pedras de granizo contra o para-brisa e a estrutura do veículo pode aumentar os prejuízos com o carro em movimento. Se não houver abrigo, mantenha o carro parado e os ocupantes protegidos, evitando sair do veículo

rem mais inclinados. Lataria sempre sofre bastante. O custo nunca é baixo”, alerta.

SEGURO. Os danos causados por granizo podem gerar dúvi-

das sobre cobertura do seguro. De acordo com Fábio Morita, diretor executivo de automóvel, massificados e vida da Allianz Seguros, esse tipo de evento costuma estar incluído

nos contratos mais comuns.

Segundo Morita, a queda de granizo faz parte da chamada cobertura compreensiva, presente a partir dos pacotes básicos da seguradora.

“Essa cobertura protege o veículo contra colisões, roubo e danos causados por eventos da natureza, como granizo, alagamentos e quedas de raio”, explica. De acordo com ele, o pacote não precisa ser contratado à parte. Mas essa política varia conforme a seguradora.

Em geral, nas grandes empresas, a proteção contra granizo já está incluída na cobertura compreensiva. No entanto, Morita ressalta que apólices mais simples, voltadas apenas para roubo e furto ou para responsabilidade civil contra terceiros (RCF-V), não cobrem esse tipo de dano.

De acordo com o executivo, o atendimento depende do tipo de dano. Amassados na lataria, pintura, capô ou teto entram na cobertura compreensiva, respeitando o valor da franquia. Danos a para-brisa, vidros, faróis, lanternas, retrovisores e teto solar podem ser atendidos pela cobertura adicional para essas peças. Quando contratada, geralmente tem custo menor ao segurado.

Vale ressaltar que, sem a cobertura adicional, esses itens continuam protegidos pela cobertura compreensiva, mas com aplicação da franquia.

Morita destaca ainda que muitas seguradoras possuem parcerias com empresas especializadas em reparos de vidros e componentes, com atendimento em todo o Brasil. “Isso garante mais agilidade no conserto e padronização na qualidade do serviço prestado ao segurado”, afirma. ●



NISSAN/DIVULGAÇÃO

Versa muda (de novo) e estreia no Brasil neste ano

O Nissan Versa 2027 está cara nova. O sedã compacto foi revelado já na linha de produção no México com visual repaginado e estreia no Brasil ainda este ano. A grande novidade é, novamente, a parte dianteira com o novo conjunto óptico, agora dividido em duas seções. Em cima, os DRLs afilados dão um tom agressivo ao sedã, que ainda traz um fina grade. Será a segunda mexida estética desta geração. O Versa atual é vendido no Brasil desde outubro de 2020.

● **VENDAS MINÚSCULAS.** Primeiro produto da submarca AUDI (assim mesmo, em maiúsculas) na China, o SUV elétrico E5A está com ritmo lento de vendas e é oferecido com desconto menos de um ano após o lançamento. De acordo com o site Car News China, o carro custa a partir de 205.900 yuans (pouco mais de R\$ 150 mil, com desconto de 30 mil yuans (cerca de R\$ 22.500).

● **TIGGO 5X 2027.** O Caoa Chery Tiggo 5X 2027 (foto) foi lançado na semana passada e, segundo a fabricante, foram vendidas mais de 12 mil unidades entre os dias 24 e 28 de fevereiro, com os preços promocionais de R\$ 119.990 (Sport) e R\$ 134.990 (Pro). A Caoa fala em faturamento de mais de R\$ 1,5 bilhão com a operação. Atualmente, o mode-

lo está com fila de espera de 90 dias. Os novos preços são, respectivamente, R\$ 124.990 e R\$ 141.990. Na dianteira, o SUV ganhou faróis full LED mais afilados e DRLs verticais. Além disso, passa a ter grade com o mesmo padrão de acabamento do Tiggo 8. Na traseira, as lanternas passam a ser interligadas por uma barra de LED. No interior, a principal mudança está no quadro de instrumentos e na central multimídia, com 10,25” cada. Integradas, formam tela de 20,5”. Os bancos são novos e têm ajuste elétrico. Painel e console foram redesenhados. O painel tem estilo mais horizontal, com novas saídas de

ventilação. O modelo vem ainda com novo volante e carregador por indução, entre outras melhorias.

● **GAC GS3 CONFIRMADO.** O GAC GS3 foi confirmado oficialmente para o Brasil. O SUV de entrada da montadora de origem chinesa irá enfrentar rivais como VW T-Cross e Hyundai Creta, com preços na faixa entre R\$ 130 mil e R\$ 160 mil.

● **RENEGADE 48 VOLTS.** A Stellantis confirmou o lançamento do primeiro modelo híbrido leve flex com sistema de 48 volts no Brasil. Conforme apurações do JC, a estreia deverá ser no Jeep Renegade – que também passará por reestilização. O sistema de 48 v que equipará o Renegade 2027 virá aliado ao motor 1.3 T270 de até 176 cv de potência e 27,5 kgfm de torque.



LUCIA CAMARGO NUNES

Avaliação

Chevrolet Captiva EV aposta em DNA chinês e bom custo-benefício para fazer sucesso

SUV elétrico montado no Ceará carrega vícios e virtudes de carros do país asiático, mas chega com preço atrativo

MARCUS CELESTINO

O nome Captiva é o mesmo do modelo de 2008 vendido pela Chevrolet no Brasil. No entanto, por trás do emblema em forma de gravata, há um automóvel elétrico, que utiliza a base do chinês Wuling Starlight S.

Com o Captiva EV, a Chevrolet repete a estratégia adotada com o Spark, outro modelo derivado de projeto chinês. Ambos são montados em regime de SKD (com conjuntos importados semidesmontados) na unidade de Horizonte (CE) – antiga fábrica da Troller.

O SUV elétrico não nega as aparências e tampouco disfarça as evidências de que é um rebadge – prática de venda de um produto com marca ou nome diferente. Na dianteira, tem visual praticamente idêntico ao do Wuling Starlight S, à exceção da faixa preta entre os faróis de LED afilados e da parte inferior mais avantajada.

Na traseira, o visual é genérico. As lanternas de LED agradam, mas não apresentam nada de novo. Mesmo assim, o logo escurecido da Chevrolet ao centro denota certo frescor.

As rodas de 18 polegadas poderiam ser um pouco maiores, sendo desproporcionais ante a carroceria de 4,74 metros de comprimento, 1,89 m de largura e 1,67 m de altura. O SUV tem proporções equivalentes às de Jeep Commander, Leapmotor C10 e BYD Song Pro.

O Captiva EV sai por R\$ 199.990, patamar similar ao de BYD Yuan Plus, GAC Aion V e Geely EX5.

ESPAÇO. Com 2,80 m de entre-eixos, o SUV garante bom espaço. Quem viaja atrás dispõe de banco que pode reclinar em até 30 graus. O que é bom, já que a posição original não é das mais agradáveis. Ocupantes têm ainda à disposição portas USB do tipo C e saída de ar condicionado.

Na frente, motorista e passageiro também viajam com certo conforto. O banco do condutor tem ajuste elétrico e há regulagem de altura e profundidade da coluna de direção. O volante de base plana poderia ser menor.

O interior é basicamente o mesmo do Wuling Starlight S. Tanto que os detalhes em bron-



Apesar da 'gravata' da Chevrolet na dianteira, utilitário é baseado no chinês Wuling Starlight S



No interior, o destaque é a enorme tela central de 15,6"; por fora, as rodas de 18" parecem pequenas para as proporções do veículo

Ficha técnica

● Chevrolet Captiva EV

Preço	R\$ 199.990
Motor	Elétrico
Potência total (cv)	204
Torque máximo (kgfm)	31,6
Comprimento (m)	4,74
Largura (m)	1,89
Altura (m)	1,67
Entre-eixos (m)	2,80
0 a 100 km/h (s)	9,9

FONTE: CHEVROLET

Prós & contras

Preço
Por R\$ 199.990, SUV chega com poder competitivo diante de chineses desta categoria.

Desempenho
Temperamento é calmo, com aceleração suave e linear; máxima limitada a 150 km/l

ze e as linhas horizontais do painel são elementos típicos de carro chinês.

O mesmo se aplica ao painel de instrumentos de 8,8". Os poucos botões físicos e a gigan-

tesca central multimídia com tela de 15,6" também deixam o rebadge escancarado.

O acabamento é um ponto positivo. Embora tenhamos plástico rígido na forração das

portas traseiras, todos os elementos da frente são agradáveis ao toque e tudo é bem encaixado.

O problema aqui, além da falta de identidade própria, é a ausência de elementos quase que obrigatórios em carros chineses de estirpe. Há teto panorâmico, mas o pareamento do Android Auto e do Apple CarPlay é feito por meio de fio e não há carregador por indução.

Em termos de segurança, o Captiva EV entrega lista que o consumidor espera encontrar em um SUV elétrico contemporâneo. São seis airbags, controle de cruzeiro adaptativo (ACC), frenagem autônoma de emergência, alerta de colisão frontal e assistente de permanência e manutenção em faixa, além do assistente de cruzeiro em curva, que ajusta automaticamente a velocidade para preservar estabilidade em trechos sinuosos.

O modelo também tem farol alto adaptativo, câmera 360° e sistema de estacionamento autônomo. Faz falta o alerta de ponto cego, e o acabamento, mesmo adequado, está aquém de outros modelos chineses.

No fim, a lista de equipamentos do Captiva EV revela exatamente o que o SUV pretende ser. Não é um carro que busca liderança tecnológica ou protagonismo em segurança ativa. É um carro que deseja entregar o essencial com competência, reforçar a percepção de modernidade e evitar excessos que elevem custo ou complexidade.

AO VOLANTE. O Captiva EV não arranca. Ele sai. E existe uma grande diferença entre esses dois verbos. Com 204 cv e 31,6 kgfm de torque entregue instantaneamente pelo motor síncrono dianteiro, o Captiva EV poderia ser agressivo. Pode-

ria simular aquele empurrão artificial que alguns elétricos usam para convencer o motorista de que está vivendo o futuro. Mas não faz isso.

O acelerador é calibrado com uma progressividade quase analógica, como se alguém tivesse inserido um filtro emocional entre seu pé e o inversor. Assim, o resultado é um carro que não surpreende.

O Captiva EV não quer conquistar entusiastas. Quer reconquistar céticos. Quer que pessoas olhem para um carro elétrico da GM no Brasil e o comprem em detrimento de um outro carro chinês.

Com 1.800 kg e uma bateria de 429 kg montada no assoalho, o Captiva EV não é leve, como nenhum elétrico dessa categoria, aliás. A diferença é que aqui o peso não é disfarçado com fitulas esportivas ou promessas falsas de dinamismo.

A suspensão independente nas quatro rodas absorve imperfeições com competência silenciosa. A carroceria permanece estável em curvas, mas nunca incentiva ousadia.

Avanços e retrocessos
SUV tem controle de cruzeiro adaptativo, mas não dispõe de conexão sem fio para celular

A direção elétrica progressiva segue a mesma filosofia. Leve em baixas velocidades, facilita manobras em ciclo urbano. Estável na estrada, não gera nervosismo. No entanto, nunca é comunicativa o suficiente para criar envolvimento emocional.

Mas isso não é falha. É posicionamento. O Captiva EV não quer ser um carro que você dirige por prazer. Quer ser um carro que você dirige sem estresse na cidade. Seu diâmetro de giro torna o uso urbano mais fácil do que seu tamanho de quase 4,75 metros sugere.

Tanto é que o 0 a 100 km/h em 9,9 segundos revela exatamente onde o Captiva EV quer estar. É um veículo que não anseia por impressionar. Não à toa, as retomadas são suaves e lineares. O torque está lá quando necessário, mas nunca transforma o carro em algo que ele não pretende ser.

Na estrada, por sua vez, revela sua verdadeira identidade. A velocidade máxima limitada a 150 km/h é menos um impedimento técnico e mais uma declaração filosófica.

A bateria de 60 kWh rende autonomia de 304 km no padrão Inmetro. ●

PPPs e Concessões

QUARTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 2026
O ESTADO DE S.PAULO



EI

El Retomada. Ferrovia é a melhor opção para o País, diz secretário de Transportes



FOTOS: DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

Evento P3C –
PPPs e
Concessões
reuniu governo,
investidores e
iniciativa
privada do setor
de infraestrutura



Uma fábrica de projetos

Longe de atingir seu potencial máximo, infraestrutura brasileira tem opções de investimentos em todos os setores

Agenda de investimentos

Brasil amplia concessões e PPPs e reforça importância do capital privado

Especialistas destacam governança, bons contratos e previsibilidade como chaves para atrair novos investimentos

EDUARDO GERAQUE

Na última década, o Brasil viveu uma transformação contundente nas concessões, com exemplos relevantes em setores como rodovias e energia elétrica. O debate que se impõe agora é como atrair ainda mais investimentos para acelerar a modernização da infraestrutura nacional.

Estimativas da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) apontam para investimentos recordes em 2025, da ordem de R\$ 288 bilhões – um crescimento de cerca de 3% em relação ao ano anterior, quando o setor já havia crescido 15%. Desse total, R\$ 222 bilhões vieram da iniciativa privada.

Um dos setores que contribuiu para o avanço foi o de rodovias. Entre 2014 e 2024, foram realizados mais de 30 leilões de concessões e relotações de rodovias federais, movimento que ampliou para cerca de 27 mil quilômetros (km) a extensão de estradas concedidas, considerando trechos federais e estaduais.

Embora isso represente algo entre 15% e 18% da malha rodoviária pavimentada, essas vias concentram uma parcela significativa do tráfego de cargas e passageiros. Impulsionado por programas federais e estaduais, o modelo ganhou tração a partir de meados dos anos 2010, quando modernizar malhas saturadas e reduzir gargalos logísticos se tornou central para a competitividade da economia.

Para este ano, a expectativa do governo federal é de fazer 13 leilões, num total de R\$ 149 bilhões de investimentos. As ferrovias também devem ser retomadas com oito projetos de R\$ 140 bilhões.

No setor de saneamento, área que durante anos foi o patinho feio da infraestrutura, 2026 deve ter grandes projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Brasil. Levantamento da Associação Brasileira das Empresas de Saneamento (Abcon), com base em dados do Radar PPP e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mostra a expectativa de seis grandes projetos com leilões previstos para este ano.

Juntos, representam R\$ 27,5 bilhões em investimentos estimados e potencial de atendimento de quase 11 milhões de pessoas em diferentes regiões. Desses, quatro são PPPs, com investimento de R\$ 20,3 bi-



DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO-15/4/2024

Entre 2014 e 2024, foram realizados mais de 30 leilões de concessão e relotação de rodovias federais

Investimentos

R\$ 288 bi é o total de investimento estimado pela Abdib no setor de infraestrutura em 2025; desse total, R\$ 222 bilhões vieram do setor privado

13 leilões estão previstos pelo governo federal no setor rodoviário neste ano; valor de investimento soma R\$ 149 bilhões

R\$ 140 bi é o valor de investimento previsto pelo novo plano nacional de ferrovias que terá início neste ano; expectativa do governo é já fazer um leilão até o fim do primeiro semestre deste ano

lhões em 477 municípios.

APETITE DE INVESTIDORES. Especialistas afirmam que há forte apetite dos investidores pelos projetos nacionais, sobretudo por causa da maturidade que o País conquistou nos últimos anos nos modelos de concessão com contratos bem definidos.

“Não se trata apenas de rodovias, mas de contratos de concessão bem estruturados. Eles trouxeram previsibilidade, e o setor privado passou a reconhecer essa evolução”, afirmou Thiago Bronzi, sócio de infraestrutura da Patria Investimentos. Segundo ele, esse novo ambiente facilita a transformação do capital privado em parceiro do investimento em infraestrutura.

André Figueira, diretor de private equity em infraestrutura da Kinea Investimentos, do Grupo Itaú, avalia que o forte volume de projetos recentes do governo federal pode ter gerado desafios de mão de obra na estruturação de novos empreendimentos. Ainda assim, ressaltou o executivo, a chegada de capital novo tem como

um de seus pilares a governança.

“Projeto bom sempre vai ter interessados”, afirmou Figueira, participante do painel “Como ampliar o acesso a capital para projetos estruturantes no Brasil”, durante o evento P3C – PPPs e Concessões, realizado nos dias 23 e 24 de fevereiro, em São Paulo. O evento, realizado pela plataforma Necta e correalizado com o Estadão, o escritório Portugal Ribeiro & Jordão Advogados e a B3, reuniu governo, investidores e iniciativa privada do setor de infraestrutura.

MOMENTO. “O momento é positivo”, disse Daniel Epstein, sócio do BTG Pactual – Capital Privado. Para ele, como investidores estrangeiros comparam constantemente as condições entre países antes de decidir onde alocar recursos, ter uma ampla carteira de projetos é um diferencial competitivo.

“O Brasil tem hoje um portfólio relevante para ser licitado, especialmente em saneamento, transmissão de energia e ferrovias (além de rodovias). Isso é positivo”, disse.●

Não falta capital para bons projetos e modelo sólido, dizem especialistas

O fato de o País ter feito a lição de casa nos últimos anos, com avanços em governança e na qualidade da carteira de projetos de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), não elimina, contudo, obstáculos importantes.

“O cenário macroeconômico brasileiro é positivo, mas esperamos uma queda maior dos juros (hoje em 15% ano ano), o que ajuda na captação de investimentos, sobretudo estrangeiros. Lá fora, muitos falam bem

da nossa carteira de rodovias, hoje a maior do mundo”, afirmou Túlio Machado, sócio da XP Asset Management, que participou do evento P3C – PPPs e Concessões, realizado nos dias 23 e 24 de fevereiro, em São Paulo, pela plataforma Necta e correalizado com o Estadão, o escritório Portugal Ribeiro & Jordão Advogados e a bolsa de valores B3.

A consolidação do mercado no longo prazo – com a possibilidade de que, daqui a dez

anos, parte dos investidores migre para outros riscos em busca de maiores retornos – não é vista como um problema pelos especialistas reunidos no evento em São Paulo.

O movimento observado na última década, acompanhado por ajustes regulatórios e financeiros, com papel relevante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na estru-

turação dos projetos, deve manter o fôlego.

Somente nos contratos federais assinados ou renovados desde 2015, os investimentos contratados superam R\$ 300 bilhões, distribuídos ao longo de prazos que variam de 20 a 30 anos.

Mais recentemente, os contratos passaram a incorporar as lições da primeira geração de concessões, com maior rigor na alocação de riscos, no desenho de mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro e na definição de metas de desempenho. Com isso, o modelo se consolidou como um dos principais instrumentos para a expansão e modernização da infraestrutura rodo-

viária no País. Modelos considerados inadequados, levaram a uma série de devoluções de concessão na área de rodovias e aeroportos nos últimos anos.

Visão externa

Investidores estrangeiros têm falado bem da carteira de rodovias, hoje a maior do mundo

“Com bons projetos na base dos contratos, não vejo problemas mais à frente. Podemos ter tranquilidade em relação a isso. Para bons projetos, não vai faltar capital”, resumiu Lucas Barbosa Rodrigues, sócio e gestor da Perfin Infra. ●/E.G.

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por Infra.

INFRA S.A.

Integração e sustentabilidade: como a Infra S.A. desenha a nova agenda de infraestrutura do Brasil

Empresa é responsável por estruturar projetos que levaram a 26 leilões e mais de R\$ 150 bilhões em investimentos contratados; visão de rede e preocupação com meio ambiente são diferenciais da gestão

O Brasil vive uma inflexão na forma como estrutura seus projetos de infraestrutura. O que antes era marcado por concessões pontuais, planejamento fragmentado por modais e forte dependência de obras públicas passou a incorporar modelagens mais sofisticadas, integração logística e novas estratégias de financiamento. Esse movimento, consolidado a partir de 2023, inaugura um ciclo que combina maior participação privada, inovação contratual e centralidade da agenda ambiental.

Desde então, a Infra S.A. desenvolveu estudos que resultaram em 26 leilões no setor de transportes, somando cerca de R\$ 150 bilhões em investimentos contratados em rodovias e portos. Para 2026, a carteira de projetos da empresa conta com mais de 20 empreendimentos, entre ferrovias, rodovias, hidrovias e terminais portuários. A escala é relevante, mas o diferencial está na forma como esses empreendimentos vêm sendo estruturados.

Para o diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, esse novo ciclo representa uma transformação estrutural no planejamento da infraestrutura brasileira. “Estamos consolidando uma visão sistêmica, que integra modais, antecipa desafios regulatórios e ambientais e cria condições para ampliar a participação privada com segurança e previsibilidade. A infraestrutura precisa ser pensada como vetor de competitividade e desenvolvimento sustentável, e é isso que orienta a atuação da Infra S.A.”, afirma.

“A agenda é extremamente desafiadora. Hoje, temos inovações tecnológicas e mudanças às quais precisamos nos adaptar, considerando o presente e o cenário futuro da infraestrutura”, explicou Lilian Campos, superintendente de Inteligência de Mercado da Infra S.A., durante palestra no P3C – maior evento sobre concessões e PPPs do Brasil, realizado em fevereiro, em São Paulo.

Como principal estruturadora de projetos do governo federal na área de transportes, a Infra S.A. atua na modelagem econômica, nos estudos de demanda e na simulação de cenários que sustentam os novos contratos. “Trabalhamos de maneira metódica, prestando as-



Jeff D'Avila / ASCOM Infra S.A.

'Infraestrutura precisa ser pensada como vetor de competitividade e desenvolvimento sustentável', diz diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos

essoramento aos Ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos, considerando todos os elementos para integração e interoperabilidade”, disse Lilian.

Visão de rede

Um dos elementos centrais desse ciclo é a mudança na lógica de planejamento. Historicamente, os modais eram tratados de forma isolada. A nova abordagem parte de conectividade e complementaridade entre os modos. “Posicionar a ferrovia para o escoamento, as rodovias com o papel de distribuição de médias e curtas distâncias e o aquaviário transportando grandes volumes de carga, criando corredores verdes e multimodais”, explicou Lilian.

A visão de rede altera tanto a eficiência operacional quanto a equação ambiental. Durante o P3C, representantes do Ministério dos Transportes destacaram que, na comparação com o modal rodoviário, o transporte ferroviário, em longas distâncias, pode reduzir significativamente os custos logísticos e emissões de gases de efeito estufa. Para Lilian, esse alinhamento é estrutural. “A sustentabilidade ambiental tem que ser considerada em todos

os aspectos”, afirmou.

Um exemplo é o Arco Norte. A região se consolida como rota estratégica para o escoamento da produção do Centro-Oeste, impulsionando investimentos em portos, ferrovias e acessos rodoviários. “São empreendimentos complexos, que exigem modelos econômicos bem estruturados, fornecendo sustentabilidade ambiental e financeira”, disse Lilian. “É a nossa saída que mais atrai cargas, favorecendo o crescimento de uma nova fronteira agrícola. De 2010 a 2025, o crescimento anual médio é de 4,5%.”

Ela ressalta que o crescimento da movimentação portuária e ferroviária na região é acompanhado por dados históricos monitorados pela área de Inteligência de Mercado da Infra S.A., por meio do Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL), do qual é coordenadora. Além da infraestrutura física, entram em cena desafios como financiabilidade, governança e gestão de contravérsias socioambientais.

Inovação contratual

O novo ciclo também se diferencia pelo modelo das concessões. Em discussão recente,

integrantes do ministério ressaltaram a adoção de projetos ferroviários no modo “greenfield”, concedidos antes da construção, com maior participação privada desde o início. Outra diretriz mencionada foi a assunção, pelo governo federal, do licenciamento ambiental prévio em projetos estratégicos.

Para Lilian, essa evolução institucional tem reflexo direto na atratividade. “Temos visto uma maturidade maior, de segurança jurídica regulatória, de controle interno e externo e de expertise das equipes técnicas”, afirmou. Segundo ela, o sucesso dos leilões recentes e a renovação de grupos participantes indicam um ambiente mais consistente. “Temos carteira recorde de investimentos no Brasil.”

Ao integrar modais, sofisticar contratos e incorporar sustentabilidade desde a modelagem, a Infra S.A. consolida seu papel na estruturação dessa nova etapa da infraestrutura brasileira. O desafio, agora, não é apenas ampliar a carteira de projetos, mas garantir que a pauta seja pensada como sistema, com previsibilidade regulatória, eficiência logística e alinhamento às exigências ambientais do século 21.

Guilherme Peixoto

‘Concessões e PPPs não são mais ideológicas’, afirma diretor da B3

Executivo diz que Brasil ainda está longe de atingir potencial máximo em infraestrutura

ENTREVISTA

É executivo da B3 desde 2011; formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo

EDUARDO GERAQUE

Os números de leilões realizados no âmbito da B3 apresentam uma crescente constante. Dos 27, em 2020, passou por 38 em 2023 até chegar aos 75 no ano passado. De acordo com Guilherme Peixoto, superintendente de Relacionamento com Clientes e Governança em Licitações da B3, 2026 será ainda melhor.

Para o executivo, o Brasil ainda está longe de atingir seu potencial máximo em infraestrutura. Segundo ele, o amadurecimento institucional, a maior segurança jurídica e uma agenda cada vez mais técnica – e menos ideológica – têm ampliado a confiança e o apetite de investidores nacionais e estrangeiros pelos projetos brasileiros.

Na avaliação dele, a consolidação de boas práticas de governança e a atuação da Bolsa na condução dos certames ajudam a dar previsibilidade ao processo, elevam a competição e melhoram a precificação dos ativos, criando um ciclo virtuoso de expansão dos investimentos. Veja a seguir entrevista concedida ao Estadão.

O País já atingiu seu potencial máximo em concessões e PPPs?

O Brasil ainda está longe do seu potencial máximo. Somos um País com enorme carência de infraestrutura e uma janela de oportunidades que pode durar décadas. Países europeus, por exemplo, já têm cerca de 95% da infraestrutura pronta. Ainda assim, estamos em uma trajetória claramente ascendente. Ano após ano, batemos recordes. Em 2024, realizamos 64 leilões. Em 2025, foram 75. Para 2026, já temos 39 leilões

agendados e a expectativa é fechar o ano com novo recorde.

Questões como ESG e sustentabilidade são parte estrutural dos projetos mais recentes?

O poder público tem sido protagonista nessa agenda. A maioria esmagadora dos projetos já nasce com critérios ESG incorporados desde a concepção. Projetos rodoviários incluem compensações de carbono; saneamento é ESG por definição, com impacto direto na saúde pública; portos também incorporam critérios ambientais. Além disso, temos projetos de concessão florestal, que colocam o Brasil no caminho de se consolidar como uma potência verde, levando renda e desenvolvimento para a floresta ao mesmo tempo em que se preserva o meio ambiente.

A agenda das privatizações está devidamente amadurecida?

O Brasil de 2026 é um país maduro para promover concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). A agenda de infraestrutura é hoje incontestável. Ela atravessa governos, ideologias e ciclos políticos. Esse é um dos maiores avanços institucionais que o País construiu nas últimas décadas.

O ambiente hoje, em termos gerais, é mais técnico e menos ideológico?

Os números mostram isso com clareza. A agenda de infraestrutura no Brasil hoje não é ideológica. Ela é pragmática. Concessões e PPPs se tornaram uma das bases do crescimento econômico do País, atraindo bilhões em investimentos. Há dez anos, era difícil imaginar que as PPPs seriam um dos principais motores da economia brasileira. Hoje isso é uma realidade consolidada.

Qual é, afinal, o papel da B3 nos processos de concessões e parcerias público-privadas no Brasil?

A atuação da B3 no apoio aos processos licitatórios do governo para grandes projetos de infraestrutura nasce ainda na década de 1990, com o ciclo de

CAUÊ DINIZ/DIVULGAÇÃO/B3



“Há dez anos, era difícil imaginar que as PPPs seriam um dos principais motores da economia brasileira. Hoje isso é uma realidade consolidada”

“O Brasil de 2026 é um país maduro para promover concessões e PPPs. A agenda de infraestrutura é incontestável, atravessa governos, ideologias e ciclos políticos”

privatizações. Naquele momento, as vendas de empresas estatais eram, em sua maioria, realizadas em Bolsa, o que criava uma conexão direta entre o papel da Bolsa de Valores e esses processos. Foi assim em operações como CSN, Usiminas, bancos estaduais e o sistema Telebrás. A partir do início dos anos 2000, com o apagão energético e o avanço das concessões no setor elétrico, o governo entendeu que esses novos processos também precisavam ocorrer em um ambiente reconhecido internacionalmente por boas práticas de governança, transparência e neutralidade. A partir daí, a Bolsa passou a apoiar concessões de energia e, mais tarde, rodovias, portos e aeroportos. Em especial após os projetos ligados à Copa do Mundo e à Olimpíada, a atuação da B3 se expandiu para praticamente toda a agenda federal de concessões de infraestrutura.

Como essa atuação evoluiu ao longo do tempo, especialmente com a expansão das PPPs no País?

Essa trajetória acompanha a própria ampliação da agenda de infraestrutura no Brasil. Em 2017, com a criação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o País passou a ter um centro de governo dedicado a olhar estrategicamente para concessões e PPPs. Esse fortalecimento institucional ampliou também a nossa atuação junto aos Estados. No início da década de 2010, trabalhávamos basicamente com dois Estados: Bahia e São Paulo. Hoje, mantemos relacionamento constante com mais de 20 Estados que já têm carteira estruturada de projetos. De forma objetiva, só não atua com a B3 quem ainda não tem projetos prontos para ir a mercado.

Onde exatamente vocês entram no ciclo de uma PPP?

A B3 atua no momento crucial em que o projeto sai do papel e vai a mercado. O poder público estrutura o projeto com apoio de consultores técnicos, financeiros, jurídicos e ambientais. Quando esse projeto está maduro e aprovado, é preciso conduzir o leilão com governança, rigidez e melhores práticas. É nesse ponto que a B3 entra como assessora do processo licitatório, conduzindo o leilão – que é o momento em que o setor público e o privado se encontram.

O que isso significa em termos de governança e segurança jurídica?

Significa blindar o processo contra interferências políticas, pressões locais ou questionamentos indevidos. A B3 revisa o edital, faz a custódia dos documentos, garante que nenhuma proposta seja acessada antes do momento correto,

conduz a abertura pública, analisa a documentação e emite pareceres independentes. Também fazemos a gestão das garantias apresentadas pelos licitantes, o que protege o processo contra aventureiros e assegura que as regras sejam cumpridas. A B3 acompanha o processo desde o lançamento do edital até a assinatura do contrato. Depois disso, a gestão passa a ser do poder concedente. Além de conduzir tecnicamente os leilões, a B3 exerce um papel mais amplo no ecossistema de PPPs ao fomentar a disseminação de melhores práticas. A instituição atua como um espaço de aprendizado coletivo, promovendo debates sobre desafios recorrentes, dificuldades operacionais e lições acumuladas ao longo dos anos. A premissa é que a evolução desse ambiente não ocorre de forma unilateral: ela depende de diálogo, troca de experiências e amadurecimento conjunto entre setor público, investidores e demais agentes envolvidos nas Parcerias Público-Privadas no Brasil.

Isso ajuda a afastar riscos como insegurança jurídica e desconfiança do mercado?

O mercado reconhece rapidamente quando as melhores práticas estão sendo adotadas – e também quando não estão. Projetos conduzidos em um ambiente de governança robusto, com acompanhamento da B3, tendem a ser “premiados” pelo mercado, seja por maior competição, seja por melhor precificação. Quando essas práticas não são observadas, o mercado reage com desconfiança: participa menos ou precifica pior. Há players relevantes que afirmam abertamente que só participam de projetos conduzidos com apoio da B3, porque sabem que ali existe previsibilidade e neutralidade.

Então a B3 funciona como uma espécie de selo de credibilidade?

A B3 é vista como esse agente neutro que garante que o projeto será conduzido dentro das melhores práticas. Atuamos em prol do projeto, criando um ambiente em que todos os participantes — poder público, investidores e operadores — se sintam seguros quanto à lisura e à qualidade do processo.

Eventos como o P3C ajudam a fortalecer esse ecossistema?

O P3C é um espaço de diálogo onde participam representantes de todos os governos, setores e áreas técnicas. É ali que se discutem aprendizados, desafios e caminhos futuros. Esse debate é fundamental para o amadurecimento contínuo das PPPs no Brasil – e a B3 entende que fomentar esse ambiente também faz parte do seu papel institucional.●

Mudanças

Tecnologia e clima exigem mais flexibilidade em contratos portuários

Especialistas defendem revisão das regras para dar previsibilidade, reduzir riscos e acelerar investimentos

LÍLIAN CUNHA

Contratos de concessão na área portuária têm prazo mínimo de duas décadas. Em um cenário marcado pela rápida evolução tecnológica e pelos impactos crescentes das mudanças climáticas, especialistas defendem que esses acordos precisam incorporar maior flexibilidade. Foi o que sustentaram, na semana passada, os participantes do evento P3C – PPPs e Concessões.

“A todo momento, o dólar

sobe ou cai, a tecnologia muda, a inflação se acelera ou desacelera, e por isso os contratos de concessão precisam ter mais flexibilidade para abranger esses novos temas”, defendeu Patrícia Póvoa Gravina, diretora de programa da Secretaria Adjunta de Infraestrutura Econômica do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República.

A necessidade dessa mudança é urgente, uma vez que os investidores precisam ter mais previsibilidade para aplicar no setor. “Existe uma demanda, e os investidores sabem disso. Há o capex (*investimento no ativo*), que também é previsível. Mas o que pega são os riscos e, no caso dos portos, eles são muitos: o clima, o fornecimento de energia, a cober-



Setor defende mais flexibilidade aos contratos portuários

tura ou a falta dela no que tangem os seguros. Por isso os contratos precisam prever essas ou ter uma maleabilidade para que essas variáveis sejam abrangidas”, defendeu Nilton Mattos, sócio do escritório de advocacia Mattos Filho, especialista em assuntos relacionados ao setor marítimo, de óleo e gás e de portos.

A maioria dos países já tem contratos mais flexíveis, assim como fundos de risco para cobrir, por exemplo, danos climáticos, disse Eduardo Costa, chefe do Departamento de

Concessões Portuárias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas práticas poderiam ser adotadas no Brasil.

Uma maneira de fazer com que essas novidades sejam implementadas pelo setor no País, segundo Patrícia, é a consulta pública do programa “Navegue Simples”, lançado pelo Ministério de Portos e Aeroportos no ano passado. O objetivo é desburocratizar o setor, sendo desenvolvido em colaboração com terminais portuários, empresas de navegação e

outros órgãos reguladores.

SUCATA. Uma das propostas enviadas – além da flexibilização dos contratos – é o fim da reversibilidade de bens. Trata-se da transferência obrigatória de ativos vinculados à atividade portuária para a União ao término de contratos de arrendamento ou concessão. Na teoria, esses bens seriam essenciais para a continuidade do serviço público, após o fim de

Novas demandas
A velocidade de mudanças, como a questão climática e a tecnologia, traz novos riscos às concessões

uma concessão.

Na prática, porém, ela é um empecilho ao investimento. “Muitas vezes, deixa-se de investir na manutenção ou na modernização do equipamento porque sabe-se que ele vai voltar para a União. E quando volta, muitas vezes já está ultrapassado e sucateado”, diz Patrícia. “Muitas vezes sai mais caro tirar o equipamento do porto do que comprar outro novo”, completou Mattos. Eliminar a reversibilidade seria um passo em direção à modernização.●

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por Iguá.



‘Sempre buscamos a melhoria contínua, com base em tecnologia e nos aprendizados da operação’

Paula Violante, COO da Iguá Saneamento, fala sobre como a empresa equilibra uso de capital, governança e ganhos de eficiência

Aprovado em 2020, o novo Marco Legal do Saneamento estabeleceu um objetivo ambicioso para o Brasil: até 2033, 99% da população deve ter acesso a água potável, e 90%, a coleta e tratamento de esgoto. Para isso, é preciso não só ampliar investimentos, mas melhorar a capacidade de execução e a eficiência operacional. Para Paula Violante, diretora executiva de Operações da Iguá Saneamento, essa é uma meta permanente. “Buscamos a melhoria contínua dos processos, com base em tecnologia e nos aprendizados da operação”, diz.

A Iguá projeta investir R\$ 7 bilhões nos próximos anos, apoiada pelos acionistas CPP Investments, AIMCo e BNDESPar, investidores de longo prazo. A seguir, Paula fala sobre os principais resultados da empresa em regiões como Rio de Janeiro, Cuiabá e Sergipe.

Como o Marco Legal do Saneamento mudou o cenário no Brasil?



Paula Violante, COO da Iguá Saneamento

Ele trouxe um arcabouço legal relevante para as empresas operarem adequadamente. Nesse contexto, a Iguá vem aprimorando a eficiência de processos, obras e gestão, para performar os contratos dentro das metas e fazer o cliente perceber um serviço bem prestado.

Cuiabá foi a primeira capital da Iguá. Que resultados colheram lá?

Quando assumimos, havia uma carência quanto aos serviços de saneamento. Fizemos novas estações de tratamento, captações, regularizamos o abastecimento e conseguimos reduzir perdas. Hoje temos a universalização do abastecimento de água e avançamos em coleta e tratamento de esgoto – um case do qual temos orgulho.

Sergipe e Rio de Janeiro também são dois Estados em que a empresa tem feito obras relevantes. O que pode destacar sobre tais operações?

No Rio, atendemos bairros relevantes da zona sudoeste, como Barra da Tijuca e Recreio, além dos municípios de Paty do Alferes e Miguel Pereira. Na capital, modernizamos todas as elevatórias do sistema de distribuição de água e de

esgoto, reconstruímos a ETE Barra, estamos revitalizando o Complexo Lagunar e conseguindo levar água e coleta e tratamento de esgoto às comunidades, contribuindo para que tenham uma vida mais digna. Em Sergipe, chegamos com desafios imensos para levar saneamento a 74 municípios. Investimos R\$ 100 milhões no Plano Verão, com foco no abastecimento de água, e já trabalhamos fortemente nos projetos de expansão de todo o sistema de água e esgoto.

Como é trabalhar com saneamento em regiões tão diversas?

Um desafio é o planejamento urbano: muitas vezes o saneamento vem depois da chegada da população ao local. E é preciso pensar de forma regionalizada: o que deu certo em um lugar não funciona necessariamente em outro. As soluções de engenharia precisam se adequar a cada situação.

Como trazer o equilíbrio entre serviço de qualidade e retorno financeiro?

Trabalhar com eficiência – em processos, práticas do dia a dia, utilização de materiais, e na execução das obras de infraestrutura. Ao mesmo tempo, incorporar tecnologias que aprimorem a operação dos sistemas.



Pedro Bruno Barros, secretário de Minas Gerais, e Gabriel Ribeiro Fajardo, diretor de Concessões e Parcerias, discutem PPPs durante P3C

Além do tradicional

Minas Gerais leva três leilões à B3 e amplia agenda de PPPs

Leilões envolvem 95 escolas estaduais e dois projetos estratégicos na região da represa de Furnas

EDUARDO GERAQUE

Com o objetivo de ampliar a infraestrutura estadual em diferentes frentes, o governo de Minas Gerais levará à B3, em março, três grandes leilões. Os projetos ajudam a dimensionar a estratégia do governador Romeu Zema no uso de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) como instrumento de política pública — não apenas na infraestrutura tradicional, mas também em áreas sociais e no desenvolvimento regional. A iniciativa ocorre em um ano eleitoral, no qual o governador também mira as eleições do fim do ano.

O cenário para PPPs e concessões públicas pautou o evento P3C, realizado pela plataforma Necta e correalizado com o **Estadão**, o escritório Portugal Ribeiro & Jordão Advogados e a B3, que reuniu governo, investidores e representantes da iniciativa privada do setor de infraestrutura na semana, em São Paulo.

O primeiro e mais estruturante dos três certames, marcado para o dia 20, envolve a área de Educação. Trata-se da concessão administrativa para a modernização, a manutenção e a operação de serviços não pedagógicos de 95 unidades da rede estadual.

O modelo, já testado em outros Estados, prevê que a iniciativa privada assuma, por meio de um contrato de 25 anos, responsabilidades como obras de requalificação, conservação predial, limpeza, vigilância, gestão de utilidades, conectividade e apoio operacional.

O ensino propriamente dito permanece sob comando do Estado, que continua responsável pelo projeto pedagógico, pelos professores e pela gestão educacional.

CONFORTO E SEGURANÇA. A expectativa do governo é que o parceiro privado realize investimentos relevantes logo nos primeiros anos para recuperar prédios, padronizar estruturas e elevar o nível de conforto e segurança das escolas. As contrapartidas serão pagas ao longo do contrato, conforme o cumprimento de metas de desempenho.

O projeto da PPP, organizado em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES), deve contar com aporte de R\$ 1,03 bilhão para obras e R\$ 3,5 bilhões para operação.

“É um dos exemplos das PPPs transversais que estamos trabalhando. Existem outros projetos, como o das Cidades Parceiras, em que a decisão da política pública é do prefeito, mas ajudamos a estruturar avanços em setores como saúde, mobilidade, educação e saneamento”, disse Gabriel Fajardo, diretor de Concessões e Parcerias da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge).

Os outros dois leilões programados para o dia 30 têm como eixo comum a região do lago formado pela Represa de Furnas, área estratégica para o Sul e o Sudoeste de Minas, tanto do ponto de vista econômico quanto logístico e turístico.

O primeiro deles, com investimento estimado em R\$ 19,6 milhões, refere-se à concessão das travessias aquaviárias no reservatório, atualmente realizadas por balsas — algumas em operação há cerca de 60 anos — que conectam municípios separados pelo espelho d’água.

O projeto prevê a modernização completa do serviço — os barcos são da Axia Energia (ex-Eletronuclear), mas a operação é das prefeituras —, com

prevididas medidas socioeducativas no Estado.

Estruturado pelas secretarias de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra-MG) e de Justiça e Segurança Pública (Sejusp-MG), a iniciativa se volta à construção, à operação e à manutenção das unidades, sem retirar

Leilões à vista

● Educação

Concessão administrativa para modernização, manutenção e operação de serviços de 95 unidades da rede estadual

● Balsas

Concessão das travessias aquaviárias no reservatório de Furnas, atualmente realizadas por balsas que conectam municípios separados pelo espelho d’água

● Ponte

Construção da ponte entre os municípios de Delfinópolis e Cássia, na rodovia LMG-856

substituição e ampliação da frota, melhoria dos terminais, padronização operacional e elevação dos níveis de segurança e confiabilidade.

MOBILIDADE. Para dezenas de cidades, essas travessias não representam apenas um serviço turístico, mas parte essencial da mobilidade cotidiana, ao reduzir distâncias, custos de transporte e tempo de deslocamento.

O contrato busca dar previsibilidade ao operador privado para realizar investimentos significativos e, ao mesmo tempo, garantir ao poder público um serviço regulado, com padrões mínimos de qualidade.

PEDÁGIO FREE FLOW. O terceiro leilão também está ancorado no entorno de Furnas, mas com foco mais amplo no desenvolvimento regional e na infraestrutura associada à região. A construção da ponte entre os municípios de Delfinópolis e Cássia, na rodovia LMG-856, será feita com um investimento na casa dos R\$ 146 milhões.

A expectativa é que a nova travessia, em vez do uso das balsas, será usada por 800 veículos por dia. O projeto prevê um pedágio free flow para o concessionário operar.

O governo mineiro estruturou o projeto para atrair operadores capazes de assumir ativos e serviços ligados à exploração ordenada da região, integrando mobilidade, apoio ao turismo e manutenção de estruturas públicas estratégicas.

A lógica é semelhante à das demais concessões: transferir à iniciativa privada a execução, a operação e a manutenção, mantendo o Estado como regulador e fiscalizador, com metas claras e mecanismos de controle contratual.

Educação, mobilidade e desenvolvimento regional aparecem, assim, lado a lado na mesma agenda, sinalizando que Minas Gerais pretende consolidar as Parcerias Público-Privadas (PPPs) como um eixo permanente de sua estratégia de gestão.

“É uma visão de longo prazo, dentro de um contexto em que a demanda é infinita e o orçamento é finito. Estamos muito otimistas com a realização dos leilões”, afirmou Pedro Bruno de Souza, secretário de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias do Governo de Minas Gerais, durante painel no P3C.

No início de fevereiro, o governo mineiro assinou um contrato de PPP inédito no Brasil para o sistema socioeducativo de Minas Gerais.

O consórcio Soluções em Gestão Socioeducativa (SGS), vencedor do leilão, realizado em setembro de 2025, será responsável pela construção das unidades, manutenção da infraestrutura e execução de serviços de atendimento aos adolescentes.●

PPP inédita vence prêmio P3C de Melhor Estruturação de Projeto

A PPP do sistema socioeducativo de Minas Gerais venceu 5ª edição do Prêmio P3C na categoria Melhor Estruturação de Projetos. O contrato tem dura-

ção de 30 anos e prevê investimentos de mais de R\$ 100 milhões para modernizar a infraestrutura e os serviços destinados a adolescentes que cum-

do Estado as funções de orientação, fiscalização e gestão da política socioeducativa.

“É o primeiro projeto deste tipo na América Latina e um dos poucos que existem no mundo. É uma política eficiente e apta, mas com economia para o Estado”, diz Giselle Cyrillo, subsecretária de atendi-

mento socioeducativo da Secretaria do Estado de Justiça e Segurança Pública de MG.

“Os impactos serão positivos, como o tempo de efetivação dos equipamentos. Antes, o processo levava oito anos para ser efetivado, considerando a construção do prédio e a contratação dos servidores.”●

Baixa popularidade

Governos querem tornar ônibus mais atrativo

Sistema de transporte público passou a ser substituído nos últimos anos por carro e transporte por aplicativo

LÍLIAN CUNHA

Na hora de sair para algum lugar longe de casa, você prefere ir de carro, transporte por aplicativo ou de ônibus? Certamente a maioria responderia com a primeira ou a segunda alternativa.

Mas, se você for do Rio de Janeiro, talvez a resposta tenha sido diferente. “A qualidade importa. Quando ela existe, o passageiro responde e responde rápido”, disse Guilherme Albuquerque, diretor de concessões da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (Ccpa), um dos participantes do painel “O novo ciclo das concessões de transporte público urbano: marco legal e modelos de remuneração”, que fechou o P3C – PPPs e Concessões 2026.

No Brasil, o número de pessoas que usavam o sistema de transporte público caiu 44,1% entre outubro de 2013 e o mesmo mês de 2023, quando o total foi de 223 milhões de passageiros.

Veículos lotados, sujos, atrasados e o tempo gasto no trajeto são as razões que mais afastam os passageiros que têm preferido não sair ou usar o próprio carro ou moto ou transporte por aplicativo, segundo a Pesquisa CNT de Mobilidade Urbana, de 2024.

No final do ano passado, a administração municipal divulgou que o número de passageiros cresceu 133% no BRT (Bus Rapid Transit) no Rio de Janeiro. O sistema usa ônibus articulados circulando em corredores exclusivos, principalmente na Zona Oeste e partes da Zona Norte. A Mobi-Rio, que opera o BRT, diz ter alcançado 98% de pontualidade.

As mudanças feitas na cidade carioca, segundo Albuquerque, podem fazer parte do novo marco legal do transporte urbano que vem sendo discutido no Congresso. Uma delas

foi mudar a remuneração das companhias que era feita por passageiro para km rodado.

“Antes, com o pagamento feito por usuário, chegamos a ter apenas 24% das linhas operando regularmente”, afirmou ele, que não disse quanto é esse percentual atualmente.

A remuneração das empresas é um dos maiores gargalos do sistema. Apenas a arrecadação com as tarifas não sustenta o sistema, que na maior par-

te das cidades é subsidiado pelas prefeituras. Com a queda no número de passageiros, essa receita despenca ainda mais e, conseqüentemente, cai também a qualidade do serviço.

Por isso, a administração carioca deixou de fazer contratos com grandes empresas. “Companhias menores, com capital menor, são mais eficientes”, diz Albuquerque.

Critérios como a climatização dos veículos, o número de acidentes, avarias também acabam impactando negativamente no pagamento dos subsídios, incentivando as viagens a trabalhar em um patamar melhor de qualidade. Nos ônibus, também foram instaladas câmeras de fadiga (que monitoram o motorista) e botão de pânico, para situações como assaltos.

MARCO LEGAL. A experiência carioca poderia ser uma balizadora do novo regulamento que pretende gerir o setor em todo Brasil. Mas não é isso que está acontecendo, segundo Caio Figueroa, advogado do Cordeiro, Lima e Advogados.

“Do jeito que está agora o texto do marco legal, pouca coisa vai mudar”, afirmou ele.

Tarifar empresas de transporte por aplicativo também não está mais sobre a mesa, o que poderia ajudar a subsidiar o sistema, segundo ele. “As punições para as prefeituras que descumprirem a lei (principalmente as que determinam recursos para mobilidade urbana) também são poucas. Até o uso da Cide não vai surtir efeitos”, afirmou o especialista.

Uma das mudanças que o marco legal pode implementar é o uso dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para subsidiar o transporte público. A contribuição, criada em 2001, seria usada para financiar a operação de ônibus e transporte coletivo.

Hoje, as cidades podem usar até 100% do recurso, por exemplo, para pavimentação. A proposta é que 60% vá para tarifas. “Isso não muda nada porque a receita não vai crescer, continuará a mesma se os passageiros não voltarem”, afirmou Figueroa. ●

.....

Movimento em queda

44% foi a queda no número de pessoas que usavam o transporte público entre 2013 e 2023

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por Codemge.

CODEMGE
Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais

GOVERNO DE MINAS
AQUI O TREM PROSPERA.

Com modelo técnico, Codemge destrava nova era de parcerias e concessões em MG

Somando mais de 40 iniciativas estruturadas e R\$ 25 bi em investimentos, empresa executa projetos em transportes e infraestrutura e amplia atuação na área social

Concessões rodoviárias e projetos de mobilidade historicamente concentraram a agenda de parcerias no Brasil. Em Minas Gerais, esse eixo ganhou escala nos últimos anos — e, a partir dele, o Estado passou a aplicar a mesma lógica de planejamento e governança à infraestrutura social.

Com mais de 40 projetos estruturados e cerca de R\$ 25 bilhões em investimentos, a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) atua em todo o ciclo das concessões e PPPs: da modelagem econômico-financeira ao apoio à licitação e à gestão contratual. A consolidação dessa carteira, especialmente em transportes, abriu espaço para avançar em áreas como saúde e educação.

“O transporte foi a porta de entrada das concessões no País. Em

Minas, seguimos avançando nesse eixo, mas hoje temos maturidade institucional para estruturar projetos também na área social”, afirma Gabriel Ribeiro Fajardo, diretor de Concessões e Parcerias da companhia. “Não se trata de substituir uma agenda, mas de ampliar um modelo que já demonstrou capacidade de execução.”

Projetos

Desde 2019, o Estado ampliou sua carteira de concessões rodoviárias e mantém novos leilões previstos. A expansão do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte e projetos como a ponte entre Delfinópolis e Cássia, com leilão previsto para março, ilustram a prioridade dada à mobilidade.

Na frente social, o Complexo de Saúde HoPE prevê investimentos es-



Gabriel Ribeiro Fajardo, diretor de Concessões e Parcerias da Codemge, durante painel no P3C, em São Paulo

timados em R\$ 2,4 bilhões e mais de 500 leitos 100% SUS. Também prevista para março, a PPP da Educação deve modernizar a infraestrutura de 95 escolas estaduais, com impacto direto para cerca de 70 mil alunos. “A atividade-fim permanece sob responsabilidade do Estado. O parceiro privado assume a gestão da infraestrutura e dos serviços de apoio, com metas e incentivos contratuais”, explica Fajardo. “O objetivo é garantir

qualidade e previsibilidade.”

A companhia também apoia municípios na estruturação de projetos por meio do programa Cidade Parceira, ampliando a capacidade técnica em um Estado com 853 cidades. “Quando combinamos planejamento de longo prazo, modelagem técnica e governança, conseguimos acelerar investimentos e ampliar o impacto para a população”, ressalta Fajardo.

Christianne Dias

‘No Brasil, saneamento exige solução sob medida para cada região’

Executiva diz que ritmo de melhoria é diferente em cada região por causa das peculiaridades

ENTREVISTA

É diretora-presidente da Abcon desde 2024; foi diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento básico

EDUARDO GERAQUE

Em julho de 2020, ainda no início da pandemia, o Brasil passou a contar com um novo marco regulatório para o saneamento básico. Mais de cinco anos após a regulamentação, o setor registra avanço na atração de investimentos privados e na adoção de contratos com metas e prazos definidos, mas ainda enfrenta obstáculos que podem comprometer a meta de universalização até 2033.

O novo marco promoveu uma guinada institucional no modelo de concessões e PPPs, ao vincular contratualmente a universalização à obrigação de investir. Isso aumentou a previsibilidade para o poder público e a segurança jurídica para o investidor, diz a diretora-presidente da Associação Brasileira das Empresas de Saneamento (Abcon), Christianne Dias, ex-diretora da Agência Nacional de Águas (ANA).

Embora os resultados físicos demorem a aparecer – dado o caráter complexo e de longa duração das obras –, o setor já opera sob bases mais sólidas, especialmente no esgotamento sanitário, que concentra o maior déficit do País. Segundo a Abcon, o atendimento de esgoto está em 56% e o tratamento, 52,2%. A situação do atendimento de água é melhor, de 84%.

Apesar da mudança estrutural, o setor ainda tem inúmeros desafios a superar. Um deles é a diversidade de práticas entre agências infranacionais que dificulta reajustes tarifários e reequilíbrios econômico-financeiros, essenciais para manter os investimentos, diz Christianne. Além disso, a incidência plena do novo IVA tende a pressionar tarifas e ge-

rar pedidos de revisão contratual. Apesar disso, o setor segue atrativo a investidores nacionais e estrangeiros, com apoio relevante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e das debêntures incentivadas no financiamento dos projetos.

Ela destaca ainda que a transformação do setor nos últimos anos tem ocorrido em ritmo distinto nas diferentes regiões do País. O Sudeste avançou mais rapidamente, mas Norte e Nordeste também passaram a estruturar projetos, muitos com apoio do BNDES, resultando em leilões relevantes e novas PPPs previstas para os próximos anos, diz Christianne.

Ainda assim, há municípios que não aderiram ao novo modelo nem estruturaram contratos capazes de atrair investimentos. Sem contratos e capital, o saneamento não avança — a lei abriu o caminho, mas a adesão depende de decisões locais, completa a executiva.

Leia seguir entrevista concedida ao **Estadão**:

São mais de cinco anos desde a aprovação do marco regulatório do saneamento. Qual é o legado disso hoje?

O principal objetivo do marco foi alcançado: atrair a iniciativa privada para suprir o enorme volume de investimentos necessário à universalização dos serviços. Em pouco mais de cinco anos, a participação privada cresceu de forma significativa, trazendo consigo contratos com metas claras, prazos definidos e compromissos robustos de investimento. Antes do marco, predominavam modelos contratuais sem horizonte temporal, sem metas de universalização e sem previsão concreta de aportes. Hoje, todos os contratos já nascem com essas exigências, o que representa uma mudança estrutural no setor.

E qual o impacto real dessa mudança para o modelo de concessões e PPPs?

O marco criou os instrumentos que permitiram uma verdadeira guinada institucional. A universalização passou a estar



JONILTON LIMA/ANA

“Embora os resultados físicos demorem a aparecer – porque obras de saneamento são complexas, invasivas e longas, o setor opera em um ambiente completamente diferente, com bases sólidas para avanços econômicos e sociais consistentes, especialmente no esgotamento sanitário que ainda concentra o maior déficit do País”

vinculada, de forma contratual, à obrigação de investir. Isso deu previsibilidade ao poder público e segurança ao investidor. Embora os resultados físicos demorem a aparecer – porque obras de saneamento são complexas, invasivas e longas –, o setor já opera em um ambiente completamente diferente, com bases sólidas para avanços econômicos e sociais consistentes, especialmente no esgotamento sanitário, que ainda concentra o maior déficit do País.

Essa transformação ocorreu de forma homogênea em todo o Brasil?

O Brasil é um país continental e profundamente desigual, tanto do ponto de vista econômico quanto geográfico. Os desafios variam muito entre regiões. O Sudeste saiu na frente, mas Norte e Nordeste não ficaram à margem. Projetos estruturados com apoio do BNDES começaram a sair do papel, resultando em leilões relevantes em Estados como Sergipe, Pará e Pernambuco. Para 2026, já estão previstas PPPs no Ceará, por exemplo. O marco funcionou para todo o País, mas em ritmos diferentes.

Quais municípios ficaram mais para trás?

Estudos mostram que há municípios que ainda não aderiram ao novo modelo nem estruturaram contratos capazes de atrair investimentos. São localidades que não fizeram nenhum movimento institucional após o marco. Sem contratualização e sem capital, o saneamento simplesmente não avança. A lei abriu o caminho, mas a adesão depende de decisões locais.

Os desafios de infraestrutura variam muito entre regiões?

Os desafios do saneamento variam significativamente conforme a região e estão diretamente ligados à expertise e ao perfil de risco das empresas interessadas, o que explica por que determinados leilões atraem alguns grupos e afastam outros. Em São Paulo, o principal obstáculo é a alta concentração de poluição, que torna mais complexa e custosa a operação de tratamento; no Pará, o entrave é cultural, já que parte da população ainda não paga pelos serviços de água e esgoto, exigindo um processo gradual de adaptação. No Norte, a abundância de água gera baixa adesão às redes formais, enquanto no Rio de Janeiro os desafios incluem o acesso a áreas de favela e questões de segurança. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, portanto, os gargalos do saneamento são diversos e exigem soluções sob medida para cada realidade local.

Apesar dos avanços, quais são hoje os principais desa-

fios para a consolidação do saneamento?

O principal desafio do saneamento no Brasil hoje está na regulação, diretamente impactada pelo fato de o serviço ser de titularidade municipal, o que faz com que a regulação ocorra majoritariamente no âmbito local, por meio de agências infranacionais. Embora exista uma atuação nacional da Agência Nacional de Águas voltada à uniformização de normas, ela não regula diretamente na ponta, o que resulta em grande diversidade de práticas e falta de padronização entre as agências reguladoras. Muitas dessas estruturas ainda enfrentam dificuldades básicas, como conceder reajustes tarifários ou analisar com agilidade pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, fundamentais para a continuidade dos investimentos. Nesse contexto, o amadurecimento institucional da regulação aparece como condição central para dar estabilidade aos contratos e sustentar a expansão do setor.

Por que existem críticas do setor à reforma tributária?

A incidência plena do novo IVA sobre o setor deve gerar impactos relevantes, especialmente porque o saneamento é regulado e os custos acabam sendo repassados à tarifa. Isso provocará milhares de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, que precisam ser analisados com rapidez para que os investimentos não sejam interrompidos. Em um setor ainda não universalizado, esse aumento da carga tributária é particularmente sensível.

O perfil das concessões mudou ao longo dos últimos anos?

O início do marco foi marcado por concessões plenas, especialmente focadas em esgotamento sanitário. Agora, observa-se uma forte expansão das PPPs. Para 2026, estão previstas ao menos quatro grandes PPPs — Ceará, Goiás, Paraíba e Rio Grande do Norte —, que devem contratar cerca de R\$ 20 bilhões em investimentos e alcançar 477 municípios. Esses modelos exigem relações mais sofisticadas entre poder público e parceiro privado, o que demanda amadurecimento institucional.

O Brasil segue atrativo para investidores?

O setor tem atraído tanto capital nacional quanto estrangeiro. Fundos de investimento, grupos do setor elétrico e empresas internacionais já consolidadas participam ativamente dos leilões. Além disso, o financiamento do BNDES continua sendo essencial, assim como a emissão de debêntures incentivadas, que se consolidaram como uma importante fonte de recursos para o saneamento.●

Ajustes

Reforma tributária testa equilíbrio de concessões

Especialistas afirmam que ajustes antecipados e um bom planejamento podem reduzir a carga tributária

EDUARDO GERAQUE

A reforma tributária entrou em vigor no Brasil em janeiro e, embora ainda esteja em fase de testes, já impõe atenção redobrada aos agentes envolvidos em contratos de concessão e Parcerias Público-Privadas (PPPs). Especialistas reunidos no P3C – PPPs e Concessões, em São Paulo, alertaram que a falta de planejamento prévio pode provocar impactos relevantes sobre o fluxo de caixa dos projetos.

O consenso é de que ignorar o novo desenho tributário amplia os riscos financeiros e operacionais ao longo do período de transição, exigindo ajustes antecipados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

“Os setores que conseguiram fazer um bom planejamento vão conseguir diminuir brutalmente a carga tributária. Há tempo para todos se organizarem, mas quem não fizer pode ter impactos negativos, porque as mudanças causadas pela reforma serão diferentes a depender dos setores”, afirmou George Santoro, secretário executivo do Ministério dos Transportes.

Pactuada entre o governo federal, o Congresso e diversos setores da economia, a reforma promove uma ampla reorganização dos tributos sobre o consumo. O principal eixo é a substituição de impostos como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins por dois tributos do tipo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), um federal (CBS) e outro de Estados e municípios (IBS), com cobrança no destino do consumo.

A proposta também busca tornar o sistema mais neutro e eficiente, reduzindo a cumulatividade e a chamada guerra fiscal entre Estados. Para isso, prevê crédito amplo ao longo da cadeia produtiva, regimes diferenciados para setores específicos e um longo período de transição, no qual o modelo antigo e o novo convivem.

A expectativa é de maior previsibilidade jurídica e melhora do ambiente de negócios, ainda que os efeitos práticos dependam da regulamentação e da implementação efetiva das novas regras.



“Diretrizes gerais são importantes para evitar que cada gestor entre individualmente na Justiça”
Pedro Capelucci
Secretário de Reconstrução do RGS

evitar, por exemplo, que cada gestor de contrato entre de forma individual na Justiça”, afirmou o secretário.

Ele citou a experiência recente de repactuação de contratos após as enchentes históricas no Estado, quando foi necessário aguardar a materialização do desequilíbrio econômico-financeiro para quantificá-lo.

Sem essa antecipação, disseram os especialistas, o impacto sobre o fluxo de caixa e a reação dos setores mais onerados tendem a ser inevitáveis. Para Rafael Fortunato, procurador-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), cabe às agências reguladoras liderar a construção de mecanismos que possam ser aplicados de forma transversal, ainda que com adaptações.

“A adaptação de cada contrato vai passar pelo reequilíbrio econômico-financeiro. Estamos falando de créditos sobre operações financeiras e variações de preços relativos na execução do serviço, tudo precisará ser neutralizado”, avaliou Felipe Sande, pesquisador e professor da Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas. Santoro afirmou que os efeitos não serão uniformes: “Alguns setores, como a indústria, tendem a ter ganhos”.

Apesar dos objetivos de simplificação e eficiência, os impactos da reforma tributária sobre os contratos de concessão ainda são marcados por incertezas, sobretudo no que diz respeito ao ritmo da transição, à apropriação de créditos e aos mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro.

A forma como os pontos serão regulamentados e interpretados determinará se a mudança funcionará como vetor de estabilidade ou como nova fonte de tensão contratual.

A reforma tributária apenas estará 100% vigente em 2033.●

ESTADÃO
BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por Nova Rota.



Ao longo dos últimos anos, diversos projetos de infraestrutura no Brasil foram interrompidos por impasses regulatórios e contratuais. Fatores como a Operação Lava Jato, a pandemia, a incerteza macroeconômica e a frequente judicialização de contratos levaram a obras paralisadas, capital represado e insegurança jurídica. Uma mudança de postura do Tribunal de Contas da União (TCU), porém, começou a alterar esse cenário com a adoção de mecanismos de solução consensual e, posteriormente, com a criação da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso).

Criada em 2023, a secretaria atua na construção de novos pactos entre poder público e concessionárias, privilegiando soluções consensuais sem abrir mão do controle e da fiscalização. Os entendimentos construídos no âmbito da SecexConsenso são submetidos ao plenário do TCU, o que confere segurança jurídica adicional às repactuações e consolida um ambiente institucional mais previsível para contratos de longo prazo.

Antes mesmo da formalização da secretaria, o TCU já havia conduzido experiências de repactuação contratual que serviram de base para o novo modelo. Um dos casos

Área de mediação do TCU ajuda a destravar investimentos em infraestrutura

Criada em 2023, SecexConsenso consolida modelo de solução consensual no Tribunal; pioneiro, caso da BR-163 tornou-se referência para a institucionalização do mecanismo



João Victor Kohl, diretor financeiro da Nova Rota do Oeste, participou de um painel no P3C, em São Paulo

mais emblemáticos foi o da concessão da BR-163, em Mato Grosso, corredor estratégico para o escoamento da produção agrícola brasileira. A solução construída no âmbito do Tribunal permitiu reorganizar o contrato e restabelecer as condições para a retomada dos investimentos.

“Já investimos R\$ 3,7 bilhões desde a troca do controle da Nova Rota em um corredor vital para o escoamento da produção de Mato Grosso”, destaca João Victor Kohl, diretor financeiro da Nova Rota do Oeste, responsável pela concessão – a empresa é controlada pela MT Par, do governo do Estado de Mato Grosso. Em dois anos, mais de 230 quilômetros de pista duplicada foram entregues no Estado, ampliando a capacidade logística do corredor e reduzindo significativamente o índice de

acidentes e mortes nos trechos já modernizados.

Exemplo

A experiência da BR-163 passou a ser citada como referência para outros contratos de concessões rodoviárias e contribuiu para a institucionalização de um mecanismo permanente de solução consensual no TCU. O caso demonstrou que é possível preservar o interesse público, assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e, ao mesmo tempo, permitir o avanço de obras consideradas estratégicas. “A atuação da SecexConsenso já contribuiu para destravar bilhões em investimentos”, diz Kohl. “Ficamos felizes de ter contribuído no caso que abriu caminho para esse desenvolvimento, ajudando a consolidar uma câmara capaz de distensionar contratos de longo prazo de maneira racional.”

Na visão do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, a nova postura do TCU tem sido decisiva para a criação de oportunidades no País. “Parte do avanço dos projetos foi porque o Tribunal mudou de atitude”, afirmou recentemente em evento no Rio de Janeiro. “Sem isso, não chegaríamos a acordos sobre as licitações vencidas. Tudo isso foi fundamental para o ciclo de investimentos.”

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO



Governo planeja licitar mais um trecho da Ferrovia Norte-Sul neste ano; são 530 quilômetros de estrada de ferro que exigirão investimentos da ordem de R\$ 10 bilhões

Sob trilhos

Brasil vive novo ciclo ferroviário com projetos de carga e de passageiros

Carteira de projetos inclui oito leilões de ferrovias, sobretudo para carga; São Paulo aposta em trem de passageiro

EDUARDO GERAQUE

O setor de trilhos no Brasil atravessa um dos períodos mais dinâmicos das últimas décadas, com uma carteira consistente de projetos, novos modelos de concessões e PPPs e maior protagonismo do financiamento público estruturante. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem papel central nesse movimento, segundo especialistas reunidos no P3C – PPPs e Concessões, realizado em São Paulo.

A carteira de projetos contempla tanto ferrovias de carga quanto a retomada de iniciativas voltadas ao transporte de passageiros, especialmente no Sudeste, sinalizando uma inflexão relevante na política de transportes do País.

“A visão, no geral, é otimista. Existem desafios regulatórios e de recursos, mas, com todos caminhando na mesma direção, o momento é muito positivo”, afirmou Davi Barreto, diretor-presidente da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF).

No plano federal, o Ministério dos Transportes consoli-

dou uma carteira de projetos ferroviários a serem concedidos nos próximos anos (*ver mapa*). São obras que englobam grandes corredores logísticos voltados ao escoamento do agronegócio e da mineração, além de trechos estratégicos para a integração regional.

A diretriz central é combinar novas concessões, renovações antecipadas com contrapartidas e modelos híbridos, capazes de destravar investimentos em trechos de retorno mais longo ou de maior risco.

Nesse contexto, ganha força o uso de mecanismos como o *viability gap funding*, em que recursos públicos complementam a equação econômico-financeira para tornar projetos atrativos ao capital privado.

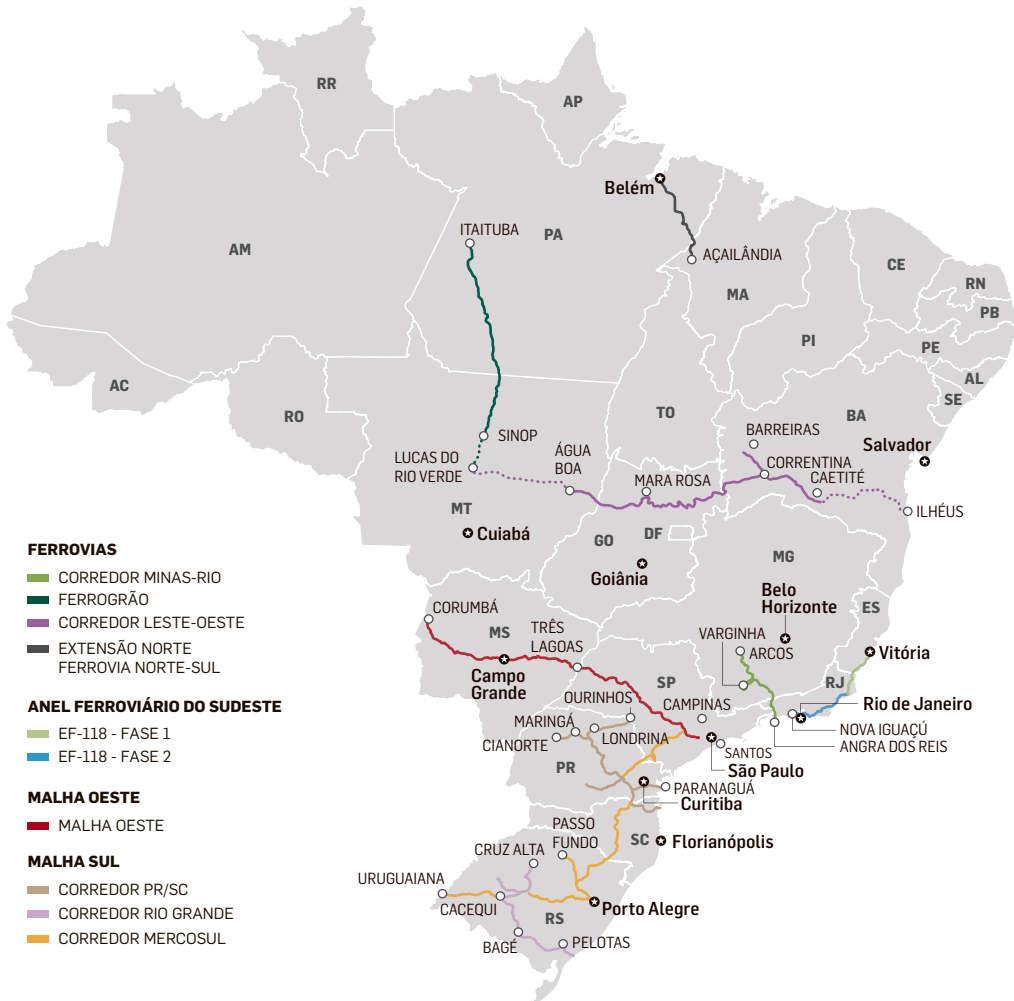
“Nossa estratégia não envolve a concessão patrocinada. Pretendemos implementar a infraestrutura necessária para depois o setor privado seguir sozinho”, disse Leonardo Cezar Ribeiro, secretário de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes.

Pelo cronograma oficial, devem ser realizados oito leilões até dezembro. Os dois primeiros são os do Corredor Minas-Rio e do Anel Ferroviário Sudeste – um movimento que, segundo especialistas reunidos no painel “O novo ciclo de concessões e autorizações ferroviárias no Brasil”, não ocorre desde os anos 1990.

PASSAGEIROS X CARGA. No ca-

RETOMADA DE CONCESSÕES

Governo planeja leiloar oito projetos ferroviários até 2027, num total de R\$ 140 bilhões de investimentos



FONTE: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

so específico do Estado de São Paulo, o governo busca liderar a retomada do transporte ferroviário de passageiros com o programa do Trem Intercidades, que prevê ligações entre a

“Vamos implementar a infraestrutura necessária para depois o setor privado seguir sozinho”
Leonardo Cezar Ribeiro
Secretário Nacional de Transportes Ferroviários do Ministério dos Transportes

capital e polos regionais como Campinas, Sorocaba e, no médio prazo, o Vale do Paraíba. O modelo adotado combina concessões patrocinadas e PPPs, nas quais o poder públi-

co compartilha investimentos e riscos operacionais, sobretudo nos primeiros anos.

A lógica é distinta da carga: aqui, o foco está na qualidade do serviço, no tempo de viagem e na integração metropolitana, com receitas tarifárias complementadas por aportes públicos. Os desenhos contratuais também evoluíram.

Há maior ênfase em metas de desempenho, cláusulas de reequilíbrio mais claras e exigências ambientais e sociais desde a fase de projeto. Ao mesmo tempo, o governo busca simplificar licenças e reduzir incertezas regulatórias, reconhecendo que o histórico de atrasos e judicializações afastou investidores no passado.

EXPANSÃO CONSISTENTE. A

combinação entre carteira organizada, financiamento estruturado e novos modelos contratuais aponta para um ciclo de expansão mais consistente, diz Fernanda Esbizaro, diretora da Artesp.

Um dos entraves em debate no setor é antigo e trata da convivência entre trens de carga e de passageiros na mesma malha, desafio técnico e regulatório que exige coordenação fina de operação e investimentos. Outra questão central é a viabilidade econômica dos projetos de transporte de passageiros. Os custos são elevados e, muitas vezes, a receita tarifária não é suficiente para remunerar os aportes, especialmente num país marcado por forte cultura automobilística, consolidada em décadas.●

Corredor multimodal

Revés na Ferrogrão desafia plano logístico de expansão de exportação pelo Arco Norte

Projeto estava incluído no plano de concessão de ferrovias, mas TCU suspendeu processo até novas audiências

LÍLIAN CUNHA

Na lista de projetos mais emblemáticos do Brasil, a exemplo de outros empreendimentos ferroviários construídos nos últimos anos, a EF-170, mais conhecida como Ferrogrão, sofreu um novo revés na semana passada. O Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu temporariamente o andamento do projeto, incluído no novo plano de concessões ferroviárias do governo federal, que soma investimentos de R\$ 140 bilhões.

Em relatório técnico, assinado por auditor federal de controle externo, o TCU viu a necessidade de realizar audiências públicas, submetendo as modificações do projeto ao de-

“Nos últimos dois anos, oferecemos participação importante social, atualizamos o projeto e fizemos análise de custo-benefício. Agora precisamos entender os motivos da suspensão pelo TCU”

“Não fazer a ferrovia é a pior alternativa ambiental e para povos indígenas”

Leonardo Cezar Ribeiro
Secretário do Ministério dos Transportes

bate público. A ausência de nova rodada de participação social projeta “riscos jurídicos, regulatórios e institucionais relevantes”, diz o Tribunal.

A concessão consiste na construção e na prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura ferroviária no trecho compreendido entre os municípios de Itaituba (PA) e Sinop (MT).

“Nos últimos dois anos, oferecemos uma participação importante social, atualizamos o projeto e fizemos análise de custo-benefício. Os técnicos do Tribunal de Contas têm independência. Agora, precisamos entender os motivos da recomendação de suspensão. Mas a gente tem de respeitar as instituições, a independência dos auditores do TCU”, disse Leonardo Cezar Ribeiro, se-

cretário nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes, durante o evento P3C – PPPs e Concessões 2026.

Ele avalia que a decisão do TCU pode atrasar o projeto, com leilão previsto para setembro. A obra pode custar de R\$ 28 bilhões a R\$ 36 bilhões e promete reduzir custos de frete em mais de 30%. A estrada de ferro terá quase 1 mil km de extensão, sendo complementado por dois ramais: Santarémzinho, com cerca de 32 km de extensão; e Itapacurá, com cerca de 11 km.

Para Ribeiro, não fazer a ferrovia é a pior alternativa para os povos indígenas e demais comunidades afetadas, além da questão ambiental. A produção do Centro-Oeste precisa ser escoada e, segundo ele, fazer isso por meio de rodovias, cria o que o especialista chama de efeito “espinha de peixe”.

“A rodovia tem um impacto maior porque, ao longo dela, vão se criando ramificações, postos de combustíveis e outras estruturas que afetam ainda mais a floresta. A ferrovia é apenas linha férrea, e o impacto é o menor possível”, afirmou. Segundo o secretário, nenhum outro projeto teve tanta audiência pública quanto a Ferrogrão.

CARTEIRA. Além desse projeto, a carteira de empreendimentos ferroviários anunciada pelo Ministério dos Transportes incluem o Corredor Minas-Rio, Anel Ferroviário do Sudeste, Malha Oeste, Corredor Leste-Oeste, três corredores da Malha Sul e a Extensão Norte da Ferrovia Norte-Sul.

Desde a desestatização das malhas nos anos 1990, o modelo ferroviário permitiu ganhos de eficiência, mas tentativas posteriores de ampliar a malha, como no Programa de Investimentos em Logística (PIL), no governo de Dilma Rousseff, esbarraram em incertezas regulatórias, problemas ambientais e na falta de dinheiro (afinal, são projetos caros e de longo prazo).

Nos anos seguintes, as gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro priorizaram a prorrogação antecipada de contratos existentes, garantindo novos aportes, mas com poucos projetos greenfield (novos). A atual proposta tenta retomar uma agenda mais ampla de expansão da malha, em um ambiente marcado por desafios ambientais e de financiamento.

ARCO VERDE. A construção da



Lilian Campos (Infra S.A.), Leonardo Ribeiro e Clóvis Eduardo (Transportes) debateram futuro de ferrovias

LEILÕES À VISTA

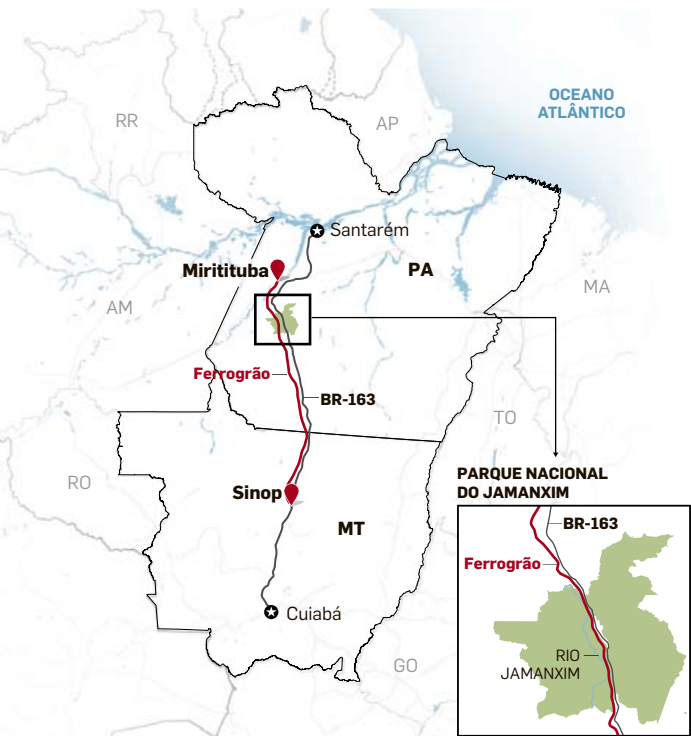
Projetos que o governo pretende conceder à iniciativa privada até 2027

PROJETO	LOCALIZAÇÃO	INVESTIMENTO	EXTENSÃO EM KM
CORREDOR LESTE-OESTE	BA/MT	R\$ 41,85 BILHÕES	1.647
MALHA OESTE	MS/SP	R\$ 35,7 BILHÕES	1.593
MALHA SUL	PR/SC	R\$ 4,7 BILHÕES	1.502
FERROGRÃO	PA/MT	R\$ 33 BILHÕES	933
CORREDOR MINAS-RIO	MG/RJ	NÃO INFORMADO	738
EXTENSÃO NORTE - FERROVIA NORTE-SUL	MA/PA	R\$ 10 BILHÕES	530
ANEL FERROVIÁRIO DO SUDESTE	RJ/ES	R\$6,6 BILHÕES	245,95

FONTE: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

PROJETO FERROVIÁRIO

Ferrovia de 933 km vai ajudar no escoamento da produção agrícola, mas há críticas sobre impacto ambiental



INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Ferrogrão está inserida num projeto maior que é o Arco Norte – corredor que inclui os portos de Santarém e Barcarena (PA), Itacoatiara (AM) e São Luís (MA) – e que tem ganhado importância no País. Segundo o Boletim Logístico da Companhia Nacional de Abasteci-

mento (Conab), os portos do Norte responderam por 37,2% das exportações brasileiras de soja e por 41,3% das de milho entre janeiro e outubro de 2025.

Trata-se de um sonho antigo dos produtores do Centro-Oeste, que veem no corredor

uma forma de reduzir custos e aumentar ainda mais a competitividade do agronegócio brasileiro.

MULTIMODALIDADE. O corredor funciona da seguinte forma: a safra sai do Centro-Oeste por caminhão pela BR-163 até Miritituba, onde é feito o transbordo da carga para barcas. Os comboios seguem durante quatro dias pelo rio até Belém, onde os grãos são colocados em grandes navios rumo ao mercado internacional.

Nesse trajeto, os produtores conseguem economizar com o valor do frete comparado à rota pelo Porto de Santos – responsável por boa parte da soja exportada pelo Brasil – e Paranaguá (PR). A Ferrogrão reduziria a quantidade de grãos hoje transportada em caminhões pela BR-163.

Lilian Campos, superintendente de inteligência de mercado da Infra S.A., afirma que o objetivo do governo é integrar cada vez mais os portos e as estações de transbordo dos Estados do Norte e, assim, aumentar a exportação pelo corredor.

“O movimento de cargas foi mais intenso nos últimos anos nos portos do Norte por conta da produção de grãos”, explicou Lilian Campos. “E, onde tem portos, é preciso ter ferrovias”, disse a superintendente da Infra S.A. ●

Tecnologia

IA ajuda a controlar riscos e atrair investimentos para setor



Pedágio Free Flow na Rodovia Raposo Tavares, em São Paulo: tecnologia vem sendo implementada em várias outras estradas do Brasil

Trabalho de mensuração e previsão de catástrofes climáticas ajuda a atrair recursos para projetos

LÍLIAN CUNHA

Em que situação você acha que podem acontecer mais acidentes rodoviários: durante tempo bom ou com chuva e tempestade? Se apostou no tempo ruim, errou. “Por incrível que pareça, quando cai muita água, os motoristas tomam mais cuidado e muitos nem fazem a viagem sob tempo ruim”, explicou André Ispér, diretor-presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

A agência chegou a essa conclusão após análise, por meio de inteligência artificial, de dados de acidentes nas estradas do Estado de São Paulo.

Esse trabalho de mensuração e compilação de dados foi apontado como a principal ferramenta que agências reguladoras e concessionárias de rodovias têm atualmente para atrair investimentos para o setor, segundo Ispér e os participantes do painel “Como atrair mais investidores aos projetos existentes”, durante o P3C – PPPs e Concessões 2026.

“Modelos criados por IA podem ajudar a prever acidentes, dizer onde eles ocorrem e quando. Em conjunto com dados meteorológicos, também conseguem evitar a queda de barreiras e a interdição de rodovias. Tudo isso aumenta a rentabilidade das concessionárias

e minimiza o risco para os investidores que planejam aplicar em projetos já existentes”, disse Ispér.

Esse controle e monitoramento de riscos é fundamental para os investidores, diz Guilherme Theo Sampaio, diretor-geral da Agência Nacio-

Desafio
Um dos entraves do Free Flow é resolver a questão do pagamento dos usuários da rodovia

nal de Transportes Terrestres (ANTT), que também participou do painel. “A tecnologia é fundamental para fazer esse monitoramento de riscos e prevenir que eles aconteçam.”

SISTEMA FREE FLOW. Outra tec-

nologia apontada pelos participantes do painel que ajuda atrair investimentos é a da cobrança eletrônica de pedágio, na qual o usuário passa por pórticos sem precisar parar para cobrança das tarifas. Além de ser mais moderno, o sistema também tem vantagens ambientais. Ao evitar que carros fiquem parados nas praças de pedágio, o free flow ajudar na redução das emissões de efeito estufa.

ARRECADAÇÃO. “Com o free flow, por exemplo, veículos que antes não passavam pelos pedágios, como aqueles caminhões enormes, agora pagam a tarifa. Eles se utilizavam da rodovia, causavam deterioração e não pagavam a tarifa”, afirmou Pedro Bruno Barros de Souza, secretário de infraestrutura, mobilidade e parcerias

do governo de Minas Gerais.

Essa maior arrecadação ajuda a dar mais previsibilidade de renda aos investidores, segundo Gustavo Palhares, sócio-fundador e presidente da Houer, empresa de desenvolvimento de projetos de engenharia na área de infraestrutura. “O problema é que não está claro ainda para o usuário como pagar a tarifa”, disse ele.

O secretário adjunto de infraestrutura econômica do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República, Adailton Cardoso Dias, concorda. “Os governos têm uma falha antiga de comunicação e é isso que está acontecendo com o free flow”, disse ele.

Embora consolidado em outros países, nos dois anos de operação no Brasil em rodovias federais, as multas por inadimplência já ultrapassaram R\$ 2 milhões. O free flow já opera em trechos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e segue em fase de expansão.

AÇÃO JUDICIAL. Por isso, o Ministério Público Federal (MPF) move ação para proibir multas por falta de pagamento em sistema de cobrança eletrônica na Via Dutra, parte da BR-116, nas áreas da capital paulista e dos municípios de Guarulhos e Arujá.

A concessionária da via é a empresa Motiva, desde 2022, e foi uma das primeiras do País a adotar o sistema Free Flow. Isso ocorreu por ocasião da relicitação da rodovia, cuja concessão havia vencido.

A ação civil pública tem como foco as cobranças no sistema eletrônico sem cancelas, conhecido como Free Flow, que para o MPF “constitui um serviço alternativo oferecido aos motoristas para evitarem congestionamentos em vias laterais”, não sendo, portanto, um pedágio.

Todas essas pendências precisam ser resolvidas, já que além de causar prejuízos, também afastam o investidor, disse Dias. ●

Os eleitos

Premiação reconhece projetos de concessão e PPPs

A 5ª edição do Prêmio P3C reconheceu projetos de concessão e Parcerias Público-Privadas (PPPs) que tiveram grande impacto no Brasil. A premiação faz parte da programação do P3C 2026, evento que reuniu governo, investidores e iniciativa privada, nos dias 23 e 24 de fevereiro, em São Paulo.

A premiação condecorou projetos, instituições e profissionais que se destacaram na estruturação, financiamento, regulação e operação de ativos

de infraestrutura. De 167 inscritos, seis projetos foram premiados, além de duas pessoas premiadas pela carreira no segmento.

Confira os vencedores e finalistas do Prêmio P3C:

Melhor Estruturação de Projetos: PPP do sistema socioeducativo de Minas Gerais

Melhor Gestão Pública: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

Melhor Gestão Privada: Programa Legado, que destaca

Em destaque

167 foi o número de projetos inscritos no prêmio P3C; desse total, seis projetos e duas pessoas foram premiados

a trajetória da Concessionária Nova Rota do Oeste no Mato Grosso

Melhor Estruturação de Projetos Municipais: Complexo Administrativo de Macaíó

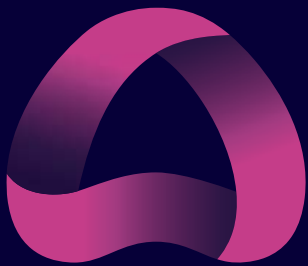
Melhor Gestão Pública Municipal: projeto contrato de concessão administrativa de iluminação pública e sistema semafórico do município de São Paulo

Melhor Gestão Privada Municipal: gestão privada

dos Centros Educacionais Unificados de São Paulo, realizada pela Integra S/A em parceria com a Prefeitura

Mulheres na Infraestrutura: Mara Clécia Dantas Souza, diretora de programa do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Casa Civil

Carreiras de Impacto: Jorge Bastos, diretor-presidente da Infra S.A., e Guilherme Theo Sampaio, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).



auren

Energia que impulsiona
o futuro, hoje



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS **2025**



auren

Auren Energia S.A.

CNPJ: 28.594.234/0001-23

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

→★ continuação

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

			Reserva de lucros									
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	(-) Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido		
Em 1º de janeiro de 2024	5.940.137	5.705.533	197.085	935.519			(409.321)	12.368.953		12.368.953		
Lucro líquido do exercício					250.938			250.938	20.931	271.869		
Resultado abrangente do exercício							573.001	573.001	47	573.048		
Total do resultado abrangente do exercício					250.938		573.001	823.939	20.978	844.917		
Reserva de lucro oriunda da combinação de negócios									1.110.193	1.110.193		
Ajuste a valor justo (PPA Auren Participações) - não controladores									210.989	210.989		
Emissão de novas ações	247.635							247.635		247.635		
Ágio na emissão de novas ações		268.739						268.739		268.739		
Aumento de capital em acionistas não controladores									37.560	37.560		
Plano de outorga de ações restritas		5.645						5.645		5.645		
Custo de recompra de ações						(53.617)		(53.617)		(53.617)		
Dividendos de exercícios anteriores				(400.000)				(400.000)		(400.000)		
Distribuição de dividendos intercalares - não controladores									(98.913)	(98.913)		
Constituição de reserva legal			12.547		(12.547)							
Reversão de dividendos de anos anteriores - não controladores									851	851		
Dividendos mínimos obrigatórios					(59.598)			(59.598)		(59.598)		
Retenção de lucros				178.793	(178.793)							
	247.635	274.384	12.547	(221.207)	(250.938)	(53.617)		8.804	1.260.680	1.269.484		
Em 31 de dezembro de 2024	6.187.772	5.979.917	209.632	714.312		(53.617)	163.680	13.201.696	1.281.658	14.483.354		
Em 1º de janeiro de 2025	6.187.772	5.979.917	209.632	714.312		(53.617)	163.680	13.201.696	1.281.658	14.483.354		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					(664.032)			(664.032)	106.157	(557.875)		
Resultado abrangente do exercício							(34.576)	(34.576)	(1.071)	(35.647)		
					(664.032)		(34.576)	(698.608)	105.086	(593.522)		
Plano de outorga de ações restritas (Nota 24.2)		11.217						11.217		11.217		
Custo de recompra de ações						(5.543)		(5.543)		(5.543)		
Distribuição de dividendos intercalares - não controladores									(112.525)	(112.525)		
Distribuição de dividendos intermediários - não controladores									(13.518)	(13.518)		
Aumento de capital em acionistas não controladores									6.000	6.000		
Absorção de prejuízo				(664.032)	664.032							
Contribuições aos acionistas		11.217		(664.032)		(5.543)		5.674	(120.043)	(114.369)		
Em 31 de dezembro de 2025	6.187.772	5.991.134	209.632	50.280		(59.160)	129.104	12.508.762	1.266.701	13.775.463		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração do Valor Adicionado

		Consolidado (Reapresentado Nota 2.6.1)		Controladora (Reapresentado Nota 2.6.1)				Consolidado (Reapresentado Nota 2.6.1)		Controladora (Reapresentado Nota 2.6.1)	
	Nota	2025	2024	2025	2024		Nota	2025	2024	2025	2024
Receitas						FGTS		18.727	21.467	5.346	6.221
Venda de energia, serviços e outros	5	15.543.318	9.323.420	—	—			430.621	249.596	45.905	19.486
Provisão de ressarcimento	5	(431.521)	(128.426)	—	—	Remuneração de capital de terceiros					
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(696)	(613)	—	—	Juros e atualização monetária		3.203.262	1.467.917	755.517	258.281
Outras receitas operacionais	6	284.035	152.957	210	47	Outras despesas financeiras		378.438	54.320	37.702	7.598
Receitas relativas à construção de ativos próprios		1.040.013	428.588	13.541	27.590	Aluguéis e arrendamentos		72.278	39.850	—	(754)
		16.435.149	9.775.926	13.751	27.637			3.653.978	1.562.087	793.219	265.125
Insumos adquiridos de terceiros						Intrasetoriais - Encargos regulamentares	5				
Energia comprada, encargos de uso e custos com operação		(10.928.329)	(6.847.923)	—	—	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos					
Serviços de terceiros, materiais e outros		(256.244)	(213.149)	(103.777)	(114.645)	- CFURH		137.791	63.564	—	—
Reversão (provisão) de <i>impairment</i>		325.665	—	—	—	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		31.222	14.355	—	—
		(10.858.908)	(7.061.072)	(103.777)	(114.645)	Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		40.282	14.529	—	—
Valor adicionado bruto		5.576.241	2.714.854	(90.026)	(87.008)	Reserva Global de Reversão - RGR		83	—	—	—
Retenções								209.378	92.448	—	—
Depreciação e amortização	6	(1.550.238)	(637.363)	(14.448)	(10.663)	Tributos e contribuições sociais					
Amortização da mais-valia	6	(372.746)	(75.827)	—	—	Federais		906.904	508.741	(106.453)	(41.821)
		(1.922.984)	(713.190)	(14.448)	(10.663)	INSS		48.041	31.752	17.006	19.538
Valor adicionado líquido gerado		3.653.257	2.001.664	(104.474)	(97.671)	Estaduais		315.054	212.421	—	2
Transferências						Municipais		5.256	1.427	329	356
Resultado de equivalência patrimonial	12(b)	205.347	164.384	82.153	462.480			1.275.255	754.341	(89.118)	(21.925)
Receitas financeiras		1.152.753	764.293	108.295	148.815	Remuneração de capitais próprios					
		1.358.100	928.677	190.448	611.295	Distribuição de dividendos - não controladores		112.525	59.598	—	59.598
Valor adicionado a distribuir		5.011.357	2.930.341	85.974	513.624	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(664.032)	191.340	(664.032)	191.340
Distribuição do valor adicionado						Lucro (prejuízo) atribuível aos não controladores, deduzidos os dividendos		(6.368)	20.931	—	—
Pessoal								(557.875)	271.869	(664.032)	250.938
Remuneração direta		345.658	196.443	33.280	5.979	Valor adicionado distribuído		5.011.357	2.930.341	85.974	513.624
Benefícios		66.236	31.686	7.279	7.286						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Notas Explicativas

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional: A Atena Energia S.A., “Companhia” ou “Auren”, com sede na cidade de São Paulo - SP, é uma *holding* que tem por objetivo ser uma plataforma de investimentos relacionados à gestão, operação, aquisição, desenvolvimento e conservação de ativos de geração, transmissão e comercialização de energia no Brasil. Suas controladas atuam nos segmentos de geração de energia elétrica, solar e hidrelétrica, e na comercialização da energia. A Auren é uma companhia aberta, e integra o segmento de listagem de mais alto nível de padrões de governança, o Novo Mercado, da B3, e possui como acionistas controladores a Votorantim S.A. (“Votorantim”) e o *Canada Pension Plan Investment Board* (“CPP Investments”), incluindo, em relação aos *CPP Investments*, a participação detida por Muskoka Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada. As atividades de suas controladas operacionais, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). As controladas operacionais da Companhia possuem as características listadas abaixo:

	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	Término da concessão ou outorga
Geração hidrelétrica				
CESP - Companhia Energética de São Paulo S.A., por meio da UHE Porto Primavera	1.540,0	Rosana - SP e Bataiporã - MS	23/01/1999	15/04/2056
Auren Operações S.A., por meio da UHE Água Vermelha	1.396,2	Iturama - MG, Indaiaporã - SP	20/12/1999	09/08/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Nova Avanhandava	347,4	Ouroeste - SP	20/12/1999	28/05/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Promissão	264,0	Buritama - SP	20/12/1999	23/09/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Bariri	143,1	Ubarana - SP	20/12/1999	24/07/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Barra Bonita	140,8	Boracéia - SP	20/12/1999	31/05/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Ibitinga	131,5	Barra Bonita - SP	20/12/1999	31/05/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Euclides da Cunha	108,8	Ibitinga - SP	20/12/1999	11/08/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Caconde	80,4	São José do Rio Pardo - SP	20/12/1999	27/06/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Limoeiro	32,0	Caconde - SP	20/12/1999	21/05/2032
Auren Operações S.A., por meio da PCH Mogi-Guaçu	7,2	São José do Rio Pardo - SP	20/12/1999	19/07/2032
Auren Operações S.A., por meio da PCH São José	4,0	Mogi Guaçu - SP	20/12/1999	02/07/2032
Auren Operações S.A., por meio da PCH São Joaquim	3,0	São João da Boa Vista - SP	19/12/2002	17/06/2036
	<u>4.198,4</u>	São João da Boa Vista - SP	19/12/2002	08/06/2036
Total Geração Hidrelétrica				
Geração Eólica				
		Simões e Curral Novo do Piauí -		
Complexo Eólico Ventos do Araripe III ("Araripe III")	357,9	PI/Araripina - PE	18/08/2014	08/05/2050
Complexo Eólico Ventos do Piauí I ("Piauí I")	205,8	Curral Novo do Piauí - PI	10/03/2016	10/03/2051
Complexo Eólico Ventos do Piauí II ("Piauí II")	211,5	Betânia do Piauí, Paulistana e Curral Novo do Piauí - PI	06/10/2022	10/11/2055
Complexo Eólico Ventos do Piauí III ("Piauí III")	207,0	Curral Novo do Piauí - PI/Ouricuri e Araripina - PE	13/05/2022	10/11/2055
Complexo Eólico Alto Sertão II ("Alto Sertão II")	386,1	Pindai, Guanambi, Caiteté - BA	21/03/2011	15/04/2047
Complexo Eólico Ventus ("Ventus");	187,0	Macau e Galinhos - RN	13/12/2010	12/12/2045
Complexo Eólico Salinas e Mandacaré ("Salinas e Mandacaré")	158,5	Trairi e Amontada - CE/Areia Branca - RN	01/07/2010	11/07/2047
Complexo Eólico Vento de Araripe ("Araripe")	210,0	Simões - PI	27/02/2014	18/02/2049
Complexo Eólico Caetés ("Caetés")	181,9	Caitetés e Paranatama - PE	27/02/2014	18/02/2049
Complexo Eólico Cassino ("Cassino")	64,0	Rio Grande - RS	03/11/2011	03/02/2046
Complexo Eólico Tucano ("Tucano")	322,4	Tucano e Biritinga - BA	29/05/2020	28/05/2055
		Pedro Avelino, Fernando Pedroza, Lajes, Cerro Corá, Angicos - RN	15/06/2020	25/11/2055
Complexo Eólico Cajuína ("Cajuína")	685,8			
Total Geração Eólica	3.177,9			
Geração Solar				
Complexo Solar Sol de Jaíba ("Jaíba")	500,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Complexo Solar Sol do Piauí ("Piauí")	48,1	Curral Novo do Piauí - PI	18/05/2021	07/03/2051
Complexo Solar Guaimbê ("Guaimbê")	150,0	Guaimbê - SP	15/06/2015	15/06/2050
Complexo Solar Boa Hora ("Boa Hora")	69,1	Ouroeste - SP	10/06/2016	09/06/2051
Complexo Solar Água Vermelha ("Água Vermelha")	109,2	Ouroeste - SP	14/06/2018	13/06/2053
Total Geração Solar	876,4			
Capacidade total de geração	8.252,7			

(I) Em 2022, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria 647/2022, a qual definiu a controlada CESP como operadora temporária da Usina Hidrelétrica de Parabuna ("UHE Parabuna"), no regime de cotas de garantia física, a partir de 04 de junho de 2022 até a assunção de novo concessionário vencedor de licitação a ser realizada pela União, o que não ocorreu até a data destas demonstrações financeiras.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025: 1.2.1 Principais eventos societários: (a) Movimentação de capital em controladas: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizados aumentos e reduções de capital social das controladas, conforme tabela a seguir.

Controladas

Via transferência bancária

Auren Participações S.A.	07/01/2025	800.000
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	21/02/2025	(76.535)
Auren Participações S.A.	22/04/2025	(1.053.543)
CESP - Companhia Energética de São Paulo	24/07/2025	(2.600.000)
Auren Participações S.A.	19/08/2025	400.000
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	17/12/2025	198.000
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	17/12/2025	(18.460)
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	17/12/2025	(93.000)
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	17/12/2025	(26.210)
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	17/12/2025	(19.000)
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	22/12/2025	(19.674)
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	22/12/2025	(13.500)
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	22/12/2025	(14.500)
		(2.530.422)

(b) Movimentação de dividendos de investidas:

	Provisionados	Adicionais	Intercalares		Saldo
Investidas	em 2024	deliberados	deliberados	Recebidos	Obrigatórios em 2025
CBA Energia Participações S.A.	—	34.260	79.151	(94.875)	—
Pollatrix S.A.	8.094	69.808	149.170	(93.728)	—
Pinheiro Machado Participações S.A.	—	5.422	17.825	(23.247)	—
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	39.622	—	—	(39.622)	73.506
Ventos de São Vicente Participações	—	—	—	—	73.506
Energias Renováveis S.A.	7.281	83.465	—	(90.746)	14.326
MRTV Energia S.A.	982	—	—	—	—
Ventos de Santa Estevão Holding S.A.	1.371	—	—	(1.371)	12.818
CESP - Companhia Energética de São Paulo	256.001	732.298	—	(988.300)	79.755
Auren Participações S.A.	—	746.457	—	(746.457)	—
Saldo Final	313.351	1.671.710	246.146	(2.078.347)	180.405

Saldo Final

12.2.2 Principais eventos operacionais: (a) Emissão de debêntures: No dia 15 de abril de 2025, a controlada Auren Participações realizou a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária, em série única, com garantia adicional fidejussória, no montante de R\$2.000.000 e prazo de 10 anos, com remuneração de IPCA + 7,4515% a.a. No mesmo momento, a controlada Auren Participações contratou operação de derivativo de *swap* de taxa de juros, com o objetivo de proteção em face das oscilações da inflação e garantir maior previsibilidade financeira. A operação converte o custo da Emissão de IPCA + 7,4515% a.a. para CDI - 0,50% a.a., resultando em um custo *all-in* final próximo ao CDI *spread* (nota explicativa 15). Em 14 e 21 de julho de 2025, a controlada Auren Participações realizou a 3ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária, em série única, com garantia adicional fidejussória, no montante de R\$ 1.150.000 e prazo de 12 anos, com remuneração de IPCA + 6,9164% a.a. No mesmo momento, a controlada Auren Participações contratou um instrumento derivativo na forma de *swap*, que converte o custo da Emissão de IPCA + 6,9164% a.a. para CDI - 0,90% a.a., resultando em um custo *all-in* final abaixo do CDI *spread*. (nota explicativa 15). Em 14 de julho de 2025, a controlada CESP - Companhia Energética de São Paulo realizou a 14ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirogratária, em série única, com garantia fidejussória, no montante de R\$ 2.100.000 e prazo de 7 anos, com remuneração de CDI + 0,62% a.a. **(b) Resgate antecipado de debêntures ("acquisition finance"):** Em 23 de abril de 2025, a Companhia realizou a amortização extraordinária do montante correspondente a R\$ 3.200.000, equivalente a 59% da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia, relativa ao *acquisition finance*, empréstimo ponte emitido para a realização da operação de combinação de negócios com a AES Brasil (atual Auren Participações), de R\$ 5.400.000. Posteriormente, em 20 de agosto de 2025, a Companhia realizou o resgate antecipado facultativo total da referida 4ª Emissão de Debêntures da Companhia, ou a *acquisition finance*, mediante o pagamento do saldo residual correspondente a R\$ 2.200.000, equivalente aos 41% residuais após a amortização extraordinária acima mencionada, de maneira que, pelos pagamentos realizados, a Companhia efetuou o pagamento antecipado de 100% do montante da referida 4ª Emissão de Debêntures da Companhia, permitindo, portanto, reduzir o custo médio e alongar o prazo médio de seu endividamento, além de otimizar o cronograma de amortizações para os próximos anos. **(c) Aquisição da participação remanescente da Way2 Tecnologia:** Em 14 de julho de 2025, a controlada Auren Comercializadora de Energia Ltda. ("Auren Comercializadora") concluiu um acordo societário para a aquisição da parcela remanescente de 50% do capital social da Way2 Serviços de Tecnologia S.A. ("Way2"), passando a deter 100% de participação acionária na referida empresa. A Way2 é referência nacional em soluções de telemetria, gestão de dados e inteligência aplicada ao setor elétrico, atendendo agentes de geração, distribuição, comercialização a grandes consumidores. O preço de aquisição da parcela remanescente totalizou o montante de R\$ 94.922, o qual foi pago em sua totalidade na data de transferência das ações à Auren Comercializadora. O detalhamento da Combinação de Negócios, encontra-se abaixo: **(i) Contraprestação transferida:** Como a combinação de

continua ★



Auren Energia S.A.

CNPJ: 28.594.234/0001-23

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

★ continuação

Notas Explicativas

negócios foi realizada em etapas (“*step acquisition*”), conforme previsto no CPC 15/IFRS 3, o adquirente deve, na data de obtenção do controle, mensurar o valor de sua participação preexistente na adquirida ao valor justo, reconhecendo na demonstração do resultado qualquer ganho ou perda decorrente dessa remensuração. Com base no estudo de PPA - *Purchase Price Allocation*, foram identificadas mais-valias no montante de R\$ 56.273. Considerando, para fins de mensuração, que o valor justo da participação anterior seja equivalente ao preço pago pelos 50% adicionais, no montante de R\$ 94.922, o valor remanescente de R\$ 114.189 foi alocado como ágio da operação, conforme demonstrado abaixo:

Total da contraprestação	94.922
Patrimônio líquido da empresa adquirida	(19.382)
Reavaliação da participação anterior detida	94.922
Valor a ser alocado	170.462
Mais-valia alocada	56.273
Ágio da operação	114.189

A Auren Comercializadora apurou o efeito do valor justo dos ativos e passivos adquiridos, bem como a avaliação do valor justo de sua participação preexistente na Way2, adquirida em 2021, e reconheceu na demonstração do resultado o ganho de R\$ 52.209 (R\$ 34.458 líquido de impostos diferidos).

A contraprestação transferida, líquida do caixa combinado encontra-se apresentada abaixo:

Valores para aquisição pagos em caixa ou equivalentes de caixa	(94.922)
Caixa e equivalentes de caixa adquirido da controlada	11.822
Caixa e equivalentes de caixa pagos pela obtenção do controle da controlada, líquido do caixa ativo	(83.100)

(ii) **Ativos e passivos assumidos na data de aquisição:** Na data de aquisição, a Administração apurou o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, o qual foi alocado como mais-valia dos ativos adquiridos, conforme demonstrado abaixo. A avaliação indicou que os demais saldos contábeis estavam muito próximos dos seus respectivos valores justos e, portanto, nenhum ajuste foi realizado.

	Valor contábil	Ajustes	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	11.822	–	11.822
Contas a receber de clientes	3.981	–	3.981
Ativos relacionados a contratos com clientes	10.812	–	10.812
Despesas pagas antecipadamente	173	–	173
Tributos a recuperar	145	–	145
Tributo diferido	1.332	–	1.332
Outros ativos	202	–	202
Direito de uso	763	–	763
Imobilizado	699	–	699
Intangível - Software	1.210	–	1.210
Intangível - Ágio	–	114.189	114.189
Intangível - Carteira de clientes	–	56.273	56.273
Fornecedores	(297)	–	(297)
Arrendamentos	(785)	–	(785)
Obrigações tributárias	(1.942)	–	(1.942)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.687)	–	(2.687)
Passivo de contrato	(323)	–	(323)
Dividendos a pagar	(5.680)	–	(5.680)
Outros passivos	(43)	–	(43)
Total de ativos líquidos identificáveis	19.382	170.462	189.844

(iii) **Metodologia utilizada para apurar o valor justo: Carteiras de clientes:** o valor justo do intangível proveniente de relacionamento com clientes foi apurado, conforme laudo de especialista contratado, considerando o método do “MPEEM (*Multi Period Earning Excess Method*)”, metodologia utilizada para avaliar o valor de ativos intangíveis com base em seu fluxo de caixa futuro. Ela avalia a capacidade da carteira de clientes de gerar renda adicional para a companhia nos próximos anos.

Alocação e vida útil da mais-valia alocada:

Intangível	Valor	Vida-útil
Carteira de clientes	56.273	13,5 anos

(d) **Indenização de bens reversíveis:** Em 14 de outubro de 2025, durante o 2º Circuito Deliberativo Público Ordinário da Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi deliberado, em favor da CESP, o processo nº 48500.906736/2022-09. A decisão estabeleceu o direito da controlada CESP em receber a indenização no valor total de R\$ 498.815, correspondente à Base de Remuneração Regulatória (BRR) Líquida dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, realizados pela CESP nas usinas hidrelétricas Jupia, Ilha Solteira, Paraibuna e Jaguari, considerando as respectivas datas base dos termos das concessões, conforme indicado na tabela abaixo:

Usina	Base de remuneração líquida	Data-base
UHE Jupia	230.802	31/07/2015
UHE Jaguari	24.080	31/05/2020
UHE Paraibuna	30.586	30/06/2022
UHE Ilha Solteira	213.347	31/07/2015
Total	498.815	

A decisão foi formalizada pelo Despacho nº 3.076/2025, publicado em 21 de outubro de 2025 no Diário Oficial da União, e, após essa etapa, o processo foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia, responsável pela definição do meio de pagamento, do índice de correção monetária e do cronograma de pagamento, os quais, tão logo sejam de conhecimento da Companhia, serão objeto de comunicação ao mercado nos termos previstos na regulamentação pertinente. Antes da deliberação, as usinas apresentavam situações contábeis distintas: (i) As UHEs de Jupia e Ilha Solteira possuíam saldo residual contábil zero, em razão de perdas por desvalorização reconhecidas em exercícios anteriores; (ii) A UHE de Jaguari mantinha R\$ 19.010 registrados na rubrica “Ativo sujeito à indenização”; e (iii) A UHE de Paraibuna, ainda sob regime de concessão, registrava seu saldo residual no Ativo Imobilizado, no valor de R\$ 11.245. Com a formalização da decisão regulatória, foram efetuados os seguintes ajustes contábeis: a) Reversão de perdas por desvalorização (*impairment*) anteriormente reconhecidas nas UHEs de Jupia e Ilha Solteira, no montante de R\$ 325.665 (R\$ 214.939 líquidos de impostos diferidos), restabelecendo parte do valor contábil dos ativos; b) Reclassificação de R\$ 19.010 de “Ativo sujeito à indenização” para “Ativos indenizáveis pela União”, relacionados à UHE de Jaguari; c) Reclassificação de R\$ 11.245 do Ativo Imobilizado para “Ativos indenizáveis pela União”, referentes à UHE Paraibuna; d) Reconhecimento do complemento de indenização no valor de R\$ 142.895, conforme composição apresentada abaixo:

Usina	Valor residual contábil	Complemento de indenização	Valor Nota Técnica
UHE Jupia	144.444	86.358	230.802
UHE Jaguari	19.010	5.070	24.080
UHE Paraibuna	11.245	19.341	30.586
UHE Ilha Solteira	181.221	32.126	213.347
	355.920	142.895	498.815

Após os ajustes, o saldo final registrado em “Ativos indenizáveis pela União” passou a totalizar R\$ 498.815, refletindo integralmente o valor reconhecido pela ANEEL. O impacto no resultado do exercício foi um efeito positivo de R\$ 468.560, registrado em “Outros Resultados Operacionais”, composto pela reversão de perdas por desvalorização, no montante de R\$ 325.665 e pelo reconhecimento do complemento de indenização, no valor de R\$ 142.895. (e) **Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia:** Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modalidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado. A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações das controladas da Companhia na condição de geradora: • **Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica e solar:** Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026. O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados. • **Regras de autoprodução e equiparação:** A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico). A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias. • Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas: A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Cedente. A prorrogação pode ser antecipada em até 5 anos, com vigência imediata. Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração. A Companhia e suas controladas continuarão monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade: (a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais, equivalentes às demonstrações financeiras padronizadas contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”), foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pela Comissão de valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee “IFRIC”, ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS somente no que se refere a capitalização do *hedge accounting* na Controladora, em relação aos ativos construídos em suas controladas indiretas. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), consolidada e individual, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Em razão da conclusão da combinação de negócios com a Auren Participações (anteriormente,

empresas da AES Brasil) em 31 de outubro de 2024, os efeitos dessa transação passaram a ser refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir de novembro de 2024. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2025 incluem os efeitos da consolidação da Auren Participações, enquanto as informações correspondentes ao exercício comparativo, 2024, não contemplam tais efeitos. Por esse motivo, os saldos e resultados apresentados entre os períodos não são diretamente comparáveis. (b) **Aprovação das demonstrações financeiras:** O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 03 de março de 2026, autorizando sua divulgação. **2.2 Base de apresentação:** A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações estrangeira: (a) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$). (b) **Transações e saldos em moeda estrangeira:** As operações em moedas estrangeiras são convertidas em reais. Para itens remensurados são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como “Variações cambiais, líquidas”. **2.4 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes. (a) **Controladas:** As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Quando da aquisição de controladas, as políticas contábeis das mesmas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. (b) **Coligadas:** Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo, e incluem o ágio e a mais-valia de ativos identificados na aquisição. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. (c) **Operação em conjunto e Consórcios (*joint operation*):** Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais das controladas da Companhia. Dessa forma, ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras, na proporção correspondente à participação da Companhia. As controladas da Companhia integrantes dos complexos eólicos de Ventos do Piauí I, II e III possuem participação e operam em conjunto os Consórcio Ventos do Piauí, Consórcio Ventos do Piauí II e Consórcio Ventos do Piauí III (“Consórcios”), respectivamente. Da mesma forma, as controladas MS Participações e Santos Energia Participações, por meio de suas investidas, também operam em conjunto os consórcios Faisa/Embuaca, Mar e Terra/Bela Vista e Faisa/Trairi, seguindo o mesmo modelo de operação compartilhada. Estes Consórcios têm por objeto a construção, manutenção, operação e o uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/elevadora, e a linha de transmissão, entre outros, que deverão servir a todas as Consorciadas. Adicionalmente, as controladas da Companhia Jaiba L1, Jaiba SE2 e Jaiba NE3 constituíram três consórcios com o objetivo de viabilizar a autoprodução de energia elétrica por meio de arrendamento, destinada ao consumo próprio da energia gerada pelos seus integrantes. (d) **Empreendimentos controlados em conjunto (*Joint Ventures*):** Empreendimentos onde a Companhia tem o controle em conjunto com outros investidores são classificados como *joint ventures*. Em uma *joint venture*, a Companhia tem direito aos ativos líquidos da *joint venture*, e não aos seus ativos e passivos específicos. As participações em *joint ventures* são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, após serem reconhecidas inicialmente ao custo no balanço patrimonial. A controlada indireta Tucano Holding I S.A. (“Tucano Holding I”) detém 50% de participação indireta na Tucano Holding III com a Unipar Carbocoloro S.A., empreendimento controlado em conjunto (“*Joint venture*”) com a Unipar Carbocoloro S.A. (“Unipar Carbocoloro”). A controlada Auren Comercializadora detém 50% de participação na Gud Comercializadora de Energia S.A. (“Gud Energia”) com a Telefônica Brasil S.A. (“Vivo”). Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. **2.5 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB: (a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias adotadas pela Companhia e suas controladas:** A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros. (b) **Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes:** Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) - IFRS 1 e IFRS 2 IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações financeiras sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade. Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotaís especificados.	1º de janeiro de 2027
Reforma Tributária Brasileira: A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituiram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

A partir de 1º de janeiro de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração. A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação. **2.6 Reapresentação de cifras comparativas: 2.6.1 Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2024:** Em atendimento a Resolução CVM 199/2024 no preenchimento da Demonstração do Valor Adicionado “DVA”, a Companhia procedeu à reapresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As reclassificações geraram ajustes positivos e negativos. Estas correções, representadas por reclassificações, não geraram impacto relevante em qualquer índice no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, alguns itens foram reclassificados ou tiveram os critérios de reconhecimento adotados para a apresentação da DVA alterados e as principais reclassificações estão descritas abaixo: (a) A Companhia alterou a sua política contábil de apresentação de “Ativos construídos para uso próprio” com o intuito de aprimorar suas divulgações, e está apresentando essa rubrica nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que agora inclui os ativos que têm por características a construção de parques eólicos e solares, após a entrada em operação, são classificados na classe de “Máquinas, equipamentos e instalações” no imobilizado; (b) Reclassificação nas linhas do grupo de “Insumos adquiridos de terceiros”, referem-se a: (i) Linha de “Energia comprada, encargos de uso e custos com operação” sendo R\$ 388.527 de alocação dos custos advindos das Receitas de Construção de ativos próprios; e R\$ 222.811 melhor alocação de valores antes apresentados nas linhas de Serviços de terceiros, operação e manutenção” e “Materiais”; (ii) Linha de “Serviços de terceiros, materiais e outros” onde R\$ 183.240 saíram da linha de “Serviços de terceiros, operação e manutenção” e “Materiais” e passaram a ser alocados na linha “Energia comprada, encargos de uso e custos com operação”; (c) Adição do montante de tributos incluídos nas compras sobre os “custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia, entre outros”, apresentados na demonstração do resultado do exercício para a linha de “Energia comprada, encargos de uso e custos com operação” na DVA no montante de R\$ 603.700. (d) A linha “Contratos futuros de energia”, anteriormente apresentada no grupo “Retenções”, foi reclassificada para “Outras receitas operacionais” no grupo “Receitas” no montante de R\$ 13.070; (e) Reclassificação do grupo “Outras”, que totalizava R\$ 71.484, onde todas as linhas foram alocadas em “Outras receitas operacionais” no grupo de “Receitas”, agregando nessa linha valores positivos e negativos; (f) Reclassificação da despesa com INSS do Grupo de Pessoal referente a “Encargos Sociais” para o Grupo de Tributos e Contribuições Sociais. A despesa com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“F.G.T.S.”), anteriormente demonstrada na linha de “Encargos Sociais” foi aberta em linha específica dentro do Grupo de Pessoal, no montante de R\$ 31.752 e R\$ 21.467 respectivamente. Tais ajustes foram realizados retroativamente conforme preveem os pronunciamentos técnicos “IAS 1/CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis” e “IAS 8/CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro”. Esta reapresentação não impactou as demais notas explicativas da Companhia, tampouco nos resultados consolidados e individuais do exercício ou qualquer índice relevante no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo, e estão sendo reapresentadas para fins de comparabilidade conforme demonstrados abaixo:

Referência	Consolidado			Controladora		
	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024
Receitas						
Venda de energia, serviços e outros	9.246.515	76.905	9.323.420	–	–	–
Provisão de ressarcimento	(128.426)	–	(128.426)	–	–	–
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	–	(613)	(613)	–	–	–
Outras receitas operacionais	(d)/(e) 76.905	76.052,00	152.957,00	–	47	47
Receitas relativas à construção de ativos próprios	(a) –	428.588	428.588	–	27.590	27.590
	9.194.994	580.932	9.775.926	–	27.637	27.637
Insumos adquiridos de terceiros						
Energia comprada, encargos de uso e custos com operação	(a)/(b)/(c) (5.634.213)	(1.213.710)	(6.847.923)	–	–	–
Serviços de terceiros, materiais e outros	(b) (349.705)	136.556	(213.149)	(64.994)	(49.651)	(114.645)
Materiais	(b) (9.414)	9.414	–	(1.539)	1.539	–
Outras despesas	(9.051)	9.051	–	(2.357)	2.357	–
	(6.002.383)	(1.058.689)	(7.061.072)	(68.890)	(45.755)	(114.645)
	3.192.611	(477.757)	2.714.854	(68.890)	(18.118)	(87.008)
Valor adicionado bruto						

continua →

 auren										Auren Energia S.A. CNPJ: 28.594.234/0001-23										DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025									
★ continuação										Notas Explicativas																			
										5. Custos e despesas operacionais, líquidas																			



auren



Auren Energia S.A.

CNPJ: 28.594.234/0001-23

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

★ continuação

Notas Explicativas

7. Investimentos

a) Composição :

	Consolidado								Controladora			
	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patri- mônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)								
					2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial												
Coligadas												
Pollarix S.A. (i)	333.752	261.609	66,67	–	207.792	117.212	237.242	248.427				
CBA Energia Participações S.A. (i)	325.425	158.274	66,67	–	108.814	107.860	222.696	227.297				
Pinheiro Machado Participações S.A. (i)	48.734	41.502	50,00	–	24.901	23.454	26.145	24.489				
WAY2 Serviços de Tecnologia S.A. (v)	21.686	5.146	100,00	100,00	4.188	4.899	–	9.601				
Flora Energia Renovável Inteligente S.A.	1.695	(1.882)	15,00	15,00	(282)	(552)	254	543				
Joint Ventures												
Tucano Holding III S.A. (iii) (iv)	179.890	1.337	50,00	50,00	(2.058)	(283)	166.584	106.817				
Gud Comercializadora de Energia S.A. (iv)	24.116	(13.025)	50,00	50,00	(6.514)	–	12.058	–				
Mais-valia												
Pollarix S.A. (ii)					(70.254)	(52.788)	748.181	818.435				
CBA Energia Participações S.A. (ii)					(42.748)	(21.029)	475.059	517.807				
Pinheiro Machado Participações S.A. (ii)					(11.640)	(11.640)	76.638	88.282				
WAY2 Serviços de Tecnologia S.A.					(596)	(1.192)	–	10.725				
Investimento - JV Unipar I (ii)					(5.675)	–	157.905	164.589				
Ágio												
WAY2 Serviços de Tecnologia S.A. (v)					–	–	–	22.892				
Aquarela Inovação Tecnológica do Brasil S.A.					–	–	–	13.515				
Flora Energia Renovável Inteligente S.A.					–	–	8.258	8.258				
Obrigações a pagar com investidas												
Aquarela Inovação Tecnológica do Brasil S.A.					(581)	(1.557)	(784)	(119)				

(i) A participação refere-se à 100% das ações preferenciais detidas pela Companhia, motivo pelo qual esses investimentos não são consolidados. Os resultados de investimento registrado na Companhia não conciliam com o percentual correspondente à participação societária em 31 de dezembro de 2025, devido ao cálculo de equivalência patrimonial considerar a desproporcionabilidade dos dividendos: (a) CBA Energia, que determina o pagamento de dividendos 10% superior para as ações preferenciais; (b) Pollarix que determina o pagamento de dividendos 93% superior para as ações preferenciais e decorrente do aporte de investimento; e (c) Pinheiro Machado que determina o pagamento de dividendos 50% superior para as ações preferenciais. A Companhia possui apenas ações preferenciais dessas coligadas, portanto, não há percentual de participação votante. (ii) Refere-se ao ajuste a valor justo dos ativos referentes a parcela de investimento detida pela Auren referente ao direito de concessão de investimentos hidrelétricos, com relação à mais-valia das investidas CBA Energia, Pollarix e Pinheiro Machado, e está sendo amortizada pelos prazos de concessão de cada usina detida pelas empresas. O saldo relativo à Joint Venture Unipar I, refere-se à mais-valia apurada na combinação de negócios com a Auren Participações sobre os ativos detidos pela Tucano Holdings III, controlada indireta da Auren Participações. (iii) O saldo de investimento referente à investida Tucano Holding III não reflete o percentual de participação, pois em sua composição há amortização de juros capitalizados no montante de R\$ (5.145) e equivalência patrimonial do período findo em 31 de dezembro de 2025 há amortização de juros capitalizados no montante de R\$ (2.727). (iv) A participação no investimento GUD Energia é detida pela controlada Auren Comercializadora e a participação no investimento Tucano Holdings III, pela controlada Auren Participações. (v) A controlada Auren Comercializadora concluiu, em 14 de julho de 2025, um acordo societário para aquisição da parcela remanescente de 50% do capital social da Way2, passando a deter, portanto, 100% de participação acionária na referida empresa após a conclusão da transação e pagamento aos antigos acionistas. O efeito líquido do caixa da transação foi de R\$ 83.100, sendo R\$ 94.922 pagos aos antigos acionistas em 14 de julho e R\$ 11.822 de caixa adquirido.

	Controladora							
	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patri- mônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)				
					2025	2024	2025	2024
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
CESP - Companhia Energética de São Paulo	4.779.443	335.809	100,00	100,00	335.809	215.540	4.779.443	7.939.080
Auren Participações S.A. 4.216.982	(428.761)	100,00	100,00	100,00	(428.761)	(34.538)	4.209.494	5.192.522
Auren Comercializadora de Energia Ltda. (i)	982.572	437.326	100,00	100,00	201.749	211.245	787.259	650.879
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	33.412	(15.943)	100,00	100,00	(15.943)	(11.820)	33.412	49.355
MRTV Energia S.A. (iv)	26.924	(904)	72,50	100,00	(906)	(1.982)	26.924	27.827
Ventos do Araripe III								
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	713.082	53.969	100,00	100,00	53.969	5.775	713.082	473.931
Ventos do Piauí I								
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	404.896	60.319	100,00	100,00	60.319	30.658	404.896	518.899
Ventos do Piauí II								
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A. (iv)	76.477	(10.258)	51,00	100,00	(10.258)	(13.379)	76.477	86.734
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	22.175	(6.252)	50,00	50,00	(2.798)	(4.428)	1.577	24.050
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A. (iv)	69.595	(8.621)	51,00	100,00	(8.621)	(12.202)	69.595	78.216

	2024									
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Imposto de renda e contribuição social	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas										
Auren Participações S.A. (i)	3.175.882	16.831.530	(4.040.407)	(9.697.236)	(5.192.493)	695.284	(566.925)	(3.849)	(138.117)	(34.537)
CESP - Companhia Energética de São Paulo	1.260.802	12.121.330	(588.245)	(4.854.807)	(7.939.080)	1.175.265	809.033	(567.530)	(338.867)	1.077.901
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	2.988.942	3.137.110	(2.376.872)	(2.949.173)	(800.007)	6.046.792	(5.861.522)	(61.799)	35.012	158.483
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	31.215	237.601	(22.227)	(197.234)	(49.355)	20.212	(14.601)	(2.064)	(15.367)	(11.820)
MRTV Energia S.A.	321	28.488	(982)	–	(27.827)	–	(2.012)	–	30	(1.982)
Ventos do Araripe III										
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	35.787	639.991	(21.229)	(180.618)	(473.931)	–	26.660	–	(20.885)	5.775
Ventos do Piauí I										
Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.	13.686	531.922	(7.284)	(19.425)	(518.899)	–	37.848	204	(7.394)	30.658
Ventos do Piauí II										
Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	21.779	64.984	(29)	–	(86.734)	–	(14.782)	(661)	2.064	(13.379)
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	26.241	238.602	(15.191)	(201.552)	(48.100)	37.326	(26.578)	(2.065)	(17.539)	(8.856)
Ventos de Santo Ângelo Energias Renováveis S.A.	18.480	59.806	(70)	–	(78.216)	–	(13.385)	(548)	1.731	(12.202)
Ventos de São Ciríaco Energias Renováveis S.A.	21.659	239.872	(15.123)	(201.513)	(44.895)	38.439	(27.171)	(1.931)	(18.011)	(8.674)
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	18.487	197.135	(11.695)	(164.356)	(39.571)	28.819	(20.512)	(1.536)	(14.576)	(7.805)
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	16.692	184.286	(11.602)	(148.694)	(40.682)	25.921	(18.710)	(1.395)	(13.144)	(7.328)
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.	5.816	17.101	(9)	–	(22.908)	–	(3.695)	(145)	544	(3.296)
Ventos do Piauí III										
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	18.472	212.710	(15.431)	(181.717)	(34.034)	32.944	(25.726)	(1.711)	(16.180)	(10.673)
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	18.155	237.852	(15.161)	(198.738)	(42.108)	33.831	(27.013)	(1.752)	(17.869)	(12.803)
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	16.354	173.880	(11.305)	(144.726)	(34.203)	26.088	(19.141)	(1.360)	(12.882)	(7.295)
Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	42.027	113.407	(69)	(25.213)	(130.152)	–	607	(8.735)	24.789	16.661
Coligadas										
Pollarix S.A.	133.734	333.412	(50.584)	(68.729)	(347.833)	149.778	(4.955)	–	2.746	147.569
CBA Energia Participações S.A.	32.288	308.776	(8.949)	–	(332.115)	117.245	39.060	(2.654)	3.254	156.905
Pinheiro Machado Participações S.A.	3.523	42.461	(9)	–	(45.975)	–	38.953	(41)	178	39.090



auren

Auren Energia S.A.
CNPJ: 28.594.234/0001-23

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

←* continuação

Notas Explicativas

8. Imobilizado

Política contábil: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis. As controladas CESP e Auren Operações adotaram o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (1º de janeiro de 2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida deste ágio foi registrada na conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio líquido das controladas CESP e Auren Operações. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado. Para os ativos de geração, a depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão ou autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL e no caso das usinas hidrelétricas, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado. Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

									Consolidado
									20252024
	Terras e terrenos	Edifícios, construções e benfeitorias (iv)	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Desmobilização de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	TotalTotal
Saldo no início do exercício (iii)									
Custo	701.261	3.738.174	19.773.519	8.630.099	328.195	20.779	16.383	1.263.041	34.471.45120.432.188
Depreciação acumulada	(43.945)	(1.602.890)	(3.104.532)	(4.263.304)	(128.682)	(7.986)	(3.388)	—	(9.154.727)(8.628.823)
Ajuste a valor justo de imobilizado na alocação de preço de compra	858.924	194.636	981.818	(982.722)	—	—	—	—	1.052.656188.821
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	(168.678)	(1.215)	(189.734)	173.622	—	—	—	—	(186.005)(148.768)
Saldo líquido no início do exercício	1.347.562	2.328.705	17.461.071	3.557.695	199.513	12.793	12.995	1.263.041	26.183.37511.843.418
Adições (i)	—	—	—	—	—	—	—	1.015.698	1.015.698426.397
Adição de valor justo de imobilizado na alocação do preço de compra - Auren Participações	—	—	—	—	—	—	—	—	—863.835
Substituição de itens em garantia	—	—	1.011	—	—	—	—	—	1.011465
Remensuração de desmobilização de ativos	—	—	—	—	(26.894)	—	—	—	(26.894)16.679
Baixa	—	(1.606)	(20.096)	—	—	—	(395)	(27.351)	(49.448)(15.367)
Depreciação	(7.803)	(114.540)	(951.958)	(249.678)	(25.467)	(3.142)	(1.777)	—	(1.354.365)(525.904)
Amortização de ajuste a valor justo	(27.553)	(6.476)	(60.278)	42.103	—	—	—	—	(52.204)(37.237)
Empresa incorporada incluída na consolidação (Nota 1.2.2 (c) (i))	—	—	685	—	—	—	14	—	69913.644.466
Transferência de ativos sujeitos a indenização (Nota 1.2.2 (d))	—	(189)	(5.493)	(5.563)	—	—	—	—	(11.245)—
Transferência para contas a receber	—	—	—	—	—	—	—	(6.082)	(6.082)—
Transferências (i)	(5.426)	(831.801)	1.506.992	104.366	(6)	3.838	5.514	(1.053.775)	(270.298)(33.377)
Saldo no final do exercício	1.306.780	1.374.093	17.931.934	3.448.923	147.146	13.489	16.351	1.191.531	25.430.24726.183.375
Custo	702.728	3.757.308	25.008.161	11.241.564	307.060	34.893	29.976	1.191.531	42.273.22134.471.451
Depreciação acumulada	(58.641)	(2.607.253)	(7.935.568)	(7.025.644)	(159.914)	(21.404)	(13.625)	—	(17.822.049)(9.154.727)
Ajuste a valor justo de imobilizado na alocação de preço de compra	858.924	234.599	1.119.218	(982.722)	—	—	—	—	1.230.0191.052.656
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	(196.231)	(10.561)	(259.877)	215.725	—	—	—	—	(250.944)(186.005)
Saldo líquido no final do exercício	1.306.780	1.374.093	17.931.934	3.448.923	147.146	13.489	16.351	1.191.531	25.430.24726.183.375
Taxas médias anuais de depreciação - %	3,3%	3,3%	5,0%	2,0%	3,0%	15,0%	6,3%		

(i) Os montantes de transferências referem-se às unitizações após o encerramento do período de construção, com base em laudo final emitido por consultoria especializada contratada. Tais reclassificações são necessárias para aprimorar a apresentação dos custos do imobilizado. O montante final de R\$ (270.298) corresponde: (i) à transferência da classe “Obras em andamento”, do imobilizado, para o ativo intangível, no montante de (R\$ 23.887); (ii) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve a transferência de juros capitalizados da rubrica de imobilizado para investimentos, no montante de R\$ (81.783), considerando que as informações financeiras da investida Tucano Holding III não consolidam nessas demonstrações financeiras; (ii) e reclassificação de mais-valia entre Imobilizado e Intangível, decorrente da conclusão do laudo de *Purchase Price Allocation* referente à combinação de negócios com a Auren Participações (antiga AES Brasil), no montante de R\$ 164.628. (nota 14). (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve desembolso caixa no valor de R\$ 970.265, o montante de R\$ 69.678 refere-se ao líquido entre: (i) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) saldo que não resultou em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e (iii) adiantamentos ocorridos em 2025. (iii) Os saldos de custo de servidão estão classificados na nota de intangível. (iv) Os saldos de transferência de edifícios, construções e benfeitorias se referem a reclassificação para máquinas, equipamentos e instalações.

b) Obras em andamento:

	Consolidado	
	2025	2024
Projetos		
Construção dos parques eólicos e solares (i)	677.345	575.455
Modernização (ii)	347.555	539.906
Estoque (iii)	134.102	105.836
Pipelines e outros	32.529	41.844
	1.191.531	1.263.041

(i) Refere-se, principalmente, à construção do parque eólico Cajuína 3. (ii) Os principais projetos de modernização são relacionados aos parques eólicos de Caetés, Salinas, Mandacarú, Araripes, Ventus e Alto Sertão II e às Usinas hidrelétricas Barra Bonita e Promissão. (iii) O estoque é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no “custo médio ponderado”.

9. Intangível

Política contábil: Direitos de exploração de recursos naturais: Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico e solar são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis. Após o início da operação dos parques eólicos e solares, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. **Softwares:** As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **Repactuação risco hidrológico:** Refere-se a extensão do prazo de concessão da UHE Porto Primavera, após a homologação do prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, pela ANEEL, em 14 de setembro de 2021, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), referente às novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica estabelecidas pela Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015. **Ágio:** O ágio (*goodwill*) corresponde à diferença positiva entre o valor pago na aquisição de um negócio e o valor justo líquido dos ativos e passivos da entidade adquirida. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio decorrente de aquisições de controladas é

												Consolidado
												20252024
	Direitos de outorga, exploração de autorização e de recursos naturais	Autorização ANEEL	Power Purchase Agreement	Repactuação risco hidrológico	Softwares, marcas e patentes e carteira de clientes	Direitos de outorga	Ágio	UBP	Direitos e projetos em desenvolvimento	Custo de servidão	Intangível em andamento	TotalTotal
Saldo no início do exercício												
Custo	3.891.598	17.633	621.046	1.482.975	150.173	1.398.703	508.845	253.211	37.208	22.111	16.181	8.399.6842.879.269
Amortização acumulada	(61.493)	(3.873)	(145.726)	(451.014)	(46.737)	(244.615)	—	(88.232)	—	(1.690)	—	(1.043.380)(414.887)
Saldo líquido no início do exercício	3.830.105	13.760	475.320	1.031.961	103.436	1.154.088	508.845	164.979	37.208	20.421	16.181	7.356.3042.464.382
Adições (Nota 1.2.2 (c)(i) (i))	—	—	—	5.553	—	—	114.191	—	—	—	24.313	144.0573.092.238
Adição de valor justo de imobilizado na alocação do preço de compra - Auren Participações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—22.940
Adição de carteira de clientes - PPA Way2	—	—	—	—	56.526	—	—	—	—	—	—	56.526—
Amortizações	(44.376)	—	—	(105.975)	(23.891)	—	(7.006)	—	—	(850)	—	(182.098)(103.766)
Amortizações de ajuste a valor justo	(294.029)	(766)	(27.412)	6.875	(5.189)	—	—	—	—	—	—	(320.521)(38.590)
Reversão de provisão de impairment	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—3.222
Baixas	—	—	—	—	(25.949)	—	—	—	(16.137)	—	(270)	(42.356)(7.538)
Remensuração	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—142
Empresa incluída na consolidação	—	—	—	—	1.210	—	—	—	—	—	—	1.2101.889.897
Transferências	164.628	—	—	—	26.530	—	—	—	—	2.733	(5.376)	188.51533.377
Saldo no final do exercício	3.656.328	12.994	447.908	938.414	132.673	1.154.088	623.036	157.973	21.071	22.304	34.848	7.201.6377.356.304
Custo	4.068.961	17.633	621.046	1.495.403	244.019	1.398.703	623.036	253.211	21.071	28.025	34.848	8.405.9568.405.956
Amortização acumulada	(412.633)	(4.639)	(173.138)	(556.989)	(111.346)	(244.615)	—	(95.238)	—	(5.721)	—	(1.604.319)(1.107.540)
Saldo líquido no final do exercício	3.656.328	12.994	447.908	938.414	132.673	1.154.088	623.036	157.973	21.071	22.304	34.848	7.201.6377.356.304
Taxas médias anuais de amortização - %	3,0%	0,5%	4,5%	2,9%	20,0%	3,0%	3,0%	—	—	3,6%		

(i) Em 14 de julho de 2025, a controlada Auren Comercializadora de Energia Ltda (“Auren Comercializadora”) concluiu um acordo societário para a aquisição da parcela remanescente de 50% do capital social da Way2 Serviços de Tecnologia S.A. (“Way2”), passando a deter 100% de participação acionária na referida empresa. Com base no estudo de PPA - *Purchase Price Allocation*, foram identificadas mais-valias da classe de carteira de clientes no montante de R\$ 56.256. E o valor remanescente do ajuste do valor justo de R\$ 114.189 foi alocado na classe de ágio da operação.

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva. Determinados empréstimos podem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado quando designados como objeto de *hedge* de valor justo, conforme a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia. Nesses casos, a designação é suportada por documentação formal da relação de *hedge*, e as variações no valor justo atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas no resultado, de forma alinhada ao tratamento contábil aplicável para instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar o risco de valor justo associado à taxa de juros.

a) Composição:

												Consolidado
												2025
Modalidade				Circulante				Não circulante				Valor
	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total		justo (v)
Moeda Nacional												
BNDES - Complexo do Araripe III	TJLP+2,74%	73.374	(5.869)	2.801	70.306	678.206	(27.358)	—	650.848	721.154		626.009
BNDES - Complexo do Piauí I	TJLP+2,16%	57.137	(1.348)	1.674	57.463	428.527	(10.107)	—	418.420	475.883		347.711
BNDES - Sol do Piauí	IPCA+3,65%	10.066	(96)	299	10.269	180.346	(1.719)	—	178.627	188.896		146.332
BNDES - Complexo do Piauí II e III	IPCA+4,56%	91.853	(1.711)	3.418	93.560	1.676.317	(31.217)	—	1.645.100	1.738.660		1.437.035
Debêntures - 2ª emissão - Auren Energia	IPCA+6,30%	—	(1.130)	5.547	4.417	429.083	(8.384)	—	420.699	425.116		429.592
Debêntures - 3ª emissão - Auren Energia	CDI+0,55%	—	(2.640)	81.510	78.870	2.500.000	(12.759)	—	2.487.241	2.566.111		2.616.451
Debêntures - 12ª emissão - CESP	IPCA+4,30%	—	(5.014)	33.498	28.484	2.071.898	(18.386)	—	2.053.512	2.081.996		1.897.650
Debêntures - 13ª emissão - CESP	IPCA+6,17%	—	(3.559)	14.970	11.411	1.182.110	(25.993)	—	1.156.117	1.167.528		1.084.528
Debêntures - 14ª emissão - CESP	CDI+0,62%	—	(836)	120.603	119.767	2.100.000	(4.739)	—	2.095.261	2.215.028		2.211.815
BNB - CESP (i)	IPCA+5,76%	14.804	(263)	4.053	18.594	787.184	(5.272)	80.601	862.513	881.107		857.832
Debêntures - 2ª Emissão - Auren Participações (iii)	IPCA+7,45% com swap para o CDI - 0,50%	922	—	31.070	31.992	2.052.717	—	—	2.052.717	2.084.709		2.084.709
Debêntures - 3ª Emissão - Auren Participações (iv)	IPCA+6,92% com swap para o CDI - 0,90%	135	—	30.875	31.010	1.161.954	—	—	1.161.954	1.192.964		1.192.964
Debêntures - 1ª Emissão - Tucano Holding II	IPCA+6,06%	18.182	(748)	10.852	28.286	367.056	(11.030)	—	356.026	384.312		354.282
Debêntures - 1ª Emissão - Cajuína AB1	IPCA+7,07%	15.333	(2.889)	3.347	15.791	1.105.218	(50.562)	—	1.054.656	1.070.447		1.048.250



★ continuação

Notas Explicativas

											Consolidado
											2025
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Circulante		Principal	Custo de captação	Não circulante		Total	Valor justo (v)
				Encargos	Total			Encargos	Total		
Moeda Nacional											
Debêntures - 1ª Emissão - Complexo Eólico Araripe	IPCA+9,24%	24.398	(968)	262	23.692	43.540	(1.453)	–	42.087	65.779	66.517
Debêntures - 1ª Emissão - Complexo Eólico Caetés	IPCA+8,86%	29.687	(591)	234	29.330	33.232	(591)	–	32.641	61.971	62.143
Debêntures - 1ª Emissão Potengi (1ª Série)	IPCA+7,37%	10.650	(1.041)	990	10.599	307.813	(15.621)	–	292.192	302.791	301.971
Debêntures - 1ª Emissão Potengi (2ª Série)	IPCA+7,04%	15.844	(622)	593	15.815	183.503	(9.955)	–	173.548	189.363	184.951
Debêntures - 1ª Emissão (1º série) - Santa Tereza 07	IPCA+6,93%	28.357	(1.182)	12.805	39.980	607.010	(14.483)	–	592.527	632.507	614.181
Debêntures - 1ª Emissão (2º série) - Santa Tereza 07	IPCA+7,08%	7.129	(443)	6.696	13.382	318.225	(7.644)	–	310.581	323.963	317.817
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	IPCA+7,33%	1.090	(126)	548	1.512	83.561	(2.645)	–	80.916	82.428	82.758
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	IPCA+6,93%	45	(169)	453	329	73.748	(2.521)	–	71.227	71.556	69.297
Debêntures - 8ª Emissão - Auren Operações	IPCA+6,02%	28.967	(1.114)	1.156	29.009	136.450	(3.805)	–	132.645	161.654	154.498
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série) - Auren Operações	CDI+1,00%	690.000	(1.006)	62.506	751.500	690.000	(252)	–	689.748	1.441.248	1.450.483
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações	IPCA+4,71%	–	(4.225)	12.626	8.401	914.788	(9.507)	–	905.281	913.682	854.691
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série) - Auren Operações	IPCA+4,71%	–	(1.283)	9.553	8.270	255.292	(2.887)	–	252.405	260.675	244.046
Debêntures - 11ª Emissão - Auren Operações	IPCA+6,49%	–	(1.473)	12.207	10.734	645.560	(16.574)	–	628.986	639.720	605.906
BNDES - Auren Operações	TJLP+2,58%	27.989	(160)	392	28.221	79.302	(453)	–	78.849	107.070	99.851
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	TJLP+2,23%	22.029	(1.429)	363	20.963	81.146	(5.120)	–	76.026	96.989	88.124
BNDES - Complexo Eólico Cassino	TJLP+2,18%	16.901	(817)	330	16.414	77.463	(3.743)	–	73.720	90.134	80.618
BNDES - Complexo Eólico Araripe	TJLP+2,02%	49.774	(3.218)	1.257	47.813	341.102	(17.164)	–	323.938	371.751	342.687
BNDES - Complexo Eólico Caetés	TJLP+2,02%	47.932	(2.828)	1.210	46.314	328.468	(15.081)	–	313.387	359.701	312.080
BNDES - São Ricardo 01 (Subcrédito A)	8,20% (pré)	943	–	218	1.161	61.382	–	–	61.382	62.543	62.543
BNDES - São Ricardo 02 (Subcrédito A)	8,20% (pré)	1.185	–	258	1.443	77.121	–	–	77.121	78.564	78.564
BNDES - São Ricardo 01 (Subcrédito B)	IPCA+9,55%	199	(26)	63	236	15.434	(585)	–	14.849	15.085	15.085
BNDES - São Ricardo 02 (Subcrédito B)	IPCA+9,55%	250	(33)	78	295	19.391	(735)	–	18.656	18.951	18.951
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	IPCA+2,66%	16.958	(271)	2.270	18.957	311.625	(5.045)	27.959	334.539	353.496	259.365
BNB - São Ricardo 03	IPCA+4,53%	828	(36)	496	1.288	122.098	(751)	2.272	123.619	124.907	112.597
BNB - São Ricardo 04	IPCA+4,53%	972	(33)	391	1.330	94.364	(699)	1.756	95.421	96.751	87.374
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	2,50% (pré)	14.759	(1.835)	397	13.321	90.446	(7.884)	1.035	83.597	96.918	68.878
FDNE - Santa Tereza 01	IPCA+2,93%	6.555	(125)	452	6.882	111.457	(2.123)	–	109.334	116.216	98.600
Moeda Estrangeira (ii)											
Scotiabank 4131 (2021) Auren Operações	USD+1,7786% com swap para o CDI+1,48%	190.065	–	864	190.929	–	–	–	–	190.929	189.472
		1.515.312	(51.157)	474.185	1.938.340	22.824.137	(354.847)	113.623	22.582.913	24.521.253	23.259.208

(i) Nos contratos de financiamentos celebrados junto ao BNB há a previsão de um bônus de adimplência de 0,85% a.a., que será aplicado quando as parcelas das dívidas forem liquidadas até as datas de seus respectivos vencimentos. (ii) Para o empréstimo em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação. (iii) Em abril de 2025, a controlada direta Auren Participações contratou um instrumento derivativo do tipo swap de taxa de juros com o objetivo de trocar a variação atrelada à inflação acrescida de um spread (IPCA + 7,4515%) por uma variação baseada na taxa de mercado com desconto (CDI - 0,50%). Adicionalmente, a controlada direta Auren Participações designou como *hedge accounting* de valor justo as operações de empréstimos para os quais contratou instrumentos financeiros derivativos com o propósito de se proteger do risco de valor justo associado com a taxa de juros. (iv) Em agosto de 2025, a controlada direta Auren Participações contratou um instrumento derivativo do tipo swap de taxa de juros com o objetivo de trocar a variação atrelada à inflação acrescida de um spread (IPCA + 6,9164%) por uma variação baseada na taxa de mercado com desconto (CDI - 0,90%). Adicionalmente, a controlada direta Auren Participações designou como *hedge accounting* de valor justo as operações de empréstimos para os quais contratou instrumentos financeiros derivativos, com o propósito de se proteger do risco de valor justo associado com a taxa de juros. (v) A hierarquia do valor justo é nível 2.

											Consolidado
2024											
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Circulante		Não circulante				Valor justo
					Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total		
Moeda Nacional											
BNDES - Complexo do Araripe	TJLP+2,75%	66.997	(5.869)	2.801	63.929	732.924	(33.227)	—	699.697	763.626	610.728
BNDES - Complexo do Piauí I	TJLP+2,16%	55.737	(1.348)	1.706	56.095	473.762	(11.455)	—	462.307	518.402	409.655
BNDES - Sol do Piauí	IPCA+3,65%	9.288	(96)	250	9.442	175.709	(1.815)	—	173.894	183.336	249.058
BNDES - Complexo do Piauí II e III	IPCA+4,56%	87.833	(1.711)	3.151	89.273	1.690.803	(32.928)	—	1.657.875	1.747.148	931.881
Debêntures - 1ª emissão - Santo Estevão Holding - Auren Energia	IPCA+6,99%	13.946	(457)	6.349	19.838	183.629	(3.010)	—	180.619	200.457	193.239
Debêntures - 2ª emissão - Auren Energia	IPCA+6,30%	—	(1.130)	5.215	4.085	411.168	(9.515)	—	401.653	405.738	369.191
Debêntures - 3ª emissão - Auren Energia	CDI+0,55%	—	(2.640)	60.506	57.866	2.500.000	(15.399)	—	2.484.601	2.542.467	2.597.556
Debêntures - 4ª emissão - Auren Energia	CDI+1,10%	—	(7.998)	110.123	102.125	5.400.000	(22.662)	—	5.377.338	5.479.463	5.656.986
Debêntures - 12ª emissão - CESP	IPCA+4,30%	—	(5.014)	31.763	26.749	1.985.395	(23.400)	—	1.961.995	1.988.744	1.716.536
Debêntures - 13ª emissão - CESP	IPCA+6,17%	—	(3.624)	14.073	10.449	1.132.757	(29.475)	—	1.103.282	1.113.731	990.891
BNB - CESP (i)	IPCA+5,76%	11.602	(263)	2.595	13.934	801.992	(5.534)	67.005	863.463	877.397	1.069.894
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê Eólica	IPCA+7,76%	22.874	(595)	68	22.347	—	—	—	—	22.347	23.014
Debêntures - 1ª Emissão - Tucano THII	IPCA+6,06%	14.886	(969)	10.725	24.642	369.121	(11.406)	—	357.715	382.357	333.108
Debêntures - 1ª Emissão - Cajui�na AB1	IPCA+7,07%	17.860	(2.118)	2.964	18.706	1.073.672	(56.495)	—	1.017.177	1.035.883	925.747
Debêntures - 1ª Emissão - Araripe	IPCA+9,24%	19.852	(968)	298	19.182	65.096	(2.421)	—	62.675	81.857	85.664
Debêntures - 1ª Emissão - Caetés	IPCA+8,86%	26.074	(591)	291	25.774	60.287	(1.181)	—	59.106	84.880	83.821
Debêntures - 1ª Emissão - Potengi	IPCA+7,21%	8.748	(1.041)	887	8.594	305.140	(16.662)	—	288.478	297.072	283.681
Debêntures - 1ª Emissão (2ª série) - Potengi	IPCA+7,04%	17.447	(622)	564	17.389	191.007	(10.577)	—	180.430	197.819	8.089
Debêntures - 1ª Emissão - Santa Tereza 7	IPCA+6,98%	36.705	(1.625)	18.905	53.985	920.529	(23.752)	—	896.777	950.762	839.529
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros	IPCA+7,15%	1.638	(295)	968	2.311	151.707	(5.462)	—	146.245	148.556	128.799
Debêntures - 8ª Emissão - Auren Operações	IPCA+6,02%	25.564	(1.434)	1.243	25.373	158.496	(4.023)	—	154.473	179.846	169.515
Debêntures - 9ª Emissão - Auren Operações	IPCA+4,71%	—	(7.116)	20.926	13.810	1.121.128	(18.309)	—	1.102.819	1.116.629	1.013.586
Debêntures - 9ª Emissão - Auren Operações	CDI+1,00%	—	(1.327)	46.620	45.293	1.380.000	(949)	—	1.379.051	1.424.344	1.426.605
Debêntures - 10ª Emissão - Auren Operações	CDI+1,50%	—	(916)	4.641	3.725	750.000	(2.196)	—	747.804	751.529	756.594
Debêntures - 11ª Emissão - Auren Operações	IPCA+6,49%	—	(1.473)	28.444	26.971	618.552	(18.049)	—	600.503	627.474	564.519
BNDES - Complexo Ventus	TJLP+2,58%	27.294	(160)	452	27.586	104.627	(613)	—	104.014	131.600	131.600
BNDES - Complexo MS	IPCA+1,74%	21.482	(1.429)	403	20.456	100.613	(6.549)	—	94.064	114.520	114.520
BNDES - Cassino	TJLP+2,18%	16.481	(817)	355	16.019	92.022	(4.560)	—	87.462	103.481	103.481
BNDES - Araripe	TJLP+2,02%	44.940	(3.218)	1.370	43.092	381.173	(20.384)	—	360.789	403.881	403.881
BNDES - Caetés	TJLP+2,02%	43.277	(4.483)	1.319	40.113	367.056	(16.253)	—	350.803	390.916	390.916
BNB - Tucano II	IPCA+2,66%	16.797	(419)	2.634	19.012	328.582	(6.202)	29.481	351.861	370.873	370.873
BNB - Veleiros	IPCA+4,53%	9.744	(69)	892	10.567	214.352	(1.519)	—	212.833	223.400	223.400
BNB - Complexo MS	Pré-fixado (2,55%)	13.965	(1.834)	402	12.533	104.676	(9.719)	1.197	96.154	108.687	108.687
FDNE - Santa Tereza 01	IPCA+2,93%	7.999	(123)	1.062	8.938	116.383	(2.220)	—	114.163	123.101	123.101
Outros - Auren Operações	IPCA	27.227	—	—	27.227	—	—	—	—	27.227	27.227
Moeda Estrangeira (ii)											
Scotiabank 4131 - Auren Participações e Auren Operações	USD com swap para CDI + 1,53%	1.690.516	(36)	20.810	1.711.290	213.896	—	—	213.896	1.925.186	1.742.549
		2.356.773	(63.828)	405.775	2.698.720	24.676.254	(427.921)	97.683	24.346.016	27.044.736	25.178.121

											Controladora 2025
Modalidade	Encargos anuais médios	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo		
Debêntures - 2ª emissão	IPCA+6,30%	(1.130)	5.547	4.417	429.083	(8.384)	420.699	425.116	429.592		
Debêntures - 3ª emissão	CDI+0,55%	(2.640)	81.510	78.870	2.500.000	(12.759)	2.487.241	2.566.111	2.616.451		
		(3.770)	87.057	83.287	2.929.083	(21.143)	2.907.940	2.991.227	3.046.043		

										2024
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante			Não circulante				Valor justo	
		Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total		
Debêntures - 2ª emissão	IPCA+6,30%	(1.130)	5.215	4.085	411.168	(9.514)	401.654	405.739	369.191	
Debêntures - 3ª emissão	CDI+0,55%	(2.640)	60.506	57.866	2.500.000	(15.399)	2.484.601	2.542.467	2.597.556	
Debêntures - 4ª emissão	CDI+1,10%	(7.998)	110.123	102.125	5.400.000	(22.662)	5.377.338	5.479.463	5.656.986	
		(11.768)	175.844	164.076	8.311.168	(47.575)	8.263.593	8.427.669	8.623.733	



auren

Auren Energia S.A.

CNPJ: 28.594.234/0001-23

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

→★ continuação

Notas Explicativas

d) Principais captações:

	Modalidade	Data da captação	Montante	Custo	Vencimento	Liberação		A ser liberado
						2025	2024	
Complexo Sol de Jaíba	BNB	Setembro/2022	300.000	IPCA + 5,27% a.a.	Setembro/2046	–	120.000	–
	BNB	Junho/2023	200.000	IPCA + 5,73% a.a.	Julho/2047	–	31.792	–
	BNB	Dezembro/2023	330.000	IPCA + 5,78% a.a.	Janeiro/2047	–	284.709	45.291
	BNB	Junho/2024	30.000	IPCA + 11,00% a.a.	Outubro/2034	–	30.000	–
	13º Debêntures	Março/2024	1.100.000	IPCA + 6,17% a.a.	Abril/2034	–	1.100.000	–
CESP	14º Debêntures	Agosto/2025	2.100.000	CDI + 0,62% a.a.	Agosto/2032	2.100.000	–	–
	2º Debêntures	Abril/2024	400.000	IPCA + 6,30% a.a.	Abril/2034	–	400.000	–
	3º Debêntures	Setembro/2024	2.500.000	CDI + 0,55% a.a.	Outubro/2031	–	2.500.000	–
	4º Debêntures	Outubro/2024	5.400.000	CDI + 1,10% a.a.	Outubro/2028	–	5.400.000	–
Auren do Piauí	BNDES	Outubro/2023	189.982	TLP + 3,65% a.a.	Novembro/2044	6.764	88.108	1.110
Santa Tereza 01	Empréstimos	Fevereiro/2024	67.770	IPCA + 2,93% a.a.	Dezembro/2043	–	55.079	12.691
	2º Debêntures	Abril/2025	2.000.000	IPCA + 7,45% a.a.	Abril/2035	2.000.000	–	–
	3º Debêntures	Agosto/2025	1.150.000	IPCA + 6,92% a.a.	Julho/2037	1.150.000	–	–
Auren Participações S.A.	BNDES	Novembro/2025	70.883	8,20% (pré) a.a.	Julho/2049	62.400	–	8.483
Complexo Eólico Cajuiña	(Subcrédito A)	Novembro/2025	88.604	IPCA + 9,55% a.a.	Julho/2049	78.400	–	10.204
	BNDES	Novembro/2025	22.452	8,20% (pré) a.a.	Julho/2049	19.600	–	2.852
	(Subcrédito B)	Novembro/2025	17.961	IPCA + 9,55% a.a.	Julho/2049	15.600	–	2.361

e) Garantias:

Modalidade	Ativo ou Projeto	Garantia
BNDES	- Ventos do Piauí I	Garantia prestada pela Votorantim S.A. e Ventos de São Vicente Participações Energias Renováveis S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
BNDES	- Ventos do Araripe III	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
BNDES	- Ventos do Piauí II e III - Sol do Piauí	Garantia prestada pela Auren Energia S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
BNDES	- Ventos de São Tito	Garantia prestada pela Auren Participações S.A. e SPES; Conta reserva; Alienação fiduciária de ações; Alienação fiduciária de equipamentos; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
BNDES	- Ventos de São Tomé	Fiança bancária Garantia prestada pela Auren Participações S.A. e SPES; Conta reserva; Alienação fiduciária de ações; Alienação fiduciária de equipamentos; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações;
BNDES	- Mar e Terra - Embuaca - Icarai - Bela Vista - São Jorge - São Cristóvão - Santo Antonio de Pádua	Fiança bancária Garantia prestada pela MS Participações Societárias S.A.; Conta reserva; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios;
BNDES	- EOL Brisa	Garantia prestada pela Santos Energia Participações e pela Auren Operações S.A.; Conta reserva; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
BNDES	- EOL Vento	Garantia prestada pela REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Auren Participações S.A.; Conta reserva; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
BNDES	- EOL Wind	Garantia prestada pela REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Auren Participações S.A.; Conta reserva; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
BNDES	- Ventos de São Ricardo 01 - Ventos de São Ricardo 02	Garantia prestada pela Auren Energia S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Repasse	- Ventos do Araripe III	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. e Ventos de Santo Estevão Holding S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Debêntures	- Ventos do Araripe III	Garantia prestada pela Auren Energia S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.
Debêntures	- Tucano Holding II - Cajuína AB1 - Potengi	Fidejussória Auren Participações
Debêntures	- Potengi - 2ª emissão Debênture	Fidejussória Auren Participações e BRF
Debêntures	- Veileiros - Debênture 2ª emissão 1ª série - Veileiros - Debênture 2ª emissão 2ª série	Alienação fiduciária de ações; Alienação fiduciária de equipamentos; Cessão fiduciária de direitos.
Debêntures	- Ventos de Santa Tereza 07 - 1ª emissão, 1ª Série - Ventos de Santa Tereza 07 - 1ª emissão, 2ª Série	Alienação fiduciária de ações; Alienação fiduciária de equipamentos; Cessão de direitos. Fiança bancária
Debêntures	- Ventos de São Tito	Conta reserva; Alienação fiduciária de ações;
Debêntures	- Ventos de São Tomé	Alienação fiduciária de equipamentos; Cessão fiduciária de direitos creditórios.
Debêntures	- Tietê Eólica - 1ª emissão, 1ª Série - Tietê Eólica - 1ª emissão, 2ª Série	Conta reserva;
Debêntures	8ª Emissão de Debêntures	Conta reserva; Alienação fiduciária de ações; Cessão fiduciária de direitos.
BNDES	- Brasventos Eolo - Brasventos Miassaba - Rio dos Ventos 3 - Sol de Jaíba - Tucano F1 - Tucano F2 - Tucano F3 - Tucano F4	Conta reserva; Alienação fiduciária de ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios.
BNB	- Ventos de São Ricardo 03 - Ventos de São Ricardo 04	Fiança bancária; Conta reserva;
BNB	- Mar e Terra - Embuaca - Icarai - Bela Vista	Garantia prestada pela MS Participações Societárias S.A.; Conta reserva; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações; Garantia prestada pela Auren Participações e BRF;
BB (FDNE)	- Ventos de Santa Tereza 01	Conta reserva; Alienação fiduciária de ações; Alienação fiduciária de equipamentos; Cessão fiduciária de direitos creditórios.
Debêntures	Auren Participações - 2ª e 3ª emissão	Fidejussória - Auren Energia S.A.

II) Condições restritivas: Alguns contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida sobre Ebitda Ajustado, e/ou Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram integralmente cumpridas.

11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil: A Companhia suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre rendimentos e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço contábil. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contrate o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece essas provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado da avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado. Algumas controladas indiretas dos complexos edícios e comerciais, optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSL) sobre as receitas de venda de energia. No exercício contábil findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram efeitos contábeis com probabilidade por resultado de tratamento fiscal não ser aceito, no âmbito do IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ICPC 22). **(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSL:** Os valores de imposto de renda e de contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(117.814)	530.373	(774.971)	201.455
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	40.057	(180.327)	263.490	(68.495)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	69.818	55.891	27.932	157.243
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(573.513)	(142.163)	(291.051)	(89.124)
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	1.139	13.887	11.501	13.166
Efeitos de empresas tributadas pelo lucro presumido	27.253	(20.998)	–	–
Incentivo fiscal	1.523	3.220	–	–
Juros sobre capital próprio	–	(5.844)	–	(5.844)
Mais-valia	(35.593)	–	110.687	–
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	29.255	17.830	(11.620)	42.537
IRPJ e CSLL apurados	(440.061)	(258.504)	110.939	49.483
Correntes	(330.940)	(172.128)	–	–
Diferidos	(109.121)	(86.376)	110.939	49.483
IRPJ e CSLL no resultado	(440.061)	(258.504)	110.939	49.483

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos: Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2025 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias das controladas CESP e Auren Operações estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia, para os períodos das respectivas concessões, as quais são revisadas anualmente, e demonstram, de forma consistente, a realização dos respectivos saldos. As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros. A estimativa utilizada para as análises tem como base o Planejamento estratégico que demonstra que as controladas terão lucros tributáveis superiores ao montante total de créditos fiscais, sendo possível recuperar os créditos diferidos constituídos em sua totalidade até 2039 na CESP e até 2032 na Auren Operações.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais e base negativa	1.357.162	1.320.988	—	—
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisão ativo regulatório	167.618	275.685	—	—
Provisão para litígios	256.327	300.931	—	—
Arrendamentos	3.567	5.992	—	—
Obrigações socioambientais	31.780	30.202	—	—
Créditos fiscais de ágios incorporados	38.382	48.476	—	—
Ressarcimento de energia	—	18.916	—	—
Outras provisões	121.501	111.654	—	—
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Reconhecimento e realização de mais-valia	(796.654)	(877.568)	(1.128.169)	(1.238.856)
Ganho por compra vantajosa da CESP (i)	(312.805)	(312.805)	(312.805)	(312.805)
Repactuação de risco hidroológico	(412.554)	(446.697)	—	—
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(15.873)	(14.300)	(21)	—
Ajuste a valor presente sobre alienação de investidas	(71.689)	(27.793)	(10.659)	(10.932)
Ajuste a valor presente de passivos ambientais	(4.959)	(9.643)	—	—
Contratos futuros de energia	(129.665)	(64.714)	—	—
Arrendamentos	(2.535)	(5.115)	—	—
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(13.642)	(17.786)	—	—
Juros capitalizados	(65.662)	(66.036)	—	—
Outros débitos	(1.122)	(20.872)	—	—
Efeito em outros resultados abrangentes				
Benefícios pós-emprego (i)	314.369	289.240	—	—
Custo atribuído de imobilizado	196.910	192.632	—	—
Hedge accounting	2.454	32.017	—	—
Líquido	662.910	763.404	(1.451.654)	(1.562.593)

Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	1.942.725	2.172.103	-	-
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(1.279.815)	(1.408.699)	(1.451.654)	(1.562.593)

(I) Os saldos de impostos diferidos, na avaliação da Administração, se realizarão no curso normal dos negócios, e dentro do exercício de vigência das concessões detidas pelas controladas da Companhia, quando aplicável.

(c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício		763.404	1.991.601	(1.562.593)	(664.580)
Efeitos de IRPJ e CSLL diferidos no resultado		(109.121)	(86.376)	110.939	49.483
Imposto diferido na alteração de caixa para competência - lucro presumido		(3.487)	—	—	—
Incorporação Esfera-mais-valia		—	(7.800)	—	—
Incorporação Auren Participações - mais-valia		—	(1.019.232)	—	(947.496)
Empresa adquirida incluída na consolidação	1.2.2(c)	1.332	180.766	—	—
<i>Hedge accounting</i>		(29.563)	(23.545)	—	—
Outros		(1.484)	—	—	—
Entidade de previdência à empregados		41.829	(272.010)	—	—
Saldo no final do exercício		662.910	763.404	(1.451.654)	(1.562.593)

(d) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros esperados, juntamente com estratégias de planejamento tributário. Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros esperados, segue abaixo estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado sobre o prejuízo fiscal e lucro negativa em 31 de dezembro de 2025, com efeito em resultado:

	Consolidado					
	2026	2027	2028 a 2030	2031 a 2033	A partir de 2034 até 2039	Total
Realização de diferido com efeito em resultado						
Prejuízo fiscal e base negativa	31.067	131.316	376.355	428.996	389.427	1.357.161
	31.067	131.316	376.355	428.996	389.427	1.357.161

(e) **Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído:** Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos, tendo em vista que os impostos diferidos ativos são constituídos no limite da expectativa de realização dos lucros tributários futuros. Para os prejuízos e bases negativas de contribuição social detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis, a Companhia não constitui impostos diferidos ativos.

	Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição Social		Diferenças Temporárias	Consolidado Total Imposto diferido não contabilizado
	IRPJ	CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Controladora	313.586	113.892	(113)	427.365
Demaix Holdings	788.490	280.706	105.150	1.174.346
Total	1.102.076	394.598	105.037	1.601.711

12. Contratos futuros de energia

Política contábil: A controlada Azen Comercializadora realizou operações de comercialização, os contratos de compra e venda de energia futura (trading) são classificados dentro do alcance do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, portanto são classificados como instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, marcados a mercado ao seu valor justo, com contrapartida em outras receitas e despesas operacionais. O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado, em parte, nas cotações de preços futuros de energia publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no exercício de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas das despesas de transação.

continua →★



ESTADÃO

**QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS BALANÇOS
E ATOS SOCIETÁRIOS
NO ESTADÃO.**

**+ VISIBILIDADE
+ CREDIBILIDADE
RESULTADOS QUE
FAZEM A DIFERENÇA**

**HISTÓRIA E TRADIÇÃO
QUE SUSTENTAM UM
JORNALISMO TRANSPARENTE,
INDEPENDENTE E CONFIÁVEL.**

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil



LÍDER EM
CONTEÚDO
DE ECONOMIA
& NEGÓCIOS



A FORÇA DO
ESTADÃO
+46,4 MM
De impactos / mês



+27,5 MM
DE USUÁRIOS
ÚNICOS



LÍDERES E
FORMADORES DE
OPINIÃO LEEM O
ESTADÃO DIARIAMENTE



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA
PLATAFORMA DE RELAÇÕES
COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E
CONHEÇA:



ESTADÃO RI

QUER RESULTADOS? PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO.

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.



LÍDER EM
CONTEÚDO
DE ECONOMIA
& NEGÓCIOS



+27,5 MM
DE USUÁRIOS
ÚNICOS



A FORÇA
DO ESTADÃO
+56 MM
de impactos / mês



LÍDERES E
FORMADORES
DE OPINIÃO
LEEM O
ESTADÃO
DIARIAMENTE



PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA
PLATAFORMA DE RELAÇÕES
COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA:

CONSULTE
NOSSA EQUIPE
COMERCIAL:
(11) 3856-2442



ESTADÃO 

ESTADÃO RI

a rádio dos melhores ouvintes
ELDORADO FM 107.3
Uma parceria do comércio com a Fundação Brasil 2000

ESTADÃO
BLUE STUDIO

 **AGÊNCIA
ESTADO**

broadcast